

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

MARIA AURA MARQUES AIDAR

O "fardo" da velhice e do envelhecimento: subjetividades e políticas públicas no Brasil.

UBERLÂNDIA

2014

MARIA AURA MARQUES AIDAR

O "fardo" da velhice e do envelhecimento: subjetividades e políticas públicas no Brasil.

Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação
em História da Universidade Federal de Uberlândia,
como requisito parcial para obtenção de Título de
Doutor em História

Área de Concentração: História e Cultura

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Vera Lúcia Puga

UBERLÂNDIA

2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

-
- A288f
2014 Aidar, Maria Aura Marques, 1956-
 O "fardo" da velhice e do envelhecimento : subjetividades e políticas
 públicas no Brasil / Maria Aura Marques Aidar. - 2014.
 225 f. : il.
- Orientadora: Vera Lúcia Puga.
 Tese (doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa
 de Pós-Graduação em História.
 Inclui bibliografia.
1. História - Teses. 2. Envelhecimento - Aspectos políticos - Brasil -
 Teses. 3. Assistência a velhice - Brasil - Teses. 4. Previdência social -
 Brasil - Teses. I. Puga, Vera Lúcia. II. Universidade Federal de
 Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

CDU: 930

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
MARIA AURA MARQUES AIDAR

O "fardo" da velhice e do envelhecimento: subjetividades e políticas públicas no Brasil.

Uberlândia, 20 de agosto de 2014

Prof.^a Dr.^a Vera Lúcia Puga (orientadora)
Universidade Federal de Uberlândia - UFU

Prof.^a Dr.^a Ângela Maria Carneiro Araújo
Universidade Estadual de Campinas- UNICAMP - SP.

Prof. Dr. Losandro Antonio Tedeschi
Universidade Federal de Grande Dourados - UFGD - MS

Prof.^a Dr.^a Maria Clara Tomaz Machado
Universidade Federal de Uberlândia - UFU

Prof. Dr. Florisvaldo Paulo Ribeiro Júnior
Universidade Federal de Uberlândia - UFU

À minha família.

Às professoras:

Eliane Mendonça Marquez de Rezende

Maria Clara Tomaz Machado

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho, não teria sido possível sem a colaboração e o apoio de várias pessoas, a quem desejo expressar o meu agradecimento:

À Professora Doutora Vera Lúcia Puga, que se propôs a aceitar-me como sua orientanda. À simpatia, paciência, o apoio e orientação prestados durante a realização deste trabalho.

Aos meus entrevistados, que disponibilizaram seu tempo para compartilhar comigo e com quem vier a ler esta tese, suas experiências e suas vivências, possibilitando ótimas reflexões, que agregaram conhecimento.

À Universidade Federal de Uberlândia, representada pelo Programa de Pós Graduação em História, sua coordenação e funcionários.

À Universidade de Uberaba, representada por sua Pró-reitora Inara Barbosa Pena Elias, por ter me dado possibilidades de desenvolver este estudo.

À professora Ana Cristina Borges pelo apoio técnico e logístico.

Aos meus colegas do Curso de História da Universidade de Uberaba pelas rodas de conversa que me ajudaram a pensar alto.

À Filomena Luciene Cordeiro Reis, companheira de idas e vindas, de manhãs regadas a café para combater o sono após as viagens para Uberlândia.

À Prefeitura de Uberaba-MG, à Associação dos Aposentados de Uberaba, à Universidade Aberta à terceira idade da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, pelos dados disponibilizados. À associação de Voluntários do Hospital Hélio Angotti.

Ao trabalho no Programa de Educação Previdenciária do INSS, que suscitou as primeiras inquietações a respeito do tema.

Ao Júlio César Carneiro, pelo incentivo primeiro a toda minha trajetória acadêmica.

À minha filha Adriana e a meu marido Ricardo, pela leitura paciente, sugestões e incentivo nas dificuldades. À minha filha Marcela pela torcida.

Aos meus pais e irmãos, de quem recebi o gosto pela leitura, pelos estudos e o inconformismo, que permite questionar o que está posto.

À minha família e a meus amigos, que aguardaram pacientemente o término deste trabalho para retomarmos a convivência mais próxima.

O Homem velho

O homem velho deixa a vida e morte para trás
Cabeça a prumo, segue rumo e nunca, nunca mais
O grande espelho que é o mundo ousaria refletir os seus sinais
O homem velho é o rei dos animais

A solidão agora é sólida, uma pedra ao sol
As linhas do destino nas mãos a mão apagou
Ele já tem a alma saturada de poesia, soul e rock'n'roll
As coisas migram e ele serve de farol [...]

Luz fria, seus cabelos têm tristeza de néon
Belezas, dores e alegrias passam sem um som
Eu vejo o homem velho rindo numa curva do caminho de Hebron
E ao seu olhar tudo que é cor muda de tom

Os filhos, filmes, ditos, livros como um vendaval
Espalham-no além da ilusão do seu ser pessoal
Mas ele dói e brilha único, indivíduo, maravilha sem igual
Já tem coragem de saber que é imortal

(Caetano Veloso - Álbum Velô, 1984)

RESUMO

Em "O 'fardo' da velhice e do envelhecimento: subjetividades e políticas públicas no Brasil", estudamos os aspectos relativos aos idosos como sujeitos do tempo presente. Neste trabalho são analisadas, a subjetividade do ser velho, a multiplicidade dessa condição, a dificuldade de categorização e a velhice como problema social. O aumento da expectativa de vida, tem sido considerado como um obstáculo para as contas públicas. Partimos dessa análise para discutir a Previdência Social, instituição criada para prover o trabalhador na doença, velhice e morte, mas que foi utilizada para o financiamento da nação, o que resultou em dificuldades econômicas para a entidade. O valor insuficiente dos benefícios previdenciários para uma vida digna, e o desamparo a que são submetidos os idosos, geram a necessidade de políticas públicas. A Organização das Nações Unidas, em sua busca pelo respeito aos direitos humanos e por progresso social, foi importante motivador de leis e políticas públicas que têm o idoso como foco principal. As leis advindas das demandas dos idosos e de seus representantes, consideradas como ganho de cidadania, nem sempre são respeitadas. A questão cultural, os estereótipos, e a ausência quase total de auto representatividade podem ser considerados como responsáveis pela falta de resistência ao uso do montante arrecadado pela Previdência Social para atendimento nas situações de necessidade, inerentes ao ser humano.

Palavras Chave: Velhice. Subjetividades. Previdência Social. Políticas Públicas.

ABSTRACT

In the 'burden' of the oldness and aging: subjectivities and public politics in Brazil, we studied the aspects related to the elderly as subjects from the present time. It is analyzed in this paper, the subjectivity of being elder, the multiplicity of this condition, the difficulty of categorization of the oldness as a social problem. The increase of life expectancy has been considered an obstacle to the public account. We started from this analysis in order to discuss the Welfare State, an institution created to support workers at illness, oldness, and death but then used for financing the nation, what resulted in economical difficulties to the entity. The insufficient amount of benefits for a worthy life, and the lack of support that the elders are submitted, generate the necessity of public politics. The United Nations, in its search for the human rights respect and social progress, was an important motivator to law and public politics which has the elders as the main focus. The laws coming from the demands of the elders and their representatives, considered as citizenship acquisition, are not always respected. The cultural aspects, the stereotypes and the almost total absence of representativity can be considered as the responsible for the lack of resistance to the usage of the amount of money raised by the Welfare State to assist people in the situation of necessity, inherent to the human being

Key words: Oldness. Subjectivity. Welfare State. Public Politics.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
------------------	----

CAPÍTULO I

Um olhar ao espelho; este não sou eu, é outro.....	15
1 Velhice como uma construção social.....	16
1.1 A velhice descrita em prosa e verso.....	24
1.2 Envelhecer, aposentar-se e viver	34
1.3 A velhice e os meios de comunicação	41
1.4 Velhice como categoria social.....	49
1.5 Não sou o que me dizem que devo ser.....	56
1.6 A velhice e o trabalho voluntário	59
1.7 Representações da velhice nas telas do cinema	64
1.8 Velhice e Gênero	70

CAPÍTULO II

Da proteção social ao financiamento da nação: o governo no caminho da velhice ..	81
2 Da proteção social ao financiamento da nação	82
2.1 A luta por direitos sociais	82
2.2 Caixas de Aposentadoria	95
2.3 A questão da moradia popular	100
2.4 Institutos de Aposentadorias e Pensões	102
2.5 O uso político dos Institutos	109
2.6 Panorama da Previdência no Governo Kubitschek.....	112
2.7 O Governo João Goulart	118
2.8 A Previdência nos Governos Militares.....	119
2.9 Os benefícios para os trabalhadores do campo.....	133
2.10 A Redemocratização	138
2.11 A Seguridade Social.....	139

CAPÍTULO III

A velhice sob a ótica das Políticas Públicas.....	143
3 O foco governamental.....	144

3.1	Socialização libertadora	152
3.2	Dez anos depois, uma nova Assembleia.	159
3.3	Colocando em prática as orientações da ONU.	166
3.4	A gestão da velhice	175
3.5	A necessidade de reafirmação	187
3.6	Estatuto do Idoso: A síntese dos direitos	193
3.7	Reafirmando as propostas	198
CONSIDERAÇÕES FINAIS		200
FONTES.....		204
REFERÊNCIAS.....		216

INTRODUÇÃO

Fundada sobre o corte entre um passado, que é seu objeto, e um presente, que é o lugar de sua prática, a História não para de encontrar o presente no seu objeto, e o passado, nas suas práticas. Ela é habitada pela estranheza que procura, e impõe sua lei às regiões longínquas que conquista, acreditando dar-lhes a vida.
(Michel de Certeau, 2002.p.46)

A frase de Certeau em destaque é o ponto de partida para que se relate o que motivou o início deste trabalho. Incomodada com as constantes alterações promovidas nas aposentadorias que afetam a vida de milhões de pessoas neste país, há muito me inquietava verificar a perda de poder aquisitivo de aposentados. É frequente que pessoas vinculadas ao Regime Geral de Previdência Social iniciem, por exemplo, suas aposentadorias recebendo um valor equivalente a três salários mínimos e em pouco tempo esse valor se reduza a pouco mais do equivalente a um salário. Ou mesmo aqueles que, ao completarem o tempo necessário para o requerimento de um benefício, chegassem aos balcões da burocracia previdenciária e constatassem que tais direitos haviam sido revogados. As injustiças de tais atos, entre outros, que se perpetram contra os beneficiários dessa Instituição que foi criada para suprir as perdas econômicas, advindas da doença, da velhice e da morte, foram os motivadores da pergunta: haveria um motivo para os beneficiários do sistema previdenciário se manifestarem tão pouco sobre um assunto que afeta a todos? Seria pelos motivos que aponta Alfred Schutz?

Em sua vida cotidiana, o homem é apenas parcialmente – e ousamos dizer que somente excepcionalmente – interessado na clareza de seu conhecimento, isto é, em uma compreensão plena das relações entre os elementos de seu mundo e princípios gerais que regem essas relações. Ele costuma satisfazer-se com o fato de que há um serviço telefônico que funciona bem a seu dispor, e não se pergunta como todo esse aparato funciona em detalhe e quais leis da física tornam seu funcionamento possível. Ele compra mercadorias na loja, sem saber como são produzidas, e paga com dinheiro, mesmo que tenha apenas uma vaga ideia a respeito do que o dinheiro realmente é. [...] Se em razão de algum interesse especial ele precisar de um conhecimento mais específico a respeito de algum tópico particular, a benevolente civilização moderna lhe oferece toda uma rede de birôs e de bibliotecas de referência. (SCHUTZ, 2012, p.88)

Acreditei que não. Era preciso ampliar a pesquisa, pensando na questão cultural e política. Fiz entrevistas com pessoas de mais de cinquenta anos e aos poucos foi se delineando o caminho a seguir. Um episódio foi marcante para isso.

Na Universidade onde trabalho, os professores devem registrar sua presença na entrada e saída do período de trabalho. Recentemente, estávamos em uma fila que se formara para esse fim quando um dos professores foi conversar com outro que estava bem no início. Convidado a se colocar também naquele local, ele respondeu: "não, não precisa, eu já estou ali atrás perto daquelas meninas". A frase foi seguida de muitas risadas, visto que o professor, já com seus cabelos grisalhos, chamava de meninas professoras que já passavam da casa dos cinquenta. A conversa se espalhou pelo grupo com o comentário geral à respeito da diferença que existe entre a aparência e o sentimento pessoal. Houve unanimidade em relatar que não sentiam a idade que aparentavam ter ou que a eles era atribuída. Ao final, saíram todos satisfeitos em compartilhar algo que lhes vai na alma e é tão pouco compreendido por quem ainda não alcançou essa etapa da vida.

Percebi na conversa dos professores, o que as entrevistas vinham me dizendo. Ninguém quer ser velho. Velho é o outro.

Fontes e referencial teórico sobre a mesa de trabalho forneceram várias hipóteses, eram tantos caminhos que foi difícil condensá-las em um texto que demonstrasse o ser, o estar e o agir da velhice. O campo é vasto, há muitas velhices e muitos modos de ver a velhice. Esse é o ponto que norteia os capítulos desta tese, a interação entre as dimensões, velho, velhice e envelhecimento. Dessa forma, é importante que se estude as Políticas Públicas voltadas para a velhice e a Previdência Social. Entre as possibilidades de abordagem do tema, não foi dada ênfase especial às questões médicas e assistenciais, já bastante debatidos pelas áreas de geriatria e serviço social. Tampouco pretendi fazer uma história da velhice. Busquei destacar a tensão entre preconceitos e os novos conceitos que estão postos na sociedade e que direcionam a consagração estatal aos problemas que seriam da vida privada, mas que na modernidade transformam-se em "problemas sociais que exigem soluções coletivas, muitas vezes sob a forma de regulamentações gerais, direitos, equipamentos, transferências econômicas" (LENOIR, 1996, p.89)

O recorte cronológico da pesquisa se deu entre os anos 1980 e 2007.

Desde que nascemos estamos envelhecendo. Quando crianças a expectativa é de crescer para adquirir certos direitos que só os jovens possuem. A juventude é vivida como se fosse eterna. Na maturidade as responsabilidades, a vida a ser vivida, fazem com que não nos apercebamos da passagem do tempo. O primeiro cabelo branco, a primeira pessoa a nos chamar de senhor, senhora, levam-nos ao espelho e à constatação de que o tempo passou, estamos chegando à velhice. Mas, chegar a essa etapa da vida não quer dizer estar velho. A velhice se dá em duas direções: senescência e senilidade. A primeira dá conta do aspecto fisiológico, natural do ser humano, a segunda tem a ver com o declínio físico e mental. Muitas pessoas têm mais de sessenta anos, mas não se consideram velhas, não se sentem velhas. Esse é o motor do capítulo um deste trabalho. Nele procurei entender o ser velho, as múltiplas velhices, me ative àqueles que recusam o estereótipo, pessoas que em suas peculiaridades, suas vivências, demonstram que a vida para elas não tem balizas, marcos, fases. Vivem como lhes é dado viver, não porque, esse ou aquele, essa ou aquela lei, assim determinam. A lei pode facilitar o viver, mas a lei se apresenta como deveria? Foram muitas leituras, muitas reflexões, para que pudesse tentar entender em que diferiam a teoria e a prática. A teoria sobre a velhice, se apresentou pelos muitos livros escritos por gerontólogos, psicólogos, sociólogos e antropólogos. A velhice na prática, foi demonstrada nas entrevistas concedidas e nos livros escritos por intelectuais sobre a própria velhice, que se constituíram em fontes importantes, que corroboradas com estatísticas do IBGE, a Pesquisa Idosos no Brasil, Literatura, Letras de Músicas e Filmes, que abordam o tema, possibilitaram a análise das representações, individuais e coletivas sobre a velhice na atualidade. Reportagens feitas por jornalistas dos Jornais (Folha de S.Paulo e Estado de S. Paulo), das Revistas (Época e Claudia), mostraram a diferença entre os que escreveram sobre o "outro", o velho, as representações da velhice e a própria vivência, que abrange além dos fatores sociais e econômicos, as relações de gênero.

Com o aumento na expectativa de vida, a sociedade vem se transformando, o perfil do idoso, também. Aquela pessoa que antes trabalhava quase uma vida para a mesma empresa, e que ao se aposentar perdia o seu papel social, e suas referências, hoje precisa voltar a trabalhar pois muitas vezes é o responsável pela manutenção do lar. Mesmo aquele que não precisa voltar a trabalhar, volta para sair

da inatividade. O velho na atualidade tem comportamento diverso daquele que tiveram seus pais e avós.

O recorte cronológico da pesquisa, se deu a partir dos anos oitenta do século passado, todavia, no capítulo 2, foi necessário recuar ao primeiro quartel do século XX, em função da abordagem que adotamos para tratar da Previdência Social, era preciso primeiro entender sua criação, a luta dos trabalhadores por direitos, para então prosseguir com a análise do processo de descapitalização.

Demógrafos e políticos apresentam preocupação com a evolução do envelhecimento da população brasileira e sua repercussão social e econômica. Os discursos são de que a Previdência Social não suportará o peso das aposentadorias. O argumento apresentado é que o número de jovens contribuintes vem diminuindo com o tempo.

Em 2003, o presidente Luis Inácio assinou a lei que instituía o Estatuto do Idoso. Nesse mesmo ano, havia encaminhado ao Congresso Nacional uma proposta de emenda à Constituição (PEC nº 9), na qual propunha a Reforma da Previdência Social. Atitudes conflitantes, se considerarmos que ao lançar o Estatuto propõe-se a atenção ao idoso e a proposta de mudança insiste na tese de que a previdência é deficitária em virtude dos benefícios que paga. No capítulo dois, me proponho a desconstruir a tese levantada pelos governos, de que é o peso dos aposentados o responsável pela "quebra" da Previdência. Nesse capítulo utilizei-me de Leis, Decretos e Mensagens Presidenciais ao Congresso Nacional para abordar o uso político dessa entidade desde o seu início e o mau uso do dinheiro arrecadado de trabalhadores e empregadores, que se tivesse sido bem administrado tornaria a Instituição superavitária. Utilizei também como fonte, os livros do historiador Edgar Carone "O pensamento industrial no Brasil" e "O pensamento Operário no Brasil", pelo fato de que eles são compilações de documentos contemporâneos ao início do século vinte e reproduzem a luta entre empregadores e trabalhadores.

Não entrei no mérito do mau atendimento, ou das mudanças das leis internas que subtraem os direitos dos trabalhadores, nem tampouco nos apadrinhamentos políticos que criam benefícios sem o devido custeio, ou mesmo das fraudes que sangram o patrimônio do trabalhador, visto que tais assuntos, dariam por si só uma outra tese. A proposta desse capítulo é demonstrar a incoerência de governos que ao fragilizar os cofres previdenciários, criam dificuldades financeiras para os idosos e aposentados, que necessitam cada vez mais de políticas públicas que os

amparem em virtude dos rendimentos insuficientes para prover o remédio, o atendimento médico, as atividades de lazer, o transporte público.

São essas demandas de políticas públicas para o idoso, que trato no capítulo três. A ONU, como promotora dos Direitos Humanos e suas Assembleias e propostas de atenção à velhice serão o fio condutor da discussão sobre a Política Nacional do Idoso, os Conselhos, as Conferências, os agentes e representantes da velhice, os gerontólogos, as comunidades de lazer, o Estatuto do Idoso, os manuais de bem viver entre outros. Utilizei-me para o trabalho nesse capítulo, dos documentos oriundos das Assembleias da ONU, Leis e Decretos, Dados do IBGE, IPEA e Prefeitura de Uberaba, Diário Oficial da Prefeitura de Uberaba. Entrevistas, Atas de reuniões dos Conselhos Nacional e Municipal de Uberaba. Observação participativa na Conferência Municipal do Idoso, na Unidade de Atendimento ao Idoso de Uberaba, na Associação de Aposentados de Uberaba e no Asilo "Lar Dona Inês" em Uberaba. A escrita desse capítulo, possibilitou a constatação da ausência dos Idosos em ações em prol de seus direitos.

CAPÍTULO I

Um olhar ao espelho; este não sou eu, é outro.

Espelho

Mário Quintana

Por acaso, surpreendo-me no espelho:
 Quem é esse que me olha e é tão mais velho que eu? (...)
 Parece meu velho pai – que já morreu! (...)
 Nosso olhar duro interroga:
 “O que fizeste de mim?” Eu pai? Tu é que me invadiste.
 Lentamente, ruga a ruga... Que importa!
 Eu sou ainda aquele mesmo menino teimoso de sempre
 E os teus planos enfim lá se foram por terra,
 Mas sei que vi, um dia – a longa, a inútil guerra!
 Vi sorrir nesses cansados olhos um orgulho triste...

(QUINTANA, 2005, p.5)

1 Velhice como uma construção social

A velhice não é um tema que interessa a muitos, exceto para quem a vive. Por que a velhice nos assombra? Ela faz parte do ciclo biológico da vida e, se não morrermos jovens, fatalmente chegaremos a ela. Mas o que é ser velho? É um estado da alma ou uma categorização que a sociedade nos impõe?

Cícero, na antiga Roma, vivendo essa fase tão temida e refletindo sobre ela, já apontava que o que mais angustia os homens mais velhos é a aproximação da morte "que certamente não pode estar longe da velhice." (1999, p.50). Quando pensamos na morte, acreditamos que ela virá quando estivermos velhos, por acidente ou doença.

Ângela Mucida avalia que o sujeito muitas vezes pensa na morte como forma de desalojar a angústia que a vida lhe impõe e que tantas vezes ele não sabe tratar. Avalia que se o inesperado amedronta, a vida sob sentença é insuportável.

Reduzindo-a a um fortuito, busca-se dar um tratamento ao real que ela sempre escancara. Como os povos primitivos, nós também não acreditamos na morte natural, a não ser transportando-a para o futuro - a velhice. A conjunção tão frequente entre velhice e morte desloca a morte para um futuro sempre incerto e, imaginariamente, sempre longe e no qual não nos vemos. Assim o fazendo, continuamos a desconhecê-la. De toda forma, ter a morte conjugada à velhice imputa a esta todo o horror, reforçando o medo e sua negação. (MUCIDA, 2006, p.135).

Desse modo, apesar de encararmos como um fato consumado a morte como resultado da vida, tendemos a não querer nos lembrar desse destino.

Ao escrever sobre o que é a velhice, Sônia de Amorim Mascaro diz que somente se envolveu com o tema de forma afetiva e intelectual quando descobriu que também estava envelhecendo e que o tempo atua sobre nós de modo inexorável. No entanto, apesar da constatação feita sobre si mesma, trata o assunto da seguinte forma:

O processo de envelhecimento e a fase da velhice fazem parte de nossas experiências de ser vivo. Além disso, os idosos são "personagens" reais e também fictícios em nossa vida pessoal, afetiva e intelectual. Estamos em constante sintonia com **eles** em nossa vida familiar [...]. Cada um **deles** nos transmite uma imagem pessoal e particular do que seja envelhecer (MASCARO, 2004, p.9, grifo meu).

Apesar da constatação do sentimento de envelhecer, o velho aparece em suas palavras como o Outro, a velhice é do Outro. Ecléa Bosi em seu livro "Memória e Sociedade - lembranças de velhos" (1994, p.81) nos diz o seguinte: "A mulher, o negro, combatem por seus direitos, mas o velho não tem armas. Nós é que temos que lutar por eles." Na afirmativa de Bosi, vemos que os velhos são os *Outros*, visto que temos que lutar por *eles*. Acredito que, ao contrário do que afirma a pensadora, os velhos não são os *Outros*, visto que esses seremos nós. A luta é por *nós* e não por *eles*. Simone de Beauvoir (1990, p.12) nos alertava para que deixássemos de trapacear, visto que "o sentido de nossa vida está em questão no futuro que nos espera; não sabemos quem somos se ignorarmos quem seremos: aquele velho, aquela velha, reconheçamo-nos neles".

Há uma diferença entre espectadores e atores. Norbert Elias (2001), Simone de Beauvoir (1990), Léa Aarão Reis (1998, 2001, 2002, 2011), Dulce C. Andreatta Whitaker (2007), por exemplo, vivendo o processo da própria velhice, escreveram sobre o tema, não como espectadores, mas, do outro lado, no palco, como atores. Chamaram a atenção para o assunto de modo mais significativo que outros profissionais que não vivem a questão. De acordo com Alfred Schutz (2010, p.7), "Saltando da plateia para o palco, então para o discurso, o outrora observador torna-se um membro do elenco, entra como um protagonista dentro das relações sociais com seus coautores." Com o processo da vida, ao tornar-se velha, a pessoa entra

como protagonista nas relações sociais que se dão com a velhice. Léa Aarão Reis vivenciando o papel de protagonista, relata:

No dia que completei 50 anos, não estava nem deprimida, nem esfuziante: me intrigava o que vinha pela frente. (...) Os tempos seguintes voaram, até que um dia, quatro anos atrás, me dei conta que estava de verdade ficando velha: foi principalmente através da reação dos companheiros mais jovens com quem convivia na época, que procuravam ignorar minha experiência e minha capacidade profissional. Senti que eu estava virando folclore, e queriam me jogar no limbo (ou no lixo). (REIS, 2001, p.23),

Não havia para ela o sentimento da velhice, isso só foi verificado pelo olhar e atitudes dos outros, diferentemente da constatação de Mário Quintana na epígrafe deste capítulo, em que o espelho mostrava para ele um outro em que ele não se reconhecia, Reis (2001) viu o passar do tempo pela imagem que os outros lhe devolviam.

Simone de Beauvoir escreveu o livro "A velhice", editado no Brasil em 1970. Apesar do tempo decorrido, permanece citado por pesquisadores da área, portanto, sempre atual. Essa permanência não se dá somente pela erudição, pelo trabalho de pesquisa que contém, mas, em virtude de trazer questões que não se esgotam, questões da nossa subjetividade em relação a uma etapa da vida muito temida.

É normal, uma vez que em nós é o outro que é velho, que a revelação de nossa idade venha dos outros. Não sentimos isso de boa vontade. (...) Eu estremeci, aos 50 anos, quando uma estudante americana me relatou a reação de uma colega: "Mas então Simone de Beauvoir é uma velha!" Toda uma tradição carregou essa palavra de um sentido pejorativo - ela soa como um insulto. (BEAUVOIR, 1990, p.353)

Beauvoir constatou por si mesma que a velhice tem sentidos diferentes. Para a jovem aluna, alguém de cinquenta anos é velha, no entanto para alguém com essa idade, velho é aquele com setenta anos.

Dulce C. Andreatta Whitaker, socióloga, em seu livro "Envelhecimento e Poder", diz que, aos 72 anos, está no melhor momento para escrever sobre o envelhecimento. Alega que os conhecimentos científicos dariam uma imagem pessimista do processo do desgaste de nosso corpo e da finitude que acompanha a

todos. Também não quer apelar para a visão romântica da autoajuda que remete a um tempo e lugar míticos, onde todos viverão centenas de anos. Pretende ser ela mesma, observando, à sua volta o que acontece com os idosos em relação à sociedade em geral:

É com base nessa visão histórica existencial que encontro argumentos para reivindicar um novo e diferente olhar sobre o envelhecimento. E, por extensão, sobre todos aqueles que têm a felicidade de envelhecer. Afinal, até prova em contrário, ainda é melhor do que morrer (ou assim se acredita). (WHITAKER, 2007, p.16)

Whitaker, apesar de não querer apelar para a autoajuda, procura ver o lado bom de envelhecer que seria o contrário de morrer, mesmo sabendo que a morte não está descartada para ninguém.

Elias (2001), vivendo a experiência da velhice, escreveu com 85 anos, que a morte é um problema dos vivos. Não é a própria morte que desperta temor, mas a imagem antecipada da morte na consciência dos vivos. Não por acaso, a representação da morte se assemelha à representação das velhas bruxas más, ou da velha carregando a foice. Ao que Elias (2001) considera compreensível, visto que as pessoas que ainda não atingiram a velhice não têm base de experiência para imaginar o que ocorre quando os tecidos enfraquecem e as juntas endurecem, a não ser as que têm acesso a informações sobre esse processo fisiológico por meio dos manuais médicos. O que para ele é menos analisado e, portanto, mais necessário, é o estudo da experiência do envelhecimento e também o da morte. Não há empatia quando não se consegue imaginar ou não se quer imaginar que um corpo jovem e vigoroso possa ficar "vagaroso, cansado e desajeitado" (ibid.p.81). Daí, consciente ou inconscientemente, resistir-se à ideia do próprio envelhecimento e morte o mais possível.

Agora que estou velho sei, por assim dizer, pelo outro lado, quão difícil é para as pessoas jovens ou de meia idade entender a situação e a experiência dos velhos. Muitos de meus conhecidos me dizem palavras gentis como: "impressionante! Como você ainda consegue se manter saudável? Na sua idade?", ou "Você *ainda* nada? Que maravilha!" Sinto-me um equilibrista, familiarizado com os riscos de seu modo de vida e razoavelmente certo que alcançará a escada na outra ponta da corda, voltando ao chão tranquilamente a seu devido tempo. Mas as pessoas que assistem a isso de baixo sabem que ele pode cair a qualquer momento e o contemplam excitadas e um tanto assustadas. (ELIAS, 2010, p. 81).

Ao envelhecermos, nossa posição na sociedade muda, e no entender de Elias, mudam todas as suas relações com os outros. Beauvoir (1990, p.347) diz que “quando adultos, não pensamos na idade, parece-nos que essa noção não se aplica a nós”. Segundo ela, a velhice é difícil de assumir, porque a consideramos uma espécie estranha; “será que me tornei então outra, enquanto permaneço a mesma?”

Dona Onair¹(2013), que foi por nós entrevistada, tem a percepção da idade, mas não da velhice:

Meu pai falava que não queria ficar velho. Meu pai morreu com setenta e tantos anos, mas meu pai era forte, animado, saía. Não tinha panca de velho. Ele chegou aqui com um chapéu muito bonito, eu falei “pai, mas ficou tão bonito esse chapéu no senhor”. Ai ele falou que nele tudo dava certo. Mas ele era assim, animado, alegre. E eu falei que eu já tenho 74, mas eu não estou me sentindo velha. A gente tem a idade, a gente sabe. Mas eu não sou essas velhas capengas. Eu dou conta do meu trabalho, eu me cobro; se eu não dou conta, a Regina fala: “mãe...”
Eu vou falar igual ao meu pai. “Eu não quero ficar velha, eu quero ser de idade!”. Porque tem gente que são uns velhos capengas, né?

A propósito da fala de Elias (2010) e Onair (2013), encontramos em Ângela Mucida (2006, p.137) que “não há velhice natural do ponto de vista psíquico porque o inconsciente não envelhece”. Velho, então, seria sempre o Outro, no qual não nos reconhecemos, pelo fato de que não a percebemos chegando, a não ser por marcas visíveis no corpo, além, principalmente por nossa trajetória. Desse modo “podemos ser velhos, nos vemos velhos, sem nos sentirmos como velhos jamais” (MUCIDA, 2006, p.138).

Em 2006, foi feita uma pesquisa por iniciativa da Fundação Perseu Abramo em parceria com o Serviço Nacional do Comércio (SESC) de São Paulo e o SESC Nacional, denominada *Idosos no Brasil - Vivências, desafios e expectativas na terceira idade*, que pode nos ajudar a esclarecer essa questão. O propósito era investigar o imaginário social brasileiro sobre a velhice, com vistas a subsidiar o debate em torno das políticas públicas (ou sua ausência) para os idosos.

¹ Dona Onair é vendedora autônoma de utensílios plásticos e cosméticos em domicílios, tem 74 anos, foi entrevistada em sua casa no dia 27 de fevereiro de 2013.

A amostra contou com 3.744 entrevistas, 2.136 pessoas com 60 anos ou mais e 1.608 jovens e adultos de 16 a 59 anos², conforme nos relatam Gustavo Venturi e Vilma Bokany (2007). Nos resultados gerais, foi detectado que a percepção da chegada da velhice estava associada a aspectos negativos, para os idosos (88%) e para os pesquisados não-idosos (90%). Os aspectos negativos apontados seriam o desânimo, a perda da vontade de viver, as doenças ou debilidades físicas e a dependência que apontariam que a velhice chegara. A maioria da população idosa entrevistada respondeu que se sente bem com a idade (69%) daí Venturi e Bokany. concluírem que "se a velhice é preponderantemente negativa, mas a maior parte dos idosos sente-se bem, logo a maioria não se sente idosa (53%): só a partir dos 70 anos a maior parte dos idosos brasileiros sente-se como tal"(2007, p.26). A percepção da idade em que se chega à velhice varia de acordo com a faixa etária: para os jovens de 16 a 24 anos entrevistados a pessoa é velha a partir de cinquenta anos (30%); os adultos de 25 a 59 anos aumentam em mais ou menos dez anos a ideia que possuem sobre quando se chega à velhice, ou seja, seria entre sessenta e setenta anos e para as pessoas com mais de 60 anos somente ficamos velhos a partir dos setenta anos (NERI, 2007). Percebe-se, desse modo, que há influência pessoal, dependendo da faixa etária, do segmento social em que estamos situados, na avaliação que se faz da idade em que alcançaremos a velhice, pois, na medida em que se passam os anos, colocamos mais à frente a tão temida fronteira.

O pintor espanhol Francisco de Goya (1746 - 1828), após uma doença em que ficou à morte e que o tornou surdo, sentiu liberdade para criar obras nas quais não mais se baseava no estilo da época e em que demonstrava a angústia sentida pela enfermidade e, mais tarde, pela velhice. Nas séries "Os Caprichos" e "Pinturas Negras", vê-se a amargura com que representa cenas do cotidiano enfatizando a caricatura para representar pessoas velhas. Cabelos ralos ou nulos, narizes proeminentes, bocas desdentadas, olhos encovados e mãos descarnadas. Nas famosas pinturas denominadas "As Jovens" e "As velhas" que se encontram no Museu do Prado em Madri, pinturas essas anteriores à fase de ênfase nos tons negros e ocre, percebe-se a representação que o pintor faz das etapas da vida

² Cf. Venturi; Bokany (2007, p.24). As entrevistas foram dispersas na área urbana de 204 municípios pequenos, médios e grandes, localizados nas cinco macrorregiões do país (Sul, Sudeste, Norte, Nordeste e Centro-Oeste).

retratadas. Na pintura "As Jovens", contrasta a sedução jovem com as velhas alcoviteiras.

Na pintura "As velhas", Goya colocou em cena duas velhas mulheres, a criada e a senhora. Essa tem um pequeno espelho redondo em suas mãos, como quem acabou de se olhar e é chamada pela criada a olhar um outro espelho, esse maior e retangular que se encontra em suas mãos com a inscrição "Que tal?" O pintor demonstra que a mulher é de uma classe social superior, pelos adornos em seus cabelos e em seu vestido, mas a vontade de estar bonita não impede que ela se olhe no espelho e veja que a mulher coquete e jovem que era, transformou-se. Para reforçar tal ideia, o pintor coloca atrás dela um homem velho que representa o Tempo, mas suas mãos não trazem a foice e sim uma vassoura velha que representa a bruxaria tão temida na Espanha da Inquisição.



Fonte: Commons Wikimédia³

³ (1) "As velhas" - Disponível em:

<http://commons.wikimedia.org/wiki/File%3AFrancisco_de_Goya_y_Lucientes_012.jpg> Acesso em 12fev2013 - (2) "Velho e velha tomando sopa" - disponível em

<http://commons.wikimedia.org/wiki/File%3AViejos_comiendo_sopa.jpg> Acesso em 12fev2013.

(3) "Até a morte" - disponível em:

<<[http://commons.wikimedia.org/wiki/File%3ACapricho55\(detalle1\)_Goya.jpg](http://commons.wikimedia.org/wiki/File%3ACapricho55(detalle1)_Goya.jpg)> . Acesso em

12fev2013. (4) "Os ermitãos" - Disponível em:

http://commons.wikimedia.org/wiki/File%3A2_alte_M%C3%A4nner%2C_um_1821-23.jpg. Acesso em 12fev2013.

Na série "Os caprichos", uma estampa denominada "Até a morte" traz a mulher velha e vaidosa frente ao espelho em contraste com sua criada e mais dois jovens que aparentemente fazem troça da sua tentativa de embelezamento. As Pinturas Negras foram elaboradas entre 1820 e 1823. Nelas, chama a atenção a figura dos "Velhos tomando sopa", mais uma vez os velhos comparados a quase caveiras. Goya, que já estava velho e doente (morreu aos 82 anos), havia sido um militante dos ideais iluministas e da Revolução Francesa; nesse momento encontrava-se desiludido com tais ideais. As expressões, os gestos, cores soturnas e pinceladas de sua pintura (feita com os polegares, espátulas e colheres) demonstravam uma provável fragilidade pela doença e pela velhice.

Assim como Goya, outros artistas criaram até à idade avançada ou até à morte⁴, demonstrando que a criatividade não se esgota com a juventude. O que se vê é que o sentido das obras pode mudar em virtude das dificuldades, do desespero, ou da raiva pela diminuição da capacidade física, conforme aconteceu com Pablo Picasso. Ou da serenidade e conformismo que gerou a necessidade de adaptação a que Matisse, Renoir e Degas se submeteram para continuar produzindo⁵. Ernst Fischer (1987, p. 14) facilita o entendimento a respeito da criação para um artista, independentemente de sua idade:

Para conseguir ser um artista, é necessário dominar, controlar e transformar a experiência em memória, a memória em expressão, a matéria em forma. A emoção, para um artista, não é tudo; ele precisa também saber tratá-la, transmiti-la, precisa conhecer todas as regras, técnicas, recursos, formas e convenções com que a natureza - esta provocadora - pode ser dominada e sujeitada à concentração da arte.

Os artistas, como os demais indivíduos, vivem a velhice de modo único, mas, diferentemente dos demais, transformam, como nos diz Fischer (1987), a

⁴ Foram vários os pintores que produziram até a velhice: Tintoretto, 76; Renoir, 78; Goya, 82; Degas, 83; Matisse, 85; Dalí, 85; Monet, 86; Picasso, 91. Podendo citar também a artista Tomie Ohtake, que, aos 100 anos, continua em atividade.

⁵ Com a visão prejudicada, Degas, volta sua capacidade criativa para a escultura. Longe dos amigos, suas mãos criam pequenas obras de arte representadas em bailarinas, cavalos e nus femininos. Renoir, afetado pela artrite que enrijecia seus dedos, além de amarrar os pincéis nas mãos para não deixar de criar, esculpia com ajuda de outras pessoas. Criou até à morte. E Matisse, depois de cirurgias para combater um câncer, não mais saiu de seu quarto, alternando a cadeira de rodas e a cama, porém não se abateu e iniciou uma nova fase aplicando tinta em papel recortado. Surgem daí seus famosos gouaches découpés, e seu livro "Jazz" feito em 1947.

experiência em memória e essa em expressão, em forma, em novos usos das cores, das linhas, dos recortes, dos traços, dos escritos, dos sons.

1.1 A velhice descrita em prosa e verso

O espelho nos mostra, como tão bem descreveu Quintana (2005) à epígrafe deste capítulo, o sentimento que toma conta de nós ao nos confrontarmos com a ação do tempo: "quem é esse que me olha e é tão mais velho que eu?" Não se pode negar que mesmo a pessoa mais ativa, dinâmica e saudável tenha, por mais breve que seja, um leve sentimento de desgosto, um vislumbre do futuro que tememos, seja de dependência, perda de dignidade ou solidão.

A literatura, e aí incluem-se a poesia e as letras de músicas, apresenta sensibilidades e modos de ver, pensar e agir. Expressa, como nos alerta Sandra Pesavento (2006, p.50), aquelas coisas "não-tangíveis" que passam pela ironia, pelo humor, pelo desdém, pelo desejo e sonhos, pela utopia, pelos medos e angústias, pecados e virtudes, pelas normas e regras, por um lado, e pelas suas infrações, por outro. Nesse sentido, o texto literário, a poesia e as letras de música, alcançam a dimensão da "verdade do simbólico", que se expressa de forma cifrada e metafórica, como uma forma outra de dizer a mesma coisa. Exemplifica tal afirmativa o samba "O mundo é assim"⁶, de Oswaldo dos Santos (Alvaiade)⁷, compositor da velha guarda da Portela que diz:

O dia se renova todo dia/ Eu envelheço cada dia e cada mês/O mundo passa por mim todos os dias/Enquanto eu passo pelo mundo uma vez/A natureza é perfeita/Não há quem possa duvidar/A noite é o dia que dorme/O dia é a noite ao despertar.

A letra da música expressa o sentido da vida e do mundo quando constata a inevitabilidade do passar do tempo para cada ser humano, em relação ao mundo que permanece.

⁶ Disponível em: <<http://www.culturabrasil.com.br/programas/galeria/duas-versoes/o-mundo-e-assim-4>>. Acesso em: 11nov.2012

⁷ Alvaiade foi um dos fundadores da União Brasileira de Compositores (UBC) e entrou para a escola de samba Portela, quando ela ainda se chamava Vai Como Pode, em 1928. O samba "O mundo é assim" é um samba de quadra de 1968, registrado no LP "História das escolas de samba – Portela" (1975), sendo ele próprio o intérprete.

O poeta, como nos alertou Fernando Pessoa⁸ (1972, p.164), "é um fingidor/Finge tão completamente /Que chega a fingir que é dor/A dor que deveras sente". Pela mão de Pessoa, entendemos Vinicius de Moraes, que em 1942, escreveu aos vinte e nove anos, o "Soneto de Aniversário", tratando de um amor que permanece o mesmo ao passar dos anos:

Passem-se dias, horas, meses, anos /Amadureçam as ilusões da vida/
Prossiga ela sempre dividida /Entre compensações e desenganos.
Faça-se a carne mais envilecida /Diminua os bens, cresçam os danos
/Vença o ideal de andar caminhos planos /Melhor que levar tudo de vencida.
/Queira-se antes ventura que aventura/À medida que a têmpora embranquece/
E fica tenra a fibra que era dura./ E eu te direi: amiga minha, esquece.../
Que grande é este amor meu de criatura/
Que vê envelhecer e não envelhece. (MORAES, 1998, p.451)

O soneto de Vinicius representa o sentido da velhice que vê o corpo envelhecer, mas o sujeito não envelhece, sendo capaz de amar e manter esse sentimento com o passar do tempo.

Sujeito-testemunha sem a intenção de sê-lo, o poeta é um indivíduo sujeito aos mesmos problemas e condicionamentos de seu tempo, de sua classe social, de sua comunidade, ou seja, faz parte do processo histórico. Lupicínio Rodrigues, representando o bem mais cultuado dos mais velhos, a experiência, criou, em 1948, a canção "Esses Moços", na qual enfatiza a vivência como um bem maior:

Esses moços, pobres moços/Ah! Se soubessem o que eu sei/ Não amavam, não passavam/
Aquilo que já passei / Por meus olhos, por meus sonhos / Por meu sangue, tudo enfim / É que peço / A esses moços/
Que acreditem em mim./ Se eles julgam que há um lindo futuro / Só o amor nesta vida conduz /Saibam que deixam o céu por ser escuro /
E vão ao inferno à procura de luz / Eu também tive nos meus belos dias /
Essa mania e muito me custou /Pois só as mágoas que trago hoje em dia /
E estas rugas o amor me deixou. (RODRIGUES, 1948).

O compositor demonstra que apesar da experiência dos mais velhos, seus conselhos geralmente caem no vazio. Os jovens precisam e querem viver suas vidas, acreditam que, com eles, será diferente e de fato muitas vezes isso se dá, porém, no mais das vezes suas experiências, ao ficarem maduros, pouco servirão para os jovens que virão depois deles. Tal como nos aponta Cardoso (2010, p.33),

⁸ Autopsicografia - escrito em 1930 e publicado em 1932.

temos a ideia de que o passado é vinculado à experiência e à tradição, remetendo-nos a um tempo marcado pela permanência, pela continuidade. Porém, se o fazer histórico é marcado por idas e vindas, por continuidades e descontinuidades, o tempo da história é o da mudança. Marc Bloch já destacava, em *Apologia da História*, que um fenômeno histórico não se explica fora de seu momento, aplicando-se tanto às etapas da evolução anteriores, quanto à nossa e cita como exemplo o provérbio árabe que diz: "Os homens se parecem mais com sua época do que com seus pais". (BLOCH, 2001, p.60).

Em relação ao sentimento negativo do envelhecer e morrer, constata-se que o homem sempre tentou controlar a ação do tempo sobre si. Budge (2004) reproduz um texto mesopotâmico, registrado em argila no século VIII a.C, que conta que o rei Gilgamesh, transtornado pela morte de um amigo muito querido, confronta-se com sua própria condição de mortal e sai à procura do segredo da vida eterna. Após uma tumultuada e sofrida jornada, encontra a planta que lhe daria a imortalidade. Uma serpente surrupiou-lhe o tão buscado tesouro. Retornando a seu reino, infeliz em função das perdas, e sem a planta que lhe daria vida eterna, realiza grandes obras, essas sim que tornariam imortal sua memória.

O artista é imortalizado por sua arte e, segundo Lucien Goldmann (1979), a arte cria seres concretos e reais no interior de seu universo e seu valor artístico deve ser julgado de acordo com a riqueza e com a unidade do universo que ela cria. As grandes obras de arte podem manter eternamente seu valor, tendo apenas uma eficácia maior ou menor e sendo lidas e amadas de acordo com as épocas e grupos sociais. Oscar Wilde, escritor irlandês do século dezenove, imortalizou-se, entre outras obras, por seu romance "O retrato de Dorian Gray". Wilde, que defendia o belo como contraponto à fealdade da existência humana que ele entendia existir em tempos de industrialização acelerada, narra a vida de um jovem de vinte anos pertencente à alta burguesia inglesa após ser retratado de forma magistral por um amigo pintor. Como num espelho, Gray se reconheceu no quadro e tal como Narciso se encantou pela própria beleza e quis eternizá-la. Lorde Wotton havia lhe mostrado a brevidade da juventude e da beleza.

Chegaria o dia em que sua face se encheria de pregas e rugas, seus olhos se encovariam sem cor e ir-se-ia a graça de toda a sua pessoa, alquebrada e deformada. Passaria o escarlata de seus lábios como desapareceria o ouro de sua cabeleira. A vida, que lhe devera

aperfeiçoar a alma, abater-lhe-ia o corpo. Seria horrível, desfigurado, disforme. (WILDE, 2009.p.34).

O jovem sentiu um aperto no coração e pensando que, ao longo de sua vida, ficaria velho e feio, mas a pintura permaneceria como no dia em que fora feita, desejou: "Se fosse o contrário! Se eu pudesse ser sempre moço, se o quadro envelhecesse! Por isso, por esse milagre eu daria tudo! Sim, não há no mundo o que eu não estivesse pronto a dar em troca. Daria até a alma!"⁹. Tal como o jovem vitoriano, muitas pessoas gostariam de eternizar a juventude, e para isso recorrem à indústria de cosméticos, às intervenções cirúrgicas, e a toda sorte de tratamentos e modos de vida, de forma a postergar a tão temida velhice, mantendo a saúde e a independência, ou para tornar perene a juventude, uma vez que acreditam que ser velho é ser doente e insignificante. Lasch (1983, p.254) e Bauman (2001, p.78), acreditam que o horror à velhice teria origem mais no culto do *eu*, do que no culto da juventude, visto que o indivíduo quer ser admirado por sua beleza, encanto, celebridade, poder e *status* social. Não nos esquecendo de que o corpo tem poder.

Michel Foucault, em "Vigiar e Punir", aponta-nos que, durante a época clássica, foi feita a descoberta do corpo como objeto e alvo de poder, demonstrado por sinais de grande atenção dedicada a ele: "Corpo que se manipula, se modela, se treina, que obedece, responde, se torna hábil ou cujas forças se multiplicam" (FOUCAULT, 2010, p.132). De tal sorte que Jacques Le Goff e Nicolas Truong, em suas pesquisas, perceberam que:

Na disciplina histórica reinou por muito tempo a ideia de que o corpo pertencia à natureza, e não à cultura. Ora, o corpo tem uma história. Faz parte dela. E até a constitui, assim como as estruturas econômicas ou as representações mentais, das quais ele é, de certa maneira, o produto, o agente. (2006, p.16)

Para Corbin, Courtine e Vigarello, (2011, 2012), o corpo, o uso que se faz dele, e as mudanças culturais advindas desse uso, interessam à história. Segundo os autores, o corpo está no centro dos debates culturais. Courtine, enfatiza que no

⁹ Goethe, escritor alemão, difundiu o "mito de Fausto"(conhecido desde o século XVI), ao publicar em 1806 a peça "Fausto". A lenda conta que um médico e alquimista fez um pacto com o espírito sem luz, para conseguir dons que aos humanos não estão disponíveis, a exemplo a eterna juventude e beleza.

século XX, o corpo humano conheceu transformações de grandeza e profundidade jamais vistas anteriormente, assim como:

Jamais o organismo foi tão penetrado antes como vai sê-lo pelas tecnologias de visualização médica, jamais o corpo íntimo, sexuado, conheceu uma superexposição tão obsessiva, jamais as imagens das brutalidades sofridas pelo corpo na guerra e nos campos de concentração tiveram equivalente em nossa cultura visual, jamais os espetáculos de que foi objeto se aproximaram das reviravoltas que a pintura, a fotografia, o cinema contemporâneos vão trazer à sua imagem. (Courtine, 2011, p 10)

A super exposição do corpo citada por Courtine é mais percebida em alguns continentes, não o é em todas as culturas. Michel de Certeau, esclarece que o corpo é uma simbolização sócio-histórica característica de cada grupo. E que, tal como a língua, o corpo está submetido a uma gestão social. "Obedece a regras, rituais de interação, representações cotidianas. Tem, igualmente, seus excessos relativos a essas regras" (CERTEAU, 2002, p.408).

Bauman (2001) chama a atenção para uma figura surgida com o capitalismo. Leve e amigável com o consumidor - o conselheiro. Diferentemente do líder que faz a intermediação entre o bem individual e o bem de todos, o conselheiro atua na área do privado. "Doenças são individuais, assim como a terapia; as preocupações são privadas, assim como os meios de lutar para resolvê-las" (2001, p.76), ou seja, as pessoas são aconselhadas no que elas mesmas podem fazer para si, assumindo a responsabilidade pela própria saúde, pelos fracassos ou sucessos, inclusive com a própria aparência.

O que as pessoas em busca de conselho precisam (ou acreditam precisar) é um exemplo de como outros homens e mulheres, diante de problemas semelhantes, se desincumbem deles. [...] Olhando para a experiência de outras pessoas, tendo uma ideia de suas dificuldades e atribulações, esperamos descobrir e localizar os problemas que causaram nossa própria infelicidade. (BAUMAN, 2001, p.78)

Jane Fonda é indicada por Bauman como exemplo típico de conselheira, visto que, quando em 1981, lançou em livro sua técnica de autodisciplina,¹⁰ explicitava seu exemplo a ser seguido pelos leitores: "Gosto muito de pensar que meu corpo é

¹⁰ FONDA, Jane. **Jane Fonda's Workout Book**. Ed. Simon and Schuster, 1981 - No Brasil, o livro denominou-se "Meu programa de boa forma" e foi editado pelo Círculo do Livro em 1981.

produto de mim mesma, é meu sangue e entranhas. É minha responsabilidade." (FONDA, 1981, apud BAUMAN, 2001, p.79). A atriz teria se oferecido como exemplo por ser famosa e por ser amada; colocando-se como um objeto de desejo e de admiração. Quando Bauman (2001) cita Jane Fonda, que parecia dizer em seu livro: olhem para o meu corpo: é esguio, flexível, tem boa forma - perenemente jovem, ele não imaginava que, em 2011, aos 74 anos, ela estaria lançando um novo livro "O melhor momento: aproveitando ao máximo toda a sua vida" (2012). Nesse, ela se coloca novamente na posição de conselheira e exemplo, no qual declara: "sinto que nesta fase da vida estou me tornando quem eu deveria ter sido o tempo inteiro" (FONDA, 2012, pág.20)

Os especialistas tentam apresentar a ideia de que o esforço e a disciplina podem nos levar à tão almejada aparência e que nada em nosso corpo é imutável. A obesidade, a flacidez, as rugas representariam preguiça e falta de caráter que a propaganda tenta nos convencer podem ser eliminadas por intermédio de vitaminas, atividades físicas, passeios e cosméticos de tecnologia avançada, levando à crença de que a boa aparência é sinal de bem-estar e felicidade. O Estado agradece, pois assim diminui a necessidade de gastar milhões com pessoas idosas, obesas ou doentes¹¹. Guita Grin Debert (2012, p.21) nos aponta que a busca pela juventude passa a ser "um valor, um bem a ser conquistado em qualquer idade, através da adoção de estilos de vida e formas de consumo adequadas". Assim como para Foucault (2010, p. 132) "em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações".

Argumenta-se que as mulheres, principalmente, teriam obsessão em combater os sinais de envelhecimento, querendo se sentir bonitas, vivas. Desde os egípcios antigos, pessoas de diversas culturas, ao longo do tempo, buscam um padrão de beleza. Os adornos e cosméticos eram usados, em geral, tanto para seu próprio deleite, quanto para conquistar e se fazerem notar nos diversos ambientes.

¹¹ Segundo o Jornal Folha de S. Paulo - Caderno Cotidiano 2 jun. 2013 - a Faculdade de Saúde Pública da USP tem um projeto que acompanha diferentes gerações de idosos em São Paulo desde 2000. Foi verificado que, na última década, os idosos estão vivendo mais, mas em piores condições de saúde. A taxa de incapacidade por doenças cresceu 78,5% entre os homens e 39% entre as mulheres acima de 60 anos. A expectativa de vida de homens de 60 a 64 anos passou de 17,7 para 19,7 anos, mas o número de anos de incapacidade pulou de 4,4 para 7,2. Para as mulheres na mesma faixa etária, os anos de incapacidade foram de 9,4 para 13,2. O estudo aponta que investir em prevenção, mesmo na velhice, é importante e que é preciso incentivar a prática de atividades físicas e dietas equilibradas, além de manter sob controle as doenças já instaladas.

Algumas pessoas mais velhas, bem como algumas pessoas mais novas podem extrapolar na ânsia por alcançar o corpo ideal, a beleza padrão determinada pelo período histórico em que vivem.

Michel de Certeau (1994) já apontava que há, nas sociedades, um código que mantém os corpos submetidos a uma norma em que roupas, alimentos, cigarros, sapatos, óculos passam por instrumentos de uma lei social que se assegura dos corpos e de seus membros regulando-os, moldando-os e impondo-lhes uma forma e um tônus como se fosse uma carteira de identidade.

Onde se acha o limite da maquinaria pela qual uma sociedade se representa por gente viva e delas faz suas representações? Onde é que para o aparelho disciplinar que desloca e corrige, acrescenta ou tira nesses corpos, maleáveis sob a instrumentação de um sem número de leis? (CERTEAU, 1994, p.240)

Maria Olímpia¹² (2013), professora, não se rendendo aos códigos determinados pela sociedade, enfrenta dilemas de outra sorte:

Acho que envelhecer todos vamos, mas eu não gosto nem de pensar, são contas difíceis de fazer, quanto tempo ainda me resta? Não gosto de pensar. Não é a ruga que me incomoda, não é a beleza que me atrai, não estou preocupada com esse negócio de beleza. Quero paz, fazer o bem para os outros, ficar na minha, aceitar as pessoas. Botar botox, acho horrível, as mulheres ficam muito esquisitas. A vida é curta e eu quero aproveitar o dinheiro da aposentadoria e viajar muito nas minhas férias. Porque eu não quero passear em cadeira de rodas igual muita gente faz. Vou ficar em casa.

Dona Onair¹³ (2013), vendedora autônoma, também não se preocupa em aparentar menos idade:

Eu tenho que mostrar que eu tenho a minha idade! Ah, eu acho até que pra 74, eu tô até muito bem! Eu não vou preocupar com isso de jeito nenhum! Eu teria preocupação se tivesse sentindo alguma dor, se aquilo tivesse me incomodando todo dia, se tivesse me atrapalhando a fazer as minhas coisas. Eu só durmo à meia noite. Eu não durmo antes da meia noite de jeito nenhum!

¹² Maria Olímpia, professora universitária, cinquenta e dois anos. Entrevistada em 25 de março de 2013, na universidade onde atua.

¹³ Dona Onair é vendedora autônoma de utensílios plásticos e cosméticos, em domicílios, tem 74 anos, foi entrevistada em sua casa no dia 27 de fevereiro de 2013.

No entanto isso não se aplica a todos. As experiências sociais, as contradições de cada um determinam a diversidade que deve ser respeitada, evitando-se a homogeneização.

A história é um processo construído pelos próprios homens, de maneira compartilhada, complexa, ambígua e contraditória, o sujeito histórico não é pensado como uma abstração, ou como um conceito, mas como pessoas vivas, que se fazem histórica e culturalmente, num processo em que as dimensões individual e social são e estão intrinsecamente imbricadas. (KHOURY, 2001, p.80).

A generalização incomoda, pois como nos aponta Khoury, existem os mais diversos sujeitos, bagagens culturais diferentes, expectativas diversas, múltiplos modos de viver, que tanto podem ser semelhantes como diversos, numa perspectiva cultural, econômica e social. Isso também se aplica quando pensamos nas questões de gênero em que, dependendo da sociedade, masculino e feminino apresentam valores diferentes, que representam diversidade entre poder, prestígio e autoridade. Desse modo, há diferenças entre sociedades e dentro da mesma sociedade. E as diferenças não ocorrem somente entre homens e mulheres, mas também entre mulheres e mulheres e homens e homens, dependendo de sua condição social, idade, época e lugar.

As singularidades na velhice ocorrem com a mesma regularidade que na juventude, portanto a classificação "idosos" que aparece nas leis e políticas públicas é imprecisa. Alda Britto da Motta (1999, p.197) destaca "que cada gênero apresenta variações internas à sua condição - diferenças de idade, de classe, de cor", concluindo que há diversidade de experiências de gênero que "dependem da valorização social de cada um desses aspectos e/ou da vivência que se tem deles". Um exemplo é a predominância das mulheres nos grupos de lazer para maiores de sessenta anos, nos programas das universidades abertas à terceira idade, nos bailes, no voluntariado e de homens nas associações de aposentados. Há aí, envolvida, uma série de fatores que explicam o maior número de mulheres acima de setenta anos¹⁴ que, após a menopausa e a criação dos filhos, sentem-se livres para passear e realizar o que não puderam fazer enquanto cuidavam da família e o fato de, quando jovens, muitas não tinham emprego formal, portanto não são

¹⁴ Por elas se cuidarem mais, irem ao médico com mais frequência e daí terem mais doenças crônicas sem risco de morte. Na sua juventude terem estado menos expostas aos riscos de acidentes de trabalho, mortes violentas entre outros.

aposentadas e sim pensionistas pela morte de seus maridos. Percebe-se que, nas classes sociais, diferem as experiências da velhice, mas os "diferenciais de gênero obscurecem ou ultrapassam, com frequência, as diferenças de classe desses velhos e velhas de hoje" (MOTTA 1999, p.211). Isso, porque, segundo Maria Izilda S. Matos "a categoria gênero procura destacar que a construção dos perfis de comportamento feminino e masculino define-se um em função do outro" (2000, p16) Considerando-se, de acordo com Matos, que se forjaram em um tempo, espaço e cultura determinados. Dessa forma, "não se deve esquecer, ainda, que as relações de gênero são um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças hierárquicas que distinguem os sexos" (MATOS, 2000, p.17). Essa distinção demonstra que as referências culturais são produzidas por intermédio de símbolos, relações de poder, de parentesco, econômicas e políticas.

É importante observar as diferenças sexuais enquanto construções culturais, linguísticas e históricas, que incluem relações de poder não localizadas exclusivamente num ponto fixo - masculino -, mas presente na trama histórica. Bem como investigar os discursos e as práticas que garantem o consentimento feminino às representações dominantes e naturalizadas da diferença. (MATOS, 2000, p.23)

Portanto, o fato de as mulheres que hoje estão com sessenta, setenta anos, se sentirem livres para passear e frequentar associações, somente após a menopausa, a viuvez, ou a criação dos filhos demonstra que elas aceitaram o papel que lhes foi determinado: o de mãe, de esposa e cuidadora.

Os diferentes sujeitos têm direito ao reconhecimento individual e a participação social. As classes A e B, ou seja, as consideradas de nível econômico privilegiado, maiores consumidoras de revistas e jornais, estão mais expostas às ideologias que, ditadas por esses veículos de comunicação, definem como devem ser suas participações sociais. No entanto, tais determinações não ficam restritas a um segmento específico da sociedade; a televisão e a internet são poderosos tradutores de mensagens de poder¹⁵ que se disseminam alhures como nos alerta Roland Barthes (2004). A língua, como expressão da linguagem, estaria à disposição do poder, visto que "nela, infalivelmente, duas rubricas se delineiam: a autoridade da asserção e o gregarismo da repetição" (BARTHES, 2004 p,14).

¹⁵ De acordo com Bobbio, Matteucci e Pasquino (2010, p.934), só existe poder se um indivíduo ou um grupo se deixa induzir a comportar-se de acordo com o que deseja um outro indivíduo ou um grupo.

Confirmando a ideia do poder das mensagens emitidas pelos meios de comunicação, Kathryn Woodward (2000, p.17) argumenta que:

A mídia nos diz como devemos ocupar uma posição de sujeito particular - o adolescente "esperto", o trabalhador em ascensão ou a mãe sensível. Os anúncios só serão "eficazes" no seu objetivo de nos vender coisas se tiverem apelo para os consumidores e se fornecerem imagens com as quais eles possam se identificar.

Os leitores reagem individualmente aos textos, mas sentem o poder de coerção destes. De acordo com Certeau (1994, p.241), quando o discurso é crível, os crentes se movem, produzem-se praticantes. "Fazer crer é fazer fazer". Goldenberg reforça tal pensamento quando revela traços distintivos da cultura brasileira em que o corpo é um elemento crucial na construção de uma identidade nacional. Acredita que é possível afirmar que:

[...] no Brasil, o corpo é um capital, talvez o mais desejado por indivíduos das camadas médias urbanas e também das camadas mais baixas, que percebem o corpo como um veículo fundamental para a ascensão social. [...] Em uma cultura, como a brasileira, em que o corpo é um importante capital, o envelhecimento pode ser vivenciado como um momento de grandes perdas (de capital). (GOLDENBERG, 2012, p.46-55)

No entanto Goldenberg (2012) reconhece que não é possível generalizar a ideia de que "o corpo" é um importante valor na cultura brasileira como um todo. Porém os indivíduos da classe média, da alta e os artistas servem muitas vezes de vanguarda para o comportamento de inúmeros brasileiros, pois o que eles fazem é valorizado e reproduzido por outros segmentos da população, motivando comportamentos sociais. São pessoas que têm poder econômico, político, cultural e simbólico, daí, criar e reproduzir corpos que são socialmente legitimados.

Eles também constroem seus corpos, a fim de serem desejados, invejados e imitados. Não posso dizer, portanto, que o grupo pesquisado possui "típicos corpos brasileiros", mas posso dizer que o corpo capital apresentado por este grupo é, de longe, o corpo mais imitado pelos brasileiros em geral e, especialmente, por mulheres brasileiras. (GOLDENBERG, 2012 p.47).

Corroborando essa linha de pensamento, Woodward (2000, p.17) argumenta que o processo cultural pensado a partir da representação pode nos dar respostas para as perguntas acerca do que somos e do que queremos ser, uma vez que os significados produzidos pelas representações dão sentido à nossa experiência e ao

que somos: "os discursos e os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar".

A cultura é dinâmica. Os padrões estéticos e morais se transformam nas sociedades e são diferentes entre sociedades. Esse dinamismo é responsável por conflitos e embates entre o conservadorismo e os novos hábitos. Roque de Barros Laraia (2009, p.99) diz que "talvez seja mais fácil explicar a mudança raciocinando em termos de padrões ideais e padrões reais de comportamento. Nem sempre os padrões ideais podem ser efetivados". As ações sendo executadas de modo diverso do habitual, ou do esperado, só serão consideradas mudança, de acordo com Laraia, "quando as pessoas, além de agirem diferentemente, começam a colocar em dúvida a validade do modelo" (2009, p.100). O entendimento dessa dinâmica seria, então, importante para abrandar o choque entre gerações, evitando condutas preconceituosas, visto que há um questionamento, conforme dito, no qual se coloca em dúvida o lugar pré-definido para o idoso, a idade em que devemos nos considerar ou sermos considerados idosos¹⁶.

1.2 Envelhecer, aposentar-se e viver

Vincular velhice à fraqueza, à dependência é um pensamento usual, no entanto é possível verificar que as pessoas, ao longo do processo histórico, vivenciam o tempo de forma diferente das gerações anteriores, dando novas representações para essa fase da vida. Um exemplo é Sebastiana Inácio Dias¹⁷ (2013), passadeira de roupas, que aos 78 anos permanece trabalhando:

Não. Eu não gosto de ficar quieta. E a pensão, você vê, a gente recebe a pensão, e a pensão é o salário mínimo. E até que chega os 30 dia de novo, para receber de novo, quando vai tendo alguma coisinha para a gente fazer, a gente faz, porque ainda tá dando conta. Por enquanto, né?

É... a gente não sente a idade porque eu ando, vou para um lugar, vou para outro..

Às vezes a gente fica cansada. Mas é porque já esforçou muito.

¹⁶ De acordo com a Organização das Nações Unidas os idosos podem ser divididos em pré-idosos (entre 55 e 64 anos); idosos jovens (entre 65 e 79 anos - ou entre 60 e 69 para quem vive na Ásia e na região do Pacífico); e idosos de idade avançada (com mais de 75 ou 80 anos).

¹⁷ Sebastiana Inácio Dias, 78 anos, passadeira de roupas em residências, foi entrevistada em seu local de trabalho, no dia 25 de março de 2013.

Ao ser indagada sobre quando ela considera que uma pessoa fica velha, respondeu apontando a percepção generalizada de que a velhice é um período vinculado a debilidade e doenças:

Ah, isso aí agora a gente não sabe porque a idade mesmo, eu acho assim... que quando começa a ficar pesado mesmo já é dos 80, né?

É... aí já vai ficando mais apertado. A gente já tá com a memória, às vezes, mais ruim. Tem uns que não, né? Tem uns que continua bem. Mas tem uns que a memória já tá assim meio ruinzinha. Mas eu, graças a Deus, tô bem... (DIAS, 2013).

Sebastiana, a exemplo de Norbert Elias (2001, p.81), causa estranheza em virtude de ainda trabalhar aos 78 anos, demonstrando que o ser velho é singular, não cabe em estereótipos:

Sempre tive saúde, graças à Deus. Tem gente que admira de mim. Hoje mesmo, dentro do ônibus, uma mulher tava sentada perto de mim, porque a gente mora perto, e eu falei que ia descer ali e ela falou que ia descer no centro. "Onde a senhora tá indo?". Ai eu falei estou indo aqui na casa do meu sobrinho passar roupa. "Não.. mas a senhora não precisa disso mais não". Ai eu falei... não, ainda estou dando conta.

Às vezes eu vou lá pro meu filho mais novo. Essa semana mesmo é capaz que eu vou lá passar pra minha nora. Ela trabalha, a filha dela trabalha, aí tem vez que vai acumulando, acumulando, aí eu vou lá e dou uma roçada lá pra elas e fica tudo arrumadinho¹⁸ (DIAS, 2013).

Da mesma forma, Conceição Castro Cota¹⁹(2012), vendedora autônoma, 76 anos, não acha que deva parar com suas atividades. Sua entrevista demonstra que a imagem que se faz dos velhos é a de eles serem acomodados e submissos. Ou seja, características negativas são atribuídas aos idosos e qualquer um que saia dessa fôrma é considerado doido, sem juízo. Consideração essa não muito diferente daquela a que algumas mulheres - hoje, com mais de 60 anos e que se emanciparam dos homens e da família - foram submetidas quando jovens.

Hoje em dia até tem gente que fala assim pra mim "ah, mas você é muito boba! Porque você fica vendendo, trabalhando, fazendo as coisas?" As pessoas ficam inconformadas... aí eu digo que as

¹⁸ Sebastiana Inácio Dias, 78 anos, passadeira de roupas em residências, foi entrevistada em seu local de trabalho, no dia 25 de março de 2013.

¹⁹ Conceição Castro Cota, 76 anos, vendedora autônoma de pijamas, foi entrevistada em sua residência no dia 06 de dezembro de 2012.

peessoas têm as famílias deles. Eles têm que cuidar é da família deles, não é de mim, não.

Eu sinto bem, Maria Aura. Porque antes eu saía, eu fiz a minha freguesia. Agora, eles vêm aqui. Eles ficam vindo aqui em casa. Um dia ou outro, vem um dia, vem outro noutro.

Eu viajo muito porque os filhos moram tudo fora. Não dependo de ninguém pra viajar, porque eu viajo sozinha. Tem muita gente que fica assim, “você é doida? Viajar sozinha?” Não, gente! Não tem problema nenhum, não. Se der algum problema, eles me acodem. Porque que eu vou ficar com isso? Eu não vou viajar porque vai acontecer alguma coisa comigo... Não! Eu tenho problema de coronária, mas nem lembro que eu tenho. Tenho problema nas pernas, no joelho, mas nem lembro disso, não. E eu não sou uma pessoa cismada, nem nada. E aí, depois que o meu marido faleceu, que eu fiquei sozinha, então, tenho mais é que movimentar. (COTA, 2012).

Percebe-se que o envelhecimento é vivido não somente pelo ponto de vista biológico, social ou cultural. Existe algo pessoal também, como foi possível constatar por intermédio de entrevistas feitas com as senhoras Sebastiana (2013), Onair (2012) e Conceição (2012), apresentadas acima e também com o Sr. Hélio Siviéri²⁰ (2012), bancário aposentado.

O serviço no banco é um serviço muito desgastante, aquela rotina constante... você trabalhar com o público..., a responsabilidade muito grande..., então resolvi aposentar, sem preparo, sem nada... Mas não me arrependi não, porque eu sempre tive a vida ativa. O pior de aposentar é se entregar à inércia. Eu não. Eu sempre gostei de esportes é uma coisa que eu sempre pensei comigo, é hábito. Eu nunca deitei de dia. Aposentado se deitar cai na inércia. Se eu começar a deitar depois do almoço, vou pensar que não tenho mesmo o que fazer e continuar deitado.

O Sr. Hélio (2012), mesmo aposentado continuou trabalhando. Não por necessidade econômica, mas para não ficar parado e fugir dos padrões ligados ao dia a dia da velhice.

Eu gosto muito de esportes, então mexia com o Atlético da Abadia e ficava envolvido com aquilo. De manhã, ia para lá. De tarde, depois do almoço, eu vejo um pouquinho de televisão, depois eu pego um livro para ler. Mas logo que eu aposentei do banco eu recebi um convite do Banco Central para fazer uma liquidação de uma financeira..., (...) Então fiquei nesse período até liquidar. Aí fiquei uns anos na Prefeitura, foi no governo do Hugo, aí ele me convidou para trabalhar lá na Prefeitura como diretor administrativo financeiro.

²⁰ Hélio Siviéri, bancário aposentado, 85 anos, entrevistado em sua residência em 02 de nov. de 2012.

Então fiquei quatro anos lá. Depois disso, eu fiquei sempre movimentando, não fui de entregar o corpo não.

Sr. Hélio (2012) teve seis filhos. Sua esposa, Dona Nereida, não exerceu atividade fora do lar. Para ele, a ausência de projetos, a passividade levam à depressão e ao acomodamento.

Aí, continuei administrando as coisas da casa, viajando para visitar os filhos e tal... Sempre mexendo com o futebol, distrair, né? Ah! Fui diretor da AABB também, na época que estava construindo a sede, fui diretor esportivo e o presidente pediu para eu acompanhar as obras, salão de festa, era uma obra grande até. Então achei bom ir para lá e ficava com o engenheiro, ficava o dia inteiro. Mais batendo papo e olhando a obra. Com isso, passavam as horas. Sempre assim, nunca entreguei, nunca deitei de dia. Tenho a rotina de deitar às 22 horas e levantar às 7 horas. A aposentadoria para mim não foi fim de linha, eu fui levando tranquilamente.

Da mesma forma, o Sr. Ademar²¹ (2013), motorista aposentado há 20 anos, casado, sem filhos, 73 anos, não parou de trabalhar apesar da aposentadoria. Hoje, no entanto, ao parar definitivamente, sente falta de projetos, de algo a realizar.

Aposentei em julho de 93. Parar de trabalhar, eu parei agora em janeiro. É. 2011. Eu parei em janeiro. Mas eu não estou aguentando ficar à toa, não. Mas aí é que tá o negócio, eu não vou dar conta de trabalhar ainda. Mas também, né? Eu estou com 73 anos...

O senhor Ademar (2013), ao contrário do Sr. Hélio e das senhoras Sebastiana e Conceição, cedeu às normas criadas para os idosos. "Você já trabalhou muito", "não vai dar conta", "agora tem que ficar quieto."

Não, serviço pesado não. Eu tava de ideia e eu parei, eu falei: gente eu não vou dar conta. Eu vou comprar uma caminhonete, pra fazer um frete. Pra não ficar a toa né? Mas teve um camarada que falou: "Ademar, não mexe com isso, não. Você não vai dar conta disso, não".

[...] Mas o dia não passa! Nos primeiros dias que eu aposentei, tava uma beleza. Porque a gente tá com aquele cansaço de 36 anos! Vai cedo, volta de tarde, vai cedo, volta de tarde. Vai indo eu cansei. Parece que a gente vai querendo estressar e fala "não vou querer essa tranqueira mais não". Aí eu achei bom. Aí depois já comecei a achar ruim. [...]

²¹ Sr. Ademar, motorista aposentado, 73 anos, entrevistado na residência no dia 09 de jan. de 2013.

Os perfis de comportamento feminino e masculino das pessoas entrevistadas tendem a uma convergência quando se trata da vida pós-aposentadoria; o sentimento comum de quem sempre trabalhou fora de casa é o de ter algo para fazer quando a aposentadoria for solicitada, como demonstra a entrevistada Raquel²² (2012), funcionária pública federal aposentada de 66 anos:

Eu aposentei, eu não sosseguei, eu não parei. Eu tenho várias atividades. Eu tava aqui hoje já pintando a minha unha e já pensando no amanhã. Hoje eu já trabalhei. Ontem eu já trabalhei. As meninas também me perguntam.. “e aí? Você se arrependeu?” Eu falo: “gente, você tá preparada?”, “você se preparou?” Uma lá me perguntou, (ela vai aposentar). Eu falei “você se prepara! Porque é uma mudança de vida radical!”. (...) A pessoa tem que fazer uma programação. Porque senão ele cai em depressão. E eu não tive isso, por isso,... porque eu me programei, eu programei o meu interior, e as coisas que eu vou fazer. Houve até uma programação aqui na minha casa, uma divisão de tarefas, para eu ter o que fazer, também. É lógico que eu faço menos, que eu tenho uns certos probleminhas de saúde, sempre a minha irmã fez mais mesmo.

Sem arrependimentos quanto à aposentadoria?

Então assim, eu não tenho nada de reclamar. De ser uma aposentada não. Achava bom se o salário fosse melhor, né? O problema é esse. Eu acho que a pessoa, chegou a época, ela tem que sair. Para descansar e ganhar qualidade de vida. E aproveitar um pouco. Nossa, gente, depois que eu aposentei, 7 anos já fizeram. Eu não vi passar. Foi em 2005! Mas, nossa! Tem horas que eu falo assim: “esse ano eu não vou mais sair de casa!”. Aí as meninas falam, “me engana, que eu gosto!” Aí uma me liga e fala assim... aqui... olha, eu já tenho uma festa agendada. Uma festa dia 17, um passeio para o dia 24, e vai agendando. E vai agendando assim, sabe? Em agosto, eu já tenho outro. E é assim... (RAQUEL, 2012).

O salário baixo para todos os aposentados do Regime Geral de Previdência Social é realidade e impede que eles possam usufruir de fato da vida ativa e participativa²³, visto que existem demandas da velhice que o salário não cobre, a exemplo, os remédios de uso contínuo que, em virtude da falta de poder aquisitivo do idoso, é bancado por toda a sociedade por intermédio da farmácia popular.

²² Nome fictício, a pedido da entrevistada. Entrevista feita em sua residência em julho de 2012, pela pesquisadora.

²³ À exceção de pessoas que em função de um nível salarial maior, e de classes sociais mais privilegiadas, podem, ao longo da vida laboral, acumular uma poupança, contribuir para previdência privada, ou, ao economizar, amealhar imóveis, negócios que complementam a aposentadoria.

Beatriz Borges²⁴ (2012) é costureira, tem 62 e ainda não se aposentou, mas não tem vontade de parar ao se aposentar:

E se você estivesse aposentada já teria parado de trabalhar?

Nada. Ainda tava trabalhando. Eu gosto de trabalhar. Quando eu tô doente e não posso trabalhar, fico chateada, eu gosto de trabalhar, só que a cabeça não é mais a mesma para costurar o dia inteiro. Sinto bem com o meu trabalho.

Desde nova eu gostava de trabalhar. Sempre trabalhei muito. Recentemente, fiquei viúva, trabalhei desde os 18 anos. Desde lá eu costuro. Aproveitei pouco os meninos porque trabalhei muito. Desde pequena trabalhei na roça, mais em casa, ajudando minha mãe.

Gostava de fazer de tudo na fazenda, era muito criativa. Era uma criança adulta. Com dezesseis anos mudei para a cidade. Trabalhei de doméstica e aprendi a costurar e passei a ser costureira.

Eu não tenho intenção de parar, nunca. Eu não sei dormir de dia, não gosto de cama. Quando meu marido chegava e me via na cama, ele preocupava. Cama para mim é para a noite, se eu deitar de tarde e cochilar, levanto nervosa. Passo o dia fazendo uma coisa, outra. Não vejo televisão, só o jornal, não sobra tempo.

Carlos Alberto Soares tem 67 anos, é estudante da Faculdade de Direito Mackenzie, já está em seu segundo estágio. Aposentado como administrador, voltou a estudar e ouvia de muitas pessoas a pergunta: "por que agora?" ao que respondia "o agora é a gente que faz, e não queria ficar em casa atazanando minha mulher" (VIEIRA, 2013).

A aposentadoria, para essas pessoas, não é um marco indicativo da passagem para a velhice, conforme nos confirma a professora universitária Iolanda Rodrigues²⁵, (2012) em momento de pré-aposentadoria:

Eu acho que a velhice não significa, necessariamente, você deixar de ser produtivo. Dá para conciliar o conceito de idade com produtividade. Isso é um negócio meu. Sei que o mercado não aceita muito as pessoas mais idosas. Então o jeito é partir para uma coisa própria mesmo. E eu acho que a produtividade não tem que ser necessariamente para o trabalho.

O que seria então?

²⁴ Beatriz Borges, 62 anos, costureira, entrevistada em sua residência pela pesquisadora em 18 de julho de 2012.

²⁵ Iolanda Rodrigues, professora universitária, idade não revelada. Em processo de aposentadoria. Entrevistada na Universidade onde trabalhava em 20 de junho de 2012.

Pode ser produtivo de outra forma. Uma aposentada, lá no Rio, por exemplo, está fazendo um projeto muito interessante. Eu não lembro o nome do projeto, mas é assim, as crianças escutam as histórias de vida dos idosos que estão em asilos. Aí ele transforma a história de vida em uma historinha. [...] Então eu acho interessante na hora de aposentar, quando ele atingir uma certa idade, fazer uma coisa bem diferente do que já vem sendo feito. Se ele continua, fazendo aquilo que ele sempre fez, tende a cair em depressão, porque fica uma coisa muito monótona se não fizer nada também. (RODRIGUES, 2012)

A inércia não é boa companheira, na opinião da professora Iolanda.

Então tem que pensar em algo que você possa fazer, independente da idade. Sem depender de mercado de trabalho. Nem que seja pintar quadros. É uma coisa que eu penso. Sempre gostei, mas não tinha a oportunidade de parar para pintar quadros. Nem precisa ser para vender. Mas só de ser alguma atividade que você goste. A importância da velhice é isso. E a convivência familiar. Se eu não estiver doente até lá. A minha mãe, por exemplo, é uma idosa que aproveita bem. Ela ainda trabalha, mas ela tem uma escola que é dela. Ela ainda é a diretora da escola, ela convive bem com a família, ela está bem, ela acompanha tudo. Ela vai para Europa agora, este ano com meu irmão. Ela continua na ativa praticamente. Agora tem idosos que entram com doenças mais graves aí já complica, como o Mal de Alzheimer. (RODRIGUES, 2012).

A pós-modernidade nos legou a necessidade do estar sempre em movimento. Mudando de casa, de lugar, viajando fisicamente ou navegando pela Web recebendo e passando informações que circulam por muitos países, a imobilidade só fazia sentido num mundo de paredes sólidas (BAUMAN, 2001). A professora Iolanda aponta para a produção do ponto de vista do capital, acreditando que a pessoa deve estar sempre trabalhando, pois quem não trabalha é improdutivo, não é interessante para a sociedade que valoriza o trabalho, pois a pessoa que não tem o suficiente para se manter, torna-se um peso morto. Mas ela também aponta para o fato de que o importante é estar ocupado, movimentando-se, trabalhando, mesmo que não seja um trabalho remunerado. Não trabalhar, não ter outra atividade, não se movimentar significa estar morto, estar velho.

A velhice é vivida de muitas formas, as pessoas constroem e reconstróem as relações sociais, a partir de suas experiências. Ari Seth Cohen, fotógrafo em Nova York, criou um *blog*²⁶ onde posta fotos de senhoras (*old ladies*) que, segundo ele,

²⁶ *Advanced Style*: Disponível em: <<http://advancedstyle.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 15 nov.2012.

não vivem em busca da juventude, mas se recusam a vestir-se "como convém à idade", acreditando que envelhecer pode ser criativo, divertido e inspirador. Sua inspiração inicial, inclusive para a elaboração do livro "Advanced Style" (2012) foi a modelo *Mimi Weddell*, uma senhora que começou a fotografar aos 65 anos e permaneceu na profissão até os noventa e quatro, fazendo propagandas, desfiles e participações em filmes. Manteve-se elegante sem tentar esconder os sinais que o corpo emitia. As senhoras fotografadas por Cohen não querem ter um corpo jovem, pois já se encontram na faixa dos sessenta aos cem anos. No entanto, são lindas na sua idade, vestem-se às vezes, de forma bastante peculiar, com muitas cores. Segundo elas, nos vídeos postados no *blog* e nos textos do livro, vestir-se bem é reconfortador, pois recebem de volta o sorriso das pessoas, aumento da autoconfiança. O poeta Carlos Drummond traduz o embate, corpo e essência.

Meu corpo não é meu corpo,/ é ilusão de outro ser./Sabe a arte de esconder-me /e é de tal modo sagaz/que a mim de mim ele oculta./ [...] O seu ardil mais diabólico está em fazer-se doente./ Joga-me o peso dos males /que ele tece a cada instante/ e me passa em revulsão./ [...] Quero romper com meu corpo, quero enfrentá-lo, acusá-lo,/ por abolir minha essência,/ mas ele sequer me escuta/e vai pelo rumo oposto./ Já premido por seu pulso /de inquebrantável rigor, não sou mais que dantes era:/ com volúpia dirigida, saio a bailar com meu corpo. (1984, p.8)

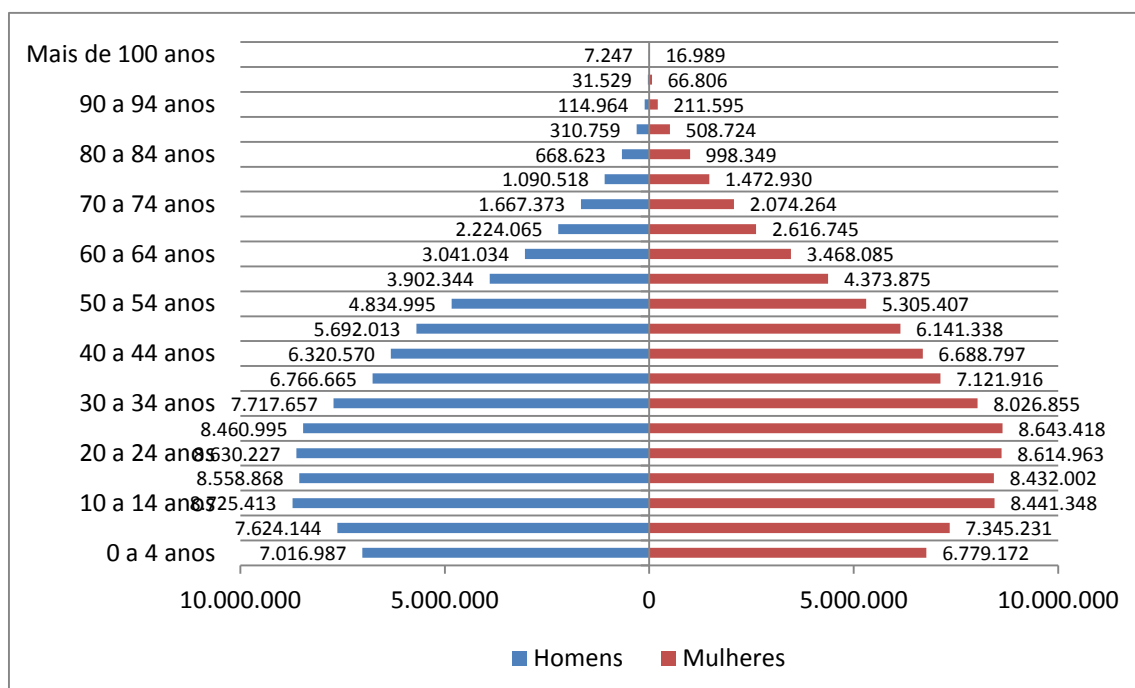
As senhoras de Cohen acreditam-se felizes, apesar da idade. Aconselham que devemos nos manter ativos. Elas nadam, fazem pilates e, principalmente, dizem que vivem cada dia como se fosse o último. Em contraposição, o fotógrafo brasileiro, Sebastião Salgado, captura imagens de homens e mulheres idosos, de várias regiões do Brasil e do mundo, que personificam as marcas do tempo. O sol, a lida ao ar livre, produzem sulcos profundos, que revelam o trabalho desgastante, a falta de vaidade e a pouca condição financeira. Salgado, consegue mostrar a beleza e a dignidade presentes na vida dessas pessoas que se mantêm ativas pela necessidade e pelo trabalho duro.

1.3 A velhice e os meios de comunicação

A partir de dados levantados pelo IBGE (2011) pelo Censo 2010, o Brasil tem 45.932.295 pessoas entre 0 e 14 anos; 34.236.060, entre 15 e 24 anos; 46.737.506,

entre 25 e 39; 34.983.120, entre 40 e 54; 14.785.338, de 55 a 64 anos; e 14.081.480 com mais de 65 anos. Esse levantamento indica que cresceu a participação relativa da população com 65 anos ou mais, que era de 4,8% em 1991, passando a 5,9% em 2000 e chegando a 7,4% em 2010. Bem como é de 33,5 o percentual de participação de pessoas com mais de 40 anos no total da população brasileira (190.755.799).

Figura 1- Pirâmide etária - Censo 2010



Fonte: IBGE²⁷ Sinopse dos resultados do Censo 2010.

Anita Liberalesso Neri (2006), ao pesquisar o tema velhice no jornal *O Estado de S. Paulo*, entre os anos de 1995 a 2002, selecionou uma amostra de 283 textos publicados e dentre eles pôde concluir que 100 denominados "suaves" foram veiculados principalmente no Caderno 2 e Suplemento feminino, e em menor número em Casa e família, Estadinho, Espaço Aberto, Cidades; Viagens, Seu bairro e Esportes. Dos textos analisados, 153 foram considerados pela pesquisadora como textos "duros", ou seja, textos que se apoiavam em dados estatísticos, médicos, em estudos demográficos, institucionais ou em publicações especializadas. Neri adverte que:

²⁷ Fonte: IBGE - Sinopse dos Resultados do Censo 2010. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/webservice/>>. Acesso em: 11 jun. 2013.

[...] os conteúdos da comunicação não podem ser considerados como eventos causadores de comportamentos de indivíduos, grupos e instituições. À luz de tal conceito, os resultados da análise de conteúdo de textos publicados por jornais noticiosos e por outros veículos de comunicação de massa devem ser vistos como indicadores de complexos processos de troca e de construção social em curso em dado contexto sócio-histórico. (NERI, 2006, p.15).

Nos textos "suaves" pesquisados, a autora percebeu que havia uma associação da velhice com a morte, com a feiura, com a doença, com as limitações e com o preconceito. Nos textos "duros", abordava-se a velhice como um fardo econômico para a sociedade, os avanços da ciência quanto às questões de longevidade saudável incluindo os comprimidos azuis para uma vida sexual gratificante e o risco do crescimento demográfico para o sistema social. Apesar da divisão feita pela autora considerando suaves os textos publicados no jornal em cadernos tradicionalmente voltados para assuntos mais amenos, abordar a velhice como um período vinculado à morte, à feiura, às doenças e às limitações também deveria ter sido considerado como texto "duro" e não "suave", pois os aspectos destacados demonstram somente um lado dessa fase da vida, e justamente o lado que mais se teme.

Percebemos que, no Brasil, na segunda metade da primeira década deste século, com o crescimento econômico do país e o risco de uma grande dificuldade econômica afastado, os idosos deixaram o centro do debate como um grande ônus para a sociedade. O que não acontece, por exemplo, no Japão que vive uma crise econômica (FOLHA, 2013). Seu Ministro das Finanças, Taro Aso, de 72 anos, declarou em um evento público que os idosos devem ser autorizados a se apressar e morrer para aliviar a pressão sobre o Estado, responsável por pagar suas despesas médicas.

A propósito da declaração de que os idosos são um peso para a sociedade, recorro novamente à literatura, pois podemos dizer que, apesar de toda obra literária ser calcada na visão de mundo do escritor, encontramos, muitas vezes, obras em que a realidade e ficção estão imbricadas de tal forma, que fica difícil para o leitor distinguir as duas situações. Interessante notar que o escritor Théó Drummond, aos 76 anos, já havia se antecipado ao Ministro japonês e escrito o conto "Os velhos precisam morrer" (2003), no qual utiliza de ironia para falar justamente do modo

como os velhos são tratados, quando o governo não se prepara para essa demanda. Sua narração é ácida, mas, ao mesmo tempo divertida, pois, a todo momento, deparamo-nos com situações cotidianas que ocorrem em nosso país. Em seu texto, o protagonista se vê mortificado pelas notícias sobre a campanha: "ou o Brasil acaba com os velhos, ou os velhos acabam com o Brasil".

[...] Voltei a ler a entrevista, já nas últimas páginas, quando alguém perguntou, "tudo bem, ou melhor, tudo mal, mas qual é a solução para o problema?" A resposta foi curta e definitiva: "Ou o Brasil acaba com os velhos ou os velhos acabam com o Brasil".

Um entrevistador mais idoso, afirmou, com espanto, que aquilo já tinha sido feito com as saúvas, mas foi interrompido pelo entrevistado: "É isso! Não acabamos com as saúvas?" deixando claro qual era seu pensamento a respeito do tema em questão [...] (DRUMMOND, 2003 p.51).

Lendo o conto, reportamo-nos a Goldmann (1979) ao indicar que há possibilidade de que o pensamento do escritor receba influências do meio com o qual ele está em contato imediato, que podem ser adaptadas em forma de recusa ou revolta, ou ainda síntese das ideias adquiridas em seu meio com outras adquiridas de lugares diversos. A obra seria a expressão de uma visão de mundo em que o escritor encontra uma forma adequada para criar e expressar o universo concreto de seres e coisas. Théo Drummond, jornalista, vivendo no Brasil de 2003, provavelmente leu os textos a que Neri se refere em sua pesquisa como "textos duros", nos quais a velhice é considerada um fardo para a sociedade.

Whitaker (2007, p.18) analisa o paradoxo existente entre o estímulo ao bem viver e os gastos previdenciários com os velhos:

[...] a mídia e os bem-pensantes não querem ser politicamente "incorretos" (nem nos chamam mais de velhos, já observaram?). Mas, sutilmente, armados de insidiosa violência simbólica, sugerem que as aposentadorias do INSS sobrecarregam o orçamento e que a instituição vai quebrar. Mas sem aposentadorias dignas, como pagar pela parafernália consumista que o industrialismo inventa pensando ludibriar a morte? Ou todos esses recursos são apenas para aquela porcentagem da população idosa que tem a felicidade de pertencer a minorias privilegiadas?

Chama a atenção o fato de que as pessoas que analisam a economia e o "peso" da velhice para a sociedade, registram o assunto somente pelo ponto de vista matemático, da conta final, esquecendo-se que, dentro de um certo tempo, também

serão um "peso" para a sociedade, ou seja as gerações se sucedem e pouco é feito no presente para que o futuro não seja incerto, para que o amanhã seja mais amigável e adequado a todos. Crianças, jovens e velhos, convivem ao mesmo tempo, as crianças de hoje são os jovens de amanhã, que por sua vez serão adultos e velhos se não morrerem antes, numa ciranda interminável.²⁸ (ANTUNES; CAVALCANTI, 1992).

O processo histórico, as condições culturais de cada época e a história de cada um determinam as condições de vida. Remi Lenoir (1996) acredita que a conquista da atenção pública para uma situação em particular supõe a ação de grupos socialmente interessados em produzir nova categoria de percepção do mundo social a fim de agir sobre ele. Mas, como nos alerta Debert (2006), é preciso analisar as condições sociais que possibilitam um determinado tipo de mobilização e a interpretação das razões que levam a seu sucesso. Desse modo é possível perceber que as condições sociais atuais permitem um olhar para a velhice diferente do que ocorria no período em que Anita L. Neri pesquisou o jornal "O Estado de S. Paulo" (1995-2002). O discurso do governo federal sobre as condições da Previdência Social continua sendo a respeito do *déficit*, mas a imprensa tem reproduzido menos a tese do velho como peso morto para a sociedade.

Vários são os promotores culturais, críticos, diretores de arte, jornalistas, escritores, músicos que estão chegando à velhice. Essas pessoas são os jovens dos anos sessenta do século vinte que hoje dominam a cena cultural tendo um olhar diferente, leve, para sua atual condição de vida. Não é um olhar de autopiedade, é um olhar diferente do olhar dos economistas. Bronislaw Baczko, em seu texto "Imaginação Social" (1985), possibilita a análise desse fato, pois não separa os agentes, os atos de suas representações (imagens de si e do outro), visto que, de fato, são o que definem comportamentos, inculcam valores, atribuem méritos, corroboram ou condenam atitudes, decisões. Entende ainda que, em cada época, os

²⁸ Arnaldo Antunes e Péricles Cavalcanti (1992) compuseram a música "Velhos e Jovens" que aborda o conviver de jovens e velhos no mesmo tempo histórico: Antes de mim vieram os velhos/Os jovens vieram depois de mim /E estamos todos aqui/No meio do caminho dessa vida /Vinda antes de nós/E estamos todos a sós/No meio do caminho dessa vida/ E estamos todos no meio /Quem chegou e quem faz tempo que veio /Ninguém no início ou no fim/Antes de mim/Vieram os velhos/ Os jovens vieram depois de mim/ E estamos todos aí.

homens constroem representações para conferir sentido ao real. Para Roger Chartier (1985, p.17):

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. [...] As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas.

As representações sociais, de acordo com Chartier (1985), compreendem as lutas pelo poder, dominação e afirmação apresentadas entre grupos ou entre indivíduos, que existem independentemente das consciências e vontades individuais que as produziram dentro de uma determinada situação social.

A atriz Betty Faria tem 72 anos e um biquíni para cada dia da semana. Recentemente foi fotografada saindo do mar, após um mergulho. Criticada em redes sociais, analisou:

Por que não posso usar um biquíni? A mulher vai envelhecendo e passa a viver com restrições: algumas físicas e outras impostas pela sociedade. Não vou ser uma coroa boazinha e seguir as regras estabelecidas. [...] É uma foto horrorosa, mas não me aborreceu, o que me deu raiva foi a reação das pessoas, os comentários. Fiquei assustada com aquilo. [...] Lidei melhor com essa situação quando percebi que, sem querer, virei uma referência para muitas mulheres da minha idade. Significou uma carta de alforria para elas. (BERGAMO, 2012).

Confirmando a análise de Chartier sobre a importância das lutas de representações para que se compreenda "os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio" (1985 p.17), Vera Puga e Dulcina Tereza Bonati Borges nos apontam que:

As mulheres artistas sofreram e sofrem por revelarem não somente emoções, mas posicionamentos de sujeitos não convencionais, não estereotipados, ou ainda por não aceitarem a posição de mulheres passivas que agem hegemonicamente, no âmbito do espaço da arte brasileira. É discutido na arte contemporânea posições de sujeito variando desde sentidos mais singelos, mais ácidos e mais cerebrais,

até as possibilidades de resistências silenciosas. (PUGA, BORGES, 2011, p. 270).

As matérias publicadas em jornais e revistas em 2012 dão ênfase ao bem viver a partir da boa alimentação e dos exercícios físicos. Falam sobre a volta ao mercado de trabalho, em que os maiores de cinquenta anos ocupam empregos que os jovens não querem, pois buscam padrões elevados de consumo e daí salários incompatíveis com a função, ou que exigem maior especialização ou experiência, algo que os mais jovens ainda não possuem. O consumo, aí englobados, a moda, o lazer, a informática e as vitaminas, são nichos que os jornais e revistas acenam como mercados muito promissores.

As descobertas da ciência para alongar a vida com qualidade vêm sendo de tal modo destacadas que a Revista Época (Ed. Globo) publicou duas matérias de capa abordando a questão da idade. "A vida começa aos cinquenta" (ÉPOCA 2012b) e "O segredo dos centenários"(Época, 2012a). Oshima, Telles, Spinace, autoras da reportagem sobre as pessoas de cinquenta anos acreditam que idade é uma questão de opinião e que pode mudar de acordo com o ponto de vista. Levantam a questão de que, há trinta anos, a pessoa de cinquenta tinha a mesma condição física de uma pessoa que hoje tem 70; o que mudou? Mudaram os cuidados pessoais, os remédios, a tecnologia, a consciência. "A maioria deles, mesmo os mais vaidosos, encara a idade de forma positiva. Não querem ter dez ou vinte anos menos. Querem estar bem aos cinquenta" (ÉPOCA, 2012b).

A longevidade, segundo a matéria, dependeria de três fatores: "uma genética favorável, um ambiente saudável e bons hábitos" (ÉPOCA, 2012b). Seria esse o segredo dos centenários? A família Khan, de quatro irmãos norte-americanos, desperta o interesse dos cientistas da Genética, em virtude do seu tempo de vida. Irving está com 106 anos e ainda trabalha todos os dias das 10 às 15 horas na empresa da família. Helen faleceu com 109 anos, lúcida. Peter, o caçula, está com 102 anos e Leonore que morreu "cedo" aos 99 anos. Jesse Green, autora da matéria (ÉPOCA, 2012a) de oito páginas, conclui que envelhecer não é bom para a maioria das pessoas, não importando o quão determinados estejam os pesquisadores. A longevidade seria mais uma questão de força de vontade do que de destino. É preciso ter em conta que a reportagem abordou uma família de alto poder aquisitivo,

com condições para manter ajudantes, cuidadores, bons médicos, motoristas e ótima alimentação.

A atitude dos velhos, de acordo com Beauvoir (1990 p. 350), depende de sua opinião geral com relação à velhice:

Eles sabem que os velhos são olhados como uma espécie inferior. Assim, muitos deles tomam como um insulto qualquer alusão à sua idade: querem, a todo preço, crer que são jovens: preferem acreditar-se em mau estado de saúde a considerarem-se idosos. Outros acham cômodo dizerem-se velhos, prematuramente: a velhice fornece álibis, autoriza a baixar exigências - é menos cansativo abandonar-se a ela do que recusá-la.

No jornal "Folha de S. Paulo", duas reportagens chamam a atenção. A primeira apresenta uma senhora de 70 anos que posa nua há cinquenta anos. O seu ofício foi e é servir de modelo nu para artistas de vários matizes (SILVA, 2012). Outra traz a manchete "Tatuagem depois dos 50" (MOTA, 2013), na qual se discute o aumento da presença de pessoas nessa faixa etária nos *ateliers* dos tatuadores. O que, a meu ver, destaca-se nas matérias é o interesse em apresentar as pessoas com mais idade como tendo vidas similares às dos jovens; vidas normais sem os estereótipos da velhice. Num primeiro momento, pode causar surpresa perceber que uma mulher com setenta anos ainda pose nua e que alguém queira retratá-la ou usar seu corpo como referência para um trabalho. O corpo, no caso da matéria sobre tatuagem, também é destaque. Pessoas que hoje estão com sessenta anos ou mais cresceram ouvindo que tatuagens eram expressões corporais de marinheiros, prostitutas e presidiários. A procura por essa arte corporal hoje tem o sentido da libertação. De acordo com Goldenberg (2011, p.25):

O envelhecimento corporal não é vivenciado de maneira monolítica, mas por meio de três grandes registros: do corpo orgânico, da aparência e da energia, que exprimem respectivamente preocupações em matéria de saúde, beleza e forma.

O velho é um indivíduo como os demais, teve e tem vida com alegrias e decepções. De acordo com Debert (2012, p.14), tende-se na contemporaneidade a rever estereótipos associados ao envelhecimento:

A ideia de um processo de perdas tem sido substituída pela consideração de que os estágios mais avançados da vida são momentos propícios para novas conquistas, guiadas pela busca do

prazer e da satisfação pessoal. As experiências vividas e os prazeres acumulados são ganhos que oferecem oportunidades de realizar projetos abandonados em outras etapas e estabelecer relações mais profícuas com o mundo dos mais jovens e dos mais velhos.

Em sua juventude, Helô Pinheiro foi eternizada na música de Tom Jobim e Vinícius de Moraes, *Garota de Ipanema*: "Olha que coisa mais linda/Mais cheia de graça/É ela menina/Que vem e que passa/No doce balanço, a caminho do mar" (MORAES; JOBIM, 2000). Hoje, com 66 anos, casada há mais de 40 anos, com quatro filhos e três netas, formada em direito e jornalismo, representa as mulheres acima dos sessenta anos que são vaidosas, cuidam do corpo, são atuantes na profissão e não são a imagem da vovó, perpetuada em nosso imaginário, que não tinha outra ideia de vida além da de cuidar dos netos e fazer tricô.

1.4 Velhice como categoria social

Neri (1991) nos apresenta uma interessante reflexão acerca do significado da velhice no Brasil. Seria sentir-se e ser visto como um indivíduo operativo, aceito, valorizado, integrado? Ou o inverso? Sentir-se e ser considerado diferente de jovens, crianças e adultos jovens, um indivíduo inoperante, excluído, depreciado, marginalizado? As pesquisas sobre a velhice, ainda são em menor número e, de certa forma, segmentadas, pois, de acordo com a pensadora, se nos apoiarmos, por exemplo, no discurso sociológico, ser-nos-á indicada a situação de marginalidade a que o sistema econômico lança seus membros não-produtivos e lembrada a simetria existente entre a condição social do velho, da mulher, da criança, da pobreza e das minorias raciais. Aponta ainda que, se o apoio ao discurso sobre a velhice for antropológico, veremos que os efeitos da urbanização e da industrialização sobre o *status* do velho foi devastador, visto que, nas sociedades primitivas, eles mereciam mais consideração. A pesquisadora também discorre sobre o modo de ver a velhice pela psicologia e cada um dos múltiplos aspectos estudados pelas ciências apontadas, que não estão faltando com a verdade, cada uma delas estuda um viés do tema. O que incomoda é que são destacados, com mais ênfase, os aspectos negativos, sem discriminar os termos e as adequadas relações entre eles, fortalecendo as atitudes negativas da sociedade em relação ao velho, “quer através da aprendizagem social de papéis, quer através do estabelecimento de expectativas

de comportamento que ao serem cumpridas pelos idosos, lhes permitiria evitar a punição” (NERI, 1991, p.33). Deveríamos então, de acordo com a autora, fazer-nos algumas perguntas:

Mas de que velho estamos falando? Onde mora? O que faz? Que idade tem? Quais suas condições de saúde? É homem ou mulher? Tem ou teve família? É rico ou pobre? Trabalha ou é aposentado? Tem poder e prestígio? O que sabe? Vive em sua casa ou em asilo? Qual sua experiência pessoal de envelhecimento e velhice?

As perguntas formuladas por Neri demonstram a dificuldade em categorizar a velhice, pois não existem respostas únicas, a velhice é múltipla, tem muitos significados que podem se estabelecer por questões que levam em conta o indivíduo, as relações de gênero como categoria de análise, auxiliando a perceber como são complexas as interações humanas nas relações sociais que se dão entre homens e mulheres, mulheres e mulheres, homens e homens e, dentro delas, as relações que se estabelecem pelo econômico, pelo cultural, dentro do grupo e da comunidade. No entanto, ela é tratada de forma genérica, focando-se muito pouco os indivíduos e apontando mais para a decadência, reforçando o estereótipo da feiura, da tristeza, do fim.

Apesar disso, há pessoas, sujeitos sociais de seu tempo que ignoram as determinações da ideia de velhice vinculada a uma definida idade e extrapolam as noções pré-concebidas de que todos somos velhos quando completamos sessenta anos.

Dona Onair (2013),²⁹ é exemplo nesse sentido:

Tenho 74 anos! Eu nunca precisei de médico, com esse negócio de pré-natal, eu fui com a dona Heralda³⁰ e ela me passou uns remédios de ferro, essas coisas, mas não precisei. Nunca fiz cesárea, nunca fiz cirurgia de nada, a não ser de varizes. Mas eu tenho saúde, gosto de trabalhar, sou animada pras coisas, tenho iniciativa, tenho disposição pra fazer as coisas, não gosto muito de depender dos outros.

Como trabalha durante o dia fazendo entrega de seus utensílios plásticos e cosméticos, Dona Onair (2013) faz suas atividades da casa à noite.

²⁹ Dona Onair é vendedora autônoma de utensílios plásticos e cosméticos em domicílios, tem 74 anos, foi entrevistada em sua casa no dia 27 de fevereiro de 2013 pela pesquisadora.

³⁰ Dona Heralda foi uma parteira muito atuante na cidade de Uberaba – MG.

É. Eu trabalho de noite. Eu lavo a garagem, o quintal. Às vezes eu lavo o banheiro, porque de dia você tem muito pouco tempo né? Mas eu não descuido da minha obrigação não. Eu gosto de fazer o meu trabalho. Porque tem gente que fala: “ah, não repara não, porque eu trabalho. Tá a cozinha aquela zona!”. Ah, eu não gosto disso não. Mas eu gosto de trazer as minhas coisas em dia, tudo arrumadinho. E fazer o meu trabalho a hora que eu posso. Porque esse tipo de trabalho que a gente faz, tem essa vantagem. Você pode organizar o seu horário, você vai a hora que você pode.

Dona Onair (2013) reproduz a ideia muito presente em sua geração de que é dever e função da mulher cuidar da casa, e é com orgulho que ela diz que dá conta de tudo apesar de trabalhar fora de casa, enaltecendo o fato de que o trabalho autônomo permite que ela se desdobre para dar conta de tudo, ou seja, é permitido trabalhar fora de casa desde que a casa esteja impecável.

A velhice não é uma categoria natural, ela é socialmente produzida (DEBERT, 2006). Sabemos que as categorias sociais universais de infância, juventude e velhice foram criadas, como todas as categorias, para classificação dos indivíduos no espaço social, para que os governos pautassem suas ações. No entanto, pelas perspectivas histórica e antropológica, as representações sobre a velhice (a idade em que se define alguém como velho) têm significados particulares de acordo com o contexto histórico, cultural e social em que se inserem.

Sem querer fazer uma história factual e linear, é possível recuperar, desde as sociedades primitivas, como era vista a velhice. Era marcada pela perda da capacidade de gerar filhos para a mulher e pela redução da capacidade de caçar e lutar, para os homens. Os Tupinambás denominavam os velhos como *Thuyuae*, homens cuja idade ia além de 40 anos. Para eles a mais honrosa idade, cercada de respeito e admiração. "Dela saiam os soldados valentes e os capitães prudentes" (FERNANDES, 1963, p.286). As mulheres com mais de 40 anos possuíam o privilégio da mãe de família, que lhes possibilitava a preparação das bebidas, das carnes dos inimigos e o puxar do carpir quando alguém importante da tribo falecia. Por não serem consideradas na genealogia Tupinambá, após sua morte transformavam-se em simples espíritos sem a reverência dedicada aos homens.

Ao analisar a velhice na Antiguidade, Beauvoir (1990, p.152) conclui que "a leitura dos autores gregos e latinos confirma que as obras deles não abrem nenhum espaço para os velhos destituídos de importância social". Para a autora, o que está

em jogo é o poder detido pelos mais velhos quando ricos, o que causaria a inveja dos mais novos sobre esse estatuto.

Nas sociedades pré-industriais, passava-se da infância à idade adulta sem estágios intermediários. Na Idade Média, as crianças a partir de sete anos eram tratadas como pequenos adultos (ARIÈS, 2001). O jovem detinha grande importância numa sociedade em que a força física era imprescindível. A iconografia firmou uma imagem que, segundo Beauvoir (1990), impôs-se nos séculos seguintes: a do velho que representa o tempo, alado e descarnado, que segura uma foice na mão. Essa foice simbolizaria o corte das vidas. A mulher velha era, segundo a autora, cruelmente denunciada, havendo, inclusive, por parte de Erasmo, uma descrição eivada de preconceito antifeminista contra mulheres idosas que espanta por ser feita por um humanista³¹. Em mais um apontamento sobre as referências à mulher velha na literatura da Idade Média e Renascença, Beauvoir (1990, p.189) diz o seguinte:

Só se encontra uma personagem de velha: a alcoviteira. A velha honesta que perdeu sua sedução sem adquirir poder não é sujeito, nem objeto: não é nada. As esposas são mulheres entre duas idades, e têm apenas um papel relativo, são a companhia, a testemunha ou o censor das extravagâncias do velho marido. A cortesã [...] interessa pouco, porque não passa de uma utilidade, uma figura estereotipada.

A velhice foi determinada nas sociedades modernas pela perda da capacidade de trabalho ou pela aposentadoria. A industrialização, aos poucos, foi configurando uma diferença entre os grupos de idade. Os mais ricos e os que trabalhavam por conta própria afastavam-se com a velhice, os operários, no entanto, ou trabalhavam até a morte ou dependiam de sua família e da caridade quando não podiam mais trabalhar. Nessa época, fica mais forte a evidência entre trabalho e não trabalho tanto antes como depois da previdência social, a pessoa que não mais trabalhava perdia sua condição de provedor sendo excluído de papéis atuantes, com a consequente segregação desse idoso na família. De acordo com Tamara K. Haveren, a partir do século dezenove, as famílias norte-americanas tornaram-se consumidoras da literatura popular de aconselhamento sobre a criação dos filhos:

³¹ Cf Beauvoir (1990, p. 183): "Essas mulheres decrépitas, esses cadáveres ambulantes, essas carcaças infectas que exalam por toda parte um odor sepulcral e que, no entanto, exclamam a cada instante: 'Nada é tão doce quanto a vida...' Ora mostram suas mamas flácidas e nojentas, ora tentam despertar o vigor de seus amantes com os guinchos de suas vozes trêmulas"

não porque os parentes mais velhos não estivessem disponíveis para oferecer tais conselhos, mas porque a orientação baseada na experiência pessoal e na tradição vinha sendo posta de lado em favor da informação semiprofissional "empacotada". Essa transição aumentou a perda de poder e influência dos mais velhos na família. (1999, p.32)

Os cuidados, que até então eram atribuição da família para com os dependentes, idosos e doentes, foram transferidos para instituições especializadas. Haveren aponta que

as mudanças socioeconômicas e culturais do século passado levaram gradualmente a uma separação do trabalho de outros aspectos da vida e a um abandono da predominância dos valores familiares em favor do individualismo e da privacidade. (1999, p.34)

No meio rural não foi diferente; o pai que antes detinha o poder da administração e trato da terra, aos poucos vai passando esse poder para o filho. A música "Couro de Boi", que tem origem no folclore europeu, no Brasil, foi adaptada por Palmeira e Teddy Vieira(1954), e representa a segregação do idoso:

Declamado:

Conheço um velho ditado que é do tempo dos zagais
Diz que um pai trata dez filhos, dez filhos não tratam um pai.
Sentindo o peso dos anos sem poder mais trabalhar
O velho peão estradeiro com seu filho foi morar
O rapaz era casado e a mulher deu de implicar
Você manda o velho embora se não quiser que eu vá
E o rapaz coração duro com seu velho foi falar:

Para o senhor se mudar meu pai eu vim lhe pedir
Hoje aqui da minha casa o senhor tem que sair
Leva este couro de boi que eu acabei de curtir
Pra lhe servir de coberta onde o senhor dormir

Cantado:

O pobre velho calado pegou o couro e saiu
Seu neto de oito anos que aquela cena assistiu
Correu atrás do avô seu paletó sacudiu
Metade daquele couro chorando ele pediu
O velhinho comovido pra não ver o neto chorando
Partiu o couro no meio e ao netinho foi dando
O menino chegou em casa, seu pai foi perguntando
Pra que você quer este couro que seu avô ia levando.

Disse o menino ao pai um dia vou me casar
O senhor vai ficar velho e comigo vem morar

Pode ser que aconteça de nós não se combinar
Esta metade do couro vou dar pro senhor levar.

(VIEIRA, PALMEIRA, 1954)

Na contemporaneidade diluíram-se as fronteiras, as definições rígidas do que seriam infância, juventude, maturidade e velhice. No Brasil a maioridade civil passou de vinte e um anos para dezoito, os jovens cada vez mais querem e vivem o que antes era restrito aos adultos. É considerada adolescente a pessoa entre os 12 e os 18 anos de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, podendo, conforme o exposto em lei, ser considerado adolescente o jovem até 21 anos de idade. No dia 20 de agosto de 2013, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou em decisão terminativa, proposta que estende de 21 para 28 anos a idade de filhos ou enteados que o contribuinte pode incluir como dependentes do Imposto de Renda (IR). Se eles ainda estiverem cursando faculdade ou escola técnica de segundo grau, esse limite poderá ser ampliado de 24 para até 32 anos. O projeto de lei do Senado - PLS/145/2008 (BRASIL, 2008) foi apresentado pelo então senador Neuto de Conto. Desse modo, é natural que a entrada para a velhice também seja postergada por alguns.

Eliza Bertucho Carrara (BERTOLOTO, 2013) tem 103 anos é a motorista mais antiga do estado de São Paulo tendo tirado a carteira com 53 anos, depois que seu marido faleceu. Ainda hoje, vai ao supermercado de carro. Foi sócia de autoescola, trabalhou com transporte escolar, e alugou seu carro para eventos tais como enterros, casamentos, em que ela era a motorista, levando inclusive times de futebol para partidas fora de São Paulo. Diz que vai dirigir enquanto puder e que não liga para quem xinga os idosos no trânsito.

Hábitos culturais são compartilhados por jovens e velhos. O rock, por exemplo, é apreciado por pais e filhos, as músicas folclóricas e regionais não são mais redutos de uns ou de outros. Acredito que os mais velhos, de modo geral, não queiram ser ou parecer ter vinte anos, mas permanecem vivenciando o que gostavam na juventude. Nos anos cinquenta do século vinte, as pessoas com mais de cinquenta anos vestiam-se formalmente como competia a uma pessoa "dessa idade", hoje, no entanto, o uso da calça jeans, da camiseta e dos tênis possibilita a pessoas de 16 a 70 anos comprarem roupas no mesmo lugar. Algumas mulheres

que têm filhas jovens, com os mesmos manequim e número de sapato, usufruem de peças do mesmo guarda roupa.

O escritor Gabriel García Márquez, ao escrever "O amor nos tempos do cólera", reconstruiu hábitos e costumes da sociedade colombiana de 1880 a 1930 e nos relata por intermédio de Florentino Ariza, personagem principal do romance que:

Tinha cinquenta e seis anos, feitos e bem feitos, e achava que eram também muito bem vividos, por terem sido anos de amor. Mas nenhum homem da época teria afrontado o ridículo de parecer jovem na sua idade, ainda que fosse ou acreditasse ser, (...) Era uma época ruim para ser jovem: havia um modo de vestir para cada idade, mas o modo da velhice começava pouco depois da adolescência, e durava até a tumba, era, mais que uma idade, uma dignidade social. Os jovens se vestiam como seus avós, se faziam mais respeitáveis com óculos prematuros, e a bengala era muito bem vista a partir dos trinta anos. Para as mulheres, só havia duas idades: a idade de casar, que não ia além dos vinte e dois anos, e a idade de ser solteiras eternas: as esquecidas. As outras, as casadas, as mães, as viúvas, as avós eram uma espécie diferente que não contava a idade em relação aos anos vividos, e sim em relação ao tempo que ainda faltava para morrerem. (MÁRQUEZ, 2010, p.321).

Além da questão da vestimenta, Marquez aponta para o que era ser mulher. Sua escrita demonstra esse certo grau de desimportância dado às mulheres. Ele observa que, até os vinte e dois anos, a esperança da mulher era o casamento. Passando dessa idade, elas eram esquecidas. Ora, em uma sociedade patriarcal em que as mulheres eram submissas ao homem (pai ou marido) e, na falta desse, aos parentes, o natural era que fossem destinadas ao lar e à criação dos filhos. Se fossem mais do que isso, eram ameaçadoras ao poder masculino. Desse modo, era normal que, após o casamento e a criação dos filhos, elas não tivessem mais importância para esse universo onde gravitavam ao redor do homem. Com seu espaço restrito, a mulher mais velha dominava somente as lidas do espaço doméstico, no que era substituída, aos poucos, pela filha ou pela nora. De acordo com Alda Britto da Motta (2012, p.87), as viúvas eram as maiores representantes do aprisionamento nesse período. "Elas eram de variadas idades, de acordo com o 'destino' que as levava a essa condição, mas quase todas permaneceriam viúvas - e socialmente vigiadas - até a velhice."

Debert (2006) entende que a geração, mais do que a idade cronológica, representa a transformação ocorrida na experiência coletiva de determinados

grupos, e esta não é causada apenas pelas mudanças sociais de ordem estrutural, mas que esses grupos são extremamente ativos no direcionamento das variações de comportamento, na produção de uma memória coletiva e na construção de uma tradição. As gerações estariam vinculadas a singularidades e comportamentos. A sucessão familiar seria menos importante que pessoas que vivenciaram determinados eventos definidores de trajetórias passadas e futuras.

A geração dos *baby-boomers*, pessoas que nasceram depois da segunda guerra mundial, quebrou tabus na sua juventude nos anos 1960-70, agora também quebram paradigmas na velhice. Aqueles que não morreram jovens nas guerras, pelas mãos das ditaduras, AIDS, drogas ou acidentes, estão passando dos sessenta, chegando aos setenta anos. Essa é a geração eternamente jovem, a qual Debert (2012, p.21) acredita ter perdido a conexão com um grupo etário específico, pois a juventude deixou de ser um estágio da vida para se transformar em valor, "um bem a ser conquistado em qualquer idade, através da adoção de estilos de vida e formas de consumo adequadas."

Seriam eles eternos jovens ou uma "geração sem idade" (*ageless*) como apontado por Goldenberg?

Ela é formada por milhões de pessoas nascidas entre 1946 e 1964 e que não veem a velhice associada a uma fase de parada ou restrição, mas como uma continuação da meia-idade. Seriam elas os novos velhos? Elas não são menos envolvidas com questões cotidianas, nem menos ativas ou engajadas do que as mais jovens. Essa geração, que viveu tempos de efervescência e luta, parece lidar de forma diferente com esse tempo que passa: traz novas atitudes, estilos de vida, preferências, opiniões e valores que repercutem em seu comportamento de consumo. (2011, p.110)

Não se poderia esperar outro comportamento de uma geração que queimou sutiãs, ousou fazer sexo por prazer e modificou valores de uma sociedade repressora.

1.5 Não sou o que me dizem que devo ser.

Rejeitar estereótipos foi o que mais fez Ney Matogrosso em toda sua trajetória como artista. Nascido em 1941, hoje com setenta anos, fez a turnê "Beijo Bandido" e

gravou um DVD³², ao vivo no Theatro Municipal do Rio de Janeiro, em cujo *making of* dá uma entrevista em que, entre outras coisas, diz o seguinte:

- Sei quem eu sou.
 - Tenho direito à minha existência, a opinião dos outros vem em segundo plano. Não acredito nas regras da sociedade pré-determinadas por alguém.
 - Eu não me acomodo. As pessoas têm muito medo e então ficam restritas.
 - Ainda tenho impulso para a vida - não sou uma onda na praia - ainda sou uma onda no mar. Eu não estou no fim da reta - vai chegar... Ainda não.
 - Isso é coisa da cabeça. Se você entrega os pontos....
 - Eu não acredito nesses limites, se assim fosse eu não estaria me apresentando nos palcos. Eu não obedeco a essas regras.
- (MATOGROSSO, 2010)

Quebrando paradigmas da existência de uma idade para a velhice, Ney Matogrosso com 70 anos não é um velho como nos acostumamos a acreditar que as pessoas de setenta anos deveriam ser. E não só ele está burlando limites. No Brasil, alguns artistas tais como Gilberto Gil (72), Roberto Carlos (72), Marília Pêra (70), Chico Buarque (70), Milton Nascimento (71), Ziraldo (80), Fernanda Montenegro (84), Bibi Ferreira (90), entre outros, estão em plena capacidade de trabalho. Caetano Veloso em uma nota sobre as comemorações dos seus setenta anos, ao ser indagado se, na época da Tropicália, imaginou-se com setenta anos, respondeu:

Olha, eu me imaginava um velhinho. Nem posso dizer que aposentado, porque eu nem sabia o que eu ia ser direito. Mas me imaginava muito pior do que estou hoje. Não sei se estou sentindo o peso da idade. Fui sentindo muitos pesos de muitas coisas, mas se é por causa dos 70, eu não sei. (VELOSO, 2012).

A representação da velhice que associa a idade cronológica à perda de capacidades e declínio certamente não se aplica a todos as pessoas que hoje se encontram com mais de sessenta anos.

A atriz Regina Duarte, de sessenta e cinco anos, na reportagem intitulada "No túnel com Regina" (BERGAMO, 2012) informa acreditar que será bem diferente de Dona Benta e Tia Anastácia, personagens de Monteiro Lobato que representavam em sua memória a imagem de como eram as velhinhas.

³² BEIJO BANDIDO, Ney Matogrosso. Direção de Felipe Nepomuceno; Renato Martins. São Paulo: EMI, 2010. 1 DVD (96 min), NTSC, son., color.

- Acho que vou ser uma velhinha moderna, contemporânea. Envelhecer vai ser horrível. Eu não quero viver muito não.
- Eu quero qualidade de vida, trabalhando, me locomovendo. Não quero ser um estorvo para ninguém. (DUARTE, 2012)

Os componentes do *The Rolling Stones*, setentões com cinquenta anos de carreira, estão fazendo *tournee* comemorativa que inclui viagens para várias partes do mundo, com jovens curtindo muito seu rock. Assim como Paul McCartney que, com setenta anos, faz shows de até três horas de duração.

Mas seriam somente os artistas, com seu comportamento de vanguarda, a se destacarem dos demais indivíduos? Acredito que não, existem milhares de outros não-famosos que ultrapassaram a barreira dos sessenta, setenta, caminhando para os oitenta, e não aceitam a imposição da sociedade para que eles sejam "velhos". Edusa Pereira³³ é uma delas. Aos oitenta anos, foi indicada para o Prêmio Cláudia de 2012. Essa é a maior premiação feminina da América Latina que procura destacar mulheres competentes, talentosas, inovadoras e empenhadas em suas áreas de atuação a buscar um Brasil melhor. Edusa³⁴ foi participante do movimento feminista, segundo ela, o movimento não tinha um olhar para a pessoa idosa. Com o passar dos anos e o aumentar da idade, ela passou a lutar pelos idosos. “Quando entrei na terceira idade, me dei conta de quanto os idosos são invisíveis e infantilizados e decidi brigar por eles” (PRÊMIO CLÁUDIA, 2012). Incomodou muita gente que se sentia homenageada ao ser tratada como coitadinha, mas que na verdade era uma anulação da maneira de ser do idoso, da cidadania. Atuante³⁵, diz que todas as maravilhas desta sociedade foram feitas pelos hoje idosos quando eram jovens e adultos, portanto o potencial do idoso permanece, só precisando ser atualizado conforme o é para todas as faixas etárias. Fazendo coro com a fala de Ney Matogrosso (2010), Edusa Pereira (PRÊMIO CLÁUDIA 2012) acredita que "nós só temos que nos afastar da vida pública quando não tivermos condições em termos

³³Pernambucana, vice-presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa de Pernambuco. Promoveu debates e palestras atuando na formulação do Estatuto do Idoso. Ajudou na criação da Promotoria Especial do Idoso e na inauguração da primeira Delegacia Especializada no Atendimento ao Idoso. Idealizou, junto com a Secretaria da Mulher de Pernambuco, o Fórum Nacional da Mulher Idosa.

³⁴ Cf: PRÊMIO CLÁUDIA 2012 - Acesso em 15 nov 2012. Disponível em: <<http://premioclaudia.abril.com.br/finalistas/edusa-pereira/>>.

³⁵ Vídeo postado no YouTube sob o título: Vivendo e Aprendendo - Edusa Pereira. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=KSO8z1KaW7Y>>. Acesso em: 15 nov. 2012.

físicos. Se você tem clareza do que quer, por que não continuar produtiva na sociedade?"

1.6 A velhice e o trabalho voluntário

O voluntariado é uma prática em constante evidência para os idosos ativos. Uma forma de escapar da inatividade pós-aposentadoria, ou para quem, com filhos criados, pode dedicar-se a uma causa, algo que os envolva ou que, do ponto de vista religioso, possa aproximá-los de Deus ajudando o próximo. Segundo Liana Lautert e Luccas Melo de Souza, o trabalho voluntário é uma alternativa para a promoção da saúde dos idosos brasileiros, devolvendo-lhes a autoestima, visto que aqueles que o praticam "assessoram outras pessoas ao mesmo tempo em que se sentem úteis e inseridos na sociedade, refletindo, essa troca, também na saúde e na qualidade de vida dos voluntários" (LAUTERT; SOUZA, 2008, p.373-374), além do exercício da cidadania.

Entrevistando a presidente da Associação dos Voluntários do Hospital Hélio Angotti (2011-2013) - Sandra Abadia Gomes de Andrade³⁶, foi possível constatar a afirmação de Lautert e Souza:

A UFTM³⁷ está fazendo um trabalho, eu não sei se você sabe.. eles estão fazendo um trabalho para poder oferecer oportunidades para o seu funcionário que está aposentando prosseguir com uma vida útil, revertendo isso para o voluntariado. E foi muito bom! Parece que a ideia é fazer anualmente. (ANDRADE, 2013)

O Plano de Ação Internacional para o Envelhecimento, desenvolvido pela ONU em 2002, quando a Segunda Assembleia Mundial das Nações Unidas sobre o Envelhecimento foi realizada em Madrid, pedia mudanças de atitudes, políticas e práticas em todos os níveis para satisfazer as enormes potencialidades do envelhecimento no século XXI. Estimulou-se a participação dos idosos em trabalhos na sociedade, por intermédio inclusive da realização do trabalho voluntário, como uma das metas a serem objetivadas por países que se preocupam em ter uma

³⁶ Entrevistada em 19 de março de 2013 na sede da Associação dos Voluntários do Hospital Hélio Angotti - Vencer!

³⁷ Universidade Federal do Triângulo Mineiro.

sociedade que seja boa para todas as idades. A Organização Mundial da Saúde preconiza o voluntariado como boa medida para o envelhecimento ativo.

No entanto, não é tão fácil conseguir a participação dos idosos, conforme nos informa Andrade (2013):

Agora vamos fazer as entrevistas individuais e com grupos porque nós estamos tendo muito problema com os voluntários. Os médicos mandam pra cá: “está deprimido? Então vai fazer voluntário”. E não necessariamente é assim. Primeiro que a pessoa que está aposentando, ela tem que primeiro verificar: “eu quero isso?”, “isso faz parte da minha vida?”, “eu tenho o interesse de viver esta experiência?”, “o que é este trabalho?”, e aí sim. Ele vem, geralmente ele está com um outro problema e a gente pode colocá-lo dentro do hospital. E aí ele tem trabalho com o médico, enfermagem, com a família. E teve casos que a gente teve até que suspender mesmo.

A presidente da Associação dos Voluntários (2013) informa que a necessidade de preencher o vazio que a aposentadoria traz não pode ser motivo para o voluntariado:

Nós temos um curso sobre o trabalho voluntário como o critério de profissão; o trabalho profissional, que tem dia, hora, assina ponto, se ele falta sem avisar a gente considera como falta, algumas faltas consecutivas levam à suspensão. A gente tenta não fazer assim tão radical, mas tem que ter porque o voluntário está muito aproximado com a caridade. Assim: eu faço um cheque e dou. Então me sobra um dia e eu vou lá. Se não sobra eu não vou. E essa é a ideia que a gente quer tirar. Aliar a caridade, mas também, com responsabilidade social. Porque é uma tentativa da gente poder ajudar o paciente a se recuperar por meio da solidariedade, da cidadania, ter condições de se tratar. Então nós esperamos do voluntário, é que ele tenha esse compromisso.

Pergunto se todos os voluntários do Hospital Hélio Angotti são aposentados:

Não. Nós não temos este viés de falar “Ah, eu aposentei e aí eu venho”. Eu acho que o voluntário que mais participa normalmente não é o aposentado. Os aposentados querem passear também, eles querem liberdade. A gente até tem gente de 80, mas eles sempre dizem: “agora eu vou pro rio, agora eu vou pescar”. E isso tudo é ter um trabalho e aqui ele não gosta. Mas é claro que tem gente que sai com muita frequência: “Eu vou pra casa do meu filho, cuidar do meu neto”. (ANDRADE, 2013).

O voluntariado não seria então um passatempo, uma forma de não ficar à toa em casa sem ter o que fazer, ele exige dedicação e comprometimento. A Associação conta com 180 voluntários; desses, 118 estão com mais de 50 anos e o voluntário com mais idade é uma senhora de 80 anos. Entrevistamos dois voluntários que se encontravam em atividade na Associação quando da entrevista com a presidente. Ambos com mais de sessenta anos. Para Celeste Helena Carvalho³⁸, (2013) com 68 anos na data da entrevista, o voluntariado vem de um exercício de vida iniciado em casa, ainda na infância:

Eu não posso afirmar para você que eu me aposentei e fui procurar alguma coisa para fazer. Desde a minha infância, eu convivi com esse tipo de serviço de doação dentro de casa mesmo. Naquela época, havia muita troca entre os vizinhos, as pessoas conhecidas. [...] Aí no ginásio, algum movimento. No curso normal, havia também um diretor que fazia questão deste tipo de solidariedade. E nós visitávamos muito a Casa do Menino, abrigo, enfim, isso sempre fez parte da minha vida. [...] Então servir o outro sempre foi normal.

A religião sensibiliza para o trabalho com o outro:

Depois, já adulta, eu me tornei espírita e faço parte de um movimento espírita. Enquanto eu trabalhava, eu tinha essa atividade no centro. E fui me preparando para quando eu me aposentar eu quero me dedicar realmente a todas estas atividades. [...] (CARVALHO, 2013)

A saída do mundo do trabalho libera tempo para outras atividades:

E como que eu vim chegar aqui na Associação dos Voluntários? Eu já estava aposentada, intensificando o meu trabalho na casa espírita, também muito amiga de uma senhora que dirige um asilo, um lar de idosos, aí eu também ia lá dar a minha colaboração, e eu assisti a Sandra, pela televisão, chamando as pessoas que quisessem fazer parte do voluntariado. Tem um bom tempo que eu estou aposentada. Aí eu vi e “taí uma coisa boa!”. Aí eu vim participar desta primeira assembleia, e depois na assembleia de fundação, e estou até hoje! Agora, não teve um motivo assim “eu vou por isso, ou por aquilo”. Eu cresci neste ambiente. [...] Então, para mim não foi perda de familiar, não foi doença em família, não foi depressão, vontade de preencher o tempo. Não foi nada disso. (CARVALHO, 2013).

³⁸ Entrevistada em 19 de março de 2013 na sede da Associação dos Voluntários do Hospital Hélio Angotti.

Ainda de acordo com estudos realizados por Lautert e Souza (2008 p.374), há menor índice de depressão, menor *déficit* cognitivo e melhor saúde física entre os idosos voluntários.

Em Israel, um estudo longitudinal contemplando idosos a partir dos 75 anos, verificou que os que realizavam trabalho voluntário não se diferenciaram significativamente dos não-voluntários quanto ao número de patologias. Entretanto, os voluntários apresentaram menor *déficit* cognitivo, menos sintomas depressivos, maior número de relacionamentos interpessoais e avaliação mais positiva da vida. Outras pesquisas realizadas recentemente demonstram que o trabalho voluntário está associado com melhor satisfação pela vida, autoestima positiva, melhor saúde física, autoavaliação positiva da saúde, menor risco para mortalidade e tratamento positivo para depressão.

Confirmando o que nos informou a voluntária Celeste (CARVALHO, 2013), quando a entrevistamos:

Temos as dificuldades que as outras pessoas têm, tenho. Mas eu não misturo. Venho pra cá com alegria, venho pra cá com prazer. Consegui novas amizades, muitos laços foram apertados, gente muito boa. A cabeça, hoje, o meu raciocínio, é melhor e mais rápido do que antigamente. Então eu lido muito com leitura, interpretação. A gente tem que ler bastante. O meu raciocínio está melhor do que antes. Claro, a memória vai falhando. Mas, eu achei que este voluntariado veio a coroar a minha vida. No seguinte sentido: tive uma infância normal, alegre, da época da mocidade, maturidade. Um serviço que me deu também muito prazer, que preencheu minha vida. E agora, é como se fosse um coroamento. Eu vejo a vida dessa maneira. Tudo o que eu vou fazer, eu faço porque eu quero. Porque eu gosto. Então eu tenho prazer em fazer.

O voluntariado atrai principalmente as mulheres e, embora em minoria, encontramos homens atuando em várias atividades que vão desde o barbear os internos, até o fazer café, distribuir e conduzir bingos beneficentes. O Sr Jacob³⁹(2013) é um deles, trabalha na Associação com sua esposa, Emília (2013):

Jacob: Eu aposentei em 2004. Eu comecei aqui em 2002. Eu estava desempregado e vim para cá. Nessa época, eu fiquei um ano antes de aposentar pelo INPS porque eu fiquei afastado. Aí depois o INPS disse que eu tinha condições de trabalhar. Eu achei que não tinha e entrei na Justiça. Aí eu aposentei. Aí eu trabalho aqui. Faço alguma coisa, ajuda e suporte.(...) Eu venho mais no dia que ela vem, que é na terça-feira aí no dia que ela não pode vir, eu venho fazer o café.

³⁹ Entrevistados na sede da Associação dos Voluntários do Hospital Hélio Angotti, no dia 19 de março de 2013.

Terça-feira passada ela estava viajando aí eu vim. E o dia que eles precisam de mim, liga lá e a gente vem. Por exemplo, a gente vai mexer agora com evento, um bingo. Então antes da senhora chegar, eu já estava acertando os detalhes. Agora vou mexer com este bingo. Aí agora eu venho quase todo dia. Mas eu já vim aqui a semana inteira. De segunda a segunda.

Jacob: Por exemplo, nós montamos a fralda⁴⁰. Quem começou a fralda aqui foi eu e o José Ricardo. Nós trabalhamos juntos 4 anos. Aí nós vínhamos aqui segunda, tinha dia que nós vínhamos aqui sábado, domingo fazer fralda. A gente ficava o tempo todo. Só pra dar uma ajuda.

Emília: Os filhos moram tudo fora. Aí para a gente preencher um pouco a gente sai.

Jacob: Nós trabalhamos. Eu trabalho, ela também trabalha. Na Associação de Voluntários do Hospital Escola. Lá no hospital, eu sirvo lanche na quinta de manhã, quinta à tarde e sexta de manhã.

Emília: E na Igreja também, né?

Jacob: A gente tá na atividade. Não pode parar.

Repete-se a questão de melhor saúde física, menor índice de depressão, menor *déficit* cognitivo entre os idosos voluntários (2013).

Jacob: É. Eu graças a Deus não tenho nada. Estes dias vou fazer uma cirurgia. Não tem remédio pra ela, só cirurgia mesmo. É de hérnia. De um peso que peguei. Mas não é nada... eu faço meu *check up* todo ano. Há pouco tempo eu fui consultar, lá no Hospital Escola e quando o médico me chamou e eu entrei ele disse: “ué, eu pensei que ia entrar um velho de 65 anos, achei que ia entrar um velhinho aqui”. Ele já me conhece de lá, do voluntariado. Eu trabalho no mesmo setor que ele. E eu gosto. Faço um trabalho na Pastoral da Saúde também, lá da Igreja.

As pessoas que têm um modo de vida como os voluntários entrevistados não se enquadram nas considerações da velhice como um fardo social, ao contrário, participantes ativos, são contribuintes para uma sociedade melhor do ponto de vista da atenção para aquele que precisa.

⁴⁰ A Associação dos Voluntários do Hélio Angotti ganhou uma máquina para fazer fraldas descartáveis para os pacientes acamados, idosos e com dificuldades financeiras.

1.7 Representações da velhice nas telas do cinema

Tanto as mulheres fotografadas por Cohen, quanto as pessoas que hoje estão passando dos 60 anos no Brasil e no mundo, vivenciaram, tiveram notícia, passaram ou protagonizaram muitas mudanças de costumes nas sociedades. Entre elas, a pílula anticoncepcional, a contracultura, o divórcio, os novos modelos de família, a liberação sexual, o movimento feminista, e, em consequência a abertura do mercado de trabalho para elas, as mulheres na universidade, as novas relações familiares, o individualismo. Vivenciaram uma sociedade oposta à de seus pais e vivem uma velhice diferente da que eles viveram. Percebe-se então que, como nos diz Goldenberg:

O sentimento de envelhecer não vem apenas de fora, não é apenas um produto do olhar do outro, mas envolve também uma percepção e uma interpretação de sinais corporais que se inscrevem nos diferentes registros do corpo orgânico, da aparência e da energia. (2011, p 40).

Os padrões culturais não são imutáveis, a vontade individual, a energia que ainda se encontra latente no indivíduo é responsável pela quebra do que seria considerado inevitável se acompanhássemos somente as grades de idade determinadas pela sociedade.

A atriz Fernanda Montenegro, de 84 anos, consciente do passar do tempo, aponta que quando chegamos à quarta idade (expressão dela) não há como negar: "queira ou não, é uma planta fenecendo. Você vê menos, ouve menos, seu paladar diminui. Mas apesar disso trabalho como se tivesse 30 anos. E não é que faça um esforço histriônico; é algo meu" (NEGREIROS, 2012, p. 165).

O envelhecer é individual, ímpar, vivido de uma forma muito pessoal. Portanto, "não pode ser reduzido à idade cronológica e, muito menos, à diminuição de determinadas funções orgânicas" (MUCIDA, 2006, p.40). De tal forma que, apesar dos exemplos citados de velhice bem sucedida, encontramos um número expressivo de brasileiros em idade avançada que não tem amigos, família ou trabalho.

Para alguns desses, moradores da cidade de Santos em São Paulo e que se encontram em estado de vulnerabilidade, a Prefeitura encontrou de forma pioneira no Brasil, uma alternativa de residência para idosos sozinhos que ainda mantêm

certa independência e possuem renda de um a dois salários mínimos, as "repúblicas para idosos". São moradias subsidiadas para idosos em situação de risco pessoal e social, sem ou com vínculos familiares (rompidos ou fragilizados). Na casa, a autonomia e convivência comunitária são preservadas, são os próprios moradores que gerenciam as atividades e despesas. Cada morador paga uma taxa de menos de cem reais, referente ao aluguel simbólico, e rateia despesas de água e luz. Assim, os idosos se sentem em casa e se mantêm autossuficientes e capazes de pagar suas contas, com o restante de sua aposentadoria livre para que façam uso como lhes convier. São eles que cuidam da limpeza e organização de tarefas, feitas por todos em sistema de revezamento. As decisões são tomadas em grupo, de acordo com regulamentos e estatutos decididos pelos idosos, modificados conforme a decisão da maioria. Interessante salientar que essa forma de residência propicia a liberação de vagas asilares que podem ser redirecionadas a pessoas em maior situação de risco, além de possibilitar aos idosos residentes o estabelecimento de redes de apoio social, cultural, de saúde e de afeto, numa estrutura mais próxima à familiar do que nos asilos.

A propósito das repúblicas para idosos, o filme "E Se Vivêssemos Todos Juntos?" (Título original: *Et si on vivait tous ensemble?*), comédia francesa de 2012⁴¹, conta a história de cinco idosos ligados por uma forte amizade que já dura mais de 40 anos. Quando eles começam a sentir a memória falhar e a velhice chegando, o fantasma da casa de repouso vem assombrá-los, então decidem viver juntos. A convivência traz velhas lembranças, novas perspectivas e o novo desafio de viver em república com mais de 75 anos. Claro que o filme é uma representação romanceada de uma comunidade de idosos, mas leva a pensar sobre a existência de vida, paixão e força interior por trás das rugas e cabelos brancos, e, principalmente quando uma personagem diz: "a gente planeja tudo, mas nunca pensa no que fazer nos últimos anos da vida".

Em "O amor nos tempos do cólera", Urbino Daza, em conversa com Florentino Ariza, faz algumas considerações sobre a velhice:

Previo um futuro mais humanitário, e por isso mesmo mais civilizado, de seres humanos isolados em cidades marginais a partir do momento em que não pudessem mais cuidar de si mesmos, para

⁴¹ Com direção de Stéphane Robelin, roteiro de Nacy Rivas e Stéphane Robelin e um elenco formado por Jane Fonda, Pierre Richard, Geraldine Chaplin, Daniel Brühl, Claude Riche Guy Bedos.

lhes poupar a vergonha, os sofrimentos, a solidão espantosa da velhice. Do ponto de vista médico, segundo ele, o limite poderia ser o dos sessenta anos. Mas enquanto se chegava a esse grau de caridade, a única solução eram os asilos, onde os anciãos se consolavam uns aos outros, se identificavam em seus gostos e suas aversões, em suas mágoas e tristezas, a salvo das discórdias naturais com as gerações seguintes. Disse: Os velhos entre os velhos são menos velhos. (MÁRQUEZ, 2010, p.385).

Fato é que as pessoas almejam viver o máximo de forma digna e sem sofrimento, querem participar dos assuntos e das decisões da comunidade em que estão inseridos, estender direitos sociais e encontrar ajuda para quando suas capacidades entrarem em declínio. A atriz Fernanda Montenegro refletindo sobre a velhice, acredita que:

A extrema velhice é uma hora complicada, porque o final está perto. Por mais que se cuide, as coisas vão, fisicamente - e às vezes psiquicamente, falhando. A pessoa envelhecida tem seu tônus e sua personalidade. Desenvolveu pela vida um temperamento, um "gostar" em todos os sentidos - o que come, o que veste, o que ouve, o que lê - e vai se confinando numa impotência física dolorosa. Há uma hora em que os que estão em volta têm de tomar ciência, por mais que isso às vezes constranja a pessoa que está na quarta idade. Porque na terceira idade, hoje, já vai se aguentando melhor. Aí tem aquele problema: o que fazer? (NEGREIROS, 2012, p.165)

Fernanda Montenegro fala em quarta idade referindo-se àquele período da vida em que as pessoas idosas passam a necessitar de ajuda para os atos da vida diária. E como bem já o vimos, esse período não corresponde a uma idade específica, visto que individualmente cada pessoa vive a sua velhice em um determinado período, ou nem chega a vivê-lo.

O ator Walmor Chagas sentiu a velhice chegar quando, fragilizado por doenças que algumas vezes acometem pessoas com mais de oitenta anos, cometeu suicídio⁴². Incomodava-o a presunção de dependência que se avizinhava.

O incômodo com a dependência foi representada por cineastas em filmes recentes que apresentam temáticas vinculadas a personagens maduros, o que, além de contar com público cativo, representa também questões que incomodam os próprios diretores. Os filmes representam a maturidade, por haver espectadores interessados, mercado, mas também em virtude da própria maturidade dos

⁴² "Último ato" - Folha de S. Paulo - Caderno Ilustrada – 29 jan. 2013.

cineastas. De acordo com Woodward, identificamo-nos com os outros num processo de ausência de consciência da diferença ou da separação, ou de supostas similaridades. Segundo ela, o conceito de identificação tem sido retomado na teoria do cinema pelos estudos culturais, "para explicar a forte ativação de desejos inconscientes relativamente a pessoas ou imagens, fazendo com que seja possível nos vermos na imagem ou na personagem apresentada na tela". (Woodward, 2000, p.18)

O diretor de cinema Michael Haneke, de setenta e um anos, mostra com muita sensibilidade essa fase da vida em que precisamos da ajuda do outro no filme "Amor."⁴³ É a história de um casal, Georges e Anne, professores aposentados, ambos com mais de oitenta anos. Ao mesmo tempo em que o diretor enfatiza o amor de Georges tentando cumprir o que lhe solicitou Anne: não voltar para o hospital, apresenta também a impotência diante da velhice e da doença. Não são pessoas pobres, desprovidas de recursos, ao contrário, têm cultura e dinheiro, sinalizando que, independentemente da classe social, todos chegaremos à velhice. O filme representa o que mais tememos em relação a essa fase da vida, a cadeira de rodas, o orgulho ferido, a inabilidade para as mínimas coisas do dia a dia e a vida entre quatro paredes, apartados do exterior. É uma representação dura, que faz com que saíamos do cinema com o peito pesado, de frente para a realidade do futuro que possivelmente nos espera. Por outro lado, o filme traz nuances da amizade, do carinho, da memória. Há uma cena em que, ao perceber que estava perdendo suas lembranças, Anne pede com urgência a seu marido, o álbum de fotografias.

Percebemos uma interpretação autojustificadora na entrevista da diretora do filme "Late Bloomers – O Amor Não Tem Fim"⁴⁴, que apresenta um casal maduro discutindo sobre como o peso da idade afeta a vida a dois. Julie Gavras⁴⁵ (2011), diz que o filme "Não é só sobre idade, mas também sobre viver como um casal por um tempo longo, ter que lidar com diferentes etapas, morar junto, ter filhos. Acho

⁴³ AMOR. Diretor: Michael Haneke. França, Alemanha e Áustria: Imovision, 2012. 1 filme, son., color.

⁴⁴ Late Bloomers. Direção: Julie Gravass. França, Bélgica, Reino Unido: Gaumont, 2010. 1 film (95 min), son., color | 35mm.

⁴⁵ Cf: Julie Gavras faz rir para falar de temas importantes. **iG São Paulo**, 26 out. 2011. Entrevista concedida a Marco Tomazzoni. Disponível em: < <http://ultimosegundo.ig.com.br/mostracinemas/julie-gavras-faz-rir-para-falar-de-temas-importantes-leia-entrevista/n1597321167670.html>>. Acesso em: 22 jan. 2012.

que cada casal tem seus passos. Esse, a idade, é só mais um". Incomodada pelo fato de as comédias românticas contarem sempre a história de pessoas com 25, 30 anos, perguntou-se, "e, se eles tivessem 60 anos"? Não foi fácil encontrar o elenco, principalmente pelo fato de que as atrizes francesas não estavam dispostas a assumir a idade. Assim que liam o roteiro, desistiam do trabalho. Gravas (2011) aponta que a indústria cinematográfica tanto na França quanto nos Estados Unidos é bem dura com atrizes que passam dos quarenta anos, com sessenta só lhes resta o papel de avó. No Brasil, a dificuldade para encontrar-se uma atriz que possa representar a matriarca de uma família é expressa pela atividade incessante de Laura Cardoso, atriz de 85 anos, que vem emendando um trabalho no outro, uma vez que, como ela que nunca fez plásticas, há poucas em atividade.

A dificuldade dos artistas configura-se no que Pierre Bourdieu (2011, p. 57) nos coloca como o "processo pelo qual os indivíduos interiorizam as estruturas do mundo social, transformando-as em esquemas de classificação que orientam seus comportamentos, suas condutas, suas escolhas e seus gostos". Ainda segundo Bourdieu (2011, p.58) :

A noção de *habitus* tem várias propriedades. Ela é importante para lembrar que os agentes têm uma história, que são produto de uma história individual, de uma educação associada a determinado meio, além de serem o produto de uma história coletiva, e que em particular as categorias de pensamento, as categorias do juízo, os esquemas de percepção, os sistemas de valores, etc. são o produto da incorporação de estruturas sociais.

No caso das atrizes e da indústria cinematográfica, as estruturas sociais orientam comportamentos. No entanto, Bourdieu nos alerta que o *habitus* não é um destino, trata-se de um sistema aberto de disposições que estará submetido constantemente a experiências, ele só se revelaria em referência a uma situação, ou seja, "na relação com determinada situação que ele produz algo" (2011, p.62), assim com uma mola, seria necessário um desencadeador que, em situações diferentes, pode fazer coisas opostas.

O conhecimento da situação a que são expostos os velhos, e suas experiências de vida é que dá corpo à história do filme "O exótico Hotel Marigold"⁴⁶,

⁴⁶ O Exótico Hotel Marigold. Direção: John Madden. Reino Unido: 2011. 1 filme (124min), son. Color.

baseado no romance *"These Foolish Things"*, de Deborah Moggach, dirigido por John Madden, diretor inglês de sessenta e quatro anos. O filme conta a história de idosos ingleses que, insatisfeitos com o rumo que suas vidas vão tomando, e dispostos a não se renderem à obviedade do destinado a eles, deparam-se com a propaganda de um resort geriátrico na Índia. Ao chegarem lá, percebem que nada do que era oferecido no folheto está à disposição. Sem grandes dramas, aos poucos, eles acabam descobrindo motivações que tornam suportável e até feliz o período de hospedagem no hotel. O filme é recheado de clichês, no entanto o que nos interessa registrar é a mudança que aos poucos vai se configurando, visto que o cinema costuma ignorar os idosos. Geralmente são coadjuvantes prontos para a morte ou referências do tipo dos mestres do *kung fu*. Idosos como protagonistas em longas-metragens, não são recorrentes, daí a possibilidade de citação nominal. "Cocoon" (1985), "Antes de Partir" (2007), "Ainda adoráveis" (2008), juntam-se aos já citados, além de: *"Red - aposentados e perigosos"* que é um filme de ação americano, distribuído no Brasil pela Paris Filmes (2010). Foi idealizado a partir de uma história em quadrinhos elaborada por Warren Ellis e Cully Hamner, com título homônimo e publicada pela Homage da DC Comics. O roteiro apresenta ex-agentes da CIA, que voltam à ativa com muito dinamismo. No filme, um dos personagens se encontra em uma casa de idosos e, ao ser questionado se gostaria de participar de uma nova ação, responde:

- Tenho oitenta anos, o fígado tomado pelo câncer... Nunca pensei que isso ia me acontecer...
- O quê?
- Ficar velho... Vietnam, Afeganistão e agora casa de repouso... (RED, 2010).

É comum perceber-se a vinculação da velhice com fraqueza, com dependência, porém a prática se mostra diferente das representações. As pessoas, vão experimentando a passagem do tempo de forma diferente do modo como as gerações anteriores viveram. Chegar à velhice pode não ser somente esperar a chegada do fim, mas, talvez, buscar um novo começo. Um novo começo é o que procuram os casais maduros dos filmes "Simplesmente Complicado"⁴⁷, "Um divã

⁴⁷ SIMPLESMENTE Complicado. Direção: Nancy Meyers. EUA: Universal Pictures, 2009. 1 filme (120min), son., color.

para dois⁴⁸" e "Alguém tem que ceder"⁴⁹. São filmes em que os protagonistas, com mais de cinquenta anos, representam questões existenciais e uma sexualidade latente, que não deixou de existir em virtude do avanço da idade.

1.8 Velhice e Gênero

Homens e mulheres apresentam trajetórias sociais diferenciadas. Diferem em virtude da formação desigual, do desestímulo ou dificuldade de acesso e permanência no mercado de trabalho, da hierarquia existente entre elas e eles, do poder e posse dos homens sobre as mulheres.

Essas, desde pequenas, foram orientadas à passividade. O brincar, tão necessário ao entendimento do funcionamento do mundo, que nos prepara para a frustração, o medo, a negociação, apresentou-se para as meninas em forma de atividades voltadas para o cuidado com o lar e com os filhos. Esse quadro vem mudando, mas, para os idosos dos séculos vinte e vinte e um ainda se aplica. Os meninos foram acostumados a atividades fora do lar, todo o seu brincar era voltado para a rua, para as atividades de poder. As relações de gênero foram forjadas desde o nascimento para a desigualdade. Ser feminina significava obediência e conformismo. De acordo com Alda Britto da Motta, "Este padrão encontra-se em franco desmonte, mas norteou a vida das mulheres que hoje são velhas" (1999, p.209).

As desigualdades entre homens e mulheres são construções resultantes das relações sociais, não somente diferenças biológicas. De acordo com o processo cultural, homens e mulheres desempenham papéis historicamente determinados, considerando-se que, no interior de cada cultura, esses papéis podem mudar. Pesquisas demonstram desigualdades existentes entre homens e mulheres nas sociedades bem como a posição de desvantagem em várias instâncias dessas mesmas sociedades. No Brasil, até a Constituição Federal de 1988, a mulher trabalhadora rural só poderia requerer aposentadoria se fosse “cabeça do casal”,

⁴⁸ UM DIVÃ para Dois. Direção: David Frankel. EUA: Imagem Filmes, 2012. 1 filme (100min), son., color.

⁴⁹ ALGUÉM Tem que Ceder. Direção: Nancy Meyers. EUA: Columbia Pictures, 2004. 1 filme (128min), son., color

caso contrário, mesmo labutando ombro a ombro nas lidas da roça não teria o tão sonhado direito⁵⁰.

É importante destacar a luta da mulher por direitos que passam pelo reconhecimento da união estável, do salário maternidade, da licença estendida para a maternidade, das creches, das salas de amamentação, do trabalho doméstico, do direito da dona de casa. No entanto, alguns benefícios ainda estão por ser conquistados, como o índice de insalubridade idêntico para a mulher que trabalha no mesmo ambiente do homem, de salários iguais para funções idênticas, da divisão de tarefas domésticas, da educação e atenção aos filhos e filhas, dividida entre pais e mães.

A valorização da mulher, durante seu período reprodutivo e na criação dos filhos, tende a se esgotar com a velhice. Acumulam-se perdas com a viuvez, a falta de direito à aposentadoria, em virtude de subempregos, salários baixos e do trabalho no lar. No entanto, fala-se na feminização da velhice, que ocorre em virtude de influências genético-biológicas e socioculturais. As mulheres vivem mais em todo o mundo e talvez por isso, “as idosas estejam mais expostas ao isolamento, à carência de cuidados, ao abandono e à violência, muito mais que os idosos, principalmente nos estratos sociais mais pobres” (NERI, 2007, p.50). No entanto esse quadro apresenta variações, há um novo perfil de mulheres idosas, cuja marca é a de serem trabalhadoras, vaidosas e com vida sexual ativa. Beatriz Borges⁵¹, costureira, 62 anos, é um exemplo de mulher batalhadora que, ao ficar viúva, foi viver a vida como antes não tinha podido em virtude da criação dos filhos, do casamento e de exercer o papel que lhe era determinado pela sociedade.

Depois que operei o coração perdi um pouco a saúde. Quando eu estou passando bem, vou nas danças, acho bom demais, sou

⁵⁰ A historiadora Eni de Mesquita Samara, em suas pesquisas, aponta que na Vila Rica de Ouro Preto, em 1804, 45% das mulheres eram chefes de domicílio, quando o percentual de São Paulo era de 30%. Segundo ela, no século dezenove, apesar de predominar a família patriarcal, que era o modelo a ser seguido por ser o da elite, havia outros padrões de família, como por exemplo, mulheres viúvas que moravam sozinhas no interior, e outras que mudavam com a família para povoamento. Demonstrando que não se encontrava somente homens sozinhos nessas paragens.

⁵¹ Beatriz Borges é costureira, tem 62 anos, foi entrevistada pela pesquisadora, em sua residência em 18 jul.2012.

animada. Ninguém me vê desanimada, vou na ginástica, na Igreja, na dança, agora estou na aula de informática. Desde quando tinha 10 anos eu dançava, depois que casei nunca mais fui na dança. Ele não gostava e a gente só saía junto. Depois de dois anos que ele morreu, comecei a me sentir sozinha. Pensei em arrumar uma coisa pra fazer. Aí eu pensei, eu gosto tanto de dança, vou começar a dançar. Vou animada, danço não tem cansaço. Acho bom demais. (BORGES, 2012).

O horário melhor para dançar ...

Vou na dança à noite, onde tem a terceira idade, vai muita gente. Não gosto de ir dançar de dia não. Quando eu ia na dança durante o dia no salão da Igreja Nossa Senhora das Graças era de duas às cinco. Tem bastante gente na dança, gente nova, gente velha, mais mulheres do que homens. Acho que tem mais mulheres no mundo. Vão homens solteiros, separados, casados (risos). Tem dia que tá mais vazio. A música é ao vivo. Na sexta é até às duas e, no sábado, até às quatro da manhã. Eu volto sempre meia noite, uma hora. Começa nove, nove e meia. (BORGES, 2012).

É possível identificar o processo de aposentadoria, viuvez ou divórcio a uma libertação, à possibilidade do lazer, a novas descobertas, inclusive do uso do tempo vago para o aprendizado e a realização de projetos não consumados em virtude das obrigações familiares e de trabalho. Por esse ponto de vista, atenua-se a ideia do tempo como inimigo que avança de forma inexorável condenando o idoso à solidão, à insignificância. O tempo pode ser aliado. Algumas mulheres aposentadas usufruem com alegria sua nova condição quando têm saúde⁵².

Do meu passado, vindo da minha infância, tudo para mim, eu consegui. Eu tive um êxito. Inclusive, ontem eu estava falando sobre metas, esse ano eu já cumpri as minhas metas. Até estava comentando sobre isso. Agora, se eu me sinto bem aposentada, sim. Sinto. Acho que fiz a coisa certa, na hora certa. Por que? Perdi em termos financeiros? Sim. Perdi. Mas ganhei em qualidade de vida. E para mim, qualidade de vida, saúde, diversão, é muito importante também. Eu creio que o ser humano não veio na terra só pra trabalhar não. Ele veio para viver bem, para divertir. Até porque é uma diversão, é um viver bem que eu considero sim. Que é fruto do meu trabalho. Eu não tirei nada de ninguém. (RAQUEL, 2012).

⁵² A exemplo de Raquel (nome fictício, a pedido da entrevistada), funcionária pública federal aposentada. Entrevista feita em sua residência em julho de 2012 pela pesquisadora.

Ao final do período fértil, em que a menopausa libera a mulher da obrigação da maternidade, pelo menos para a geração que hoje se encontra em idade de aposentadoria, dois são os sentimentos. O primeiro é: os homens não olham mais para mim com os olhos de antes. O segundo pensamento é: paciência, agora eu vou viver como quero, viver para mim e não para os outros. À Raquel (2012), perguntamos: você acha que o fato de estar solteira hoje, facilita a sua qualidade de vida?

Com certeza! É que eu já tive um namorado e ele já tentou me grampear por duas vezes e eu caí fora e também perdi. Eu liberei e não quis mesmo. Não quero. Não quero. Ninguém acredita. Ele era mais novo do que eu e ninguém acredita. Mas eu dispensei esta situação. Eu não dispensei um namoro, mas essa situação de me prender a alguém, nesta altura do campeonato, não. Depois dos 70 não é idade de você se prender a alguém.

A entrevistada Beatriz (BORGES, 2012) nos fala de sua vida atual.

Eu ainda quero aproveitar muito. Não tô preocupada com a idade não. Agora eu tô namorando... (risos). Mas tô ficando nervosa por que ele não quer dançar e eu gosto muito de dançar e ele não pode. Ele trabalha até oito e meia da noite, aí então até tomar banho, acho que não dá mais tempo. Aí eu acho sem graça, ir sem ele. Eu fui e eu sou muito fiel, eu acho que não tá certo. Eu não penso em casamento, acho que é uma vez só. Deus levou o que eu tinha, não acho que tenho que por outro dentro de casa, não.

As mulheres idosas do século XXI vivem a fluidez das normas etárias e, com a feminização da velhice, são capazes de ultrapassar as regras rígidas de comportamento. Vimos por intermédio dos depoimentos das senhoras Sebastiana, Onair, Raquel, Beatriz, Edusa e as fotografadas por Cohen que, mesmo com diferenças sociais, há uma quebra dos comportamentos esperados. Existe mais liberdade e participação extraluar. Todavia, a vivência de novas situações pode também provocar tropeços, como por exemplo, o aumento da incidência da AIDS em mulheres acima dos 50 anos. Elas acostumaram-se a usar camisinha SOMENTE para evitar filhos e agora, ao se verem viúvas ou divorciadas pós-menopausa, negligenciam o seu uso. Em 2006, havia 11,6 mulheres contaminadas nessa faixa de idade para 100 mil habitantes contra 3,7 por 100 mil em 1996, ou seja, o número de casos foi três vezes maior em dez anos. Segundo o Ministério da Saúde, 72%

das mulheres acima dos cinquenta anos não usam camisinha nas relações sexuais casuais. Em 2008, percebeu-se que havia 16 casos de homens infectados para 10 de mulheres acima dos 40 anos ou mais, contra a proporção de 33 casos em homens para 1 mulher acima dos 40 anos em 1985⁵³.

Na atualidade, encontramos pessoas com mais de sessenta anos fazendo coisas impensáveis se estivéssemos nos anos 1970, por exemplo. Pessoas com 60, 70 e 80 anos estão disputando campeonatos de natação sênior, existem concursos de misses e de dança. As noções, antes claras, do que se deva fazer a cada etapa da vida estão nebulosas, sem contornos rígidos. Vimos, em parágrafos anteriores, que os senhores Hélio e Ademar se aposentaram e continuaram a trabalhar. Nem tanto por questões de manutenção, mas, principalmente para não ficarem em casa sem ter uma ocupação. Outros, porém, continuam a trabalhar em virtude de o valor da aposentadoria não ser suficiente para a sobrevivência. Na pesquisa "Idosos no Brasil", verificou-se que, dos entrevistados, 22% ainda trabalhavam. Desses, 11% trabalham e não são aposentados e 11% são aposentados. (NERI, 2007, p235).

De acordo com o jornal Folha de S. Paulo⁵⁴, o emprego para os mais velhos é o que mais cresce no Brasil; somente 2% das pessoas que procuram emprego e têm mais de 60 anos não encontram. Segundo o jornal, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) apontaria para um crescimento de 6,8% entre 2012 e 2013. Em Campinas, uma rede de supermercados (Enxuto) desde 2011 vem contratando funcionários com mais de sessenta anos, são dezoito de um total de quatrocentos e desses, metade tem mais de quarenta anos. Nos anos 1990, pessoas com mais de quarenta e cinco anos não encontravam trabalho.

A gerente de Recursos Humanos da Sig Engenharia, Lucimere Fontoura Fragoso⁵⁵(2011), informa que vem contratando e recontratando pessoas aposentadas ou com mais de quarenta e cinco anos: "há muita dificuldade de

⁵³ Fonte: Agência Saúde e <<http://sistemas.aids.gov.br/feminizacao/index.php?q=dados-sobre-eminiza%C3%A7%C3%A3o-da-epidemia-de-aids-e-outras-dst#40>>

⁵⁴ SOARES, Pedro. **Emprego para mais velhos é o que mais cresce no país**. Caderno Mercado, Folha de S. Paulo, 9 fev.2014.

⁵⁵ LUCENA, Patrícia. **Experiência abre oportunidade para pessoas mais velhas**. iG São Paulo. 21/02/2011. Acesso em 27 dez 2013. Disponível em: <<http://economia.ig.com.br/carreiras/experiencia-abre-oportunidade-para-pessoas-mais-velhas>> . Acesso em 27 dez 2013.

reposição de mão de obra, o funcionário que já tem experiência profissional, pode inclusive treinar novos funcionários".

Uma rede de *fast food* que tradicionalmente contratava somente jovens, hoje trabalha com programas que treinam e contratam profissionais acima de 45 anos. Segundo a direção da rede, não se trata de filantropia, mas de passar para o cliente a sensação de ser bem recebido, de estar em casa⁵⁶.

O senhor Ademar⁵⁷(2013) trabalhou dezoito anos após sua aposentadoria, hoje não consegue, apesar do tempo livre, dedicar-se a uma atividade de lazer.

O senhor já foi alguma vez no UAI? (Unidade de Atendimento ao Idoso)

- Nunca fui lá não. A gente não foi criado nesse sistema né?

As pessoas vão lá para nadar, dançar, jogar...

- E brigá, né?

Brigar também. Mas o senhor nunca quis ir lá não?

Não. Sem nenhum tipo de dúvida. Eu vou falar um negócio pra senhora. A senhora não leva a mal não. Eu não gosto de festa e de muita gente. Por exemplo, festa da Abadia, não me pega. Exposição, não me pega. Carnaval então, aí como diz o outro, aí que desgraçou mesmo! Não me pega. Eu não gosto desses trem desses tipo. Isso não me pega. Não faz meu gênero não.

Sem o trabalho ele não se sente integrado. Sobre a aposentadoria disse:

Aí eu achei bom. Aí depois já comecei a achar ruim, os lugares que a gente vai, parece que não tá bom. O povo fica olhando a gente assim, não é bom, não. Eu não gosto de ficar à toa, não.

Segundo Johannes Doll, não seria a atividade de lazer em si que traria satisfação, mas o sentimento de integração quando da realização de tais atividades: "Através da atividade profissional, ele se sente útil e reconhecido. Já o lazer, um simples passatempo, não traz a mesma sensação, deixando um possível sentimento

⁵⁶ Fonte: Contratar profissionais com mais de 40 anos é uma tendência. **Portal Carreira & Sucesso**. Matéria publicada em 16 set.2009. Disponível em: <<http://www.catho.com.br/carreira-sucesso/noticias/tendencias/contratar-profissionais-com-mais-de-40-anos-e-uma-tendencia>>. Acesso em 27 dez.2013.

⁵⁷ Sr. Ademar, motorista aposentado, 73 anos, entrevistado em sua residência no dia 09 jan. 2013, pela pesquisadora.

de vazio" (DOLL, 2007, p.111). Pessoas que somente trabalharam fora de casa, que se acostumaram a ter o lar principalmente para descanso, têm mais dificuldade com a velhice. O companheirismo com os colegas de trabalho não persiste com a aposentadoria. As relações sociais diminuem com o fim do trabalho formal.

Culturalmente percebemos que a utilização do tempo pelos idosos para o lazer ou outras atividades importantes para eles vai depender das condições socioeconômicas e de saúde, da escolaridade e da região onde moram. Essas atividades vão desde o simples assistir televisão, à participação nas comunidades religiosas, de cultura, de associações, de voluntariado entre outros.

Conceição Castro Cota de 76 anos, viúva, mora sozinha, por opção, e além de vender pijamas e camisolas em sua casa, conta-nos o que faz ao longo da semana.

A senhora vai ao cinema?

Não. Eu não acostumei, né? Eu viajo muito, porque os meus filhos moram fora. Chego de um, descanso, vou pro outro.

Então a senhora não viaja para fazer turismo.

Não. Turismo não. Nunca fiz. Férias a gente tira mesmo com a família, com os filhos. Eu vou viajar nas férias, com os meninos. Hoje em dia eu faço assim, eu já fiz ioga, hidroginástica. Hoje eu faço hidroterapia, por causa das pernas. Procuro caminhar. E assim eu vou vivendo.

A senhora vai à igreja?

Vou à igreja. Vou à missa todos os domingos. Já participei de muito movimento de igreja. Hoje não participo porque não tenho condição. Mas de movimento de igreja eu já participei muitos anos. Visita aqui no Hospital Hélio Angotti eu fiz muito. Eu fiz parte oito anos seguidos. Deixa eu te contar uma coisa. Hoje eu participo do Lions. Que eu tô participando mesmo é do Lions. Desde 1973. Eu vou às reuniões. Quando eu vou lá, tenho sempre uma amiga que dá carona. Então eu vou, participo das reuniões. A vida tá boa. Não tá ruim, não. A gente sente... não sou de ficar falando: "ah, eu tô sozinha". Reclamando. Detesto reclamação. (COTA, 2013).

Dona Conceição faz parte do grupo de mulheres que, ao ficarem viúvas, não se casaram novamente e mantêm o papel de mãe e avó estipulado pela sociedade. No entanto, não se sentem incomodadas por isso, viajam, têm amigos, participam de almoços familiares e sempre querem estar com a família e a família com elas. Ao

contrário de outras mães e avós que, ao ficarem viúvas e terem os filhos criados, querem viver a vida que não viveram, estão felizes com a vida entre familiares, com o respeito que lhe dedicam os filhos e netos. Entretanto não querem ser dependentes, trabalharam duro no lar e para o lar, acostumaram-se a definir os rumos da família, formaram todos os filhos, mantêm sua casa, seus afazeres, seu ganho com pequenos trabalhos.

Allan Ribeiro produziu um documentário denominado "Senhoras"⁵⁸, em que entrevista oito senhoras com idades que variam de 59 a 74 anos e dentre outras perguntas, questiona sobre o lazer:

Iara, 70 anos - A minha vida é uma vida monótona, como de todas as pessoas, a maior parte das pessoas com terceira idade. (...) Igreja, ver televisão e igreja.

Elisabete, 59 anos - Eu não faço nada não. Eu me divirto com os meus bichos, com a natureza. Com o galo, com a galinha, com o gato, com 2 cachorros, e o aborrecimento daqui porque todo mundo me exclui porque eu gosto dos gatos e das crianças. Só quem gosta de mim aqui é as crianças.

Valquíria, 74 anos - Eu não faço nada. Sou aposentada, e os meus afazeres são domésticos, como de qualquer pessoa. E de vez em quando meus passeios e meus sambas, pagode, Império Serrano. Império Serrano é de lá que eu tiro o meu sustento. Pra minha idade, pra poder sobreviver, né? Porque sem alegria, você não vive.

Maria Ângela, 74 anos - Pra me divertir a gente tem que ligar a televisão, e quando tem essas festinhas religiosas, que fazem muita falta. [...] Novela, eu não gosto de novela, porque as mulheres estão sempre doentes. As mulheres que trabalham em novela estão sempre na cama.

Marlene, 61 anos - Reuniões, esses negócios de violão, de cantar e tal. Tipo seresta, só isso mesmo. (SENHORAS, 2001).

A pesquisa "Idosos no Brasil" aponta que as principais atividades realizadas pelos idosos entrevistados ocorrem dentro de casa, uma vez que o lazer fora de casa diminui bastante com o passar dos anos. Dentre essas atividades e de acordo com o grau de escolaridade estão: o assistir televisão, trabalhos manuais, ouvir rádio, cantar, ler, jogar, cuidar de animais e plantas. A TV é intensamente utilizada por pessoas em idade avançada, por falta de outras atividades ou por doenças que

⁵⁸ Curta-metragem de 17 minutos - Rio de Janeiro – 2001. Disponível no site: "Portacurtas": <<http://portacurtas.org.br/filme/?name=senhoras>>. Acesso em: 07 jan. 2012.

os incapacitam para a vida cotidiana. Alguns utilizam a televisão como forma de se informar sobre o mundo fora de casa, sobre os acontecimentos relatados nos telejornais. Apesar da grande utilização da TV pelos idosos, eles são os menos representados em seus programas⁵⁹. Quanto às atividades fora de casa, elas são principalmente religiosas, familiares, esportivas, ir a bailes/dançar, atividades aquáticas (piscina, praia e pesca) e com amigos. De acordo com Doll (2007, p.113), o sonho dos idosos é realizar mais atividades fora de casa e um dos maiores desejos é viajar ou passear, e o que mais os impede de realizar é: falta de dinheiro (33%), saúde (17%), seguidas de falta de tempo, falta de companhia e obrigações familiares, como cuidar de parentes.

Volto à Roma antiga para destacar que não é recente a preocupação com a velhice. Marco Túlio Cícero, intelectual, filósofo e orador romano de grande prestígio, refletindo sobre a velhice comenta que "deve-se ajudar não só o corpo, mas também e muito mais o espírito, pois também as forças do espírito se apagam se não forem alimentadas com o óleo da lâmpada" (CÍCERO,1999 p.30). A respeito do fato de, na velhice, restarem poucos prazeres e alegrias, o pensador reflete que, para ele, é prazeroso, ao final da noite, refletir, para exercitar a memória, "sobre tudo que durante o dia falei, ouvi e fiz. Estes são exercícios do espírito, os caminhos da mente. Se tudo isso me trazem suor e esforço, não me fazem muita falta as forças físicas" (1999, p.31). De tal forma que reafirma que quem tiver objetivos, envelhece o corpo, mas não o espírito: "Quem sempre vive com tais objetivos e trabalhos nem sequer sente a velhice quando chega. Assim pouco a pouco a vida desemboca na velhice, não quebra de súbito, mas se apaga suavemente".(1999,p.32)

Ao ficarmos velhos, não vivenciamos uma ruptura entre o adulto que fomos e o velho que somos. A velhice é um prolongamento da vida que vivemos. Os vários caminhos que percorremos podem nos levar por uma rota sempre ascendente, linear e tranquila, ou trilharemos grotas que se desbarrancam com o passar do tempo. Esse é o aspecto vivenciado pelo indivíduo, mas do ponto de vista das pessoas ainda jovens ou adultos jovens as questões negativas da velhice predominam. Há ainda, apesar de todos os pontos favoráveis levantados neste

⁵⁹ Guillermo Maurício Acosta-Orjuela em sua pesquisa demonstra que "os velhos em sua maioria são representados na TV comercial como excêntricos, atordoados, teimosos sem senso comum ou como pessoas que incomodam" .(1999, p.204) Acreditando que tal conduta reforça o estereótipo negativo da velhice.

capítulo quanto à vida na velhice, um preconceito social em relação aos velhos, o que ocasiona uma não identificação com a velhice. Identificação que é necessária para que as pessoas possam, se não se preparar, pelo menos ver-se no lugar do outro e lutar por políticas públicas dignas, que nos atendam a todos nessa etapa da vida na qual passamos de espectadores a atores. Perdas são inevitáveis no sentido biológico, para mulheres e homens, mas no sentido social não devem ser inevitáveis, é preciso que se combatam os estereótipos, partindo-se da ideia do couro de boi aqui citado. Um dia, esse pedaço de couro será nosso e não dos outros. Vimos que, apesar de as mulheres viverem mais tempo, a qualidade dessa vida a mais nem sempre é boa. Elas vivem mais tempo sem amparo com a saúde frágil e sem companhia. Os homens, mesmo velhos vivem mais tempo com companheiras, sejam elas as antigas ou novas. Os asilos têm mais residentes do sexo feminino do que masculino. Questionemos a assistência dada a essas mulheres e o tipo de proteção que a sociedade nos oferece. O que está posto atende às nossas expectativas de uma velhice tranquila?

Ao longo deste capítulo, foi possível perceber que há uma mudança em curso na forma de algumas pessoas viverem a velhice, mas ainda não percebemos mudanças no modo como a sociedade trata o idoso.

Compartilho com o pensamento externado por Kofi Annan, Secretário Geral das Nações Unidas, 64 anos na época, em seu discurso na abertura da II Assembleia Mundial do Envelhecimento, realizada de 08 a 12 de abril de 2002 em Madri:

As pessoas idosas não são uma categoria à parte. Todos envelheceremos um dia, se tivermos esse privilégio. Portanto, não consideremos os idosos como um grupo à parte, mas, sim, como a nós mesmos seremos no futuro. E reconheçamos que todos os idosos são pessoas individuais, com necessidades e capacidades particulares, e não um grupo em que todos são iguais por que são velhos. (ONU, 2002, p.15)

Poucas são as discussões acerca da velhice fora dos círculos especializados, falar sobre ela não está entre os assuntos que mais interessam à sociedade. Acredito que terá maior destaque com o tempo, uma vez que se trata de pensar a qualidade de vida das novas gerações apontadas pelos demógrafos como as modificadoras da pirâmide etária brasileira. Novas demandas se avizinham, e, desse

modo, as políticas públicas precisarão se adaptar, pois economicamente também ocorrerão mudanças, são novos desafios, individuais e coletivos.

Ao refletirmos sobre a velhice, não podemos deixar de pensar na Previdência Social, sistema importante para os trabalhadores e suas famílias no tocante à manutenção da vida digna, quando dos eventos naturais, tais como, doença, idade avançada e morte. No Brasil, ela foi iniciada pelos próprios trabalhadores, na forma de auxílio mútuo, pois para o governo, a questão social era vista como caso de polícia. Com a industrialização e o aumento de trabalhadores no meio urbano, vão surgindo novas necessidades, que inseridas no contexto social e político dos anos vinte, marcam a interferência paulatina do Estado nas questões trabalhistas, contrariamente ao que preconizavam os ideais liberais. O crescimento de trabalhadores com mais de cinquenta e nove anos, era motivo de preocupação, segundo Kazumi Munakata, "a preocupação máxima é sempre de aliviar o padrão de trabalhadores improdutivos" (1981, p 74). A aposentadoria surge como problema social na classe operária. Para Lenoir, "a velhice dos operários é, então, assimilada, pelo patronato capitalista, 'à invalidez', isto é, à 'incapacidade' para produzir" (1996, p.79). Tanto Munakata,(1981) quanto Lenoir (1996), consideram que as Caixas de aposentadoria foram instituídas pelos empresários com a finalidade de redução dos custos de produção, a aposentadoria seria uma forma honrosa de desfazerem-se dos trabalhadores idosos que rendiam pouco, em função do salário recebido.

Assim, a Previdência se instituiu no Brasil como um direito dos trabalhadores e não como um direito de cidadania a todos as pessoas com idade superior a sessenta anos. Com o passar do tempo, os fins primeiros da Previdência Social vão sendo alterados pelo governo federal, e o que era garantia de um futuro digno, aos poucos vai se mostrando um pesadelo para contribuintes e beneficiários. Hoje, a maioria das pessoas aposentadas não recebe um valor próximo daquele com o qual contribuiu durante seu período laboral. Esses beneficiários dependem de políticas públicas para sobreviver. O mau investimento do montante poupado pelos trabalhadores por sucessivos governos, fez com que se divulgasse que os aposentados iriam levar a Previdência à falência.

CAPÍTULO II

**Da proteção social ao financiamento da nação: o governo no
caminho da velhice**

2 Da proteção social ao financiamento da nação

Mandaram-me descansar. E, como não quero, julgam que sou idiota. Faltam só dois anos para eu completar sessenta, e aí terei direito à pensão de cento e oitenta francos. Se eu lhes desse boa noite hoje, concediam-me imediatamente a de cento e cinquenta. Esses velhacos são vivos.

Germinal (1979, p.16)

2.1 A luta por direitos sociais

Demógrafos e políticos apresentam preocupação com o processo de envelhecimento da população mundial e sua repercussão social e econômica. Mas, principalmente, argumenta-se que a Previdência Social não suportará o peso das aposentadorias, ao considerar-se que o número de jovens contribuintes vem diminuindo com o tempo. O peso da provável quebra do sistema previdenciário é colocado sobre os ombros dos aposentados. Entretanto, verifica-se que os velhos, após aposentados, retomam suas atividades, ou se empregam em novas áreas, gerando contribuições para o sistema. Os motivos para essa volta ao trabalho são diversos, mas dois se destacam. O primeiro seria o valor da aposentadoria, insuficiente para a sua manutenção, e o segundo, que as pessoas se sentindo bem e com saúde querem se manter ativas.

Nos interessa neste momento focar a evolução da Previdência social no contexto histórico brasileiro, tentando entender como se materializou a imputação de culpa pelo déficit previdenciário aos aposentados. A essência da análise previdência/governo se dará no período que engloba dos anos 30 do século vinte, com Getúlio Vargas, aos primeiros anos do século vinte e um. Porém, para melhor entendimento do que proponho, é importante perceber como se deu a necessidade da criação de um sistema que amparasse o trabalhador na doença, na velhice e à sua família quando de sua falta. Daí, o breve retorno a alguns aspectos do trabalho no século dezenove.

Émile Zola escreveu, em 1881, o romance naturalista "Germinal", baseado em sua vivência como empregado de uma mina de carvão na qual, por força do tratamento indigno, baixos salários e condições insalubres de trabalho, ocorreu uma greve de dois meses com trágicas consequências. Refletindo sobre os operários na era das Revoluções, Hobsbawm (2005, p.280) aponta que eram "três as

possibilidades abertas aos pobres que se encontravam à margem da sociedade burguesa. [...] Eles podiam lutar para se tornarem burgueses, poderiam permitir que fossem oprimidos ou então poderiam se rebelar". O romance aborda o embate entre as classes sociais citado por Hobsbawm, todavia a conscientização dos trabalhadores, no livro, foi seguida do conformismo. Eles precisavam sobreviver e, embora cientes de que poderiam lutar, naquele momento a única forma era ceder ao capital. Zola, apresentou as relações familiares, a promiscuidade em virtude da pobreza extrema e a falta de amparo ao trabalhador na doença, na velhice e na viuvez. Na família dos Maheu (personagens do romance), a exemplo de muitas outras daquele período, as crianças iam trabalhar cedo, sucedendo os mais velhos que se acidentavam, adoeciam ou morriam. O trecho do livro destacado na epígrafe refere-se à fala de "Boa Morte", pai do senhor Maheu, personagem que trabalhava na mina desde os oito anos, e então, aos cinquenta e oito, doente dos pulmões, recusava-se a parar para não receber menos que o pouco que lhe seria devido aos sessenta anos.

Para Hobsbawm (2005, p.280), os pobres da Grã-Bretanha da primeira metade do século dezenove não pediam muito e necessitavam de pouco para comprar roupas e outras despesas. Mas muitas vezes até esse pouco não era possível obter e,

diante da catástrofe social que não conseguiam compreender, empobrecidos, explorados, jogados em cortiços onde se misturavam o frio e a imundície, ou nos extensos complexos de aldeias industriais de pequena escala, mergulhavam na total desmoralização. (HOBBSAWN, 2005, p, 282).

As condições de vida e saúde dos pobres no Brasil do final do século dezenove e início do vinte, também eram muito sérias. As crises do café apressaram em parte a transferência dos colonos do campo para a cidade. A situação era crítica e alguns fazendeiros acostumados com a escravidão deixaram de cumprir seus compromissos com os trabalhadores, aplicavam multas e chegaram até a maltratá-los. Os baixos salários foram responsáveis, também, pela má qualidade da habitação em que residiam os trabalhadores, cortiços sem infraestrutura adequada e sem privacidade.

Luís Edmundo que exerceu a função de jornalista, poeta, cronista, memorialista, teatrólogo e orador, escreveu, em 1938, o livro "O Rio de Janeiro do

meu tempo", no qual detalha essa cidade do ponto de vista da gente comum. Segundo ele:

O que muito impressiona a quem galga os caminhos dessas íngremes e ásperas encostas é a série de paredões, maciços, fortes muralhas de sustentação, baluartes antigos, alguns de dois ou três séculos e sobre os quais o casario assenta; solares que a indigência dos moradores do lugar transformou em reles casas de alugar cômodos, palácios retalhados em cubículos, muitos deles com compartimentos mostrando divisões de aniação ou tabiques forrados a papel, sem ar, sem luz, onde se reúnem, para dormir, promiscuamente, inúmeras famílias; gente que sai de casa pela madrugada, para exercer empregos em lugares distantes, a lata do almoço embrulhada em papel de jornal; homens de carão pálido e chupado, o cabelo por cortar, a barba por fazer denunciando moléstia ou penúria extrema; mulheres, das que são o "tombo da casa", as "burras de trabalho", de ar desalinhado e pobre, as saias de cima, em rodilha, na cintura, úmidas da água dos tanques onde trabalham o dia inteiro; crianças de ar enfermício, amarelas e secas, o corpo coberto de feridas, embora bulhentas e endiabradas. (2003, p.124)

Nas cidades o desemprego era um fantasma sempre presente, assombrando a todos, como destaca Edmundo:

No morro os sem-trabalho surgem a cada canto. Vezes, por esse tristonho acampamento de miséria, os infelizes se reúnem e põem-se a declarar as suas sinas:

– Pois se o Chico, depois que largou a fábrica não achou mais emprego! E depois, com aquela ferida nova que se lhe abriu no peito...

– E o meu Alfredo, coitado, que também já lá vai para quatro meses, não encontra o que seja para trabalhar! Na semana passada foi ver se assentava praça de soldado na polícia. Diz que lá também não há vaga. Uma terra tão rica e a gente a morrer de fome, sem trabalho!

Governo mau, que manda buscar gente fora, quando aqui sobra gente. Governo que não cuida de nós. Sorte madrasta que nos persegue desde que aqui nascemos!

Ouvimos perto, entanto, alguém que fala:

– É, mas isso não pode, eternamente, continuar assim.

Cansa-se, afinal, de sofrer e de penar. Isso não pode continuar assim!

A tirada não é uma tirada de humildade, filha da santa fé que ensina o homem a sofrer e a resignar-se ante a injustiça e ingratidão do mundo. Há em torno do que fala, de cabeça erguida, figuras sinistras e merencórias, tipos andrajosos, impressionantes, doentes apoiados em muletas, faces sofredoras, escaveiradas; velhos arrimados a bordões... Faz-se um grande silêncio entre todos, um silêncio profundo.

Não se ouve, entre as bocas que aí estão, uma só palavra de queixa, um suspiro ou um protesto, não obstante, mentalmente, estão todos repetindo aquela frase. (2003, p.148)

As pessoas comuns, os trabalhadores de baixa renda se percebiam aliados dos direitos mínimos de moradia, trabalho, alimentação, educação e saúde pública. As epidemias de gripe, varíola, peste bubônica e febre amarela se agravavam com a miséria e a fome. As mortes por tuberculose, exaustão e acidentes do trabalho eram frequentes. Por dependerem da "bondade" dos dirigentes e dos patrões, a cidadania para eles não se configurava como entendida presentemente. Para o jurista Dalmo Dallari, a cidadania se apresenta como "um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo. Quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social" (DALLARI, 1998, p. 14). Os trabalhadores pobres não possuíam direitos sociais básicos.

De acordo com José Murilo de Carvalho (2006, p.53) o grande obstáculo à expansão da cidadania no Brasil da Primeira República advinha do fato de que as elites dominantes concentravam seus esforços de governo aos interesses dos donos dos cafezais. Segundo Carvalho (2006, p.55), foi em São Paulo e Minas Gerais que o coronelismo como sistema político atingiu a perfeição. Considerando-se que a maior parte dos presidentes brasileiros na Primeira República foram oriundos desses estados, entende-se por que os interesses agrícolas tinham prioridade⁶⁰. A título de exemplo, destacamos duas situações enfocadas pelo presidente Artur Bernardes em sua mensagem ao Congresso Nacional em 1924:

A situação do café continua firme. Asseguram-na as medidas adotadas pelo Governo [...] Não houvesse a organização da defesa, regularizando a oferta, não seria tão sólida. [...] O governo teve que arcar com dificuldades não pequenas para manter o serviço de limitação de entradas (1924, p.20).

No mesmo documento o governante aponta a falta de dinheiro para atender a crianças desamparadas e recorre à iniciativa privada:

⁶⁰ Nas Mensagens ao Congresso Nacional enviadas pelos presidentes da República, Delfim Moreira, Artur Bernardes e Washington Luis encontradas na Biblioteca do Planalto, percebe-se a preocupação com esse segmento da economia brasileira. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/delfim-moreira> - Acesso em 23 jul 2013.

O Governo de acordo com o projeto do Juiz de Menores está providenciando, dentro dos recursos orçamentários, para instalação do abrigo e do reformatório, apelando também para o humanitário concurso de associações particulares destinadas ao recolhimento e educação de menores desvalidos. É de lamentar que as condições financeiras não permitam realizar as obras. (BERNARDES, 1924, p. 65).

Também em mensagem ao Congresso Nacional, o presidente Delfim Moreira diz que: "O governo auxiliou, no exercício passado, a importação de reprodutores, pagando metade do custo e do frete desses animais, tendo tido para isso a verba de 600:000\$, ouro" (1919, p.134). Tais exemplos demonstram que havia recursos para financiar os produtores rurais, porém para a área social esse recurso era escasso.

Grandes proprietários com seus costumes escravocratas ainda muito arraigados, tendiam a considerar os trabalhadores de forma geral como escravos, e escravos não tinham direitos, somente deveres. Os direitos estavam ligados ao voto controlado e determinado pelos coronéis que barganhavam o poder desses votos para conseguir o atendimento a seus interesses e consequentemente manter o comando da região. Maria Sylvia de Carvalho Franco aponta que:

em sentido amplo ocorria identificação entre os objetivos em que se empenhavam os governantes e os fins do grupo economicamente privilegiado, mas da própria necessidade de amoldar os programas administrativos às exigências desse grupo brotavam os germes da oposição entre interesses privados e ação governamental. (1997, p.148).

O direito ao voto, como é sabido, não significou que os problemas sociais estivessem resolvidos, ou que os governos estivessem empenhados em atender as dificuldades da população pobre.

Deslocando nosso foco de análise para o meio urbano no primeiro terço do século vinte, veremos que a questão dos direitos para o trabalhador ainda não era considerada pelos empregadores. Apresentam-se como exemplo, documentos proporcionados por Edgard Carone em seu livro sobre o pensamento industrial no Brasil no período de 1880 a 1945, que se referem ao trabalho de menores e à lei de férias.

Sobre o trabalho dos menores, fato que era normal e costumeiro nas fábricas brasileiras, o Centro da Indústria de Calçados e Comércio de Couros enviou ao

prefeito do Distrito Federal uma representação, publicada no Jornal do Comércio de vinte e cinco de setembro de 1917, sobre a lei 1801/1917 que estabelecia que só poderia ser aceito para o trabalho, o menor de quatorze anos que soubesse ler e escrever. O foco da lei era o grande número de analfabetos no país, visto que as crianças, ao trabalhar, não frequentavam a escola. Destaco alguns pontos do documento:

[...] A subtração dos menores das fábricas, longe de lhes dar amparo abre-lhes as portas para a vagabundagem e para o vício, a que serão conduzidos com todo o seu cortejo de misérias e ignomínias.[...] O pai de família proletário, que se sente privado do concurso material dos filhos, verá a miséria agravar ainda mais as condições de privança a que o seu estado lhe impõe. Sem calçado, sem alimento, sem roupa, não é hipotética assistência fantasista da Lei Garcez que vá oferecer ao operário aquilo que o maior indigente não pode deixar de possuir, *maxime* quando se propõe a frequentar institutos de educação. (CARONE, 1977, p.407)

É claro o incômodo dos industriais em relação ao contido na lei, bem como seu descaso com as crianças, quando ao invés de reconhecer a exploração, jogam para a sociedade a responsabilidade sobre a miséria de sua família e o desvio desses menores caso não trabalhem em tempo integral.

Em 1927, passados dez anos, pouco se avançou. O Centro das Indústrias de Fiação e Tecelagem de São Paulo encaminha ao Presidente da Câmara dos Deputados um abaixo-assinado acompanhado de uma exposição de motivos contrários ao Decreto 5.083 de 01 de dezembro de 1926 que fixa em 14 anos a idade mínima para o trabalho e determina que a jornada dos menores de quatorze a dezoito anos seja de seis horas. Entre as alegações destaca-se:

[...] A proibição de serem empregados nas indústrias menores entre 13 e 14 anos importará certamente em perturbações da nossa vida fabril, ainda insipiente, mas terá principalmente más consequências para a economia doméstica do proletariado.

Sem o menor intuito de produzir efeito, sem que nos mova nenhum sentimento subalterno de egoísmo, podemos contudo afirmar que a disposição do código de menores que proíbe o menor de 18 anos de trabalhar mais de seis horas por dia, com um tempo de repouso mínimo de uma hora, é profundamente desorganizadora do que aqui está feito em matéria de trabalho industrial, trazendo além do mais deploráveis consequências para a economia do operariado, não se falando no que ela tem de perigoso para a saúde física e moral dos menores que se quer proteger. [...] (CARONE, 1977, P.412)

Os dois momentos evidenciam a importância dada às questões do empresário em detrimento dos direitos do trabalhador. No livro *Movimento Operário no Brasil (1877- 1944)* de Edgar Carone, apresenta-se o outro lado da moeda, no depoimento de Jacob Penteado (Belenzinho, 1910) que relata o trabalho das crianças em uma fábrica de vidros:

[...] O ambiente era o pior possível. Calor intolerável, dentro de um barracão coberto de zinco, sem janelas nem ventilação. [...] Os cacos de vidro espalhados pelo chão representavam outro pesadelo para as crianças, porque muitas delas trabalhavam descalças ou com os pés protegidos apenas por alpercatas de corda, quase sempre furadas. A água não primava pela higiene nem pela salubridade. [...] Os meninos deviam estar na fábrica uma hora antes dos oficiais, porque tinham que encher de água os latões e tinas[...] e também deviam acender os fornhos [...]. Assim em dias normais as horas de trabalho dos meninos eram dez e quando a fusão do vidro retardava aumentavam para onze, doze e até quinze. [...] (CARONE, 1979, p.53).

Vê-se que a retórica dos industriais, quando colocada frente ao depoimento de quem viveu a exploração dos menores não se sustenta. O discurso dos empresários tem o fim de convencer o governo e o legislativo de suas teses, buscando a eficiência de seus processos e não a verdade.

Na busca por direitos sociais, cada passo dos operários sofria uma contrapartida de dois passos dos patrões em direção oposta. O Estado brasileiro que entendia não ser necessária a sua intervenção nas questões das empresas privadas, vai, aos poucos, por força das lutas dos trabalhadores, que uniram-se em comitês e sindicatos, sendo indiretamente convidado a intervir. A negociação agora não era entre patrão e empregado individualmente. Formava-se uma categoria, que lutava coletivamente por direitos para todos. Desse modo, tanto patrões como empregados reivindicam que o Estado atue como árbitro em suas demandas.

A "Lei de férias" (Decreto 17.496/1926) contra a qual se insurgiu o Centro dos Industriais de Fiação e Tecelagem de São Paulo em 1927, foi um exemplo. Os industriais em sua exposição de motivos ao Conselho Nacional do Trabalho alegavam que naquela data já fazia parte do organismo social uma classe bem definida, a classe proletária, e que o povo brasileiro já não era composto somente de agricultores e pastores que haviam sido desde os primórdios da nacionalidade. Continuam o texto dizendo que a única finalidade do proletário brasileiro é o

trabalho, visto que com sua alma simples ainda não havia sido "perturbado" por doutrinas dissolventes que corriam o mundo. Por esse motivo não havia problemas de relevância, ao contrário do que dizia a imprensa tendenciosa e teóricos impenitentes que não conheciam a vida fabril. Os donos de indústria se revoltavam com as leis, com quem as elaborava e principalmente com os jornais que iam contra sua ideologia. De acordo com o documento, o ano de trabalho dos operários contava com numerosos dias de repouso (domingos, feriados, dias santificados e carnaval) que somados aos feriados ocasionais totalizavam oitenta dias para descanso. Juntando-se os quinze dias previstos em lei, seria o total de noventa e cinco dias por ano. Um absurdo em sua análise. Perguntavam-se eles:

Que fará um trabalhador braçal durante quinze dias de ócios? Ele não tem o culto do lar, como ocorre nos países de clima inóspito e padrão de vida elevado. Para o nosso proletário, para o geral do nosso povo, o lar é um acampamento - sem conforto, sem doçura. O lar não pode prendê-lo e ele procurará matar suas longas horas de inação nas ruas.

[...] De acordo com a lei, as férias são remuneradas e nos seus dias de ócio absoluto o empregado ou operário ganharão salários. Quanto representará isso para os industriais nacionais? (CARONE, 1977, p.443)

De acordo com Angela Maria de Castro Gomes (1979), o empresariado usava de pressão e barganha para limitar as exigências e retardar a implementação da lei, já que até depois da década de trinta havia solicitação de reinterpretção que retirasse do direito de férias ao trabalhador de fábrica. O operário industrial, seria, segundo o empresariado, pouco eficiente, pouco qualificado, não tendo condições de receber os benefícios da legislação social, pois somente o patrão deveria saber quando e quem receberia algum benefício. Para Gomes, o empresariado no Brasil da Primeira República, possuía uma prática que desenvolvia

[...] uma linha de argumentação limitadora da ação do Estado, porque centrada nas potencialidades da fábrica, defende e busca esta intervenção face às condições de atraso do nosso desenvolvimento industrial. Portanto, ele é perfeitamente capaz de combinar postulados do mais puro liberalismo com a proposta de intervenção em campos de seu interesse. (GOMES, 1979, p.195).

O desenvolvimento do operariado fez com que o Estado e o patronato o reconhecesse como classe, daí que a questão social expressa esse momento em

que há a necessidade de ir além da "bondade" dos patrões e da solução das pendências na delegacia de polícia. Segundo Marilda Villela Iamamoto:

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão. (IAMAMOTO, 1983, p.77)

José Murilo de Carvalho (2006) e Claudio H. M. Batalha (2008) se utilizam do termo "cidadania operária" em referência ao movimento operário que lutava inicialmente por direitos civis básicos, tais como "o de organizar-se, manifestar-se, de escolher o trabalho, de fazer greve" (CARVALHO, 2006, p.60). Como visto, a participação na política não era aberta a todos, somente aos interesses da classe dirigente, e a repressão aos movimentos de caráter político oriundos dos trabalhadores era intensa, fazendo com que o desinteresse por essa área fosse aos poucos se abatendo sobre os trabalhadores (BATALHA, 2008). No entanto, a luta por direitos trabalhistas não arrefeceu, "era preciso regular horário de trabalho, descanso semanal, férias e direitos sociais como seguro de acidente de trabalho e a aposentadoria". (CARVALHO, 2006, p.60).

Claudia Maria Ribeiro Viscardi e Ronaldo Pereira de Jesus trazem importante contribuição para o entendimento do termo "cidadania operária":

A organização da sociedade civil na luta pela expansão da cidadania requer a formação e o acúmulo de cultura cívica, entendida como cultura política composta de hábitos de cooperação, solidariedade, espírito público e reciprocidade em oposição às relações verticais próprias do clientelismo. Tais condições perpassam o longo processo de formação da classe trabalhadora, interagindo com a experiência material compartilhada por homens e mulheres, que possibilita a sensação coletiva de identidade e de pertencimento, além da identificação de outro(s) grupo(s) de homens e mulheres da mesma formação social como sendo sua classe oponente. (2007, p.23).

O movimento operário, assim como outros movimentos sociais, foi uma forma de aprendizagem do exercício político, por intermédio da participação de seus membros que foram percebendo na luta, no contato com companheiros, que as

desigualdades produzidas pelo capitalismo poderiam ser minimamente reduzidas pelos direitos sociais que visam garantir a justiça social.

As diferenças econômicas na sociedade brasileira impediam o acesso a condições de sobrevivência e vida dignas para certos grupos sociais. Havia a necessidade de se fixar em lei os direitos sociais, resultantes de processos de luta dos trabalhadores e da população em situação de desigualdade. O estabelecimento de direitos ocorre num processo histórico e, como tal, não é linear, havendo avanços e retrocessos ao longo do caminho.

Ao mesmo tempo que as lutas por melhorias trabalhistas ocorriam, verificava-se que os direitos sociais praticamente inexistentes não seriam conquistados num pequeno espaço de tempo, então trabalhadores e não trabalhadores uniram-se de forma desvinculada dos antigos grêmios corporativos, e desenvolveram atividades com fins assistenciais e cooperativos. A assistência social que até então era função exercida somente por entidades particulares como irmandades religiosas, passou a ser realizada também de forma leiga por associações e sociedades de auxílio mútuo que ofereciam apoio para tratamento de saúde, pensões para viúvas, auxílio para funerais e assistência social em geral a seus membros. Segundo Carvalho, "Irmandades e associações funcionavam em base contratual, isto é, os benefícios eram proporcionais às contribuições dos membros" (2006, p.61). Maria da Glória Gohn (2009, p.64) apresenta associações fundadas nos primeiros trinta anos do século XX, das quais destacamos algumas:

Sociedade Beneficente dos Pedreiros e carpinteiros 24 de maio (1900)

Liga dos Artistas Alfaiates (1900)

Associação Médica Beneficente de São Paulo (1901)

Associação Auxiliadora dos Carpinteiros, Pedreiros e demais classes(1901)

Sociedade Beneficente dos Barbeiros e Cabeleireiros (1902)

Sociedade Beneficente dos Empregados da Light and Power (1903)

Associação Protetora das Famílias dos Empregados da Cia Paulista (1904)

União dos Trabalhadores Gráficos (1904)

Caixa Auxiliar dos Empregados da Contadoria Geral (1905)

Sociedade Beneficente Caixa de Prevenção (1905)

Federação Operária do Rio de Janeiro (1906)

Sociedade União dos empregados do Comércio (1906)
 Sociedade Beneficente dos Empregados na Caixa Econômica Federal (1907)
 Sociedade de Socorros Mútuos dos Viajantes (1907)
 Caixa de Socorros Mútuos dos Conferentes da Estação do Pari (1909)
 Sociedade Beneficente da Repartição de Água e Esgotos (1910)
 Sociedade Mútua e Beneficente dos Empregados da Casa Espíndola (1911)
 Sociedade dos ensacadores de Café e Cereais (1912)
 Sociedade de Socorros Mútuos 7 de setembro das Docas (1913)
 Soc. Beneficente de Socorros Mútuos e de Colocação Internacional (1914)
 Soc. Beneficente de Mútuo Socorro dos Vendedores de Jornal (1920)
 Associação de Socorros Mútuos de Guardas Municipais de Veículos (1921)
 Soc. de Aux. Funerário dos Empregados do Desinfectório Central (1923).

Não citamos todas as sociedades de auxílio e mutualistas criadas no período, contudo, é possível perceber que sua fundação se deu paralelamente à criação de sindicatos, demonstrando que a luta por sobrevivência e por direitos sociais superava as limitações impostas pelo capital, aproximando-se do que Michel de Certeau denominou de táticas. A tática seria a arte do fraco, que apela a astúcia como último recurso.

Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as 'ocasiões' e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas". [...] Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia. (2002, p.100).

Analisando a situação dos trabalhadores pobres e desvalidos da Primeira República à luz de Certeau, é possível perceber que eles utilizavam as falhas que iam se abrindo na vigilância do poder proprietário. "Quanto mais fracas as forças submetidas à direção estratégica, tanto mais estará sujeita à astúcia". (2002, p.101).

Os objetivos das associações estavam vinculados à proteção aos seus associados em caso doença, fornecendo remédios e atendimento hospitalar, e em caso de morte de cônjuge, o auxílio funeral às viúvas, todos de acordo com o

tamanho das contribuições coletivas e individuais para o fundo. Um exemplo é a Caixa de Socorros Mútuos da Liga Operária da Construção Civil (1921), em cujo regulamento constava:

Art. 1.º - Esta Liga, não sendo beneficente, resolveu entretanto em Assembleia geral extraordinária realizada em 8 de junho de 1921, fundar uma Caixa de Socorros Mútuos para auxiliar seus associados.

Art. 2.º - Esta caixa tem por fim:

- a) auxiliar os sócios quando enfermos;
- b) quando vítimas de desastres; quando inválidos;
- d) e, finalmente, por morte, prestando auxílio para o funeral.

Art. 3.º - Qualquer associado da Liga poderá fazer parte desta caixa, uma vez contribuindo com a quantia de 2\$000(dois mil réis) mensais e no ato da entrada 3\$000 (três mil réis), a título de joia.

[...]

Art. 9.º - O dinheiro desta caixa não servirá para outra coisa qualquer que não seja o auxílio a doentes ou funeral. (CARONE, 1979, p.401).

A manutenção das associações era feita com recursos privados, entretanto, havia sociedades de socorro mútuo que eram subvencionadas pelo Estado. Segundo Viscardi e Jesus, "as relações com o poder público eram, em geral, marcadas por demandas de cunho social e apoio na obtenção de reconhecimento da sociedade como um todo" (2007, p.30), podendo ser consideradas como filantrópicas recebendo subvenções; ou de caráter privado, devendo manter-se com recursos próprios. Algumas, por serem formadas por trabalhadores de ofício, pouco afeitos às questões econômico/administrativas e atuariais que não possuíam a habilidade de calcular os riscos inerentes a atividade, chegavam à inadimplência e à falência. Os autores apontam que o número de pessoas mutualizadas chegou a ser maior que as sindicalizadas, isso em função de que pertencer a esse tipo de associação na ausência de um Estado provedor de políticas de proteção era importante para evitar a pobreza quando da doença. No entanto, quando o Estado instituiu os Institutos de Aposentadorias sob sua tutela, a tendência foi de esvaziamento das Caixas de ajuda mútua.

As associações não eram formadas com a finalidade da aposentadoria por tempo de serviço ou velhice. As pessoas começavam a trabalhar muito novas e paravam quando não tinham mais forças para continuar, a exemplo do personagem

“Boa Morte” do livro *Germinal*, que trabalhou cinquenta anos na mina de carvão tendo começado aos oito, e do Senhor Amadeu, entrevistado por Ecléa Bosi:

Comecei a trabalhar com nove anos numa oficina de gravura que ainda existe. [...] Meu irmão Alfredo, que já trabalhava lá, me encaminhou: era estamperia, gravuras, fundição de placa de bronze...Nessa fábrica foi minha infância, mocidade e uma boa parte da velhice. Saí de lá com 55 anos de trabalho, aposentado. (BOSI, 2010, p.133).

Os trabalhadores não conheciam outra vida, a pobreza era considerada normal. Daí que o patrão protetor, que lhes "dava" trabalho desde a infância até quase a morte, assim procedia pelo "bem de todos". Do pobre, que precisava do emprego para viver, do patrão que mantinha seu *status* de poder e autoridade e da empresa que não resistiria sem os trabalhadores. Como sobreviver sem o trabalho? Essa era a pergunta que se faziam os operários da Tipografia Nacional no Jornal "O Artista":

É a Tipografia nacional o nosso ponto objetivo, esse estabelecimento não tem tido até hoje um regulamento, e em favor de seus operários **inutilizados** pela idade ou por desastre, mas há vantagens concedidas aos operários do arsenal da marinha e da casa da moeda! A esses operários encanecidos pelo contínuo labor no período de vinte ou trinta anos espera a miséria, a nudez e a fome como recompensa! (CARONE, 1979, P.453) Grifo nosso.

A fala dos tipógrafos demonstra o trabalhador como útil enquanto jovem e sadio, e inútil quando incapaz para a produção por força da idade ou da invalidez. Os trabalhadores braçais, os sem qualificação, tiveram sua saúde mais prejudicada, menores salários, trabalhos árduos e desinteressantes. Acostumado com folgas mínimas que eram utilizadas no refazer das forças, esse trabalhador ao se aposentar com um salário menor e sem perspectivas de lazer, não se sentia feliz com a aposentadoria. A inatividade ampliava a desigualdade social.

Lenoir aponta que a velhice como problema social vai surgir a partir de meados do século dezenove, com a organização capitalista do trabalho. A pergunta que pairava no ar era sobre o que fazer com os velhos operários que já não podiam trabalhar? Para ele a questão das aposentadorias se dava em relação a estabelecer qual grupo deveria assumir o encargo da velhice dessas classes desprovidas: a família ou a empresa. Se o salário remunerava apenas a força investida no trabalho,

e se essa força na maioria das vezes era a física, a velhice dos operários era comparada pelo patronato com a invalidez, a incapacidade de produzir. Desse modo, ainda de acordo com Lenoir, "foi a partir dessa lógica que as caixas de aposentadoria foram instituídas pelos empresários a fim de reduzir os custos da produção, desfazendo-se em condições honrosas, dos trabalhadores idosos que ganhavam demais pelo rendimento fornecido." (1996 p. 79).

2.2 Caixas de Aposentadoria

A cidadania como entendida hoje, pressupõe a consciência de seus direitos, sendo o direito à vida o maior de todos. Os direitos civis e políticos básicos como o voto, a voz, o ir e vir, foram, paulatinamente, sendo concedidos a todos. Os direitos sociais vão sendo incorporados na medida em que os civis e políticos são garantidos. É preciso primeiro ter voz, ter capacidade de pressão. Por dependerem de reconhecimento, de aporte financeiro, estruturas organizacional e burocrática, os direitos sociais estão vinculados a negociação, barganha política, convencimento. Educação e saúde, por exemplo, estão em constante demanda. Na Primeira República, a luta dos trabalhadores por benefícios que garantissem para si e sua família a sobrevivência não se configurou em um direito de cidadania pois, ao serem concedidos, o foram somente para quem comprovasse estar empregado, não era um direito para todos.

Nos primeiros anos do século vinte houve várias tentativas de criação de leis que dispusessem sobre as indenizações a operários por acidentes ocorridos durante sua jornada de trabalho. Uma das reivindicações do movimento grevista de 1917 era a aprovação do projeto sobre acidentes do trabalho, apresentado em 1915 pelo senador Adolfo Gordo. No entanto, somente em janeiro de 1919, por intermédio do Decreto Lei 3.724, foi regulamentado o seguro por acidente de trabalho.

O presidente da República Delfim Moreira na Mensagem ao Congresso Nacional (1919, p.139), congratulou-se com os membros do Congresso dizendo que "poucos países poderão vangloriar-se de ter iniciado a adoção do risco profissional mais vantajosas do que o nosso". O presidente não cita em nenhum momento o esforço envidado por trabalhadores e alguns poucos congressistas ao longo de anos para que essa lei fosse criada.

O Brasil desse período histórico vai se transformando em um caldeirão, onde ferviam inovações tecnológicas, industriais, políticas e sociais. As disputas entre os grupos aos poucos vão se decantando e a oligarquia dominante vê sua liderança balançar. Não eram somente os trabalhadores urbanos a questionar o estado de coisas, as camadas médias da população também estavam descontentes. Movimentos tenentistas, culturais, de imigração, industriais, e políticos, contribuem para a ebulição.

Jaime A. de Araújo Oliveira e Sonia M. Fleury Teixeira apontam que:

Nessas condições a "questão social", a temática operária, suas reivindicações, passam a ser vistas sob outra luz. Atacada por outros flancos, a fração dominante tem que estar atenta, agora, a estes seus antigos opositores. Dar-lhes alguma resposta além da mera repressão. Os novos contestadores por outro lado, passam a ver também na questão operária um elemento a considerar, na medida em que, aspirando ao poder, precisam buscar alianças, precisam apresentar-se como portadores de um projeto para a sociedade mais amplo do que os seus estritos interesses. (1985, p. 47)

Não seria, então, o mero reconhecimento de um problema social e a consequente mobilização para resolvê-lo, mas sim, o que esse problema social resolvido pode render em prestígio junto aos eleitores.

Em 24 de janeiro de 1923 foi editada a Lei 4.682⁶¹, criando a Caixa de Aposentadoria e Pensões em cada uma das empresas de estrada de ferro existentes no país. O presidente Artur Bernardes, em Mensagem ao Congresso Nacional, diferentemente de Delfim Moreira que festejou a lei de acidentes do trabalho, apenas citou a lei dizendo: "Esta lei constitui um capítulo novo da nossa legislação social, colocando-a ao lado das mais adiantadas". (BERNARDES, 1923).

Por ter sido o modelo previdenciário de Caixa de Aposentadorias e pensões para outras empresas e para os futuros Institutos, convém citarmos alguns artigos da lei que se mostraram importantes para nossa análise. O artigo terceiro informa de onde virão os recursos para manutenção da Caixa:

- a) uma contribuição mensal dos empregados, correspondente a 3 % dos respectivos vencimentos;
- b) uma contribuição anual da empresa, correspondente a 1 % de sua renda bruta:

⁶¹ A Lei 4.682/23 foi denominada Eloy Chaves, numa referência ao deputado federal que apresentou o projeto e é considerada o marco de Previdência Social no Brasil.

- c) a soma que produzir um aumento de 1 1/2 % sobre as tarifas da estrada do ferro;
- d) as importâncias das joias pagas pelos empregados na data da criação da caixa e pelos admitidos posteriormente, equivalentes a um mês de vencimentos e pagas em 24 prestações mensais;
- e) as importâncias pagas pelos empregados correspondentes à diferença no primeiro mês de vencimentos, quando promovidos ou aumentados de vencimentos, pagas também em 24 prestações mensais;
- f) o importe das somas pagas a maior e não reclamadas pelo publico dentro do prazo de um ano;
- g) as multas que atinjam o publico ou o pessoal;
- h) as verbas sob rubrica de venda de papel velho e varreduras;
- i) os donativos e legados feitos à Caixa;
- j) os juros dos fundos acumulados. (BRASIL, 1923).

O governo, portanto, não tinha participação na manutenção das caixas e nem tampouco na administração que era executada por patrões e empregados. As aposentadorias ordinárias eram concedidas na forma do artigo 12, atentando-se para o fato de que, segundo o IBGE⁶², a expectativa de vida em 1920 ao nascer era de 34,5 anos:

- a) completa, ao empregado ou operário que tenha prestado, pelo menos, 30 anos de serviço e tenha 50 anos de idade;
- b) com 25 % de redução, ao empregado ou operário que, tendo prestado 30 anos de serviço, tenha menos de 50 anos de idade;
- c) com tantos trinta avos quantos forem os anos de serviço até o máximo de 30, ao empregado ou operário que, tendo 60 ou mais anos de idade, tenha prestado 25 ou mais, até 30 anos de serviço.

A aposentadoria por invalidez constava da lei, mas, no entanto, o direito a ela era bem restrito, já que a carência era de dez anos:

Art. 13. A aposentadoria por invalidez compete, dentro das condições do art. 11, ao empregado que, depois de 10 anos de serviço, for declarado física ou intelectualmente impossibilitado de continuar no exercício de emprego, ou de outro compatível com a sua atividade habitual ou preparo intelectual. (BRASIL, 1923)

⁶² Disponível em

<<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/29092003estatisticasecxhtml.shtm>>. Acesso em 17dez2013

Ou seja, se antes de dez anos de trabalho a pessoa ficasse doente e a doença não fosse decorrente do trabalho ou de acidente do trabalho, ela somente teria ajuda para os remédios e para o hospital, não teria a aposentadoria tão necessária. Caso o trabalhador fosse demitido levaria consigo as contribuições efetuadas para a Caixa. Os benefícios para quem contribuísse seriam:

Art. 9º - Os empregados ferroviários, a que se refere o art. 2º desta lei, que tenham contribuído para os fundos da caixa com os descontos referidos no art. 3º, letra a, terão direito:

1º- a socorros médicos em casos de doença em sua pessoa ou pessoa de sua família, que habite sob o mesmo teto e sob a mesma economia;

2º- a medicamentos obtidos por preço especial determinado pelo Conselho de Administração;

3º- aposentadoria;

4º- a pensão para seus herdeiros em caso de morte. (BRASIL, 1923).

As leis fazem parte da cultura de um povo. De acordo com Maria Clara Tomaz Machado (2002, p.336), "a cultura é um modo específico de ver, sentir e representar o mundo em que se vive", por esse aspecto a Lei Eloy Chaves representa bem o espírito de sua época, tanto em relação à carência exigida para a concessão da pensão por morte, quanto aos motivos para cessá-la.

Repete-se no caso da pensão a mesma carência da aposentadoria por invalidez. Se o operário falecesse com menos de dez anos de tempo de serviço por motivos que não fossem relativos a acidente do trabalho, a família não teria amparo. Era preciso trabalhar muito tempo antes de ter o direito de ficar doente ou morrer.

Art. 26. No caso de falecimento do empregado aposentado ou do ativo que contar mais de **10 anos** de serviços efetivos nas respectivas empresas, poderão a viúva ou viúvo inválido, os filhos e os pais e irmãos enquanto solteiras, **na ordem da sucessão** legal, requerer pensão á caixa criada por esta lei. (Grifos meus).

Chamo a atenção para o artigo 33. Nele, aponta-se que, se os viúvos contraíssem novo matrimônio, deixariam de ter direito à pensão. Acredito que se considerou que a mulher ou o marido na condição de inválido seriam dependentes do novo marido ou esposa que teriam a obrigação de sustentá-los. Nesse caso o

valor pago em forma de contribuições ao longo dos anos pelo falecido e não utilizado pela (o) viúva (o) reverter-se-ia à Caixa de Aposentadorias.

Art. 33. Extingue-se o direito á pensão:

1º, para a viúva ou viúvo, ou pais, **quando contraírem novas núpcias;**

2º, para os filhos, desde que completarem 18 anos;

3º, para as filhas ou irmãs solteiras, **desde que contraírem matrimônio;**

4º, **em caso de vida desonesta ou por vagabundagem do pensionista.**

Parágrafo único. Não tem direito á pensão a viúva que se achar divorciada ao tempo do falecimento. (Grifos meus).

O parágrafo quarto, no entanto é o que chama mais a atenção pela sua peculiaridade: perde o direito à pensão o pensionista que tiver vida *desonesta ou por vagabundagem do pensionista*. A pergunta que fica é: haveria um manual para dizer o que se caracteriza desonestidade ou vagabundagem que justificasse a perda da pensão? Seria possível aos dirigentes da Caixa de Aposentadorias e Pensões o controle da honestidade de cada pensionista? O artigo da lei de direito à pensão refere-se a esposa e marido inválido (já incorporando as mulheres trabalhadoras). No entanto, como nesse período, de acordo com o Código Civil, a mulher, apesar de trabalhar fora de casa, ainda era submissa ao homem, é pouco provável que o artigo tivesse sido escrito pensando no marido inválido. Analisando as relações de gênero na primeira metade do século vinte à luz do código civil de 1916, Vera Lúcia Puga e Cesar Castro e Coelho demonstram que a violência sobre os corpos femininos era constante e a vontade masculina prevalecia, visto que poderiam ser utilizados meios legais e ilegais para vigiar a vontade e a liberdade da mulher:

Na medida em que o marido é o escolhido para chefiar o núcleo familiar vem a tona toda uma carga de preconceitos que subtemem que a esposa não é capaz de realizar esse tipo de "função". Tal jurisprudência reflete apenas aquilo que é aceito e determinado socialmente. E não se pode esquecer que estas leis foram feitas e discutidas por vários juristas homens; o que evidencia que a sociedade brasileira era patriarcal, paternalista e moralista por excelência. (2009, p.13).

O artigo 33, da Lei Eloy Chaves, representa a ideologia patriarcal vigente à época de sua edição, apresentando princípios similares ao Código Civil de 1916. O

homem se considerava legítimo senhor das mulheres de sua família, considerando qualquer atitude contrária aos padrões estabelecidos, como atentado à sua honra.

2.3 A questão da moradia popular

As caixas instituídas pela lei de 1923, logo reuniram um montante importante, considerando-se que para se aposentar ordinariamente seriam necessários ainda 30 anos e para que os contribuintes obtivessem aposentadoria por invalidez ou pensão por morte, a carência era de dez anos.

Um fato que chama atenção em relação às Caixas e descrito por Rosa Maria Barbosa de Araújo, é que o governo fiscalizava os fundos que eram administrados por comissões e, ao constatar o alto montante, decidiu converter o dinheiro reunido em apólices federais, comprometendo-se a pagar os juros das apólices.

De certa forma, nem o governo nem as caixas ganhavam com a transação. O governo, limitado pelos juros, não conseguia aplicar o dinheiro produtivamente. As caixas, limitadas aos recursos disponíveis, não podiam exercer, numa esfera mais ampla, sua ação social em benefício dos associados. Essa experiência induz os ferroviários a defenderem a existência das caixas, mas também a solicitarem outra modalidade de aplicação de seus fundos. (1981, p.120).

Apesar de o governo não ter assento na administração do fundo das Caixas e não ter participação na formação desse fundo por meio de contribuições, arbitra a forma de utilização do montante acumulado à revelia dos principais interessados que eram os trabalhadores.

O governo provisório de Getúlio Vargas, não conseguindo resolver o problema da moradia por intermédio da iniciativa privada, já que as empresas não queriam, em tempos econômicos difíceis, investir mais nenhum dinheiro além do que estavam sendo obrigados por força da legislação social, resolveu trazer para os trabalhadores a responsabilidade pela almejada casa própria. Foram utilizados recursos dos fundos dos trabalhadores para suprir questões que seriam da alçada do governo resolver. O Decreto 19.496 de dezembro de 1930, alterou a aplicação dos fundos das Caixas de Aposentadoria de modo a que eles fossem aplicados na aquisição de títulos de renda federal, sendo aplicados também na construção de casas para os associados (ARAÚJO, 1981, p.120).

É preciso ressaltar que a Lei de criação das Caixas em seu artigo sexto dizia que os fundos e as rendas que se obtivessem por meio da lei seriam de exclusiva propriedade da caixa e se destinariam aos fins nela determinados, ou seja, a aposentadoria, pensões, medicamentos e socorros médicos. Informando também que em nenhum caso e sob pretexto algum, poderiam esses fundos serem empregados em outros fins, sendo nulos os atos que isso determinassem, e sem prejuízo das responsabilidades em que incorram os administradores da caixa. No entanto, por meio de um decreto e centralizando várias decisões sobre as Caixas no novo Ministério do Trabalho, o direito do trabalhador foi desconsiderado. Isso pelo fato de que em novo Decreto (20.465/31) de revisão da legislação das Caixas, fica determinado que os benefícios de aposentadoria poderiam ser reduzidos desde que os recursos das Caixas não suportem os encargos. Ora, se as contribuições dos trabalhadores eram feitas para aposentadoria e os recursos são encaminhados para outros fins, no caso a construção e venda de casas, é claro o desvio da função das Caixas. Sem levar em consideração que a operação de construção poderia resultar em inadimplência dos compradores, da empresa contratada para a construção, ou demissão do funcionário que não teria mais como pagar. Corria-se o risco de não haver retorno do investimento feito. O que seria péssimo, visto que o Decreto 20.465 previa que em caso de falta de recursos o valor das aposentadorias e pensões seriam rebaixadas.

De acordo com Araújo, havia a preocupação do governo de que a construção das casas de operários não trouxesse pesados ônus às Caixas, por isso o Ministro do Trabalho providenciaria obter "favores" dos governos federal, estadual e municipal, tais como: "a isenção de impostos, a cessão gratuita de terrenos desapropriados, o abatimento dos preços das passagens nos transportes coletivos e outros favores necessários ao barateamento das mesmas". (1981, p.120).

No entanto, não era somente a construção das casas que onerava o cofre das Caixas, observe-se que havia também uma transferência de obrigações do Estado para o trabalhador na Lei que dá início à Previdência Social no Brasil. Quando no artigo nono define-se que as Caixas arcarão com socorros médicos em casos de doença em sua pessoa ou pessoa de sua família, que habite sob o mesmo teto e sob a mesma economia e considerando-se que o número de filhos na maioria dos

lares era maior do que três e que haviam pais e irmãos sob o mesmo teto, a conta seria bem alta.

Paralelamente corria um movimento para estender o benefício das Caixas a outras empresas, chegando a 170, em 1934. Quando o governo entendeu que as caixas de pequenas empresas estavam passando por dificuldades tendo em vista o reduzido número de trabalhadores, resolveu, após deliberações do Conselho Nacional do Trabalho, efetivar fusões e agrupamentos dessas caixas por estado, reduzindo-as a 74.

2.4 Institutos de Aposentadorias e Pensões

O primeiro Instituto de Aposentadoria (IAP) foi criado em 1933, num processo de transformação das antigas Caixas de Aposentadoria (CAPs) que eram geridas por patrões e empregados em Institutos que não eram mais baseados em empresas como as CAPs, mas por categorias profissionais amplas – como os marítimos (IAPM), comerciários (IAPC), industriários (IAPI) e bancários (IAPB). O que por um lado beneficiava os trabalhadores com um sistema mais amplo e mais seguro do que o baseado em empresas que podiam falir. Por outro lado deu início à utilização da contribuição dos trabalhadores em projetos de interesse do governo federal. Os IAPs não eram administrados pelos patrões e empregados, como eram as CAPs. O governo era agora parte principal do sistema. O presidente da República nomeava o presidente de cada IAP, que contava com um Conselho de Administração formado de maneira paritária por representantes de organizações sindicais de patrões e empregados. O presidente do Instituto era nomeado pelo governo federal e os sindicatos eram controlados pelo governo federal, logo os Institutos de Aposentadoria não eram mais administrados pelos trabalhadores, mas pelo governo.

Mas qual o interesse do governo em administrar esses Institutos? Ora, os novos Institutos eram nacionais, ou seja, captavam a poupança compulsória dos trabalhadores de todo o Brasil, era um caixa excelente à disposição dos projetos desenvolvimentistas da administração federal. E não demorou muito para que a poupança dos trabalhadores fosse utilizada.

Na mensagem ao Congresso Nacional de 1936, o presidente da República dá conta ao Congresso que o capital acumulado das caixas de seguro social já

alcançava meio milhão de contos e que de acordo com a legislação vigente as reservas dos Institutos foram aplicadas em títulos da dívida pública federal, imóveis urbanos e empréstimos aos associados. No entanto, aponta o presidente, seria aconselhável a mudança de semelhante orientação e, resguardadas as garantias, tornava-se necessário examinar a possibilidade de um emprego mais produtivo desses avultados fundos, de forma a fazê-los voltar ao meio circulante e incrementar diretamente a riqueza geral.

Em 1937, também em mensagem ao Congresso, o presidente sugere empregar os fundos das instituições de previdência no fomento ao crédito rural e carteiras prediais destinadas a adquirir e construir casa para residências de associados. Observe-se que o trabalhador anteriormente discriminado e motivo de incômodo para o patronato e para o governo, agora contribui para a riqueza geral.

Em agosto de 1940, Getúlio Vargas mandou publicar o Decreto Lei Nº 2.478, que determinava a criação do Serviço de Alimentação da Previdência Social (S.A.P.S.) no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio:

Considerando que os estudos efetuados pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio no sentido de se melhorar a alimentação do trabalhador nacional e, conseqüentemente, sua resistência orgânica e capacidade de trabalho, mediante a progressiva racionalização de seus hábitos alimentares, demonstram a necessidade da criação de um organismo subordinado diretamente no respectivo Ministro e encarregado da iniciativa e execução de medidas conducentes à realização daquele objetivo, **socorrendo-se, para isso, da cooperação que podem dispensar os Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões sob a jurisdição do aludido Ministério, cujos beneficiários compreendem a quais totalidade das classes trabalhadoras, e sendo da faculdade que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:**

Art. 1º Fica criado, com personalidade jurídica e sede na capital da República, o Serviço de Alimentação da Previdência Social (S.A.P.S.), diretamente subordinado ao Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio e destinado principalmente a assegurar condições favoráveis e higiênicas à alimentação dos segurados dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões subordinados ao respectivo Ministério. (BRASIL, 1940) (Grifos meus).

Inaugurado com pompa e circunstância, o edifício para tal fim, foi inicialmente destinado não só a um restaurante para operários, mas também à instalação de um depósito, ou cooperativa, de gêneros alimentícios, que atenderia ao fornecimento a toda empresa que mantivesse um restaurante para seus funcionários. Utilizando-se

do caixa dos Institutos de Aposentadoria, o presidente da República dispunha das economias dos trabalhadores como se elas lhe pertencessem, o que refletia o Estado autoritário instaurado por ele. Deve-se considerar também que o restaurante estava restrito à capital federal e no caso, somente atenderia aos trabalhadores que tivessem seu local de trabalho próximo. As empresas que se dispusessem a ter o local de alimentação para seus empregados seriam subsidiadas pelo Ministério do Trabalho. Configurava-se um ato político visando os trabalhadores empregados e sindicatos. Não foi elaborada uma política nacional em relação aos gêneros alimentícios para toda a população.

Os recursos dos Institutos de aposentadoria foram utilizados para outras finalidades além da habitação e alimentação. É possível verificar, analisando alguns decretos presidenciais que o regime de capitalização adotado em princípio para ser uma forma aumentar os recursos das autarquias quando utilizado em bons investimentos com retorno garantido, acabou financiando áreas da economia que eram importantes para a estabilização do governo e na mudança das relações entre industriais e Estado.

O Decreto-Lei 574, de 28 de julho de 1938, emitido pelo presidente Vargas, determina que o IPASE, as Caixas e Institutos de aposentadoria façam depósitos de uma parte de seus fundos para que o Banco do Brasil possa emitir bônus de crédito agrícola e industrial.

Dispõe sobre tomada de "Bônus" emitidos pelo Banco do Brasil para financiamento da agricultura, criação e outras indústrias

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal;

[...]

Considerando, mais, que o objetivo do poder público é o de instituir definitivamente no País, **e desenvolver o crédito agrícola e industrial, como providência indispensável ao incremento da riqueza nacional:**

DECRETA:

Art. 1º Para a tomada de "Bônus" a que se refere o art. 4º da Lei nº 454, de 9 de julho de 1937, o **Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado e as Caixas e Institutos de Aposentadorias e Pensões concorrerão com uma percentagem de seus depósitos ou fundos, que será fixada pelo Governo da União**, ouvidas as respectivas juntas e Conselhos

Administrativos.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário. (BRASIL, 1938) (Grifos meus).

Ao considerar que o "objetivo do poder público é o de instituir no País, o incremento da riqueza nacional", Vargas utiliza para isso fundos criados para prover o futuro dos trabalhadores. Não se pode dizer, no entanto, que as ações encetadas pelo presidente fossem à revelia dos trabalhadores, uma vez que os sindicatos estavam fortemente imbricados nas questões previdenciárias, tanto na sua criação quanto manutenção e administração. Havia a participação política dos sindicalizados no governo Vargas, fosse pelo interesse próprio ou por interesse do governo em manter uma certa acomodação em relação às lutas patrão/empregado. Adalberto Paranhos percebe que a ação política dos operários não pode ser ignorada, nem tampouco o uso dela pelo governo:

Essa ação política, no sentido bastante amplo de ação humana, foi objeto de uma certa apropriação indébita por parte do Governo Vargas, *que agiu as coisas*, neste caso por intermédio da legislação trabalhista, sindical e previdenciária, supostamente ditada pela sua livre e espontânea iniciativa. A fala governamental guarda, então, em seu início, a lembrança da sua produção, ainda que deformada; contudo, em seu fim, ela se naturaliza. Vargas, meio-homem, meio-deus, estaria, afinal, cumprindo a "missão" de promover o encontro da nação com seu grande "destino", ao pôr o Brasil sobre os eixos. (2007, p. 33).

É frequente que ao ser analisado o governo Vargas, sejam destacados os feitos, sem, contudo, serem apontados os meios. Maria Antonieta P. Leopoldi, analisando a economia política do primeiro período (1930-1945), indica que no pós-trinta a atuação governamental frente as seguradoras se tornou mais impositiva com a nova regulamentação.

Com a criação, em 1939, do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), uma empresa mista, toda atividade de resseguros brasileiros no exterior, antes a cargo de companhias estrangeiras, foi centralizada no IRB. A partir de então o mercado de seguros ganha impulso e proteção tutelar. (2007, p.266).

O Decreto-Lei nº 1.186, de 3 de Abril de 1939 que criou o Instituto de Resseguros do Brasil demonstra que tal ação impositiva só foi possível pela subscrição da maioria das ações pelos Institutos de Aposentadorias.:

Art. 6º As ações dividir-se-ão em duas classes - **A e B**, - com igualdade de direitos em relação aos dividendos e, também, ao ativo social, no caso de liquidação.

Art. 7º As ações da classe A, no valor total de 70 % (setenta por cento) do capital, serão subscritas, mediante determinação do Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, pelas instituições de previdência social criadas por lei federal.

Parágrafo único. Poderá verificar-se a transferência das ações de que trata este artigo entre as instituições nele mencionadas.

Art. 8º As ações da classe B, no valor total de 30 % (trinta por cento) do capital, serão subscritas pelas sociedades de seguros e não poderão ser dadas em garantia de empréstimos ou de quaisquer outras obrigações. (BRASIL, 1939). (Grifos meus).

Para Oliveira e Teixeira "a canalização das reservas da Previdência 'para investimentos do governo' foi um processo que efetivamente se desenvolveu em grande escala" (1986, p.142). Houve um ciclo de Decretos que ou impunham ou autorizavam as instituições previdenciárias a investir suas reservas em áreas consideradas estratégicas pelo Estado.

DECRETO-LEI 1834 de 04 de dezembro de 1939: Dispõe sobre a **concessão de favores à indústria de celulose e da pasta de madeira**, e dá outras providências.

Art. 1º As instituições de crédito dependentes do Governo Federal e **os institutos de previdência social subordinados ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio ficam autorizados** a conceder financiamento, ou a efetuar empréstimos às pessoas, físicas ou jurídicas, proprietárias de matas ou florestas, com espécimes próprios estudados pelo Instituto Nacional de Tecnologia do referido Ministério, para o fim da montagem e exploração de usinas destinadas à produção de celulose e pasta de madeira para fabricação de papel para jornal, livros didáticos e material bélico. (BRASIL, 1939) (Grifos meus)

DECRETO-LEI nº 2.611, de 20 de setembro de 1940. Dispõe sobre os recursos para a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil e dá outras providências.

Art. 1º **Fica fixada em 15% (quinze por cento) a parcela com que o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado e as Caixas e Institutos de Aposentadorias e Pensões obrigatoriamente concorrerão, de seus depósitos ou fundos**, para a tomada de "bônus" que forem emitidos nos termos do art. 4º da Lei n. 454, de 9 de julho de 1937, e do Decreto-lei n. 574, de 28 de julho de 1938. (BRASIL, 1940). (Grifos meus).

DECRETO-LEI nº 5.684, de 20 de julho de 1943 - Autoriza a criação da Companhia Nacional de Álcalis, e dá outras providências.

Art. 2º O capital inicial da Companhia será de cinquenta milhões de cruzeiros (Cr\$ 50.000.000,00) representados:

§ 2º O I.N.S. subscreverá as ações ordinárias, e, **juntamente com os institutos de previdência social e caixas econômicas federais, as ações preferenciais para as quais não haja subscritores.** (BRASIL, 1943) (Grifos meus).

DECRETO-LEI 8.031, de 3 de outubro de 1945 - autoriza a organização da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco.

Art 5º **Os Institutos e as Caixas de Aposentadoria e Pensões, as Caixas Econômicas Federais e as demais entidades autárquicas ficam autorizadas a subscrever ações preferenciais ou adquirir, nos termos do art. 6º, ações ordinárias da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco.**

§ 1º Enquanto os lucros líquidos da Companhia apurados anualmente não permitirem a distribuição de dividendo de seis por cento (6%) ao ano das ações preferenciais, a União Federal garantirá às mencionadas instituições aquele juro ou a diferença verificada entre o dividendo que for distribuído e aquela taxa de juros de seis por cento (6 %). (BRASIL, 1945). (Grifos meus).

Boris Fausto nos informa sobre a utilização de recursos dos Institutos para a construção da Companhia Siderúrgica Nacional:

Em abril de 1941, funda-se no Rio a Companhia Siderúrgica Nacional, com recursos das Caixas Econômicas do Rio e de São Paulo e dos Institutos de Aposentadoria, que contribuem com 50% do capital (250 mil contos); o Governo subscreve 44% e os particulares, os restantes 6%. Resolvido o problema do financiamento, restava agora conseguir dos Estados Unidos o equipamento para a montagem de uma siderúrgica moderna. (2007, p.426).

Confirmando o que nos diz Fausto, o Decreto-Lei nº 3.173, de 3 de Abril de 1941, autorizou a cessão a empresas nacionais e a cidadãos brasileiros de parte das ações ordinárias da Companhia Siderúrgica Nacional.

Art. 2º Os Institutos de Pensões e Aposentadoria dos Industriários, dos Comerciais e dos Bancários, e as Caixas Econômicas Federais do Rio de Janeiro e de São Paulo ficam autorizados a subscrever as ações preferenciais da Companhia Siderúrgica Nacional.

§ 1º Enquanto os lucros líquidos da Companhia, apurados anualmente, não permitirem a distribuição do dividendo de 6% ao ano das ações preferenciais, a União Federal garantirá às mencionadas instituições aquele juro ou a diferença verificada entre o dividendo que for distribuindo e aquela taxa de juros de 6%.

§ 2º Se ocorrer a hipótese do parágrafo anterior a União Federal será posteriormente indenizada pelas instituições logo que elas recebam os excessos que couberem a tais ações na forma do art. 9º dos Estatutos da Companhia Siderúrgica Nacional. (BRASIL, 1941)

Essas não foram as únicas vezes que um governo utilizou recursos da poupança dos trabalhadores para financiamento de projetos de seu interesse. No governo Dutra também houve a decisão governamental sobre onde investir e o que é pior, a dispensa do pagamento dos débitos para com órgão previdenciário.

DECRETO-LEI nº 8.699, de 16 de janeiro de 1946. Autoriza a constituição da "Fábrica Nacional de Motores, S.A e dá outras providências.

Art. 3º **Os Institutos e as Caixas de Aposentadoria e Pensões, as Caixas Econômicas Federais e demais entidades autárquicas ficam autorizadas** a subscrever ações preferenciais da "Fábrica Nacional de Motores, S. A. ". (BRASIL, 1946). (Grifos meus).

DECRETO-LEI nº 9.271, de 22 de Maio de 1946 - **Dispensa a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré do pagamento do débito anterior** ao corrente exercício, **para com a Caixa de Aposentadoria e Pensões de Serviços Públicos do Estado do Amazonas.** (BRASIL, 1946). (Grifos meus).

DECRETO-LEI nº 9.859, de 13 de Setembro de 1946 - **Autoriza o Departamento Nacional de Estradas de Ferro a contrair com o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários empréstimos destinados a custear a construção no país,** de material rodante e a eletrificação de linhas da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro. (BRASIL, 1946). (Grifos meus).

É preciso destacar o problema que a longo prazo estava sendo gestado em relação ao uso do dinheiro dos trabalhadores. O presidente da República, incentivado com o montante acumulado nas Caixas e Institutos de Aposentadoria e com o uso dele para o "bem da nação", parece não ter se dado conta que num primeiro momento com a entrada de muitos trabalhadores nos Institutos era óbvio que ocorreria um aumento da poupança, e, em pouco tempo, sobreviria pessoas aposentando-se, ficando doentes e morrendo, havendo demanda dos recursos

poupados. Mas tais recursos estavam empatados em construções de casas financiadas, títulos da dívida pública, empréstimos e ações de uma companhia que estava iniciando, todos investimentos com resgate demorado e nem sempre certo, uma vez que poderiam ocorrer calotes.

O retorno desse capital dependia do honrar as dívidas por parte dos tomadores. Tais decisões políticas em relação à poupança do trabalhador, que foi feita para prover sua velhice, doença e morte, podem ter iniciado a mudança de concepção de geradores de riqueza nacional para estorvos, visto que quando aparecem as dificuldades para o pagamento das aposentadorias, o aposentado passa a ser considerado um peso para a sociedade e os benefícios a ele concedidos passam a ser reduzidos para caber no orçamento. A esperança de ter uma velhice tranquila se desvanece e os trabalhadores voltam a estar à mercê dos políticos.

2.5 O uso político dos Institutos

As grandes categorias profissionais foram as mais beneficiadas com a criação de Institutos de aposentadoria, outros trabalhadores, porém, não eram atendidos: os autônomos, os domésticos e os trabalhadores rurais. O que, no entender de Carvalho (2006, p.114-115), demonstrava “uma concepção da política social como privilégio e não como direito”, uma vez que os benefícios somente atingiam aqueles a quem o governo decidia favorecer, ou seja, aqueles que se enquadravam na estrutura sindical corporativa montada pelo Estado, conforme demonstrou o próprio presidente em mensagem ao Congresso Nacional em 1935, quando informava que o Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado havia construído 79 casas econômicas em Marechal Hermes (RJ) com previsão de mais 129 em Benfica (RJ), reservadas à residência de operários e empregados sindicalizados.

Ângela de Castro Gomes aponta que era a lógica do "quem tem ofício tem benefício" (2005, p.179), referindo-se à manipulação⁶³ efetivada pelo governo Vargas de condicionar o gozo dos benefícios sociais à condição de trabalhador sindicalizado. Adalberto Paranhos complementa que "a ideologia do trabalhismo não operou no vazio. Sua força, historicamente, adveio da "concessão" de direitos, ou

⁶³ Segundo o Dicionário de Política de Norberto Bobbio (2010, p.727) "o sujeito manipulado não sabe que o é e crê tomar a sua decisão de modo livre, enquanto que o seu comportamento é, na realidade, manobrado pelo manipulador como o são os movimentos de um títere nas mãos do operador.

melhor, do atendimento a interesses mais ou menos imediatos ou a certas aspirações das classes trabalhadoras" (2007, p.24). Para o trabalhador que até 1930 não via futuro na legislação social insipiente, o agir de Vargas tomando a frente de tudo e "doando" esperança fazia dele o pai querido e provedor.

Georges Balandier apresenta uma análise do mito do herói, que acreditamos estar de acordo com a forma de atuar de Vargas:

É entretanto o mito do herói que acentua com mais frequência a teatralidade política; ele engendra uma autoridade mais espetacular do que a rotineira, que não oferece surpresas. O herói não é desde logo considerado como tal porque seria notadamente "o mais capaz". [...] Ele é reconhecido em virtude de sua força dramática. Dela deriva sua qualidade e não do nascimento ou da formação recebida. Ele aparece, age, provoca a adesão, recebe o poder. A surpresa, a ação e o sucesso são as três leis do drama que lhe dão existência. [...] O recurso ao imaginário está na convocação de um futuro em que o inevitável se transformará em vantagem para o maior número de súditos. As luzes da cena do futuro iluminam a do presente. (1982, p.7)

Com seu modo de agir e governar, Vargas mobilizava e controlava as classes assalariadas. Lucília de Almeida Neves Delgado (1989, p.199), aponta que no início da década de cinquenta, havia grandes discussões em torno da questão da reforma da Previdência e não havia consenso quanto à nomeação de trabalhadores para participarem da direção de vários órgãos dos Institutos de Previdência. Delgado (1989, p.138) e Jorge Ferreira (2005, p.110) dão conta que João Goulart, como Ministro do Trabalho, convocou operários e sindicatos a participarem do Primeiro Congresso de Previdência. Compareceram 1200 delegados, bancados pelos Institutos. Delgado cita uma notícia sobre o Congresso, veiculada pelo jornal Última Hora de três de agosto de 1954 na qual sindicatos e federações agradeciam a Getúlio Vargas, João Goulart e os diretores das autarquias previdenciárias que os ajudaram materialmente⁶⁴. Para Delgado:

A atuação de Jango naquele evento reinaugurava um eixo assistencialista, que fora acionado, pela primeira vez, no período do Estado Novo. A utilização da Previdência representava a forma mais explícita de acionamento da via da cooptação na relação Estado sindicato. Nesta relação, o PTB, atuando como intermediário na distribuição de cargos e benefícios, teve papel singular. Seus filiados, durante os anos subsequentes ao Congresso da Previdência seriam

⁶⁴ A meu ver deveriam ter agradecido aos trabalhadores que tiveram suas poupanças diminuídas em dois milhões e quinhentos mil cruzeiros, segundo o Jornal citado.

os maiores beneficiários da extensa rede de empregos. (DELGADO, 1989, p.139).

Ferreira, complementando Delgado, acredita que os sindicalistas não estavam na posição de vítimas da cooptação estatal, ao contrário, durante o Congresso discutiram expressando satisfação e respondendo de forma afirmativa e integral ao novo regulamento da Previdência, aceitaram participar de sua administração e exigiram benefícios sociais.

Nada portanto, foi imposto a eles. Na gestão de Goulart no Ministério do Trabalho, as escolhas dos líderes e dirigentes sindicais foram mobilizar as bases, intensificar o ritmo das reivindicações e lutar por maior autonomia, mas também, e no mesmo movimento, estreitar as suas relações com o Estado através dos órgãos de Previdência Social, incluindo, nessa última opção, as práticas do clientelismo, fisiologismo e empreguismo. (FERREIRA, 2005, p.112).

Sejam como vítimas ou vilões, Estado e sindicalismo fizeram uso político em benefício próprio do órgão previdenciário. As Caixas, que em sua gênese tinham como princípio vital garantir a cobertura das contingências que acometem os trabalhadores (alheias à sua vontade), ou no ciclo normal da vida (doenças, velhice e morte), passaram a garantir programas de governo.

Amélia Cohn, ao pesquisar os Diários do Congresso Nacional, informa que no dia dois de fevereiro de 1954, o deputado Tenório Cavalcanti da UDN do Rio de Janeiro, em tribuna, afirmava que a Previdência Social era "propriedade política" do PTB e o IAPI um balcão de negócios políticos. Tal afirmativa tinha como suporte a história de um tesoureiro desse Instituto, cujo cartão de visitas era chancelado pelo PTB, e que só pagava ao beneficiário, depois que ele preenchesse uma ficha declarando em quem iria votar. Com tal artimanha o sujeito conseguiu se eleger. Um outro deputado, Muniz Falcão, concordando com Tenório Cavalcanti, afirmava que condenava veementemente o aniquilamento progressivo dos Institutos e Caixas. Sobre o debate, Cohn afirma que:

Aqui surgem membros dos setores mais retrógrados politicamente, arrogando-se o papel de vigilantes dos interesses das classes assalariadas: se o PTB tem a chave dos Institutos, os seus opositores apresentam-se para velar pelos interesses dessas classes. (1980, p.180).

Para que não se diga que nada se fazia em relação ao uso indevido do dinheiro do trabalhador, o Jornal Correio da Manhã de sete de fevereiro de 1952⁶⁵ traz a notícia de uma Comissão de Inquérito constituída para apurar irregularidades no Instituto dos Marítimos. Segundo denúncias, ocorreram irregularidades na transferência indevida dos depósitos do Instituto para o Banco Continental de São Paulo, quando por lei deveriam ser depositados no Banco do Brasil; aplicação irregular do excesso de verbas e utilização das casas populares construídas com recursos previdenciários como instrumento de propaganda política.

2.6 Panorama da Previdência no Governo Kubitschek

Na Mensagem ao Congresso Nacional remetida pelo presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1956, foi apresentado o panorama da Previdência Social brasileira que era realizada, segundo o documento, por cinco institutos e uma caixa de aposentadorias, além do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) e do Serviço de Assistência Médica da Previdência Social (SAMPS). Quanto à política habitacional, cumpria aos Institutos complementar a ação da Fundação Casa Popular, cujo âmbito de ação não se limitava aos segurados das referidas entidades, de acordo com a mensagem presidencial. Desse modo, os Institutos de Previdência eram responsáveis por complementar um projeto que beneficiava a todos os brasileiros com investimentos somente de alguns.

O presidente informa as cifras do orçamento das instituições no ano de 1956: Cr\$ 25.319.673.789,90 era a receita, da qual Cr\$ 7.982.900.440,00 corresponderiam à contribuição da União, do restante, 12 bilhões de cruzeiros se destinaram a benefícios, dois bilhões e meio à assistência médica e mais dois bilhões e duzentos mil para a administração das entidades. Segundo ele:

Da simples enumeração dessas cifras e o **fato de não vir a união contribuindo há vários anos com a quota que lhe cabe**, fácil será inferir que as instituições seguradoras se encontram em situação precária no que se refere aos aspectos econômicos e financeiros. Tendo de capitalizar reservas para cobertura dos riscos futuros, vêm consumindo toda a receita real nos encargos de manutenção, nos serviços assistenciais e no pagamento de benefícios. (Kubitschek, 1956, p.166). (Grifos meus).

⁶⁵ Disponível em:< <http://www.hemerotecadigital.bn.br>> Acesso em 23jan2014.

Em 1956, o que os Institutos arrecadavam era apenas suficiente para cobrir as despesas, ficando sem nenhum montante em Caixa. A União não vinha repassando, conforme informa o presidente, a parte que lhe cabia referente a todos os empréstimos, pagamentos de casas, e alimentação. E qual é solução sugerida para dar conta dessa dificuldade? Aquela que se tornou histórica: o aumento das contribuições e a revisão da Lei.

A elaboração de uma Lei Orgânica para a Previdência social, capaz de proporcionar solução definitiva a todos os seus aspectos sociais, econômicos, jurídicos e administrativos, tem sido debatido na Câmara dos Deputados, desde 1947.

Entretanto dois problemas, fundamentais para a vida das instituições de previdência social, devem ser resolvidos com a máxima urgência, independentemente da aprovação da Lei Orgânica de Previdência Social. Esses problemas dizem respeito a à elevação do limite de incidência das contribuições e à responsabilidade da União no tocante às suas contribuições. (Kubitschek, 1956, p.166).

Kubitschek apresenta ainda os números relativos ao Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) em 1956: 27 restaurantes populares e 301 Postos de subsistência, bem como informa sobre a habitação, acreditando que "apesar" de a Previdência Social ter construído, desde que funciona, mais de 100 mil unidades e possuírem naquela data 929 conjuntos residenciais com 32.936 habitações alugadas aos trabalhadores (!), tais números ainda eram insuficientes segundo seus cálculos. O presidente ao mesmo tempo que anuncia o uso do dinheiro do trabalhador para atender a política nacional de habitação, reclama do aumento de segurados que por sua vez aumenta o número de benefícios, gerando um maior dispêndio de dinheiro.

Em 1957, a Mensagem do presidente ao Congresso traz novamente a solicitação da urgente aprovação da Lei Orgânica da Previdência Social, que tem a finalidade de unificar os regulamentos e benefícios, facilitando assim a administração. Apresenta as despesas maiores que as receitas, mas informa que foi ampliado o plano de construção da casa própria. No entanto, o que causa maior inquietação na leitura da Mensagem ao Congresso são os dados relativos ao Serviço de Alimentação da Previdência Social. O presidente dá conta de que foram tomadas providências para o retorno ao regime de concorrência e que foram suprimidas cerca de um milhão e quinhentas mil refeições anuais que estavam

desviadas de sua destinação, os trabalhadores. Segundo o documento, foram criados o Supermercado da Vila dos Industriários, e postos de Auto Serviço em vários estados da Federação. Em Brasília foi criada uma agência de atendimento, compreendendo um armazém distribuidor, uma granja de produção (!) e um restaurante popular.

A leitura de tais dados pode parecer monótona, no entanto, ela demonstra total falta de cuidado para com o futuro das pessoas que dependiam de suas contribuições para usufruir da aposentadoria. As compras eram feitas sem concorrência, possibilitando privilégios e fraudes, bem como eram servidas refeições sem critério. A máquina administrativa necessária para tocar 280 postos de subsistência, 21 armazéns distribuidores, 16 auto serviços, 9 restaurantes populares e duas granjas de produção, teria que ser muito grande. Grande demais para caber no guarda-chuva previdenciário. Destaque-se que em 1957, de acordo com a mensagem do presidente, tem início a análise de que o aumento do salário mínimo oneraria o já sobrecarregado sistema de previdência.

O aumento dos níveis do salário mínimo, acarretando automático reajuste dos valores dos benefícios em vigor, vem onerar o já sobrecarregado sistema previdenciário, sem lhe assegurar, do mesmo modo que em 1954, fonte de receita correspondente ao novo encargo. (Kubitschek, 1957, p.397)

Os anos de 1958 e 1959, não trazem novidades nas Mensagens ao Congresso. Em 1958 são demonstrados números dos benefícios pagos e o presidente reclama que esses valores são maiores do que o arrecadado e informa que como a União vem contribuindo com somente o suficiente para pagamento das despesas de administração, que esse passasse, a partir da aprovação da nova lei, a ser o montante de responsabilidade do governo. Demonstrava aí o interesse de limitar a cota de participação no custeio da Previdência Social à manutenção do salário dos servidores e à logística dos Institutos. Oliveira e Teixeira apontam que Kubitschek pouco tratou das questões sociais em suas Mensagens ao Congresso:

No que tange à Previdência, a tônica economicista do seu discurso orientava-se principalmente para o tema da limitação da participação governamental na receita previdenciária, reservando-se os recursos estatais para a implementação da infraestrutura do projeto desenvolvimentista associado, que caracterizou seu governo. (1986, p194).

O Congresso não aprovou a Lei Orgânica da Prev. Social e o débito da União para com os Institutos não foi quitado, crescendo-se o não recolhimento da cota de previdência por parte de várias empresas. O presidente acreditava que:

Os déficits de nosso sistema previdenciário, decorrem principalmente do desequilíbrio da relação contribuição/benefícios, na qual o primeiro termo se reduz pelas imperfeições da arrecadação, enquanto o segundo inversamente, se amplia pela concessão de novas modalidades de assistência.

Essa foi uma das razões por que não pôde o governo sancionar o reajustamento geral das aposentadorias e pensões em vigor. (Kubitschek, 1959, p.204).

Aos poucos vai se delineando a imputação da culpa pelo déficit aos contribuintes, ao salário mínimo, e aos reajustes da aposentadoria. O que não é dito é que à Previdência foram incorporadas questões assistenciais que não seriam de sua alçada. Eram questões sociais da mais alta importância, mas que deveriam ser resolvidas com outras fontes de recursos.

Em 26 de agosto de 1960, a Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS) foi sancionada, sendo logo regulamentada em 19 de setembro de 1960. Com datas tão próximas verifica-se a urgência com que o governo a queria em prática. Desde 1947 havia um projeto para essa lei, apresentado pelo Deputado Aluizio Alves, e ao longo de treze anos tramitou pelo Congresso sendo adaptado, modificado várias vezes, até que o empenho do presidente movimentou a discussão resultando na lei que pretendia uniformizar a concessão dos benefícios pelos Institutos.

Quanto ao custeio dos benefícios, a lei mantém as contribuições dos segurados, dos empregadores e a União ficou responsável por uma parcela idêntica ao arrecadado pelos segurados que seria destinada a custear o pagamento do pessoal, as despesas administrativas dos Institutos e cobrir as insuficiências financeiras e os déficits técnicos.

O artigo 135 da lei informa que a dívida da União para com as instituições de previdência, acrescida dos juros de cinco por cento ao ano, será consolidada naquela data por meio de uma emissão de apólices da dívida pública federal, inalienáveis e entregues ao Fundo de Previdência Social. No parágrafo único consta que: "A dívida de que trata este artigo será amortizada em parcelas anuais de um bilhão de cruzeiros (Cr\$ 1.000.000.000,00). No entanto, é de se registrar, que

somente a despesa do SAPS em 1956 foi de 1,1 bilhão de cruzeiros, portanto a amortização da dívida nesses moldes seria somente pró-forma. Confirmando tal suposição, há o Decreto do Conselho de Ministros nº 542-A, de 24 de Janeiro de 1962, autorizando o Ministério da Fazenda a emitir apólices da Dívida Pública, para pagamento da dívida do Tesouro Nacional com a Previdência Social.

Art. 1º Fica o Ministério de Estado dos Negócios da Fazenda autorizado a emitir apólice inalienável da dívida pública federal no valor de Cr\$104.107.881.063,90 (cento e quatro bilhões, cento e sete milhões, oitocentos e oitenta e um mil sessenta e três cruzeiros e noventa centavos) destinada ao pagamento da dívida do Tesouro Nacional para com a Previdência Social, nos termos do art. 135 da Lei 3.807, de 26 de agosto de 1960.

§ 1º A apólice que será emitida em nome do Fundo Comum da Previdência Social vencerá juros de cinco por cento (5%) ao ano, a partir de janeiro de 1961

§ 2º A amortização far-se-á em parcelas anuais de um bilhão de cruzeiros;

§ 3º Caberá ao Departamento Nacional da Previdência Social a guarda da apólice de que trata o artigo.

Art. 2º A amortização e os juros correspondentes à apólice de que trata o art. 1º e seus parágrafos serão anualmente consignados no orçamento da despesa do Ministério do Trabalho e Previdência Social, sob o título "Fundo de Benefícios da Previdência Social" e integralmente recolhidos, em conta especial, ao Banco do Brasil.(BRASIL, 1962). (Grifos meus).

Foram muitas as apólices da dívida pública emitidas pelo Governo Federal em pagamento aos débitos de utilização dos recursos previdenciários desde o primeiro governo Vargas. De acordo com o Ministério da Fazenda - Tesouro Nacional⁶⁶, estão invalidadas as Apólices da Dívida Interna, as Apólices emitidas em Francos Franceses e outros títulos antigos.

Em 1957, o Governo, no interesse de padronizar a sua dívida e melhorar seu controle, promoveu a troca de todos os títulos emitidos entre 1902 e 1955 por novos títulos. Assim, a partir de 1957, aquelas apólices tornaram-se exigíveis, tendo como consequência o início da contagem do prazo prescricional (cinco anos). Portanto, em 1962 as apólices emitidas até 1955 e não trocadas pelos novos títulos, deixaram de ter valor.

O Governo Federal realizou outra consolidação da dívida pública em 1967, quando publicou os Decretos-Lei nº 263, de 28/02/1967, e nº

⁶⁶ Ministério da Fazenda - Tesouro Nacional - Títulos Públicos antigos. Acessado em 05abr2014.
Disponível em:
<https://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt/sobre-divida-publica/titulos-publicos-antigos>

396 de 30/12/1968, tornando pública a antecipação do vencimento de todas as apólices da dívida pública federal interna emitidas antes daquele ano, e autorizando a realização de permuta por novos títulos até setembro de 1969. Após essa data, correu o prazo de prescrição de cinco anos (determinado pelo § 10º, inciso VI, do art. 178 da Lei nº 3.071, de 01/01/1916), que se encerrou em 1974.

Em resumo:

- os títulos emitidos entre 1902 e 1955 não valem desde 1962
- todos os demais não valem desde 1969 e prescreveram definitivamente em 1974 (Tesouro Nacional, 2014).

A nova lei representou melhores condições de administração, no entanto manteve o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), e a construção de moradias. Possibilitou assistência clínica, cirúrgica, farmacêutica e odontológica aos beneficiários, bem como Serviço de Assistência Médica Domiciliar de Urgência (SAMDU). Todos se configurando como pesadas despesas.

Aos encargos resultantes da política governamental, acresceram-se modificações em relação à concessão de benefícios. Foram incluídos os dependentes designados, que independentemente de parentesco, dependessem economicamente dos segurados. No rol dos designados poderiam ser colocados desde a companheira, não reconhecida pela lei, até o afilhado cujos pais não fossem contribuintes. Foram acrescentadas aposentadorias especiais para jornalistas profissionais, aeronautas e ferroviários em condições diversas e sem o devido custeio nos moldes que eram cobrados dos demais segurados. A aposentadoria por tempo de serviço poderia ser concedida sem contribuições, desde que comprovado o trabalho. Nesse caso o montante não recolhido seria descontado na aposentadoria na base de 1 a 4% do salário de benefício. Ou seja, comprovados 30 anos de serviço e só dois de contribuição, a pessoa teria direito a aposentadoria, contribuindo depois de aposentado com um valor muito menor que os demais segurados e por um tempo bem menor. Muito justo do ponto de vista humanitário, mas oneroso para o sistema.

2.7 O Governo João Goulart

Nesse período o Brasil lutava com altos índices inflacionários herdados de governos anteriores e buscava dar continuidade ao desenvolvimentismo. O presidente acreditava que a emancipação econômica seria responsável pela superação do subdesenvolvimento e, para isso, era preciso planejamento. Cuidou de lançar um Plano Trienal que previa, entre outras ações, a atenção ao homem do campo. Com a Lei Nº 4.214 - de 2 de março de 1963, estabeleceu o Estatuto do Trabalhador Rural, cujas diretrizes, em sua maioria, não puderam ser colocadas em prática em virtude da falta de recursos econômicos. Não houve arrecadação suficiente. Estava previsto no Estatuto:

Art. 158. Fica criado o "Fundo de Assistência e Previdência do trabalhador Rural", que se constituirá de 1% (um por cento) do valor dos produtos agropecuários colocados à venda e que deverá ser recolhido pelo produtor, quando da primeira operação ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, mediante guia própria, até quinze dias daquela colocação.

Art. 159. Fica o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários - IAPI, encarregado, durante o prazo de cinco anos, da arrecadação do Fundo a que se refere o artigo anterior, diretamente, ou mediante Convênio com entidades públicas ou particulares, bem assim incumbido da prestação dos benefícios estabelecidos nesta lei ao trabalhador rural e seus dependentes, indenizando-se das despesas que forem realizadas com essa finalidade.

Parágrafo único. A escrituração do Fundo referido no artigo anterior será inteiramente distinta na contabilidade do IAPI e sua receita será depositada no Banco do Brasil S.A., sob o título "Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural", à ordem do IAPI.

Art. 164. O IAPI prestará aos segurados rurais ou dependentes rurais, entre outros, os seguintes serviços:

- a) assistência à maternidade;
 - b) auxílio doença;
 - c) aposentadoria por invalidez ou velhice;
 - d) pensão aos beneficiários em caso de morte;
 - e) assistência médica;
 - f) auxílio funeral;
- (Brasil, 1963)

Os empregadores rurais tiveram dificuldades em estabelecer oficialmente o montante referente à venda dos produtos agrícolas para que dele fosse extraída a porcentagem de recolhimento para manutenção dos benefícios ao trabalhador rural.

A carteira de trabalho oficial demorou a ser implantada no campo em virtude da informalidade das relações de trabalho.

O governo Goulart também não conseguiu realizar o pagamento da dívida para com a Previdência. De acordo com Evaldo Vieira:

Tal incapacidade não decorria apenas da falta de recursos disponíveis, mas acima de tudo se originava do crescimento do número de segurados e dos progressivos encargos aos poucos integrados na Legislação Social. O débito governamental com a Previdência social atingia o montante de 101 bilhões de cruzeiros em 1960, isto sem levar em conta a dívida federal, a ser paga na qualidade de empregador. (1995, p.181).

Goulart viveu em seu governo uma situação muito difícil do ponto de vista político. Na área econômica não foi diferente, a grande dívida externa sugava recursos importantes para implantação no Brasil das reformas necessárias. A Previdência Social, grande financiadora do desenvolvimento do país não recebeu a atenção necessária, continuando com suas antigas dificuldades.

2.8 A Previdência nos Governos Militares

Em sua primeira Mensagem ao Congresso Nacional (1965), Humberto de Alencar Castello Branco informa que o Governo encontrou a Previdência social em processo de decomposição. Cita no documento a disparidade entre os vultosos compromissos assumidos e as fontes de recursos. Embora fossem elevadas as taxas de contribuições, o não cumprimento das obrigações financeiras da União e dos empregadores tornava o sistema insustentável. Desse modo, segundo o texto, foi preparado o terreno para as reformas imprescindíveis ao sistema. As ações citadas foram: "a entrega pela União, dos recursos que cabiam à Previdência; manutenção da taxa de custeio da Previdência Rural, que será reformada, com o desenvolvimento, pelo órgão arrecadador - o IAPI - dos meios para a cobrança". (BRANCO, 1965, p.176).

Em relação às reformas, o presidente informa que uma comissão foi encarregada do estudo de reestruturação, lançando as linhas que a orientarão:

a) Unificação dos serviços da Previdência Social, inclusive os de assistência médica, passando-os para a esfera da administração direta da União, com a criação do Ministério da Previdência Social, e

a criação de um fundo autônomo, constituído das contribuições dos empregadores e dos segurados, a cujo cargo correrá o custeio dos diversos benefícios e da administração geral;

b) Substituição, para custeio, do regime de capitalização pelo de repartição, com constituição de reservas adequadas à atual situação;

c) Solução para o problema da contribuição da União, que corresponderá ao pagamento efetivo de todo o pessoal previdenciário integrado no Quadro do Ministério da Previdência Social;

d) A extensão da previdência social aos trabalhadores rurais e aos domésticos, em condições capazes de atender às necessidades básicas dessas classes, dentro das possibilidades econômico financeiras do meio rural e da Nação;

e) Reformulação do SAPS, a fim de assegurar a sua auto-suficiência, sem sobrecarga do custeio geral da previdência social;

f) Deslocamento efetivo da assistência habitacional para o Plano Nacional de Habitação, medida esta já concretizada em lei; aliás, no sentido de complementar a política habitacional do Governo, os Institutos venderão em 1965 todos os seus imóveis no total de 50 mil unidades. (BRANCO, 1965, p.177). (Grifos meus).

É importante refletir sobre as questões destacadas das linhas de reestruturação apontadas pelo presidente Castello Branco. Em primeiro lugar a substituição do Regime de Capitalização, até então adotado, para o de Repartição.

Na modalidade de capitalização, vimos que o governo impunha aos Institutos a compra de apólices de empresas que ainda estavam em formação, e portanto, levariam um longo tempo para dar lucro, ou obrigava a investir dinheiro na construção de casas com a finalidade de suprir o mercado da habitação e empatar o dinheiro acumulado em caixa, de forma que esse dinheiro não ficasse ocioso, lembrando que não havia correção monetária nessa época. Porém, os Institutos não lucraram em nenhum momento com as aplicações de suas reservas. Pelo contrário, perderam o dinheiro que foi utilizado para financiar o desenvolvimento do país e não retornou, e as apólices perderam o valor.

O regime de Repartição, teoricamente poria fim à sangria da poupança do trabalhador, porém, para funcionar, necessitaria de um constante afluxo de novos contribuintes, para que o sistema se mantivesse equilibrado, já que a União, de acordo com a LOPS, somente se responsabilizaria pela manutenção dos funcionários do Instituto e despesas administrativas.

Mas, o mais preocupante na mensagem foi a informação que os imóveis construídos com recursos da Previdência foram vendidos e o valor arrecadado, disponibilizado para o recém criado Banco Nacional da Habitação, conforme literalmente declara o presidente ao Congresso: "no sentido de *complementar a política habitacional do Governo* os Institutos venderão em 1965 todos os seus imóveis no total de 50 mil unidades". (BRANCO, 1965, p.177). Anteriormente essas manobras eram disfarçadas sob a alegação de que as moradias construídas pelos Institutos seriam para os trabalhadores, o que não ocorre nesse momento, visto que é clara a informação de que a venda dos imóveis teria a finalidade de atender ao governo. Reforça o apontamento do presidente Castello Branco na Mensagem ao Congresso Nacional do ano seguinte: " Vale assinalar, a respeito, o auxílio que a Previdência Social prestou no ano findo a alguns setores da Economia, participando inclusive com seus recursos para o financiamento de bens de consumo durável." (1966, p,116).

As linhas traçadas na mensagem de 1965 se efetivaram de certa forma no Decreto-lei nº 72 - de 21 de novembro de 1966, que unificou os Institutos de Aposentadoria e Pensões e criou o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS).

Da análise de três dos jornais em circulação no sudeste na época da junção dos Institutos não foi possível aquilatar a recepção à notícia por parte dos trabalhadores. Os jornais Folha de São Paulo e Jornal do Brasil apresentaram a notícia sem nenhuma análise do autor da matéria ou da redação do jornal. Embora oficialmente a mídia ainda não estivesse sob censura, é possível acreditar em três hipóteses: que os jornalistas não se interessassem pelo fato; que eles acreditassem ser a medida acertada, ou não quisessem se contrapor à decisão da ditadura.

Castello decreta a unificação dos IAPs sem alterar regime de contribuições.

A unificação da Previdência Social que substitui os atuais IAPs pelo Instituto único e extingue o SAMDU, e o SAPS, estará em vigor a partir de 1 de janeiro do próximo ano, de acordo com o Decreto-Lei assinado ontem pelo presidente da República que garante a maioria de representações nos órgãos dirigentes no governo federal. (Jornal do Brasil, 19nov1966, 1º caderno, p.11)

Bem aceita a unificação da Previdência

A unificação da Previdência Social, decretada pelo governo foi bem aceita pelos presidentes dos atuais Institutos que consideraram a

iniciativa bastante oportuna e tendente a resolver vários problemas há muito criticados, como a morosidade da concessão de benefícios dos segurados e o atendimento médico que era feito sem as condições exigidas. [...] Para o presidente do IAPC, Sr. Emílio Ibraim, a unificação possibilitará uma nova e real presença da Previdência Social no país [...] estabelecendo uma penetração imediata para o interior. (Jornal do Brasil, 21nov1966, 1º caderno, p.14)

Previdência já unificada. (Folha de S.Paulo 19nov1966, p1)

Castelo decreta unificação dos Institutos de Previdência.

O presidente da República assinou decreto, hoje, estabelecendo a unificação da Previdência Social no país, através da criação do Instituto Nacional da Previdência Social.(Folha de S.Paulo 19nov1966, p7)

Diferentemente dos demais, o Jornal Última Hora, de propriedade do jornalista Samuel Wainer, declaradamente partidário de Vargas e Goulart, manifestou seu desagrado pelo fim dos feudos do PTB. Na notícia intitulada: "Castello cria o caos na Previdência Social", informa que o presidente teria se aproveitado do recesso do Congresso para Decretar a criação do INPS.

Um superorganismo político e administrativo, cuja gestão fará e desfará governadores, deputados, senadores, talvez até presidentes, pegou de surpresa pensionistas e aposentados que passaram o final de semana preocupados. [...] A "nova República" da previdência, cujo orçamento será maior do que o de quase todos os estados do Brasil reunidos. (JORNAL ÚLTIMA HORA,1966 - Caderno 1 página 3).

O Última Hora demonstra o uso dos Institutos politicamente, de tal forma que sua notícia privilegia esse aspecto, denominando o INPS como a "nova República".

Na lei não houve a inclusão do empregado doméstico e nem tampouco um sistema de benefícios mínimo para o trabalhador rural, o que ocorreria somente em 1973 para o primeiro e em 1971 para segundo. No entanto a unificação da assistência médica e sua ampliação, levaram o INPS a passar por situações de aperto financeiro. De acordo com Oliveira e Teixeira:

A continuidade da tendência assistencialista e até mesmo sua ampliação qualitativa indicam que o recurso característico do populismo de transferir pressões econômicas para a esfera estatal, através das concessões em termos de política social como mecanismo de suavização das tensões sociais e almejando alcançar legitimidade para o regime; não só não foi abandonado como recebeu ênfase e destaque nos regimes autoritários instaurados depois do golpe militar. (1986, p.203).

Verifica-se que a partir da unificação dos Institutos houve uma ampliação da cobertura previdenciária aos trabalhadores urbanos e rurais. O que, do ponto de vista de Oliveira e Teixeira (1986), aumenta de forma "consensual" o direito à concessão de assistência médica, elevando as despesas acima do que foi gasto com pagamento de benefícios (finalidade da previdência social). De tal modo que apresentam tabela com porcentagem do que representou a assistência médica nas despesas totais da previdência até o ano de 1972.

ANOS	% sobre Receita de contribuições	% Assistência médica sobre despesas totais
1947	3.6	6.5
1959	18.9	13.6
1960	18.6	14.5
1961	16.0	13.2
1962	17.0	13.8
1963	19.7	15.2
1964	21.9	17.3
1965	26.0	19.1
1967	30.3	24.5
1968	27.1	18.2
1969	34.2	23.7
1970	36.9	24.4
1971	34.5	23.9
1972	32.0	24.0

Fonte: Oliveira e Teixeira (1986, p.206)

Na Mensagem ao Congresso de 1967, Castello Branco apresenta um plano para ser aplicado na previdência social, cujo alvo seria a assistência médica:

- a) extensão a todo território nacional da assistência à maternidade e aos casos de males enquadrados como grandes riscos, mediante credenciamento generalizado de profissionais e de serviços médicos especializados;
- b) constituição de comunidades de serviços médicos da previdência social, mediante uso dos órgãos próprios já existentes, ou convênios;
- c) conclusão das obras de edificação e de instalação de hospitais, casas de saúde e ambulatórios para uso geral da previdência, de

maneira a coloca-los em funcionamento com a maior urgência possível; (BRANCO, 1967, p.126).

Com essas medidas vinculadas à junção dos Institutos e a reformulação da Lei Orgânica, o presidente acreditava que estava inaugurando uma nova Previdência social. Os objetivos a atingir seriam igualdade de tratamento a todos os beneficiários, nivelamento dos serviços, ampliação de atendimento e interiorização dos postos, de modo a atender não só os grandes centros com serviços de natureza médica. Aponta ainda que, a racionalização administrativa e a economia de meios, graças à concentração da receita e à economia quanto as despesas da máquina administrativa, seriam suficientes para fazer frente à ampliação da cobertura médica em todo Brasil. O que acabou não se comprovando. As despesas médicas subiram de tal forma que a médio prazo obrigaram à revisão de direitos aos benefícios de aposentadorias e auxílios por doença e acidente do trabalho.

Nos governos anteriores à ditadura, a poupança dos trabalhadores financiou para a nação o crescimento industrial e habitacional. Nos governos militares a ênfase se mostra na Assistência Médica. O presidente Costa e Silva declara ao Congresso Nacional, em 1968, que haviam sido atendidos em cerca de 300 hospitais aproximadamente dois milhões de trabalhadores rurais e seus dependentes, "apoiados nas subvenções que, em contrapartida, o INPS lhes distribuiu". (SILVA, 1968, p119).

A década de 1970 foi importante para a área médica, no sentido de que a utilização pelo governo da medicina privada, por intermédio da Previdência social, permitiu a capitalização desse setor. De acordo com Oliveira e Teixeira a assistência médica previdenciária era: "Financiada pelos trabalhadores, gerida pelo Estado e fomentava a consolidação de uma área privada de acumulação de capital" (1986, p.234).

José Carlos de Souza Braga e Sérgio Goes de Paula(1981) em estudo sobre saúde e previdência dão conta que houve uma ampliação da integração entre Estado, empresas industriais da área médica e farmacêutica que correspondeu a uma importante organização capitalista no setor, que cresceu aceleradamente de importância no Brasil. Braga e Paula demonstram o crescimento dos gastos com Assistência Médico-Hospitalar foram de 44,6% em 1961; 35,1% em 1964 e 117,6% em 1965 (1981, p.72). Segundo os autores:

[...] quando os dados se referem ao INPS, o que se verifica é a cristalização de um padrão que já vinha sendo gestado desde o fim dos anos 50 e que se acelera nos anos 60. Entre 1960 e 1967 o valor real gasto com Assistência Médica (inclusive os relativos a pessoal e farmácia) sobre 3,3 vezes. No mesmo período, o gasto hospitalar (sem considerar o farmacêutico) sobre 9 vezes; o ambulatorial 2,1 vezes. (1981, p.74)

A Lei 6.229 de 17 de julho de 1975, que dispôs sobre a organização do Sistema Nacional de Saúde, estabeleceu competências para as instituições públicas e privadas. O Estado ficou responsável pelas ações de saúde pública e as ações de assistência médica individual ficaram sob a responsabilidade do setor privado, que por mediação de contratos de serviços, atendia aos segurados da previdência e seus dependentes.

Era precário o controle das contas dos serviços médicos contratados. Época em que os sistemas de computação ainda não eram disponibilizados para esse uso, as contas eram revisadas manualmente e por amostragem, situação que favorecia a corrupção. Mesmo contando com poucos servidores para auditar as contas havia um bom número delas rejeitadas, por internações desnecessárias, cirurgias ginecológicas cujo paciente indicado era do sexo masculino, ou mesmo intervenções médicas fantasmas em pacientes que haviam perdido sua carteira. Junte-se a isso o pouco controle efetivo sobre a comprovação de filiação à Previdência social. As carteirinhas de segurados para assistência médica eram feitas nos postos de atendimento em papel cartão bege, sem nenhum controle mais rigoroso. A foto era colada ou grampeada e não podia ser plastificada, pois os carimbos das consultas eram feitos nas próprias carteiras, possibilitando um número enorme de fraudes.

Mesmo havendo recursos para a assistência médica, odontológica e farmacêutica, o desenvolvimento não ocorria como o intencionado pelo governo. Havia parcelas da população não assistidas e diferenciação entre trabalhadores urbanos e rurais, entre trabalhadores da iniciativa privada e do serviço público. A saúde pública em geral era deficitária e em virtude da crise econômica as condições de vida da população de baixa renda favoreciam os surtos e epidemias.

Durante todo o governo Médici, a referência à Previdência Social nas mensagens ao Congresso Nacional se dava essencialmente em função da

assistência médica. Valores das despesas, construções de hospitais, reaparelhamento dos já existentes, criação da CEME (Central de Medicamentos) e estabelecimento de convênios com Sindicatos⁶⁷ e entidades privadas para prestação de serviços médicos e odontológicos foi a tônica da palavra do Presidente ao Congresso.

Para desincumbência de seus encargos, presentemente, o INPS conta com 36.598 servidores na área médica e paramédica e 56.635 na área burocrática, sendo de mais de 37.000.000 a massa segurada atendida pelo Instituto, através de 471 Órgãos Regionais, 146 Postos de Benefícios, 11 Ambulatórios de Acidente do Trabalho, 12 Centros de Reabilitação Profissional, 30 Centros de Serviço Social, 27 hospitais próprios, 517 Postos de Assistência Médica e 2.622 Hospitais com os quais mantém convênio. (MÉDICI, 1974, p.162).

Segundo o presidente Médici, "as melhorias, que, se estão introduzindo no Instituto Nacional de Previdência Social, tendem a incrementar a assistência médica aos mais necessitados e já se revelam de efeito positivo no tocante à distribuição de medicamentos a baixo preço aos segurados daquele Instituto". (1970, p.64). O discurso da presidência formulava a afirmação que o crescimento econômico é resultado do desenvolvimento social.

Procura-se, por isso mesmo, conciliar o crescimento com as exigências do bem coletivo, colocando-se o progresso econômico a serviço do desenvolvimento social do país. Canalizam-se, por conseguinte, recursos financeiros, em proporções consideráveis, para empreendimentos que objetivam a proteção de interesses humanos, interesses de natureza predominantemente qualitativa, quais os que concernem à melhoria das condições de vida e à promoção, em grau crescente, de impreterível e efetiva justiça social. (MÉDICI, 1973, p.7).

Discurso não muito diferente de Getúlio Vargas, que em 1951, na sua mensagem ao Congresso afirmava:

⁶⁷ O Decreto nº 67227, de 21 de setembro de 1970, estabeleceu prioridades para uma política de Valorização da Ação Sindical, e previu a doação de bens e equipamentos aos sindicatos, para instalação e funcionamento de seus serviços assistenciais e de interesse coletivo; a concessão de empréstimos financeiros, com o objetivo de incentivar a construção, reforma, ampliação ou aquisição de sede, escolas, colônias de férias, campos de esportes, clubes recreativos, hospitais, creches, ambulatórios e cooperativas de consumo. Do material doado às entidades sindicais em 1972, destacam-se: gabinetes odontológicos, ambulâncias, viaturas, aparelhos de raio x, eletrocardiógrafos, mimeógrafos, máquinas de escrever entre outros. Todos, de acordo com o Decreto, financiados pelo Instituto Nacional da Previdência social (INPS).

O progresso social se vinculará solidamente ao desenvolvimento econômico. A defesa dos padrões de trabalho através do aperfeiçoamento e execução da legislação trabalhista, a previdência social e a assistência às massas trabalhadoras continuarão a ser um dos instrumentos dessa política, em obediência ao mandamento das urnas (VARGAS, 1951, p.9)

O crescimento econômico era imprescindível para estancar a crise política, uma vez que vários fatores contribuíam para a insatisfação da população. O problema da dependência do petróleo importado cada vez mais caro, as exportações brasileiras em queda, inflação em alta, o país aos poucos deixando de ser rural, intensa migração, em São Paulo um surto de meningite entre 1972 e 1973, negado pelo governo, com sérios resultados, insatisfação com a estatização.

Considerando-se que o INPS se mantinha somente com as contribuições de segurados e empresas, pois o governo não repassava a sua quota no custeio da parte administrativa, as despesas com a manutenção de tais serviços e o pagamento às entidades privadas que prestavam assistência médica estavam ficando cada vez mais pesadas.

Sobre a prestação de assistência médica, baixaram-se atos destinados à orientação dos órgãos da Previdência Social, como a instituição do Contrato Padrão no tocante às Clínicas Médica, Cirúrgica e Obstétrica, à Psiquiatria e à Pneumotisiologia, e estabelecida a Classificação Hospitalar, de acordo com os critérios decorrentes de estudos e inspeções realizadas. O atendimento de urgência por qualquer entidade hospitalar, independentemente da filiação do segurado, é medida já concretizada.

A inauguração do Hospital dos Servidores da União, entregou à Capital da República um dos mais modernos hospitais do País, com 240 leitos. Na Guanabara, foi reformado e reaparelhado o Hospital dos Servidores do Estado, passando o estabelecimento a figurar entre os da "Classe A".

Estão em vigor 930 convênios com a rede hospitalar privada e com o INPS para atendimento a funcionários, segurados e dependentes.

Em convênios hospitalares, ambulatoriais e de assistência odontológica aos segurados, foram gastos, mensalmente, Cr\$ 17.078.550,00, ao mesmo tempo que se distribuíram implementos às casas de saúde convenientes, sindicatos e empresas sediadas em todo o Território Nacional. (MEDICI, 1973, p.67-68).

Em 1974 o Ministério do Trabalho foi desvinculado da Previdência Social, e criado o MPAS - Ministério da Previdência e Assistência Social. Nesse mesmo ano

foi estabelecido o Plano de Pronta Ação, que estabelecia o atendimento médico à população de modo geral, em caso de emergência, independentemente de filiação, às expensas do INPS.

Foram editadas em 1974, leis vinculadas às questões assistenciais:

Lei nº 6.168, de 9 de dezembro 1974, criou o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social. (BRASIL, 1974-A)

Lei nº 6.179, de 11 de dezembro de 1974, instituiu a renda mensal vitalícia para os maiores de 70 anos ou inválidos, que tivessem sido filiados à Previdência Social em qualquer época pelo menos por um ano, **com o ou sem contribuição**. Ou seja, sem custeio foi criado um benefício que inicialmente era de meio salário mínimo e posteriormente passou a um salário mínimo. (BRASIL, 1974-B) (Grifo nosso).

Lei nº 6.195, de 19 de dezembro de 1974, estendeu a cobertura especial dos acidentes do trabalho ao trabalhador rural (BRASIL, 1974-C).

Também nesse ano foi editada a Lei nº 6.125, de 4 de novembro de 1974, que autorizou o Poder Executivo a constituir a Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social, com o intuito de controlar minimamente a concessão e manutenção de benefícios.

Segundo Marco Antônio Villa, o presidente Ernesto Geisel "queria deixar uma marca empresarial à sua presidência" (2014, p.235). No entanto em relação à Previdência Social, essa marca transformou-se em cicatriz de mais um corte responsável por sangrar os cofres da poupança do trabalhador. Em primeiro de setembro de 1977 criou a Lei 6.439 que instituiu o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social. (SINPAS):

Art 1º - Fica instituído o sistema Nacional de Previdência e Assistência Social - SINPAS, sob a orientação, coordenação e controle do Ministério da Previdência e Assistência Social - MPAS, com a finalidade de integrar as seguintes funções atribuídas às entidades referidas nesta Lei:

- I - concessão e manutenção de benefícios, e prestação de serviços;
- II - custeio de atividades e programas;
- III - gestão administrativa, financeira e patrimonial.

Art 2º - São mantidos, com o respectivo custeio, na forma da legislação própria, os regimes de benefícios e serviços dos trabalhadores urbanos e rurais, e dos funcionários públicos civis da União, atualmente a cargo do Instituto Nacional de Previdência

Social - INPS, do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural - FUNRURAL e do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado - IPASE.

Art 3º - Ficam criadas as seguintes autarquias vinculadas ao MPAS:

I - Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social - INAMPS;

II - Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social - IAPAS.

Art 4º - Integram o SINPAS as seguintes entidades:

I - Instituto Nacional de Previdência Social - INPS;

II - Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social - INAMPS;

III - Fundação Legião Brasileira de Assistência - LBA;

IV - Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor FUNABEM;

V - Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social - DATAPREV;

VI - Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social - IAPAS.

§ 1º - Integra, também, o SINPAS, na condição de órgão autônomo da estrutura do MPAS, a Central de Medicamentos - CEME. (BRASIL, 1977)

O SINPAS desmembrou o INPS (que havia sido unificado em 1966), criando o INAMPS e o IAPAS, órgãos responsáveis por cuidar respectivamente da saúde e das finanças. Não sendo suficiente desmembrar, criar novas instituições, com novas hierarquias, novos cargos, novos móveis e imóveis, a lei extinguiu o IPASE (Instituto de Pensões e Aposentadoria dos Servidores) e o FUNRURAL, que passaram a fazer parte do INPS, com a gestão feita pelo IAPAS e o atendimento médico pelo INAMPS. No âmbito da Previdência Social ficaram: a Fundação Legião Brasileira de Assistência - LBA; A Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor FUNABEM; e na condição de órgão autônomo da estrutura do MPAS, a Central de Medicamentos - CEME. Além da Empresa de Processamento de Dados da Previdência social.

Sendo o Ministério denominado “da Previdência e Assistência Social”, muito lógico que se colocassem sob esse guarda-chuva as entidades de Assistência Social. Não fossem os artigos 16 e 17 que dispunham sobre o custeio de todas as entidades vinculadas ao SINPAS:

Art 16 - A receita e o patrimônio das entidades do SINPAS destinam-se a manter, desenvolver e garantir as suas atividades, na forma da legislação em vigor.

Art 17 - Constituem receita das entidades do SINPAS:

I - as contribuições previdenciárias dos segurados e das empresas, inclusive as relativas ao seguro de acidentes do trabalho, e as calculadas sobre o valor da produção e da propriedade rural;

II - a contribuição da União destinada ao Fundo de Liquidez da Previdência Social - FLPS;

III - as dotações orçamentárias específicas;

IV - os juros, correção monetária, multas e outros acréscimos legais devidos à previdência social;

V - as receitas provenientes da prestação de serviços e fornecimento ou arrendamento de bens;

VI - as receitas patrimoniais, industriais e financeiras;

VII - a remuneração recebida por serviços de arrecadação, fiscalização e cobrança prestados a terceiros;

VIII - as doações, legados, subvenções e outras receitas eventuais;

IX - as demais receitas das entidades de previdência e assistência social integrantes do SINPAS.

§ 1º - Os recursos de que trata o item II destinam-se ao pagamento de pessoal e às despesas de administração geral do INPS, do INAMPS e do IAPAS, bem como a cobrir eventuais insuficiências financeiras verificadas na execução das atividades a cargo do SINPAS, hipótese em que deverão ser suplementados na forma da legislação em vigor.

§ 2º - Nas dotações a que se refere o item III deste artigo, a União incluirá recursos para a complementação do custeio dos benefícios em dinheiro e da assistência médica prestada aos funcionários públicos civis federais, inclusive aos membros e funcionários do Poder Legislativo e do Poder Judiciário. (BRASIL, 1977). (Grifos meus).

Da análise de tais artigos verifica-se que foram criados novos órgãos e colocados outros tantos sob a jurisdição da Previdência Social, sem o devido custeio. Ou seja, todas as entidades elencadas nos artigos 2 e 3 da lei que criou o SINPAS, exerceram suas atividades com os recursos advindos das contribuições dos trabalhadores, sem nenhum outro aporte.

A Previdência Social foi concebida nos anos vinte como seguro para o trabalhador, tanto que até os dias atuais, nas leis, decretos, e normas internas, ele é denominado segurado. O seguro social foi criado para o trabalhador contribuinte. Com a criação do SINPAS, a ideia de seguridade social que abrange quem necessita é sobreposta à de seguro para quem contribui. São aspectos diferentes. Para que um contribuinte tenha direito a aposentadoria, ele precisa seguir certas regras e normas pré-definidas. Os beneficiários da seguridade social nem sempre.

De acordo com Sergio Abranches: "A Previdência misturou-se a inúmeras outras questões sociais importantes, mas que não lhe caberia resolver" (1992, p.79). Tal assertiva fundamenta-se pelo constante dos artigos 9 a 11 da Lei 6439/77.

Art 9º - À LBA compete prestar assistência social à população carente, mediante programas de desenvolvimento social e de atendimento às pessoas, independentemente da vinculação destas a outra entidade do SINPAS.

Parágrafo único - Os serviços de assistência complementar não prestados diretamente pelo INPS e pelo INAMPS aos seus beneficiários poderão ser executados pela LBA conforme se dispuser em regulamento.

Art 10 - À FUNABEM compete promover a execução da política nacional do bem-estar do menor.

Art 11 - Os programas a cargo das entidades estaduais ou municipais de assistência ao menor poderão ser subvencionados, em caráter suplementar, com recursos da FUNABEM. (BRASIL, 1977).

O artigo 31 da Lei do SINPAS, que acabou sendo revogado em 1981, demonstra o pouco cuidado com o financiamento da previdência social por parte do legislador: "Os servidores públicos civis aposentados da União e de suas autarquias ficam isentos de contribuições para a previdência social", ou seja, houve uma integração sem aporte financeiro. Abranches aponta que:

A Previdência Social tem um mecanismo de financiamento tripartite, contratual, por causa de sua natureza intrínseca. Mas tanto a questão da definição dos benefícios quanto a questão do financiamento foram deturpadas no Brasil. A contribuição estatal, que deveria ser tão compulsória quantos as demais, passou a ser considerada como aporte complementar, para cobrir o déficit quando a contribuição de empregados e empregadores não é suficiente para as despesas. Mesmo assim, esse aporte tem sido irregular. Por outro lado, as contribuições da Previdência financiam a assistência médica, que não é problema de Previdência: é obrigação fiscal do Estado. Paga a conta de boa parte das atividades da LBA, que combina em proporções nem sempre sadias assistência e clientelismo político [...] Resultado: déficits recorrentes, pensões e aposentadorias pífias, má assistência médica (1992, p.78).

Seja pela criação do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social com os gastos advindos de tal ato, ou os problemas econômicos pelos quais passava o país e a adoção da política recessiva com a consequente queda de empregos, os três primeiros anos da década de 1980 foram de crise para a Previdência Social. Período que coincide com a realização da primeira Assembleia

Mundial sobre o Envelhecimento, em 1982 pela ONU, que resultou o Plano Internacional de Viena sobre o Envelhecimento.

O documento recomendava que os países observassem suas tendências demográficas e as mudanças de estrutura de sua população a fim de otimizar seu desenvolvimento. Chamava a atenção também para o esforço financeiro que demandariam essas mudanças. Reconhecia que a maioria dos países em desenvolvimento não teria como destinar os meios e recursos imprescindíveis para executar as mudanças necessárias. Sugeria então, ser preciso "instaurar uma nova ordem econômica baseada em novas relações internacionais mutuamente benéficas, o que tornaria possível uma solução justa e uma utilização equitativa das riquezas, dos recursos e das tecnologias". (ONU, 1982, p.1). No Brasil, em termos de políticas públicas para os idosos muito pouco foi feito nesse período⁶⁸. Ao contrário, em função das dificuldades financeiras da Previdência Social, as propostas eram de revisão/redução nos benefícios concedidos, aumento do valor das contribuições dos trabalhadores e cobrança de contribuições aos aposentados.

O presidente da República João Figueiredo, na Mensagem ao Congresso informa: "Medidas de profundidade estão sendo tomadas, ao lado da ação já desenvolvida nesse sentido, para que os encargos na área da previdência e da assistência médica se mantenham nos limites do nosso potencial econômico-financeiro". (1982, p. XIX)

O que se percebe é que os governos a partir da década de 1930, quiseram inserir a assistência social e o financiamento do crescimento do país, que são obrigações de Estado, na Previdência Social brasileira - que é um seguro do trabalhador - sem criar formas de custeio. O montante recolhido por intermédio da contribuição direta dos segurados trabalhadores e empregadores, quase que exclusivamente, se prestou a atender uma sistemática assistencial de direitos universais. Oliveira e Teixeira apontam que:

A crise previdenciária origina-se na contradição estrutural de um sistema em crescente expansão, em decorrência de determinações políticas, sem que este processo tenha sido acompanhado de

⁶⁸ A Legião Brasileira de Assistência (LBA), órgão vinculado ao SINPAS, nas palavras do presidente da República João Figueiredo, somente prestava assistência ao idoso: "previne a marginalização e reativa o idoso afastado das atividades sócio-econômicas, mas que ainda tem condições de voltar a ser um elemento participante na sociedade. Atendeu a 150.600 idosos em 331 municípios com um dispêndio de Cr\$ 619,2 milhões".(1982, p.115)

qualquer alteração no mesmo sentido, na restrita base financeira deste sistema.[...] O regime autoritário pós-64 não abre mão do canal de legitimação representado pela Previdência Social, aprofundando o processo de extensão da cobertura dos benefícios previdenciários, e conformando um Estado do Bem-Estar social de natureza perversa.(1986, p.278)

Confirma essa análise, a mensagem enviada ao Congresso Nacional, pelo presidente João Batista Figueiredo:

No que respeita à previdência social, pode-se dizer que hoje a quase totalidade do povo brasileiro está sob o seu abrigo. (1982, p XIX)

Contudo, a generalidade do problema não contém toda a explicação da crise previdenciária entre nós. A causa principal está na amplitude que se imprimiu ao nosso complexo previdenciário, com a extensão dos serviços a tantas novas categorias de beneficiários, e a melhoria dos serviços, levados a todas as partes do território nacional. Para uma ideia da dimensão destes últimos, o número de atendimentos efetuados pelo INAMPS na última década (consultas médicas, odontológicas e internações), cresceu à taxa geométrica de 14,3% ao ano, contra um crescimento de 2,5%, aproximadamente, da população brasileira em igual período. (1982, p. 109).

A afirmativa de Oliveira e Teixeira sobre os governos pós golpe militar não abrirem mão do "canal de legitimação" representado pela Previdência Social, e o aprofundamento da extensão da cobertura dos benefícios previdenciários, gerando um Estado do Bem-Estar Social de natureza perversa. Fundamenta-se quando se observa que o modelo assistencial implantado na Europa do pós-guerra previa que os direitos sociais deveriam ser universais a todos os cidadãos. Porém, a base de financiamento eram os impostos fiscais. E no Brasil o Seguro dos trabalhadores sozinho teve de dar conta da população segurada e não segurada, pois foram vinculadas, previdência e assistência, num movimento de "cobertor curto", onde não se cobre ao mesmo tempo os pés e a cabeça.

2.9 Os benefícios para os trabalhadores do campo.

Ao vincular o trabalhador rural à Previdência social, o governo assume que possuía uma dívida social para com esses brasileiros.

Até bem pouco, o trabalhador do campo se encontrava, neste particular, à margem da proteção do estado. A extensão, a ele, da

tutela assistência! Preencheu uma das maiores lacunas do sistema. Pesados teriam que ser os encargos resultantes da incorporação do homem do campo ao quadro de beneficiários de aposentadoria pelo poder público. Tratava-se, contudo, de elementar dever de justiça social, que era imperativo cumprir a qualquer custo.

Indeclinável, da mesma forma, é a obrigação de prestar assistência condigna aos que vêm, a todo momento, engrossar o número de credores dessa providência tutelar. Assinale-se, a propósito, que os benefícios em manutenção, na área urbana, dobraram de 1973 para 1980, e praticamente triplicaram, em igual período, na área rural. (FIGUEIREDO, 1982, p.XIX).

Justíssima a incorporação dos trabalhadores rurais à Previdência Social, mas, injusta a forma como foi incorporada uma fonte de despesa sem o custeio necessário. Injusta para o trabalhador rural que entra na Previdência com benefícios de meio salário mínimo⁶⁹ e para com os demais que têm o seu benefício reduzido em virtude de mais um aporte.

O Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL) foi criado em 1963, pela Lei 4214 de dois de março. Como era notória a falta de carteira de trabalho assinada no meio rural e a ausência de formas de fiscalização, o governo optou pela porcentagem da produção como forma de custeio dos benefícios. Considerando que toda produção rural era comercializada por vias oficiais.

Art. 158. Fica criado o "Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural", que se constituirá de 1% (um por cento) do valor dos produtos agropecuários colocados e que deverá ser recolhido pelo produtor, quando da primeira operação ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, mediante gula própria, até quinze dias daquela colocação.

§ 1º Na hipótese de estabelecimento fabril que utilize matéria-prima de sua produção agropecuária, a arrecadação se constituirá de 1% (um por cento) sobre o valor da matéria-prima própria, que for utilizada.

Em 25 de maio de 1971, pela Lei Complementar nº 11 foi instituído o Programa de Assistência ao trabalhador rural, tendo como fonte de custeio:

Art. 15. Os recursos para o custeio do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural provirão das seguintes fontes:

I - da contribuição de 2% (dois por cento) devida pelo produtor, sobre o valor comercial dos produtos rurais, e recolhida:

- a) pelo adquirente, consignatário ou cooperativa que ficam sub-rogados, para esse fim, em todas as obrigações do produtor;
- b) pelo produtor, quando ele próprio industrializar seus produtos ou

⁶⁹ Somente com a Constituição de 1988, o benefício mínimo rural passou para um salário.

vendê-los, no varejo, diretamente ao consumidor.pelo produtor, quando ele próprio industrializar seus produtos, vendê-los ao consumidor, no varejo, ou a adquirente domiciliado no exterior;

O Decreto 83081/79, que regulamentava o custeio da Previdência Social após a criação do SINPAS, aponta:

Art. 76. O custeio da previdência social do trabalhador rural é atendido pelas contribuições mensais seguintes:

I - do produtor rural, de 2% (dois por cento) do valor comercial dos produtos rurais, recolhida:

a) pelo adquirente, consignatário ou cooperativa, que ficam subrogados, para esse fim, nas obrigações do produtor;

b) pelo produtor, quando ele próprio industrializa os seus produtos ou os vende diretamente ao consumidor ou a adquirente domiciliado no Exterior;

II - do produtor rural, de mais 0,5% (cinco décimos por cento) do valor comercial dos produtos rurais, como adicional a contribuição do item I, para custeio das prestações por acidentes do trabalho e recolhida nos termos das letras "a" e "b" do mesmo item;

A Lei 8212 de 24 de julho de 1991, que dispunha sobre a organização da Seguridade Social e instituía o Plano de Custeio, preconizava:

Art. 25. A contribuição do empregador rural pessoa física, em substituição à contribuição de que tratam os incisos I e II do art. 22, e a do **segurado especial**, referidos, respectivamente, na alínea a do inciso V e no inciso VII do art. 12 desta Lei, destinada à Seguridade Social, é de: (Redação dada pela Lei nº 10.256, de 2001)

I - 2% da receita bruta proveniente da comercialização da sua produção; (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97).

II - 0,1% da receita bruta proveniente da comercialização da sua produção para financiamento das prestações por acidente do trabalho. (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97).

§ 1º O **segurado especial**⁷⁰ de que trata este artigo, além da contribuição obrigatória referida no caput, poderá contribuir, facultativamente, na forma do art. 21 desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 8.540, de 22.12.92) (Grifos meus)

⁷⁰ **Segurado Especial** (produtor rural pessoa física sem empregados): é o produtor, o parceiro, o meeiro, e o arrendatário rurais, o pescador artesanal e seus assemelhados, que exerçam essas atividades individualmente ou em regime de economia familiar, com ou sem auxílio eventual de terceiros (mutirão).

Todos os membros da família (cônjuges ou companheiros e filhos maiores de 16 anos de idade ou a eles equiparados) que trabalham na atividade rural, no próprio grupo familiar, são considerados segurados especiais.

Também o índio tutelado é considerado segurado especial, mediante declaração da FUNAI.

Os dados informados dão conta que, ao longo de vários governos, o percentual da contribuição do produtor rural à Previdência Social pouco se alterou. Alteraram-se os beneficiários:

Art. 2º Trabalhador rural para os efeitos desta é toda pessoa física que presta serviços a empregador rural, em propriedade rural ou prédio rústico, mediante salário pago em dinheiro ou "in natura", ou parte "in natura" e parte em dinheiro. (**Lei 4214/1963**).

Art. 3º São beneficiários do Programa de Assistência instituído nesta Lei Complementar o trabalhador rural e seus dependentes;

§ 1º Considera-se trabalhador rural, para os efeitos desta Lei Complementar:

- a) a pessoa física que presta serviço de natureza rural a empregador, mediante remuneração de qualquer espécie;
- b) o produtor, proprietário ou não, que, sem empregado, trabalhe na atividade rural, individualmente ou em regime de economia familiar, assim entendido o trabalho dos membros da família indispensável à própria subsistência e exercido em condições de mútua dependência e colaboração. (**Lei Complementar 11/1971**).

Art. 275. São beneficiários da previdência social rural:

I - na qualidade de trabalhador rural:

- a) quem presta serviços de natureza rural diretamente a empregador, em estabelecimento rural ou prédio rústico, mediante salário pago em dinheiro ou parte in natura e parte em dinheiro, ou por intermédio de empreiteiro ou organização que, embora não constituídos em empresa, utilizam mão de obra para produção e fornecimento de produto agrário in natura;
- b) o produtor, proprietário ou não, que, sem empregado, exerce atividade rural, individualmente ou em **regime de economia familiar**, assim entendido o trabalho dos membros da família indispensável a própria subsistência e exercido em condições de mútua dependência e colaboração;
- c) quem, trabalhando individualmente ou em **regime de economia familiar** ou ainda sob a forma de parceria, faz da pesca sua profissão habitual ou meio principal de vida, compreendendo:
 1. o trabalhador por conta própria, sem vínculo empregatício, na condição de pequeno produtor, utilizando ou não embarcação própria ou de terceiro;
 2. o homem ou mulher que, sem utilizar embarcação pesqueira, exerce atividade de captura ou extração de elementos animais ou vegetais que tenham na água seu meio normal ou mais frequente de vida, na beira do mar, rio ou lagoa;
 3. o produtor que utiliza embarcação de pesca, própria ou de terceiro, de até duas toneladas brutas;
- d) o garimpeiro autônomo, assim entendido o trabalhador que, em caráter individual e por conta própria, exerce as atividades de garimpagem, faiscação e cata, e está matriculado no órgão competente do Ministério da Fazenda; (**Decreto 83080/79**). (Grifos meus).

O segurado especial, aquele que produz em regime de economia familiar, que comprovar a atividade rural, terá direito aos benefícios previdenciários, mesmo que não tenha contribuído para tal.

Em 2006, o IBGE⁷¹ concluiu o Censo Agropecuário, sendo que dessa vez foi possível refinar as pesquisas em relação ao Censo de 1995-1996, e assim, foram identificados 4.367.902 estabelecimentos de agricultura familiar, representando 84,4% dos estabelecimentos rurais. Porém, simbolizando somente 24,3% da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários brasileiros⁷².

O levantamento⁷³ apurou que a agricultura familiar respondia por 30% das receitas de produção, isso em virtude de que apenas três milhões (69%) dos produtores familiares declararam ter obtido alguma receita, sendo essa a uma média de R\$14 mil.

De acordo com o Censo-2006, dos 4.367.902 estabelecimentos, 2.187.295 encontravam-se na região Nordeste, 849.997 no Sul, 699.978 no Sudeste, 413.101 na região Norte e 217.531 no Centro-Oeste.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG)⁷⁴ aponta que 66% dos trabalhadores e trabalhadoras rurais ainda estão na informalidade, sem carteira assinada. De 4,8 milhões de trabalhadores assalariados no meio rural, apenas 1,6 milhões possuem contratos registrados em carteira de trabalho. O trabalhador empregado precisa ter a carteira assinada para habilitar-se aos benefícios previdenciários.

Consultando o Boletim Estatístico da Previdência Social⁷⁵ de maio de 2011, temos a informação que foram concedidos 99.864 benefícios rurais, desses, 54.389 na região nordeste, 14.859 na região sul, 14.105 no sudeste, 11.026 no norte e 5.485 na região centro-oeste.

⁷¹Disponível em:

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006_2/notas_tecnicas.pdf> Acesso em 24mar2014

⁷² Os estabelecimentos caracterizados como 'não familiares', representam 16,7% do total, e, pelos dados de 2006, ocupam os 75,7% restantes da área rural brasileira.

⁷³ Disponível em

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/agropecuario.pdf> > Acesso em 24mar2014

⁷⁴ Disponível em

<<http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=336&nw=1>> Acesso em 08jun2014

⁷⁵ Boletim estatístico da Previdência Social - vol. 16 nº 5 - Disponível em <

http://www.previdencia.gov.br/arquivos/office/27_130924-151222-748.pdf> Acesso em 30mar2014

2.10 A Redemocratização

O governo José Sarney foi marcado pela alta inflação, pelos diversos planos econômicos, pelo retorno das eleições diretas, o voto do analfabeto, o seguro desemprego e a convocação da Assembleia Constituinte. Na área Previdenciária manteve o mesmo tipo de atuação de seu antecessor, com ênfase na Assistência Médica e preocupação com o déficit orçamentário. Apresentou propostas de reestruturação nas quais a cobertura previdenciária seria para todos, sem a obrigatoriedade da contribuição; de um plano único de benefícios para trabalhadores rurais e urbanos, e mudanças no cálculo da aposentadoria. A Lei nº 7.604, de 26 de maio de 1987, estendeu alguns benefícios da Previdência Urbana aos trabalhadores rurais. Em Mensagem ao Congresso Nacional (1986), apresenta o resultado positivo do ano anterior com a intenção de demonstrar uma boa gestão;

Recuperação financeira da Previdência Social, meta à qual se deu ênfase especial, pois a partir de uma expectativa de déficit de 7,9 trilhões de cruzeiros para 1985, alcançou-se um superávit de 6,5 trilhões de cruzeiros no conceito de caixa (ou de 4,1 trilhões de cruzeiros no conceito orçamentário), tendo recebido da União apenas 60% do total repassado em 1984. A situação da Previdência Social pôde ser restabelecida, substancialmente, em razão dos seguintes fatores: crescimento da economia, redução das despesas, aumento da arrecadação, combate sistemático às fraudes e desperdícios, e racionalização do processo de gestão administrativa e financeira. (SARNEY, 1986, p.124)

Em 15 de maio de 1986, o presidente encaminhou mensagem ao Congresso, informando sobre mais uma ação para "reestruturação do sistema previdenciário e resgate da dívida social":

Por isso estou, hoje, adotando duas medidas importantes: estou enviando projeto de lei ao Congresso Nacional para eliminar a contribuição dos pensionistas aposentados e criando o grupo de trabalho para a reestruturação da Previdência Social. Este grupo de trabalho funcionará como núcleo de reflexão e formulação. Partirá da análise criteriosa das carências e do levantamento realista das possibilidades para sua superação. [...] Devemos encontrar maneiras de aumentar os recursos da Previdência. Um dos caminhos possíveis é o de que a comunidade fiscalize os serviços prestados e, com isso, inclusive ajude a previdência a aprofundar o combate às fraudes. Os fiscais do Presidente poderão também contribuir para que se aumente a produtividade dos serviços previdenciários. (SARNEY, 1986)

Mais um paliativo. Trata-se os sintomas, mas não a doença, busca-se um remédio para minorar o sofrimento, mas não para a cura.

No governo Sarney, primeiro após a ditadura militar, foi convocada uma Assembleia Constituinte, para a elaboração de uma nova Constituição em função da redemocratização. Seus trabalhos começaram em fevereiro de 1987. Foi grande a movimentação popular no sentido da apresentação de propostas sobre os direitos sociais.

2.11 A Seguridade Social

O Título VIII da Constituição Federal de 1988, traz a Seguridade Social como componente da Ordem Social com o intuito de vinculá-la à cidadania, sem no entanto, deixar de enfatizar no Art. 193 que "a ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais". O enfrentamento político da questão da desvinculação da Saúde e da Assistência Social da Previdência, ou sua junção definitiva se deu por meio de subcomissões em audiências públicas, onde o assunto foi tratado com a participação da sociedade organizada⁷⁶. Desse modo foi se delineando a ideia de que Previdência, Saúde e Assistência Social deveriam ser direitos sociais de cidadania e não somente para os contribuintes previdenciários.

O conceito de Seguridade Social parte de modelos internacionais de proteção social. O custeio seria por intermédio do sistema tributário, políticas redistributivas e municipalismos. Com a proposta de Seguridade Social pretendia-se romper com o modelo assistencial que atuava com os grupos em situação de risco, sempre em caráter emergencial e quase nunca de forma preventiva. Do ponto de vista previdenciário, a proposta era de que a concessão de benefícios em geral, não envolvesse de forma única contribuição dos trabalhadores, e fossem concedidos com o critério de justiça social, estendendo a cobertura a todos os segmentos da sociedade. Assim, a seguridade social foi colocada na Constituição com o intento de

⁷⁶ Na área da Previdência social, agiam Sindicatos, Centrais Sindicais, Associações de Aposentados e de Fiscais da Previdência Social; Na área da Saúde, destacavam-se, o Centro Brasileiro de Saúde (CEBES) e a Associação Brasileira de Pós Graduação de Saúde coletiva (ABRASCO), em contraposição aos setores privados que eram representados pela Associação Brasileira de Medicina de Grupo (ABRAMGE) e Federação Brasileira de Hospitais (FBH).

compreender "um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social" (1988, art.194). O conjunto de ações teria uma rede descentralizada e integrada, comandada pela esfera federal, num movimento de hierarquização que incluía Estados, Municípios e participação da sociedade organizada em esferas deliberativas, de forma regionalizada.

O Ministério da Saúde a partir de então passou a realmente cuidar da saúde, mas a Assistência Social não deixou completamente a Previdência. O benefício de prestação continuada (BPC) tem sua gestão realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), por intermédio da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), que é responsável pela implementação, coordenação, regulação, financiamento, monitoramento e avaliação do Benefício. A operacionalização é realizada pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). De acordo com o MDS, os recursos para o custeio do BPC são administrados pelo MDS e repassados ao INSS, por meio do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS). Segundo dados do MDS, esse benefício representou, 85 % do total de recursos alocados no Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS, em 2005, distribuídos em todos os Municípios brasileiros, e somente até março ano citado, 2.109.081 benefícios foram pagos com esses recursos, num total de R\$ 551 milhões mês.

O artigo 195 da Constituição pretende demonstrar que a Seguridade é dever de todos e para isso o seu financiamento virá de várias fontes:

- I - do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)
 - a) a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)
 - b) a receita ou o faturamento; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)
 - c) o lucro; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)
- II - do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, não incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo regime geral de previdência social de que trata o art. 201; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)
- III - sobre a receita de concursos de prognósticos.
- IV - do importador de bens ou serviços do exterior, ou de quem a lei a ele equiparar. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003) (BRASIL,1988, art.195).

Com o aumento de fontes de financiamento, seria de se esperar que os direitos sociais e o atendimento à população, principalmente em relação à saúde, fossem aumentar e melhorar, entretanto não foi o que ocorreu. Os governos continuaram com o discurso que a Previdência Social era deficitária. A Associação Nacional dos Auditores Fiscais (ANFIP), vem analisando ao longo dos anos o orçamento da Seguridade Social, e esse balanço dá conta que as fontes criadas para seu financiamento são usadas para outros fins e o governo continua usando as contribuições dos segurados da Previdência para bancar todo o sistema.

O Governo insiste num diagnóstico distorcido e simplista do Orçamento da Seguridade Social, ao não levar em conta que os repasses constitucionais das fontes exclusivas de recursos são realocados, em sua grande parte, para cobertura de outros gastos. É exatamente devido a essa distorção conceitual e também à necessidade de financiamento dos benefícios assistenciais e rurais, que compõem um dos maiores programas de renda mínima do mundo, que o chamado "déficit" da Previdência Social é muito mal entendido e muito mal debatido com a sociedade. (ANFIP, 2002, p.3)

A ANFIP, é competente para tais análises, são servidores públicos federais, com formação universitária, acesso aos sistemas orçamentários e treinamento para fiscalização e análise contábil. Apesar disso, em 1998, no governo Fernando Henrique Cardoso, foi feita uma Reforma Previdenciária (Emenda Constitucional nº 20) e em 2003, no governo Luis Inácio Lula da Silva, foi feita outra Reforma Previdenciária (Emenda Constitucional nº 41). No mesmo ano, o presidente Lula assinou a lei do Estatuto do Idoso, que em relação à saúde, se compromete, nos seguintes termos.

Art. 15. É assegurada a atenção integral à saúde do idoso, por intermédio do Sistema Único de Saúde – SUS, garantindo-lhe o acesso universal e igualitário, em conjunto articulado e contínuo das ações e serviços, para a prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde, incluindo a atenção especial às doenças que afetam preferencialmente os idosos.

§ 1º A prevenção e a manutenção da saúde do idoso serão efetivadas por meio de:

- I – cadastramento da população idosa em base territorial;
- II – atendimento geriátrico e gerontológico em ambulatórios;
- III – unidades geriátricas de referência, com pessoal especializado nas áreas de geriatria e gerontologia social;
- IV – atendimento domiciliar, incluindo a internação, para a população que dele necessitar e esteja impossibilitada de se locomover, inclusive para idosos abrigados e acolhidos por instituições públicas,

filantrópicas ou sem fins lucrativos e eventualmente conveniadas com o Poder Público, nos meios urbano e rural;

V – reabilitação orientada pela geriatria e gerontologia, para redução das sequelas decorrentes do agravo da saúde.

§ 2º Incumbe ao Poder Público fornecer aos idosos, gratuitamente, medicamentos, especialmente os de uso continuado, assim como próteses, órteses e outros recursos relativos ao tratamento, habilitação ou reabilitação.

§ 3º É vedada a discriminação do idoso nos planos de saúde pela cobrança de valores diferenciados em razão da idade.

§ 4º Os idosos portadores de deficiência ou com limitação incapacitante terão atendimento especializado, nos termos da lei.

Promessas vãs. O Sistema Único de Saúde não atende os idosos nas condições acima elencadas. Não há atendimento geriátrico ou gerontológico, não há atendimento domiciliar que seja de responsabilidade pública na quase totalidade dos municípios brasileiros. A maioria dos itens do artigo 15 não é cumprido.

Em 16 de março de 2007, no governo Luis Inácio L. da Silva, a Lei 11.457, criou a chamada "super receita", extinguindo a Secretaria da Receita Previdenciária do Ministério da Previdência Social e a Secretaria da Receita Federal. O novo órgão (Secretaria da Receita Federal do Brasil) exerce a administração de todos os tributos federais e contribuições previdenciárias, que, passaram a compor o mesmo caixa do Tesouro Nacional(!). Desse modo, fica cada vez mais difícil para os contribuintes verificarem onde sua contribuição está sendo aplicada.

Concluo que ao contrário do apregoado pelo governo, o suposto déficit da Previdência não é responsabilidade dos aposentados. Por desconhecerem a forma como foi tratada a sua contribuição para a Previdência Social, voltam ao trabalho resignados, alguns com prazer, outros com sacrifício, para complementarem seus rendimentos. No vai e vem das cidades, se deslocam em conduções precárias, sofrem constrangimentos de toda sorte, recebem nos serviços públicos um atendimento impaciente, morrem em macas em corredores de hospitais, enquanto políticos e economistas debatem sobre o peso dos idosos nas contas públicas.

CAPÍTULO III

A velhice sob a ótica das Políticas Públicas

Os Ombros Suportam o Mundo⁷⁷

Carlos Drummond de Andrade

Pouco importa venha a velhice, que é a velhice?
 Teu ombros suportam o mundo
 e ele não pesa mais que a mão de uma criança.
 As guerras, as fomes, as discussões dentro dos edifícios
 provam apenas que a vida prossegue
 e nem todos se libertaram ainda.
 Alguns, achando bárbaro o espetáculo,
 prefeririam (os delicados) morrer.
 Chegou um tempo em que não adianta morrer.
 Chegou um tempo em que a vida é uma ordem.
 A vida apenas, sem mistificação.

(1985, p.78)

3 O foco governamental

Qual a idade da velhice? Sessenta, setenta anos? Podem ser consideradas identicamente velhas pessoas com sessenta anos que sempre viveram no meio rural de um país economicamente carente e as que vivem em grandes cidades dos países mais ricos?

Segundo deliberações da Organização Mundial da Saúde (OMS) sessenta anos é a idade definida para classificar como velhas as pessoas que vivem em países em desenvolvimento e sessenta e cinco para países desenvolvidos. Conforme a época e os costumes, uma pessoa pode parecer velha para o coletivo e, todavia, estar socialmente bem colocada e saudável do ponto de vista fisiológico e psicológico. A expectativa de vida baixa ou alta, contabilizada desde o nascer é importante fator para a forma de vida, a exemplo, países como Guiné-Bissau (49 anos) e Mônaco (90 anos)⁷⁸. As fases da infância, adolescência, juventude e maturidade podem ser encurtadas ou dilatadas, influenciando culturalmente a vivência de um povo.

Há uma preocupação geral sobre o processo de envelhecimento da população mundial. Verifica-se um decréscimo das taxas de fertilidade e o aumento do número de pessoas com mais de 60 anos. De acordo com a Organização das

⁷⁷ Andrade, Carlos Drummond de. **Nova Reunião**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1985.

⁷⁸ MAPA Comparativo entre Países. 2012. Disponível em:

<<http://www.indexmundi.com/Map/?v=30&r=xx&l=pt>>. Acesso em: 09 set.2013.

Nações Unidas (ONU), 64% das pessoas com idade avançada vivem em regiões menos desenvolvidas, número que pode chegar a 80% em 2050.

A pirâmide etária, que tanto assusta demógrafos, economistas e governantes preocupados com os gastos que serão necessários para a manutenção da vida de pessoas classificadas como velhas, pode demonstrar a realidade da vida dos sujeitos dessa faixa etária? A preocupação se deve ao fato de que levam-se em conta principalmente as despesas médicas para manutenção da vida dos idosos, sem ser considerado o aporte financeiro produzido por eles ao se manterem trabalhando, administrando famílias, movimentando o turismo, por exemplo. A idade, por si, destacada do conjunto no qual ela toma significado, não deve ser considerada como característica independente em uma multiplicidade de modos de ser e de viver. Sozinha ela não dá conta de revelar a imensa diversidade que se encontra sob a categorização social da velhice.

Elias (1998, p.17) entende que o tempo se tornou "a representação simbólica de uma vasta rede de relações que reúne diversas sequências de caráter individual, social ou puramente físico" e a representação do relógio da estação de trens que funciona de uma forma constante e determinada, dando-nos uma mensagem visual institucionalizada de regulação da conduta e sensibilidades humanas, mostra-se perfeita como exemplo. Para ele, "a mensagem emitida pelo relógio da estação pode levar uma pessoa a se mover precipitadamente, ou, conforme o caso, a se instalar num restaurante das imediações, na expectativa de uma espera prolongada" (ELIAS 1998, p.31). Acredito que a nossa vida segue mais ou menos como o exemplo do relógio de Elias, com a juventude dando-nos a expectativa de uma espera prolongada em relação ao fim da vida, e a velhice nos causando a impressão que o tempo se move muito rápido em relação ao horário do próximo trem.

Ainda dialogando com o autor, percebemos que o tempo social tem caráter coercitivo, "sentimos a pressão do tempo cotidiano nos relógios e percebemos - cada vez mais intensamente à medida que envelhecemos - a fuga dos anos nos calendários". (ELIAS, 1998, p.11). Ou seja, a coerção é exercida pela multidão sobre o indivíduo, do ponto de vista do relógio, do calendário, que marcam o tempo social. Por outro lado, os nossos dados biológicos, nos pressionam individualmente, pois ao nos olharmos no espelho, vemos o caminhar da vida.

Nas sociedades desenvolvidas, saber sua própria idade é extremamente natural para a maioria, mas ainda existem sociedades cujos indivíduos não sabem determinar com precisão quantos anos tem em relação aos calendários tradicionais de outros grupos humanos. A consciência da marcha da vida acompanha os humanos desde sempre. Com a criação do símbolo regulador do ano, foi possível a ordenação desse processo.

A série contínua de símbolos numéricos que indica a idade de uma pessoa fica carregada de uma significação biológica, social e pessoal e, dessa maneira, desempenha um papel importante no sentimento da identidade pessoal e de sua continuidade através do que denominamos de "curso do tempo". (ELIAS, 1998, p.57).

Na análise de Elias, "quando os símbolos atingem um grau sumamente alto de adequação à realidade, torna-se difícil, num primeiro momento, distingui-los dessa realidade". (ELIAS, 1998, p.22). Desse modo, acredita o pensador, temos a impressão do passar do tempo, quando, na verdade, é a nossa própria vida que segue seu curso junto com as transformações da natureza e da sociedade. No fundo, sabemos do caráter irreversível do nosso próprio envelhecimento.

A doutrina positivista preconiza que os mais capazes influem na educação e cultura dos demais, e que a espécie humana progride continuamente pelo especializar das funções e pela solidariedade. Desse modo, todos teriam deveres para com todos (RIBEIRO, 1996). Assim, os povos do globo caminhariam para um mesmo destino passando por diversos estágios evolutivos. Como nem todos estariam no mesmo estágio, os mais desenvolvidos deveriam guiar os mais atrasados rumo ao progresso. A ONU, preocupada com os problemas e necessidades dos países não desenvolvidos e em desenvolvimento, efetiva ações de conscientização em relação a problemas que exigem atuação governamental e solidariedade humana. Em 1982, foi convocada a primeira Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento, de que resultou o Plano Internacional de Viena sobre o Envelhecimento. Conforme se vê no item dois do prólogo desse documento:

[...] o Plano de Ação Internacional deverá ser considerado parte integrante das principais estratégias e programas internacionais, regionais e nacionais formulados em resposta a importantes problemas e necessidades de caráter mundial. Suas metas principais são fortalecer a capacidade dos países para abordar de maneira efetiva o envelhecimento de sua população e atender às preocupações e necessidades especiais das pessoas de mais idade,

e fomentar uma resposta internacional adequada aos problemas do envelhecimento com medidas para o estabelecimento da nova ordem econômica internacional e o aumento das atividades internacionais de cooperação técnica, em particular entre os próprios países em desenvolvimento. (ONU, 1982, p.1).

O documento recomenda que os países devam reconhecer e ter em conta suas tendências demográficas e as mudanças de estrutura de sua população a fim de otimizar seu desenvolvimento. Não se pode esquecer que a década de 1980 foi difícil do ponto de vista econômico em todo o mundo, tendo o Brasil, decretado moratória da dívida externa, no Governo Sarney, em fevereiro 1987⁷⁹. É clara a apreensão com a ordem econômica internacional. O texto apresenta 68 recomendações com o intuito de fortalecer a capacidade dos países para um desenvolvimento sustentável que equilibre adequadamente os fatores sociais, econômicos e ambientais:

14. Isso exigirá um esforço financeiro importante por parte dos governos e das instituições internacionais interessadas. Mas a situação econômica da maioria dos países em desenvolvimento não permite a estes destinar os meios e recursos necessários para executar sua política de desenvolvimento.

15. Para que esses países possam atender às necessidades essenciais de sua população, incluídas as das pessoas de idade, é preciso instaurar uma nova ordem econômica baseada em novas relações econômicas internacionais mutuamente benéficas, o que tornará possível uma solução justa e uma utilização equitativa das riquezas, dos recursos e das tecnologias. (ONU, 1982, p.1).

Considerou-se que o envelhecimento modificaria a estrutura e a composição da população ativa, vez que haveria uma piora gradual da relação entre os setores economicamente ativos, e os que dependem para seu sustento dos recursos materiais das pessoas em atividade econômica. Em 1982, a crença era a de que as pessoas mais velhas viveriam na dependência dos recursos produzidos pelos mais jovens. Hoje, o que se vê são as pessoas mais velhas continuando a trabalhar e os mais jovens entrando cada vez mais tarde no mercado de trabalho.

O documento também estimulava, com relação aos idosos, a ação em assuntos referentes à saúde, à segurança de renda, nutrição, proteção aos

⁷⁹ O presidente Sarney, em fevereiro de 1987, interrompeu a negociação da dívida externa (mais de 10 bilhões de dólares), e decretou a moratória. Somente em 1988 o pagamento foi retomado.

consumidores idosos, habitação, meio ambiente, família, bem estar social, emprego, educação, coleta e análise de dados de pesquisa. O que nos remete ao conceito de biopolítica elaborado por Foucault.

Se pudéssemos chamar "bio-história" às pressões por meio das quais os movimentos da vida e os processos da história interferem entre si, deveríamos falar de "biopolítica" para designar o que faz com que a vida e seus mecanismos entrem no domínio dos cálculos explícitos e faz do poder-saber um agente de transformação da vida humana; não é que a vida tenha sido exaustivamente integrada em técnicas que a dominem e gerem; ela lhes escapa continuamente. (1988, p.155)

De acordo com o pensador, a partir de meados do século XVII houve uma variação para melhor das condições de vida. O poder, que anteriormente usava a morte como instrumento de manipulação, agora investe na vida com uma série de intervenções e controles reguladores de cima para baixo, numa biopolítica da população. Foucault, acreditava que o controle da sociedade sobre os indivíduos não se dava somente pela consciência ou pelo ideológico, mas se traduzia também no corpo e para o corpo:

Este biopoder, sem a menor dúvida, foi elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, que só pôde ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos. Mas, o capitalismo exigiu mais do que isso; foi-lhe necessário o crescimento tanto de seu esforço quanto de sua utilizabilidade e sua docilidade. (1988, p.153)

Na perspectiva de Foucault, o poder na atualidade deve ser explicado racionalmente, daí o biopoder realçar a proteção da vida, utilizando a regulação do corpo. A ONU, em seu documento, exercita um biopoder pois se ocupa de dar diretrizes sobre a gestão da saúde, segurança de renda, nutrição, proteção aos consumidores idosos, habitação, meio ambiente, família, bem estar social, emprego, educação, etc., na medida em que essas se tornaram preocupações políticas.

Um outro conceito de Foucault, o da governamentalidade, é elaborado a partir do pensamento de que a manifestação do biopoder se traduz em instituições, práticas e formas de pensamento nas quais a população é meta fundamental, destacando a economia política e as questões de segurança como ferramenta técnica capital. O governo se utiliza de campanhas nas quais age diretamente sobre

a população e também indiretamente, fazendo com que, sem que se deem conta, as pessoas ajam de acordo com os interesses governamentais.

A população aparece, portanto, mais como um fim e instrumento do governo que como força do soberano; a população aparece como sujeito de necessidades, de aspirações, mas também como objeto nas mãos do governo; como consciente, ante o governo, daquilo que ela quer e inconscientemente em relação àquilo que se quer que ela faça. (FOUCAULT, 2012, p.425).

O Plano de Ação da ONU classifica o aumento da população idosa como uma dificuldade que se apresenta tanto para os países em desenvolvimento, quanto para a comunidade internacional. Desse modo, é importante pensar que a população aparece como meta, mas, o que o governo decide fazer vai afetar a quem, ou o quê em primeiro plano. As mudanças acarretadas farão diferença inicialmente para quem? Governo, economia, política e população estão de tal forma imbricados, que se revezam como sujeitos e objetos. Remi Lenoir, observa que:

Os problemas sociais são instituídos em todos os instrumentos que participam da formação da visão corrente do mundo social, quer se trate dos organismos e regulamentações que visam encontrar uma solução para tais problemas, ou das categorias de percepção e pensamento que lhes correspondem. (1996, p.62)

Assim, o aumento do número de idosos é, na visão de demógrafos e especialistas governamentais, um problema social⁸⁰. Tal aumento se encontra no cerne da atividade de organismos e serviços especializados na avaliação do impacto que causará aos serviços de saúde, previdência e assistência social entre outros. Por outro lado, encontra-se também na origem do "trabalho social"⁸¹ que culminou na Previdência Social, nos Conselhos, Conferências e Fóruns sobre a velhice e no Estatuto do Idoso. Entidade, instituições e normas que não foram pensadas somente a partir da questão jurídica, refletiram a necessidade de se atentar para as questões que afetam a vida⁸² das pessoas com mais idade, como os estereótipos, preconceito, exclusão, trabalho, reconhecimento, saúde, moradia e cultura de um povo.

⁸⁰ Segundo Lenoir, os problemas sociais variam de acordo com a época e as regiões e podem desaparecer no momento em que subsistem os fenômenos designados por eles. (1996, p.64).

⁸¹ Expressão de Remi Lenoir (1996, p.62).

⁸² Remetendo-nos à tese de Foucault sobre os biopoderes e a biopolítica.

No período da industrialização, no estilo fordista, o trabalhador dependia do emprego e o capitalista dependia do empregado para manter a produção. Havia a necessidade de reivindicar proteção social para quando da impossibilidade de trabalho - invalidez e velhice. O interesse dos patrões em se desvencilhar de tal dever demandava o governo no sentido de estabelecer uma solução para suas dificuldades de produção. Como percebe Zygmunt Bauman:

Cada lado tinha "interesses investidos" em manter o outro lado em forma. Não surpreende que a "remercantilização" do capital e do trabalho tenha se convertido na principal função e ocupação da política e da suprema agência política, o Estado. O Estado era o encarregado de que os capitalistas se mantivessem aptos a comprar trabalho e a poder arcar com seus preços correntes. (2001, p.167)

Fazia parte do conjunto de reivindicações do movimento dos trabalhadores, o direito à aposentadoria e a melhoria das condições de trabalho, portanto era duplo o interesse. De patrões em manter seus funcionários trabalhando e dos trabalhadores em manter as condições de sobrevivência em um momento de necessidade. Vencida essa etapa e garantidos os direitos sociais, percebe-se a busca por direitos civis e políticos. Os movimentos por direitos, as necessidades, e os problemas sociais variam no processo histórico de acordo com épocas, regiões, sociedades e culturas.

A ONU, em seu papel de aglutinar nações em torno de um fim comum, emite documentos e se coloca como os poetas gregos do século VI, cujos discursos eram fortes e valorizados, e a eles era preciso se submeter:

Era o discurso pronunciado por quem de direito e conforme o ritual requerido; era o discurso que pronunciava a justiça e atribuía a cada qual sua parte; era o discurso que profetizando o futuro, não somente anunciava o que ia se passar, mas contribuía para sua realização, suscitava a adesão dos homens e se tramava assim com o destino. (FOUCAULT, 2005, p.14)

Do ponto de vista governamental, o discurso da ONU na Assembleia de Viena em 1982, apesar de competente, não surtiu efeito imediato no Brasil. Vivíamos um período em que os direitos civis não eram respeitados e os sociais pouco considerados. É de se ponderar, no entanto, que a Organização das Nações Unidas tem um poder simbólico, e recorremos a Pierre Bourdieu como suporte para nossa reflexão:

O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica) graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for *reconhecido*, quer dizer, ignorado como arbitrário.[...] O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras.(2010, p14)

O poder simbólico da ONU vem não só dos discursos propriamente, mas pelas forças que eles representam. Pelo que há de suporte a essa fala. Os países desenvolvidos exercem sua influência por meio dos discursos. Teun A. van Dijk (2008, p.45), aponta que o poder simbólico:

[...] não se limita à articulação em si, mas também inclui o modo de influência: eles podem determinar a agenda da discussão pública, influenciar a relevância dos tópicos, controlar a quantidade e o tipo de informação, especialmente quanto a quem deve ganhar destaque publicamente e de que forma. Eles são os fabricantes do conhecimento, dos padrões morais, das crenças, das atitudes, das normas, das ideologias e dos valores públicos.

Percebe-se que há uma construção do que seja considerado problema. Esse, não é somente o que está posto, como no caso do aumento de pessoas idosas no mundo mas, o que isso acarretará de ônus para os países no pensar das pessoas que dominam a economia. Ou seja, o reconhecimento e a legitimação do "problema" como tal. Lenoir nos explica que: "tornar visível uma situação em particular, torná-la, como se diz, 'digna de atenção', pressupõe a ação de grupos socialmente interessados em produzir uma nova categoria de percepção do mundo social a fim de agirem sobre o mesmo". (1996, p.84).

Ao colocar a questão da velhice em pauta, a ONU desencadeia uma operação de promoção para inseri-la no campo das preocupações sociais. Lenoir acrescenta que à legitimação soma-se "um trabalho específico de enunciação e formulação públicas, ou seja, uma operação de mobilização" (1996, p 84). De tal sorte que o prólogo do documento divulgado em Viena diz o seguinte:

Reconhecendo a necessidade de assinalar à atenção mundial os graves problemas que afligem uma parte cada vez maior da população do mundo, a Assembleia Geral das Nações Unidas decidiu, em sua resolução 33/52, de 14 de dezembro de 1978, convocar, em 1982, uma Assembleia Mundial sobre o

Envelhecimento. O propósito era que a Assembleia Mundial servisse de foro “para iniciar um programa internacional de ação que visa a garantir a segurança econômica e social das pessoas de idade, assim como oportunidades para que essas pessoas contribuam para o desenvolvimento de seus países”. (ONU, 1982).

Considerou-se que é importante garantir a "segurança econômica e social das pessoas de idade", bem como dar-lhes oportunidades de serem úteis e "contribuírem para o desenvolvimento de seus países" remetendo à situação em que os idosos eram considerados peso morto, recebendo pensões e benefícios econômicos não compatíveis com os gastos inerentes à idade avançada. Recorro ao pensamento de Foucault (2012, p.429) que traduz tal preocupação como advinda do biopoder, ou seja, há uma preocupação em controlar a vida da população idosa, utilizando modos de correção que não se configuram como de punição, mas que pretendem a transformação dos indivíduos, utilizando uma tecnologia do comportamento a ser adotado para esse fim.

3.1 Socialização libertadora

Beauvoir, em 1970, chamou atenção sobre a necessidade de se quebrar "a conspiração de silêncio" sobre a condição dos idosos na França, segundo ela, "condenados à miséria, à solidão, às deficiências e ao desespero". Reforçando ainda que: "A economia é baseada no lucro; é a este, na prática, a que toda a civilização está subordinada: o material humano só interessa enquanto produz. Depois, é jogado fora." (1990, p.11-13) A ONU em Viena, sinalizou que era preciso dar oportunidade aos idosos para que contribuíssem para o desenvolvimento de seus países, não se tornando um peso para eles. De acordo com Eneida Gonçalves de Macedo Haddad, no Brasil, cresciam a partir da década de 1970:

As sedutoras propostas de 'socialização libertadora' e de propagação da cultura do lazer, remédios eficazes na cura dos males da 'terceira idade'; surgem, ao mesmo tempo, programas para combater o estigma a que estão submetidos os idosos solicitando o apoio comunitário. [...] Outras medidas legais referem-se aos ilusórios benefícios financeiros destinados aos idosos, na tentativa de tapar o sol com a peneira. (1986, p.47)

A medicina social aplica seu pensamento como remédio aos idosos e garante a distinção entre o normal e o patológico e a partir daí define um programa de normalização das condutas e das vivências.

Durante a década de 1980, ações em relação à questão do idoso foram conduzidas pelo SESC, Associação Nacional de Gerontologia - ANG e Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia. Entre 1982 e 1987 ocorreram três Encontros Nacionais de Idosos com o intuito de trabalhar a questão social dos idosos, planejando e executando medidas que contribuíssem para o bem-estar social e a melhoria da qualidade de vida.

O Serviço Social do Comércio (SESC), criado em 1946 por decreto do então presidente da República, Eurico Gaspar Dutra, apresentava como meta, especialmente, a assistência em relação aos problemas domésticos (nutrição, habitação, vestuário, saúde, educação e transporte), providências no sentido da defesa do salário real dos comerciários, incentivo à atividade produtora, realizações educativas e culturais, visando a valorização do homem, pesquisas sociais e econômicas. Também como atribuições, sugeriu a cooperação com os órgãos afins existentes no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e quaisquer outras entidades públicas ou privadas de serviço social. Haddad analisa essa ação da seguinte forma:

Por detrás dessa "política assistencialista", que acena para a melhoria da qualidade do fim da vida, está a preocupação do prestativo Estado brasileiro com o ônus que o crescente aumento do número de idosos representa à Previdência Social. Aliás, a preocupação não é só dele. Dos Estados Unidos, da França, de organismos como a ONU e Centro Internacional de Gerontologia social [...] tem sido constantes - particularmente a partir da década de 70 - os apelos, as recomendações e, até mesmo as advertências para que o Brasil dispense, enquanto é tempo, "cuidados" especiais ao "problema do idoso". (1986, p.48)

Segundo Haddad (1986a), a preocupação do SESC em estender seus projetos aos idosos partiu de sugestões de uma equipe de técnicos que, em viagem aos Estados Unidos, conheceu o trabalho de centros sociais de apoio à velhice desenvolvido naquele país. Como no Brasil as evidências apontavam para o crescimento da solidão, do abandono e da marginalização em relação ao segmento idoso, resolveu-se que seriam ofertadas oportunidades de novas relações sociais e

ocupação do tempo livre dessas pessoas. Foram criados Grupos de Convivência, Escolas Abertas da Terceira Idade e trabalhos com pré-aposentados. Haddad (1986a) aponta, ainda, para o paradoxo das ações do SESC que visavam apresentar soluções para o problema social dos idosos a partir dos interesses de uma minoria dominante (empresariado comercial), representante do capitalismo que, no entender da autora, seria responsável em parte, pelas desigualdades sociais e marginalização dos idosos. Tentar resolver a solidão ocupando o tempo livre, a marginalização com educação continuada e atividades orientadas, seria desconsiderar, por querer ocultar, as relações sociais historicamente determinadas e não levar em conta a desigualdade social.

No sítio do SESC na internet⁸³ consta o seguinte histórico

Desde o início da década de 1960, o SESC realiza atividades para promover a saúde integral dos idosos. O Trabalho Social com Idosos começou em São Paulo, no SESC Carmo. Na época, os idosos iam ao SESC para procurar atividades de lazer que ocupassem o tempo livre. [...] Por conta do reconhecimento internacional do Trabalho Social com Idosos, o SESC participou de duas Assembleias Mundiais sobre o Envelhecimento da ONU: em Viena (1982) e em Madri (2002). Além disso, participa desde 2002 do Conselho Nacional de Direito do Idoso e colaborou com a formulação da Política Nacional do Idoso (1994) e do Estatuto do Idoso (2003), ambos do Governo Federal.

No entanto, como foi possível verificar nas entrevistas constantes do capítulo um deste trabalho, não são todas as pessoas que buscam atividades para ocupar o tempo livre⁸⁴; as que o fazem querem usufruir de algo que durante um tempo lhes foi negado em função dos afazeres diários, como lazer, estudo e atividade física. É importante salientar que muitas dessas oportunidades não eram disponibilizadas aos idosos de outras gerações. A meta de organismos internacionais, portadores de propostas para os males da velhice nas sociedades capitalistas, aí incluída a ONU, seria, segundo Haddad (1986a, p126), "conservar os velhos ativos, abolindo, supostamente em nome do bem que isso lhes representa, a aposentadoria por tempo de serviço". Porém, vimos que na prática, a apropriação e interpretação que

⁸³ Cf: <<http://www.sesc.com.br/>>. Acesso em: 23 jul. 2013

⁸⁴ De acordo com a pesquisa *Idosos no Brasil - Vivências, desafios e expectativas na terceira idade*, feita pela Fundação Perseu Abramo em 2006 com 2.136 idosos, 64% desses idosos não conhecem, em suas comunidades, o funcionamento de grupos voltados para esta faixa etária, somente 36% conhecem e participam de algum grupo.

fazem os idosos das metas a eles atribuídas não são as mesmas dos que as estabelecem.

O Plano de Ação Internacional de Viena sobre o envelhecimento (1982), determina: "as políticas e medidas destinadas a beneficiar o envelhecimento devem proporcionar às pessoas de idade oportunidades para satisfazerem sua necessidade de realização pessoal", assim o SESC estaria atendendo ao preconizado pela ONU:

j) [...] Os principais meios que procuram uma satisfação pessoal às pessoas de idade são os seguintes: a participação continuada no sistema familiar e de parentesco, os serviços voluntários à comunidade, o crescimento contínuo mediante a aprendizagem formal e informal, a expressão pessoal por meio da arte e o artesanato, a participação em organizações comunitárias e organizações de pessoas idosas, as atividades religiosas, as atividades recreativas e de viagens, o trabalho em tempo parcial e a participação no processo político como cidadãos esclarecidos. (ONU, 1982).

Será importante atentar, ao longo deste capítulo, para as mudanças introduzidas no agir das entidades e dos próprios idosos a partir do fomento dos discursos "pró-idosos" efetivados, não somente, mas especialmente pela ONU.

Em 2008 no *Seminário Nacional de Envelhecimento e Subjetividade, desafios para uma cultura de compromisso social*, promovido pelo Conselho Federal de Psicologia⁸⁵, o então Ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, Paulo Vannuchi, informou em seu discurso na abertura do evento que havia sido convidado, para, no Dia Internacional dos Direitos do Idoso, na sede das Nações Unidas, atuar como palestrante em uma conferência de ONG's, como único representante de um governo disposto a se declarar formalmente a favor da construção de uma nova convenção sobre as pessoas idosas. Entre outros assuntos, sua fala foi esclarecedora com relação ao cumprimento, pelo Brasil, das diretrizes traçadas pela Organização das Nações Unidas:

[...] a ONU tem relatores, eles percorrem o mundo inteiro, escolhem países por amostragem e fazem um relatório final com recomendações universais e para o país. O Brasil é um dos países mais visitados por relatores, porque é dos poucos no mundo que tem "convite permanente" para que venham, o que a gente pode negociar é sobre data. Há países que resistem por cinco anos a receber um

⁸⁵ Disponível em: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2009/05/livro_envelhecimentoFINAL.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2013.

relator, porque sabem que o relator será fonte de crítica, de cobrança, de denúncia, [...]

[...] Então me parece que o caminho que demorará cinco anos ou mais para construir é o caminho de uma convenção. Então, uma vez adotada, a convenção obriga a legislação do país a se adequar e, depois da reforma do Judiciário brasileiro, em 1º de janeiro de 2005, se ela for aprovada com quórum qualificado, 60%, ela tem força de norma constitucional, é mais do que lei. Nos restará convencer os juízes a decidir de acordo com a lei e a Constituição. (VANNUCHI-CONSELHO, 2008, p.46)

O discurso de um ministro é um discurso competente, posto que se trata de uma pessoa gabaritada para tal. A fala de Paulo Vannuchi demonstra que o governo tenta resolver problemas específicos da vida por intermédio de técnicas e procedimentos que crê serão suficientes para mudar todo um contexto sociocultural. Desconsideram-se que mudanças representam embates entre o costume e os novos procedimentos implantados.

Conforme nos informa Lenoir (1996, p.88), "não basta que se encontrem agentes socialmente reconhecidos como competentes para examinar um problema social e propor situações aceitáveis; ainda será preciso, de alguma forma, impô-lo no cenário dos debates públicos". A esse exemplo, na década de 1980, houve, entre outros, dois momentos de intensa participação popular: o movimento pelas eleições diretas e a Assembleia Nacional Constituinte.

Durante todo o período em que esteve posta a Assembleia Nacional Constituinte, grupos apresentaram suas reivindicações e propostas por intermédio da Articulação Nacional de Entidades para Mobilização do Povo na Constituinte, que tinha como meta intensificar a mobilização e unificar a coleta de assinaturas para as propostas de emendas populares. Houve o pedido do Plenário Nacional Pró-Participação Popular na Constituinte para que o Regimento da Assembleia Nacional Constituinte admitisse a iniciativa de emendas populares. Foram propostas 122 delas com aproximadamente 12 milhões de assinaturas. A Constituinte contou com a mobilização de vários segmentos da sociedade em torno de questões de direitos sociais, interesses coletivos e de participação nas decisões políticas. Houve participação de ONGs, movimentos e organizações vinculadas aos diversos setores sociais responsáveis pelas críticas e mobilizações da sociedade.

Segundo o jornal "O Globo" de 23 de março de 1987⁸⁶, cerca de três mil pessoas participaram do III Encontro Nacional dos Idosos em Santos, patrocinado pelo SESC-SP. De acordo com o jornal, foi elaborado um documento para encaminhamento à Assembleia Nacional Constituinte visando "a melhoria da condição de vida dos mais de 10 milhões de idosos brasileiros, 85 por cento dos quais discriminados na sociedade sob o ponto de vista humano, sindical, político e econômico". Interessante notar que, apesar de a notícia mencionar os idosos em condições de discriminação, as reivindicações citadas em destaque como constantes do documento são: equiparação da aposentadoria aos salários da ativa, isenção do Imposto de Renda sobre a aposentadoria ou pensão, concessão de aposentadoria integral para a mulher aos 25 anos de trabalho em virtude da dupla jornada (lar e trabalho fora do lar) e criação junto ao Ministério da Previdência Social de uma Secretaria de Bem-Estar da Pessoa Idosa, cujo objetivo seria coordenar as ações relacionadas ao atendimento das necessidades do idoso. Ou seja, ações que não alcançariam todos os oitenta e cinco por cento discriminados apontados na notícia, visto que somente os idosos ex-trabalhadores formais seriam beneficiados.

De acordo com o livro "Cidadão constituinte: a saga das emendas populares" de Carlos Michiles et al. e arquivos do Senado Federal, foram votados⁸⁷ na Constituinte, entre outros: a manutenção de dez por cento dos trabalhadores de uma empresa com mais de 45 anos, a isenção do imposto de renda para aposentados com mais de 65 anos, benefício de prestação continuada, para todo idoso acima de 65 anos e deficientes, no valor de um salário mínimo, independente de contribuição à Previdência Social, transporte urbano gratuito e a obrigatoriedade de a família ser responsável por seus idosos.

Havia uma grande preocupação com a defasagem do valor da aposentadoria, contudo, as reivindicações para melhoria do montante recebido não se efetivaram, e, no que tange à velhice, somente o Artigo 230 é específico:

A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.

⁸⁶ Arquivado no Senado Federal - ANC - pastas 21 a 25, nº 51. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/29/browse?value=Idoso+Velho&type=subject>>. Acesso em: 28 jul. 2013.

⁸⁷ Fonte: Senado Federal. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/29/browse?value=Idoso+Velho&type=subject>>. Acesso em: 28 jul 2013.

§ 1º Os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em seus lares.

§ 2º Aos maiores de sessenta e cinco anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos. (CF, 1988)

No Artigo 14 § 1º, II, “b”, está previsto aos maiores de setenta anos o voto facultativo. Os demais artigos⁸⁸, em que se pode enquadrar algum benefício ou assistência ao idoso, tratam de cidadania de um modo geral e, dessa forma, beneficiam tanto os idosos como aos demais.

O Artigo 229 trata da assistência que os pais têm o dever de ter para com os filhos menores, criando-os e educando-os, bem como os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, na carência ou na enfermidade.

Cunha e Cunha (2002, p.12) entendem que “as políticas públicas têm sido criadas como resposta do Estado às demandas que emergem da sociedade e do seu próprio interior, sendo a expressão do compromisso público de atuação numa determinada área a longo prazo.” Seguindo essa linha de pensamento em relação à velhice no Brasil, o que se vê são as demandas de um órgão mundial e de segmentos da sociedade determinando o que deve ser feito para recuperar as pessoas de mais de sessenta anos do ócio, da marginalização e, em consequência disso, da doença, cuja ausência acarretaria um desastroso desequilíbrio da economia do país.

Foi preciso que um organismo internacional informasse que os velhos deveriam ser respeitados, orientados e inseridos como membros ativos e participantes do grupo, para que ações de governo reconhecessem o velho como participante da dinâmica natural da comunidade.

Disso resulta que apesar de posto em lei, o respeito, a consideração e a consciência de que todos que não morrem cedo vão ficar velhos e passar pelo mesmo problema, não são adquiridos de cima para baixo. As mudanças culturais vão se fazendo em sentido inverso. Há que ocorrer uma conscientização que não é

⁸⁸ Aposentadoria/ compulsória: servidores públicos e juízes: setenta anos de idade – Art. 40, II, e Art. 96, VI. Voluntária: homem aos sessenta e cinco anos, mulher aos sessenta – Art. 201, § 7º, II.

* salário mínimo; garantia; hipótese – Art. 203, V.

* assistência social; proteção – Art. 203, I.

* previdência social; cobertura dos eventos de doença, invalidez e morte – Art. 201, I.

feita do dia para a noite, mas aos poucos, e com a participação dos atores principais, os velhos.

Um grupo consegue transformar sua demanda em projeto de lei, no entanto as leis não eliminam o mau humor das pessoas que, com pressa na fila de um banco, veem com desagrado idosos sendo atendidos em primeiro lugar. A lei determina que os idosos tenham passe livre nos ônibus, todavia os motoristas não param nos pontos. Há lugares reservados dentro do ônibus para idosos, o que não impede um jovem de fingir que está dormindo para não ceder o lugar. As calçadas nas ruas não são adequadas ao andar de nenhuma pessoa, para os velhos muito menos. Portanto, não são as leis ou o econômico que, por si só produzem mudanças culturais. E.P.Thompson, refletindo sobre a questão dos costumes e sobre a impossibilidade de se desvincular a cultura do econômico, corrobora esse entendimento:

A transformação histórica acontece não por uma dada "base" ter dado vida a uma "superestrutura", correspondente, mas pelo fato de as alterações nas relações produtivas serem vivenciadas na vida social e cultural, de repercutirem nas ideias e valores humanos e de serem questionadas nas ações, escolhas e crenças humanas. (2001, p.263)

A cultura, em seu sentido etnográfico, constitui-se por todas as práticas sociais que se inter-relacionam e não se transformam com o assinar de uma lei. Nos anos 1980, os poucos direitos conquistados fora da esfera do ganho com a aposentadoria não haviam sido introjetados culturalmente visto que a situação de discriminação social ainda prevalecia.

3.2 Dez anos depois, uma nova Assembleia.

Em 16/12/1991, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou a resolução 46/91 que trata dos seus princípios em favor das pessoas idosas. Esse documento apresenta 18 direitos das pessoas idosas em torno de independência, participação, cuidado, autorrealização e dignidade.

Em 1992, foi realizada a Conferência Internacional sobre o envelhecimento, em que foi reafirmado o Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento para a década de 1992-2001 e feita a Proclamação do envelhecimento:

A Assembleia Geral,

observando o envelhecimento sem precedentes de populações que ocorrem em todo o mundo, consciente de que o envelhecimento da população mundial representa um incomparável, mas urgente, desafio de programa de governos, organizações não-governamentais e grupos privados para garantir que as necessidades dos idosos e seu potencial de recursos humanos sejam tratadas de forma adequada, **consciente também que o envelhecimento da população nas regiões em desenvolvimento está ocorrendo muito mais rapidamente do que ocorreu no mundo desenvolvido, ciente de que uma mudança revolucionária na estrutura demográfica das sociedades requer uma mudança fundamental na forma como as sociedades organizam seus assuntos**, [...] (ONU, 1992, p.1, grifo meu)

É possível perceber que passados dez anos, o documento mantém o discurso de que o envelhecimento está ocorrendo muito mais rapidamente nos países em desenvolvimento. Isso seria de se esperar, visto que nos países desenvolvidos a taxa de natalidade havia diminuído e naqueles o número de jovens durante muito tempo foi maior do que o de idosos; logo seria natural a passagem da juventude para a maturidade e a consequente velhice. Não nos esquecendo também de que, nesses últimos, houve redução da taxa de natalidade. O documento sugere ainda uma mudança na forma como as sociedades organizam seus assuntos, indicando a tendência de tutela dos países que compõem a Assembleia das Nações Unidas. Destaco alguns dos itens do Plano de ação reafirmados na Conferência de 1992, que exorta a comunidade internacional a:

- (a) Promover a implementação do Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento;
- (b) divulgar amplamente os Princípios das Nações Unidas para Pessoas Idosas;
- [...]
- (f) Apoiar parcerias amplas e práticas dentro do programa das Nações Unidas sobre o envelhecimento, incluindo parcerias entre governos, agências especializadas e órgãos das Nações Unidas, organizações não-governamentais e do setor privado;
- [...]
- (i) Para destacar o envelhecimento em grandes eventos futuros, incluindo, no futuro próximo, eventos nas áreas de direitos humanos, a família, a população, a promoção da mulher, prevenção da criminalidade, a juventude e a Cimeira Mundial proposto para o desenvolvimento social;
- (j) Incentivar a imprensa e os meios de comunicação para desempenhar um papel central na criação de consciência da população a questões ligadas ao envelhecimento e relacionadas,

incluindo a celebração do Dia Internacional do Idoso em 1^o de outubro e a divulgação dos Princípios das Nações Unidas para idosos pessoas; (ONU, 1992)

Insta também o apoio a iniciativas nacionais sobre o envelhecimento no contexto das culturas e as condições nacionais, de modo que:

- (a) políticas nacionais adequadas e programas para os idosos são considerados como parte das estratégias de desenvolvimento global.
- (b) Políticas que aumentem o papel do Governo, o setor do voluntariado e de grupos privados são expandidas e apoiados;
- (c) As organizações governamentais e não governamentais colaboram no desenvolvimento da atenção primária à saúde, promoção da saúde e de programas de autoajuda para os idosos;
- (d) As pessoas idosas são vistas como contribuintes para suas sociedades e não como um fardo; [...]
- h) As mulheres mais velhas recebam apoio adequado por suas contribuições em grande parte desconhecidas para a economia e para o bem-estar da sociedade;
- (i) Os homens mais velhos são incentivados a desenvolver as capacidades sociais, culturais e emocionais que podem ter sido impedidas de se desenvolverem durante os anos de sustento da família;
- (j) a conscientização e a participação da comunidade é incentivada na formulação e implementação de programas e projetos com o envolvimento das pessoas idosas; [...]
- (m) Os tomadores de decisão e pesquisadores colaborar na realização de estudos orientados para a ação;(ONU, 1992).

Os governos que se sucederam no Brasil nos anos 1990 atenderam ao indicado pela ONU, criando uma série de leis, alterando outras, de modo a que o segmento idoso da população fosse atendido minimamente em suas necessidades.

O Código Civil foi alterado para regulamentar o Artigo 229 da Constituição, acrescentando-se o parágrafo único ao Artigo 399. Está na lei o dever dos filhos maiores e capazes de ajudar e amparar os pais, com obrigação irrenunciável de assisti-los e alimentá-los até o final de suas vidas⁸⁹.

No país, pelo menos até a primeira metade do século vinte, a família era grande, havia sempre uma filha, uma tia que não se casara e morava com os pais de idade mais avançada. Não havia lei para determinar o cuidado, esse era uma imposição cultural e social. Com a modernização, mais mulheres foram para o

⁸⁹ Com tal modificação na Lei, provavelmente a música "Couro de Boi" (citada no capítulo 1) que segundo o Dicionário Cravo Albin da Música Popular Brasileira, foi gravada em 1954, não teria sido escrita, e o dito que "Um pai trata de dez filhos mas dez filhos não tratam de um pai" teria que ser discutido na justiça.

mercado de trabalho, a quantidade de filhos e o tamanho das casas diminuíram. Whitaker (2007) constata que, por mais carinho que tenham para com os pais, os filhos ou moram longe ou têm pouco tempo para as atenções esperadas. Estimulam-se os velhos a conservarem-se ativos, a frequentar grupos de terceira idade ou adquirir literatura de autoajuda para manterem-se felizes. No entender da socióloga de 72 anos, as pessoas mais velhas estão perdendo o poder de comando sobre seus descendentes:

Os jovens devem e querem ajudá-los, mas toda ajuda será um favor e os idosos vão se sentindo constrangidos em solicitá-la. Sabem que estarão atrapalhando o cotidiano dos seus filhos, atribulados todos pelas exigências do progresso e da modernidade. (Whitaker, 2007, p.60)

A família é considerada a fonte de apoio mais próxima, isso tanto para os idosos quanto para os filhos. Segundo a *Síntese de Indicadores Sociais* (SIS) do IBGE⁹⁰, verificou-se que, em 2012, vinte por cento dos jovens na faixa etária de 15 a 29 anos não frequentavam a escola e não trabalhavam. Desse percentual, setenta por cento são mulheres e as que têm pelo menos um filho são 30% da faixa de 15 a 17 anos; 51,6% entre 18 a 24 anos; e 74,1% daquelas entre 25 e 29 anos. Um outro dado importante dá conta de que os jovens na faixa etária de 25 a 34 estão ficando mais tempo na residência dos pais, 24%. São a chamada "geração canguru", que influencia diretamente na necessidade dos pais de continuar ativos, trabalhando para ajudar os filhos.

A estatística informa que, nos domicílios com idosos de 60 anos ou mais, esses são as pessoas de referência (64,2%), os homens em maior número (80,5%); desses, 76,3% recebiam algum benefício da previdência social, sendo aposentados 76,2% dos homens e 59,4% das mulheres; 47,8% tinham rendimento de todas as fontes superior a um salário mínimo, mas cerca de 43,5% residiam em domicílios com rendimento mensal *per capita* igual ou inferior a um salário mínimo. Dos pesquisados, 23,7% não recebiam aposentadoria ou pensão, enquanto 7,8% acumulavam aposentadoria e pensão. A inserção no mercado de trabalho das pessoas de 60 anos ou mais de idade, em 2012, foi caracterizada pela taxa de

⁹⁰ Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2013/>>. Acesso em 01 dez.2013.

ocupação de 27,1%, sendo que 15,3% das pessoas eram ocupadas e aposentadas, e o tempo médio semanal dedicado ao trabalho foi de 34,7 horas. Para as pessoas de 65 anos ou mais de idade, a taxa de ocupação foi de 19,4%, diferenciando-se para homens (29,6%) e mulheres (11,6%)⁹¹.

Aparentemente, a residência partilhada pretende o bem-estar coletivo, e se constitui um espaço de convivência intergeracional, dando margem a uma série de arranjos familiares. Tais arranjos podem se dar entre idosos e casal com filhos, filhos jovens com casal de idosos ou idosos morando sozinhos.

Percebe-se, pelos dados do IBGE, que há duas tendências: os idosos estão vivendo mais, continuando a trabalhar, e os jovens estão adiando a idade em que saem da casa dos pais. Segundo Ana Amélia Camarano no livro "Os novos idosos brasileiros": "O período em que os filhos passam como economicamente dependentes de seus pais tem crescido devido à instabilidade do mercado de trabalho, ao maior tempo despendido na escola e à maior instabilidade das relações afetivas". (IPEA, 2004, p.138).

Para os idosos que não trabalham, não foram aposentados e não possuem renda familiar, o Art. 203, inciso V da Constituição Federal garante um salário mínimo de benefício mensal àqueles que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei⁹².

Esse artigo consta do Título VIII da CF "Da ordem social" que tem como base o primado do trabalho e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais. Faz parte dessa ideia de ordem social, a seguridade social que compreende, segundo a Constituição, um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

A Lei 8742/1993, que dispõe sobre a Organização da Assistência Social, tem para o idoso que não pôde vincular-se à Previdência Social a importância da

⁹¹ Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicisociais2013/>. Acesso em: 01dez. 2013.

⁹² Lei 8.742 de 07 de dezembro 1993 - Dispõe sobre a Organização da Assistência social e dá outras providências - Em seu artigo primeiro é definido que: "A Assistência Social, direito do cidadão e dever do Estado é política de Seguridade Social não contributiva, que prevê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas."

sobrevivência (Art.20), visto que aquele que não havia tido emprego formal ou efetivado contribuições à Previdência Social por conta própria não possuía meios de sobrevivência na velhice, dependendo de familiares ou de instituições de amparo.

Até então, os maiores de setenta anos de idade que não exercessem atividade remunerada, não auferissem rendimentos, sob qualquer forma, superior a cinquenta por cento do salário mínimo, não fossem mantidos por pessoa de quem dependessem obrigatoriamente e não tendo outro meio de prover ao próprio sustento, recebiam pela Previdência Social, urbana ou rural, meio salário mínimo. Isso, desde que tivessem sido filiados ao regime de previdência em qualquer época, e na atualidade não tivessem direito aos benefícios regulamentares. Ou seja, só eram atendidos aqueles que formalmente, ou não, comprovassem ter exercido atividades acolhidas pelo INPS. Esse benefício era denominado Renda Mensal Vitalícia e foi instituído pelo governo militar em 11 de dezembro de 1974.

Importante ressaltar que a renda do idoso volta a ter importância para a estabilidade financeira da família na atualidade, por vários motivos: seja em virtude do maior tempo de estudo dos filhos, pela precarização do trabalho, desemprego dos filhos, jovens cada vez mais novas ficando grávidas e da volta dos filhos com filhos para a casa dos pais em virtude do crescimento do número de divórcios.

Conforme Ana Amélia Camarano et al. nos informam:

Idosos também têm uma contribuição importante em outros aspectos da vida familiar. Devido à permanência no emprego e/ou à posse do benefício previdenciário, homens idosos mantêm o papel tradicional de chefe e provedor da família. Por outro lado, mulheres idosas tendem a se manter no seu papel tradicional de cuidadoras da família, mas acumulando em certos casos, o papel de provedora. (CAMARANO, 2004, p.141).

A obtenção de um benefício da Previdência ou da Assistência Social auxilia no aumento do poder das mulheres nas suas famílias. Por intermédio da tabela formulada pela Secretaria de Previdência Social, verifica-se que as mulheres são maior número no que diz respeito à aposentadoria por idade e pensões.

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS (*)		
Total de Benefícios pagos pela Previdência	MULHERES	HOMENS
	56,80%	43,20%
Aposentadoria por tempo de contribuição	27,0%	73,0%
Benefícios acidentários	32,4%	67,6%
Aposentadoria por idade	61,0%	39,0%
Pensões	86,5%	13,5%
(*) Percentual calculado a partir de 22,8 milhões de beneficiários pagos em dezembro de 2008.		

Fonte: Programa de Educação Previdenciária do INSS- Elaboração SPS/MPS

Tais números representam que as mulheres vivem mais tempo que os homens, seja por menor exposição ao risco, ou por maior cuidado com a saúde.

FEMINIZAÇÃO DA VELHICE

Tendência de aumento da proporção de mulheres entre idosos.

Hoje são maioria

Em 2020, de cada 10 pessoas idosas, 6 serão mulheres e 4 serão homens

	2000		2010		2020	
	Feminina	Masculina	Feminina	Masculina	Feminina	Masculina
Proporção de população idosa (60 anos ou mais)	9,3%	7,8%	10,50%	8,40%	14%	11,10%
Proporção de população: Grupos de Idade						
60 a 64 anos	53,2%	46,8%	53,6%	46,4%	54,4%	45,6%
65 a 69 anos	54,2%	45,8%	54,8%	45,2%	55,5%	44,5%
70 a 74 anos	55,2%	44,8%	56,8%	43,2%	57,2%	42,8%
75 a 79 anos	56,1%	43,9%	59,8%	40,2%	60,1%	39,9%
80 anos ou mais	60,1%	39,9%	65,3%	34,7%	66,20%	33,8%
População Idosa	8.002.245	6.533.784	10.271.470	7.952.773	15.005.250	11.328.144

Fontes: Censo 2000 e Projeções 2000 – IBGE.

Elaboração: SPS/MPS. Programa de Educação previdenciária

Os benefícios, previdenciário ou social (Benefício de prestação continuada) possibilitam uma renda certa para o idoso. No entanto, esse valor pode representar no caso de residência compartilhada, a exploração por parte de familiares que se beneficiam de empréstimos consignados feitos em nome dos idosos ou apropriação

da senha bancária para saques, usando de forma consentida ou não, em benefício próprio os recursos do idoso, muitas vezes com violência e abandono. Dados do Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro⁹³ dão conta que, em 2002, o número de idosos vitimados naquele estado foi de 29.476, contra 66.004 em 2012. Representando um aumento de 123,9%.

3.3 Colocando em prática as orientações da ONU.

A Política Nacional do Idoso e a criação do Conselho Nacional do Idoso se efetivaram por intermédio da Lei 8.842, de 4 de janeiro de 1994, regulamentada pelo Decreto 1948, de 3 de julho de 1996. Em seu capítulo I e Artigos primeiro e segundo dá-se a conhecer a finalidade dessa política que seria assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade, considerando-se idoso, para os efeitos da lei, a pessoa maior de sessenta anos de idade.

De acordo com o texto da lei, os conselhos nacional, estaduais e municipais dos direitos do idoso participariam junto ao órgão ministerial responsável pela Política Nacional do Idoso como órgãos permanentes, paritários e deliberativos. A lei prevê, ainda, que é de competência dos conselhos a formulação, a coordenação, a supervisão e a avaliação da Política Nacional do Idoso no âmbito das respectivas instâncias político-administrativas. No entanto, somente em 13 de maio de 2002, após a II Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento ocorrida de 8 a 12 de abril de 2002, é que o governo federal editou o Decreto 4.227 que criava o Conselho Nacional dos Direitos do Idoso (CNDI). Tal decreto, que dispunha sobre a competência e composição do CNDI, alterou o caráter do Conselho de deliberativo para consultivo, contrariamente ao disposto no Plano de Ação Internacional para o envelhecimento que recomenda na Orientação Prioritária I: sobre as pessoas idosas e o desenvolvimento que:

Cabe aos governos a responsabilidade principal de conduzir a liderança sobre as questões relativas ao envelhecimento e à aplicação do Plano Internacional sobre o Envelhecimento, mas é indispensável uma colaboração eficaz entre os governos nacionais e locais, os organismos internacionais, os próprios idosos e suas

⁹³ Disponível em: <http://arquivos.proderj.rj.gov.br/isp_imagens/Uploads/DossiePessoaldosa2013>.

organizações, outros setores da sociedade civil, incluídas as organizações não-governamentais e o setor privado. A aplicação do Plano de Ação requererá a participação e associação dos interessados: organizações profissionais, empresas, trabalhadores e sindicatos, cooperativas, instituições de pesquisa e ensino e outras instituições educativas e religiosas e os meios de comunicação. (ONU, 2002, p.33)

Com o decreto, o Estado constitui uma representação oficial da sociedade civil (AVRITZER, 2007, p.444). O depoimento da presidente do CNDI, Maria José Lima de Carvalho Barroso, participante da mesa redonda denominada "Controle e participação social" ocorrida em Brasília, por ocasião do Seminário Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Pessoa Idosa, no período de 28 e 29 de abril de 2004, apresenta o descontentamento com a redução das competências do Conselho

[...] Nós queremos um conselho forte; nós queremos um conselho deliberativo e fiscalizador, permanecendo também com essa função de ser consultivo e que ele seja também permanente. Mas nós temos tido algumas dificuldades. Nós queremos também um conselho com fundos para promover ações, capacitando permanentemente todos os idosos e queremos também divulgar esse Estatuto do Idoso, ter uma estrutura própria, uma estrutura que dê um conveniente apoio para atender às necessidades e às demandas dos idosos. (BARROSO, 2004, p.120)

O Decreto 5109, de 17 de junho de 2004, revogou o anterior, determinando o aumento do número de representantes⁹⁴ para 28, passando o caráter do conselho para deliberativo e integrando-o à estrutura básica da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. O CNDI tem por finalidade elaborar as diretrizes para formulação e implementação da Política Nacional do Idoso. Órgão colegiado e paritário funciona com 14 membros do poder executivo⁹⁵ e 14 representantes da sociedade civil organizada sem fins lucrativos que tenham atuação no campo da promoção e defesa dos direitos da pessoa idosa, que possuam filiais organizadas em, pelo menos, cinco unidades da Federação distribuídas em três regiões do país.

⁹⁴ Dez era o número de representantes do governo e nove da sociedade civil. Do Decreto 4.227/2002, não constava a paridade, só inserida em 27 de junho de 2002 com o Decreto 4.287.

⁹⁵ Um representante da Secretaria Especial dos Direitos Humanos e um representante de cada um dos ministérios: Relações Exteriores; Trabalho e Emprego; Educação; Saúde; Cultura; Esporte; Justiça; Previdência Social; Ciência e Tecnologia; Turismo; Desenvolvimento Social e Combate à fome; Planejamento, Orçamento e Gestão; Cidades.

Cabe refletir que, das diretrizes da Política Nacional do Idoso, consta que deve haver participação do idoso por intermédio de suas organizações representativas, na formulação, implementação e avaliação das políticas, planos, programas e projetos a serem desenvolvidos. No entanto, de acordo com o Regimento Interno do CNDI aprovado pela Resolução nº 18 de 11 de junho de 2012 (publicada no DOU de 16/08/2012), os representantes da sociedade organizada atuantes no campo da defesa ou da promoção dos direitos da pessoa idosa devem ser selecionados dos seguintes segmentos:

Organizações de trabalhadores urbanos e rurais	1
Organizações de empregadores urbanos e rurais	1
Órgãos fiscalizadores do exercício profissional	1
Organizações de Educação ou Cultura ou Lazer, ou Esporte, ou Turismo.	1
Organizações da comunidade científica	2
Organizações de aposentados e pensionistas	2
Organizações de defesa de direitos	3
Organizações de atendimento à pessoa idosa	3

Fonte: IPEA (2012).

A participação de idosos ou de entidades específicas de representação de idosos é mínima, como pode ser observado pelo elenco de entidades listados pelo regimento e pelas palavras de Maria Leda Resende Dantas representante do Conselho Nacional da Saúde presente à mesa redonda denominada "Controle e participação social" ocorrida em Brasília por ocasião do Seminário Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Pessoa Idosa no período de 28 e 29 de abril de 2004.

[...]acho que nessas reuniões que nós fazemos, deveríamos ter uma certa paridade: pessoas de idade avançada, não ligadas ao lado técnico do envelhecimento, não nós, os "gerontosauros", mas os velhos puro sangue, porque nós somos velhos já contaminados com a ciência do envelhecimento. Seria importante que houvesse, no mínimo, paridade. Ou seja, que tivesse um número de pessoas da sociedade conosco, para que a gente não ficasse falando dos velhos como "o outro". Quando nós dizemos - "o velho precisa disso, precisa aquilo" - é sempre o "outro", na visão tecnicista das coisas. Os velhos de hoje somos nós e de daqui a pouco serão vocês. Outro

dia, eu era "um broto" e agora já estou "uma coroa". Ainda não amadureci e já estou velha. Então não fiquem muito distraídos porque a coisa é muito rápida. Portanto, não vamos pensar nos velhos como "outros", mas como "nós" (DANTAS, 2004, p.123).

Análise corroborada pelo Relatório de Pesquisa: "O Conselho Nacional dos Direitos do Idosos na visão de seus conselheiros", realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em 27 de agosto de 2010 e apresentada em 2012 por intermédio do Projeto "Conselhos Nacionais: perfil e atuação dos conselheiros". Na pesquisa, foram aplicados questionários a 16 dos 28 membros do CNDI, buscando traçar um diagnóstico constituído pela análise do perfil dos conselheiros nacionais, identificando características do funcionamento dessas instituições que podem influenciar na eficiência e eficácia democrática, além de verificar a influência e o papel dos conselhos nas políticas públicas brasileiras.

Apesar do questionário ter sido aplicado em uma única reunião e sem maior abrangência em relação às bases dos conselheiros da sociedade organizada, a pesquisa apresenta indícios suficientemente fortes para demonstrar um hiato no tipo de representação efetivada pelo Conselho, que é indireta, ou seja, os membros do Conselho são indicados, não havendo escolha por parte dos representados. Segundo Leonardo Avritzer (2007, p.457), com o aumento do envolvimento da sociedade civil nas políticas sociais, surgiram novas formas de representação ligadas a ela.

Organizações criadas por atores da sociedade civil e que lidam por muito tempo com um problema na área de políticas sociais tendem a assumir a função de representantes da sociedade civil em conselhos ou outros organismos encarregados das políticas públicas.

Tal forma de representação se origina na escolha entre atores da sociedade civil, que é definida internamente nas associações civis. Para o autor, são criadas afinidades intermediárias, agregando solidariedades e interesses parciais, propiciando uma forma de representação por escolha que não é uma representação eleitoral de indivíduos ou pessoas.

Quando foram questionados quanto à forma de escolha dos conselheiros dentro das entidades, predominaram "muito satisfatória" ou "satisfatória" somando 62% do total de conselheiros, 19% a consideram pouco satisfatória, e 6%, insatisfatória. De acordo com o relatório, também apareceram 13% de respostas

“não sabe/não se aplica”, indicando que nem todos os conselheiros conhecem como funcionam estes mecanismos de escolha, os quais provavelmente são diversos e variam para cada entidade.

De acordo com os dados da pesquisa, a composição do CNDI em 2011, no tocante à sociedade civil organizada, era a seguinte:

Associação Brasileira de Alzheimer (Abraz)
 Associação Nacional de Gerontologia (ANG)
 Associação Nacional dos Defensores Públicos (ANADEP)
 Associação Nacional do Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e Pessoas com Deficiência (AMPID)
 Centro Interdisciplinar de Assistência e Pesquisa em Envelhecimento (Ciape)
 Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (COBAP)
 Confederação Nacional do Comércio (CNC)
 Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG)
 Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)
 Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase (MORHAN)
 Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)
 Pastoral da Pessoa Idosa
 Serviço Social do Comércio (SESC)
 Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG)

É possível perceber que, das entidades participantes do conselho, somente a Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas é representação exclusiva, as demais são voltadas para o estudo e auxílio à velhice, ou intergeracionais com interesses na área. Um dado interessante diz respeito à faixa etária, visto que 69% dos conselheiros se encontravam na faixa etária de 41 a 60 anos. Acima de 60 anos somente 25% e 6% dos respondentes possuía entre 21 e 30 anos. Tendo em vista que se estimula o manter-se jovem a qualquer custo às pessoas entre 40 e 60 anos, os conselheiros nessa faixa etária representariam os idosos que um dia serão, ou acreditam que os idosos são "os outros"? Quanto à renda dos conselheiros, 38% declararam ter renda mensal acima de 12 mil reais; 19% entre 8 mil e 12 mil reais; e 37%, entre 4 mil e 8 mil reais e 6% disseram ter renda entre 2,5 mil e 4 mil reais.

Alguns dados fornecidos pela pesquisa são importantes para reflexão: 75% dos conselheiros que responderam aos questionários são conselheiros titulares do CNDI, enquanto 25% são suplentes. Dos conselheiros que compõem a amostra, 69% pertencem à sociedade civil e 31% pertencem a instituições do poder público. As mulheres são maioria entre os conselheiros que responderam o questionário, 75%.

De acordo com o texto do relatório do IPEA, a média de escolaridade do brasileiro com 25 anos de idade ou mais em 2009, era de 7,1 anos de estudo, o que significa uma escolaridade que não alcança a conclusão do ensino fundamental (IBGE, 2010a, p. 50). A pesquisa apontou que o grau de escolaridade dos representantes que compunham o CNDI era superior à média nacional, visto que 94% os conselheiros possuíam pelo menos o ensino superior completo. Os outros 6% têm superior incompleto, sendo que 25% dos respondentes completaram o doutorado.

Um ponto que merece destaque é o fato de que sessenta e nove por cento dos conselheiros declararam participar ou já ter participado de outros conselhos – especificados, quanto à sua natureza (nacional, estadual ou municipal). De tal sorte que a maior parte dos conselheiros participa ou participou apenas de conselhos nacionais (três conselheiros) ou estaduais (três), seguidos daqueles que tiveram ou têm atuação tanto em nível estadual quanto em nível municipal (dois) e somente trinta e um por cento dos conselheiros terem informado nunca ter participado de outros conselhos. Tal situação representaria a indicação permanente da mesma pessoa para vários conselhos, seria então o engajamento na problemática da velhice apenas temporário, ou pelo prazo do mandato, ou pela garantia de fatores favoráveis para sua entidade de representação?

Segundo os dados da pesquisa, foram dadas três alternativas de resposta com relação a quais interesses defenderiam. Os conselheiros poderiam marcar três das seguintes opções: “Nenhum interesse específico, sigo apenas as minhas convicções pessoais”; “Interesses da minha instituição”; “Interesses do meu setor”; “Interesses de redes ou movimentos organizados em função de temas ou problemas específicos”; ou “Interesses de toda a coletividade”. Deveria ser marcada uma opção para o primeiro, outra para o segundo e outra para o terceiro interesse prioritariamente defendido pelo conselheiro.

Os “interesses de toda a coletividade” aparecem como os mais defendidos pelos representantes do CNDI. Havendo um equilíbrio entre “interesses de redes ou movimentos organizados em função de temas ou problemas específicos” e “interesses de toda a coletividade”, e um aumento do número respostas para “interesses da minha instituição”. Finalmente, com relação à terceira opção, predominam as respostas para “interesses do meu setor”.

O Conselho, instituído por decreto, coloca em lugar dos cidadãos individuais, organizações diversas. Considera-se que as associações têm mais possibilidade de introduzir suas demandas na construção da agenda pública. No entanto, não é o que aponta a pesquisa, visto que a maioria dos conselheiros avalia que a influência do CNDI sobre a agenda do Congresso Nacional é pouco significativa (62%) ou sem influência (13%). Apenas 12% acreditam que esta influência é significativa. Treze por cento optaram por não responder. Ainda sobre a influência do conselho sobre as políticas de outros ministérios com os quais está articulado, um número significativo de avaliações negativas, 69% dos conselheiros acreditam que a influência seja pouco significativa ou inexistente. E com relação à influência que o CNDI exerce sobre outras entidades, os conselheiros entenderam que, em relação a:

	Muito significativa	Significativa	Pouco significativa	Não há influência	Não responderam
Políticas da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República	25%	37%	38%		
Sociedade Civil	6%	38%	44%	6%	6%
Opinião Pública	12%	25%	44%	13%	

No tocante à influência sobre as políticas da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, órgão ao qual o conselho é vinculado, é possível verificar que, apesar de positiva, a avaliação não é unânime visto que 38% afirmaram que é pouco significativa. Os conselheiros não têm uma percepção concreta quanto à influência do Conselho sobre as ações da sociedade civil uma vez que 50% acreditam não influenciar, 44% tem uma avaliação positiva e os 6% que não responderam não têm uma opinião formada, portanto não avaliaram o assunto. A análise do IPEA sobre os resultados negativos quanto à influência do CNDI sobre

a opinião pública é de que há uma insatisfação entre os conselheiros respondentes quanto aos meios de divulgação e comunicação do Conselho.

Cabe ainda destacar que o questionário apresentado aos conselheiros solicitava que fossem apontadas sugestões de melhoria, e os aspectos mais mencionados em ordem de indicações foram:

- a necessidade de ampliar ou incentivar a participação de alguns segmentos dentro do conselho (cinco menções), notadamente o poder público;
- o aperfeiçoamento do processo das reuniões e as questões administrativas necessárias para o seu andamento (quatro menções);
- a importância de ampliar a articulação entre o CNDI e outros conselhos de idosos nos três níveis da federação, assim como com outros conselhos nacionais (três menções);
- a necessidade de melhorar a relação com a SDH, de modo que esta confira maior importância às deliberações do CNDI e à atuação do conselho (duas menções);
- o aperfeiçoamento dos meios de comunicação e divulgação do trabalho do conselho (duas menções);
- a capacitação dos conselheiros, o que contribuiria para uma atuação ainda mais qualificada (duas menções);
- o aumento das oportunidades de capacitação e mobilização das pessoas idosas e da visibilidade do trabalho do conselho, melhorando sua publicidade.

A necessidade de aperfeiçoamento dos meios de comunicação e divulgação do trabalho do conselho, além da capacitação dos conselheiros e dos idosos em geral foi percebida também quando da pesquisa que fizemos às Atas do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso em Uberaba - MG, publicadas no Porta Voz, órgão oficial de divulgação dos atos oficiais da Prefeitura, referentes ao período de março de 2007, data da aprovação do Regimento Interno e consequente funcionamento, e junho de 2012, última publicação nesse ano.

Nessa pesquisa foi possível constatar, corroborando o apontado por Bredemeier (2003) e Côrtes (2007), que o fato de o Conselho ser criado e estar em funcionamento não significa que a participação da sociedade nas políticas públicas esteja efetivada. Conforme se sucedem os conselhos e suas diretorias, eleitos a cada dois anos, é possível perceber que os conselheiros não têm a exata noção de seu papel e de sua representatividade, e da finalidade do Conselho posta em

regimento, que é de estabelecer as diretrizes e a definição da Política Municipal dos Direitos do Idoso no Município de Uberaba.

Os projetos e programas relativos à pessoa idosa, colocados em prática no período pesquisado, ocorreram por iniciativa da Prefeitura, ficando a cargo do Conselho a aprovação de transferência de verbas do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa para que tais projetos e programas fossem realizados. Consta das atas que um dos projetos foi a construção da sede própria para o "Lar de acolhimento" de propriedade uma das conselheiras, que é vinculada à sociedade civil organizada. Côrtes (2007) nos esclarece que, para que o município se habilite a receber recursos financeiros oriundos da esfera federal, há a exigência da criação de conselhos. Desse modo, em virtude de tais políticas descentralizadoras, o município participa ativamente das decisões sobre políticas públicas e são criadas condições para que os conselhos municipais passem a se envolver no processo decisório: "Nesse caso, dirigentes municipais tornam-se gestores e provedores de bens públicos ou, pelo menos, participam no financiamento e na regulação da oferta de benefícios, bens, e serviços financiados com recursos públicos". (CÔRTEZ, 2007, p.126)

No período em que analisamos as atas do CMDI - Uberaba percebemos que não houve a formação das comissões técnicas permanentes ou temporárias, conforme o indicado no regimento, para estudo e propostas em relação às demandas dos idosos, sendo possível perceber que em sua maioria os conselheiros não possuíam conhecimento do teor do regimento, nem do papel do conselho ou dos conselheiros de forma geral. Encontrou-se registrado em ata a presença de uma assistente social e de uma professora universitária para conversar com os conselheiros sobre tais temas. Confirmando o que coloca Bredemeier (2003, p.94) "o papel do Conselho é um aspecto que tem suscitado muitos questionamentos, dúvidas, bem como efetivá-lo tem propiciado acertos e erros, tanto de âmbito interno como externamente". Passados dez anos da implantação do Conselho do Idoso, cabe uma revisão em suas práticas, visto que, como afirma Côrtes, o fato de existirem não significa que eles sejam exitosos:

Representantes do movimento popular e sindical e de grupos de interesses de usuários podem optar por participar por meio de outros canais. Além disso, mesmo que tomem parte das atividades dos fóruns, podem não participar de fato no processo de decisão política

de determinada área da administração pública. Isso porque, por um lado, as principais decisões da área podem não ser tomadas ali e, por outro, esses representantes podem ter sua ação nos conselhos obstaculizada por outros atores que detêm maiores recursos e poder. (2007, p.137)

A pesquisa de Serafim Fortes Paz (2001, p.15) indicou que, desde 1984, vêm sendo elaboradas cartas abertas sobre a questão do idoso em eventos técnicos, científicos e de caráter institucionais, sendo essas últimas incentivadas pelos grupos do SESC. De acordo com o pesquisador, tais documentos foram produto de organizações civis de estudiosos e profissionais com atuação direta em diversas áreas da velhice, que se conduziam tal como porta-vozes das questões dos idosos.

3.4 A gestão da velhice

Paz, afirma que não se tratava "necessariamente de um movimento 'espontâneo' do próprio idoso organizado enquanto personagem protagonista e ator central de sua história"(2001, p.19). O que havia era um movimento que influenciado ou não, pelas políticas para o Idoso emanadas das Assembleias da ONU, constituindo-se no que Lenoir aponta como um "trabalho coletivo de imposição de uma identidade social específica"(1996, p.89). Diferente, por exemplo, do movimento feminista, não são as associações de defesa dos aposentados ou de pessoas idosas que põem em evidência o problema social:

são profissionais da gestão da velhice que desempenham um papel homólogo ao dos militantes. Com efeito são eles que, habitualmente estão na origem de tais associações, redigem e difundem as brochuras e revistas, participam de todas as manifestações em que são apresentadas reivindicações específicas, assinalando a existência social do grupo e, ao mesmo tempo, a importância política do problema que ele coloca. (LENOIR, 1996, p.89)

O que se produz em termos de literatura sobre a velhice no Brasil hoje, é em sua maioria, oriundo dos programas de pós-graduação em Gerontologia e estão voltados para a discussão e reflexão sobre a situação das pessoas idosas e para a construção da nova identidade que se quer atribuir ao idoso. Que é aquela recomendada pela Organização Mundial da Saúde e pela Organização das Nações Unidas, do idoso saudável, centrado psicologicamente, feliz em sua condição e, principalmente, produtivo.

Como exemplo, cito a justificativa apresentada para a realização do 2º Congresso de Gerontologia ocorrido entre 13 e 14 de maio de 2010. No *site* da Associação Nacional de Gerontologia⁹⁶, foram apresentados alguns pontos, dos quais destaco os que corroboram com Paz (2001) e Lenoir (1996):

O aumento da expectativa de vida na realidade brasileira já é fato evidente, mas a política que se ocupa de dar garantias de boa qualidade de vida aos idosos ainda está longe de ter-se haver estendido a todos os que compõem a faixa da chamada idade avançada. Há que se criar novos modelos que se imponham e obriguem a observância dos preceitos transcritos nas leis que garantam tornar a vida da pessoa idosa mais amena nos seus mais variados aspectos.

Esta é a nossa pretensão. Aqui está o nosso recado: elaborar a programação que ficará a cargo de um grupo devidamente qualificado que se pautará dentro dos princípios da ciência, da ética e dos direitos da pessoa idosa. Teremos o cuidado de selecionar palestrantes qualificados e comprometidos com o tema proposto pelo Congresso. (2º CONGRESSO DE GERONTOLOGIA, 2010).

Os gerontólogos são profissionais que formulam e colocam em prática projetos, que segundo eles, buscam o bem-estar do velho. Costumam exercer suas atividades em órgãos públicos, em programas socioeducativos e na área de assistência social procurando atuar contra o preconceito e desenvolvendo atividades que tornem as pessoas de mais idade que procuram os projetos, mais felizes e realizadas.

A Gerontologia estuda o processo de envelhecimento do ser humano e as formas de promover uma melhor qualidade de vida em seus aspectos psicológico, físico e social. Ofertada em graduação e pós-graduação, de acordo com Neri (2008, p.96), trata-se de um campo de estudos multidisciplinar, que recebe contribuições metodológicas e conceituais da Biologia, Psicologia, Ciências sociais e de disciplinas como a Biodemografia, Neuropsicologia, História, Filosofia, Direito, Enfermagem, Psicologia educacional, Psicologia clínica e Medicina. Tal variedade de disciplinas compondo o campo de estudos do gerontólogo implica, segundo a autora, na convivência de numerosos termos, modelos e teorias que confundem os profissionais e aumentam a resistência da Universidade em acolher o envelhecimento e a velhice como temas para investimento em pesquisa e ensino. (NERI 2008, p.11)

⁹⁶ Disponível em: <<http://angbrasil.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 20 ago. 2013.

Em seu trabalho, Neri (2008) aponta que o interesse pelo estudo da velhice vem desde o século XVI, sendo que os primeiros livros voltados à saúde do idosos foram editados no século XVII. No Brasil, criou-se a Associação de Geriatria em 1961 e em 1968 houve abertura dessa Associação aos gerontólogos das várias áreas do saber. Tal medida é creditada à necessidade de levar em conta a questão cultural e social do envelhecimento. Os gerontólogos são profissionais que representam a crença da transformação das relações entre gerações e autonomização da velhice, discurso, esse defendido também pela ONU.

Debert (2012, p.125) afirma que é difícil saber em que medida o discurso de especialistas pode influenciar um conjunto de práticas sociais e em que medida o discurso gerontológico influenciou as políticas voltadas para os idosos. Talvez não imediatamente, ou em poucos anos, mas, desde que a velhice se tornou um problema social, especialistas têm se interessado pelo tema, produzindo reflexões e discursos que são legitimados pela competência do articulador especializado no assunto. Tal conjunto de assuntos leva o gerontólogo a se constituir como porta-voz dos idosos frente aos órgãos governamentais e à sociedade, já que, a seu ver, a velhice é um período de nossa vida em que a doença, a miséria e a falta de iniciativa levam o idoso a necessitar de políticas voltadas a seu bem-estar. Michel de Certeau (2002) já nos alertava para que verificássemos de onde fala o historiador, pois nossa prática estaria ligada a um lugar social. Acredito que a ideia se aplique também aos gerontólogos das diversas ciências, visto que a partir de suas pesquisas - oriundas de percepções individuais sobre grupos de pessoas com dificuldades físicas e econômicas - vejam a velhice ou o envelhecimento a partir de sua prática, de seu lugar social.

O mundo social é classificado, dividido, organizado de acordo com o lugar de onde se fala de modo a dar sentido ao presente, decifrando o espaço e tornando o outro inteligível (CHARTIER, 1985,p.17). Por serem oriundos de diferentes segmentos do meio científico, os gerontólogos tendem a organizar seu discurso em função de alguns eixos: a questão demográfica que exige investimentos públicos em relação à demanda da velhice coletiva prevendo uma crise econômica; a desvalorização do velho no mercado de trabalho dominado por um capitalismo voraz que produz exclusão social; a cultura do ser jovem a qualquer custo, acompanhada do descarte de tradições e respeito ao velho; e trabalhos que apontam o Estado como incapaz de atender minimamente a população e em especial os velhos que

por força das mudanças nos arranjos familiares e no número de membros dependem das políticas públicas. Tais eixos, segundo Debert (2012, p.198) corroboram para que os gerontólogos tenham dificuldade em lidar com a imagem do velho como vítima do sofrimento. A imagem difundida pela mídia, dos velhos bem sucedidos das camadas médias, leva-os à negação de seu próprio objeto de estudo. De acordo com o exposto no capítulo um deste trabalho, ainda prevalece o estereótipo do velho incapaz, no entanto foi possível constatar a heterogeneidade e a subjetividade da imagem da velhice no Brasil. Tentar classificar o velho em uma única categoria é tarefa difícil. As representações que grupos tentam impor por sua autoridade no assunto se contrapõem às representações que fazem de si os próprios indivíduos.

Dar voz aos velhos, transformá-los em sujeitos do seu destino são palavras de ordem usadas pelos defensores de uma gerontologia crítica, empenhados em descrever a indústria da velhice - que a gerontologia hegemônica fortalece - e o caráter opressor dessa disciplina, cuja tarefa tem sido pôr em ação tecnologias de saber e poder, a partir das quais as populações são reguladas, classificadas, divididas e dominadas. (DEBERT, 2012, p.229).

De maneira geral há uma apropriação dos textos emanados das pesquisas dos gerontólogos pela mídia que não formula as hipóteses, apenas dá destaque ao assunto, pinçando o que acha que terá apelo junto aos leitores ou telespectadores; influenciando ou instigando a opinião pública e aumentando a visibilidade das questões propostas pelos especialistas. Questões que influenciam indiretamente os programas voltados aos idosos num movimento de representação, prática e apropriação, visto que são reproduzidas as ideias de velhice ativa e produtiva.

Sila Zugman Calderoni propôs uma interessante análise em sua dissertação de mestrado sobre a velhice dos mestres em gerontologia. O trabalho, apresentado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, partiu de entrevistas a doze profissionais gerontólogos de meia idade, titulados mestres na área. As perguntas básicas giraram em torno das vivências que o contato com os velhos lhes proporcionariam, e sobre a consciência de si, de sua própria velhice. O ponto a esclarecer seria o que ocorre com o gerontólogo diante de velhice do outro? "Tomam para si os conhecimentos adquiridos e a visão crítica que desenvolvem a partir de seu trabalho com idosos e de seus estudos das questões do envelhecimento e da velhice?" (CALDERONI, 2006, p.21).

As conclusões apontam que os profissionais acreditam que ocorrerão poucas mudanças em seu estilo de vida pois pretendem se manter ativos e já se preparam do ponto de vista econômico pagando um plano de previdência privada e separam a velhice da doença. No entanto, não se sentem confortáveis com as mudanças que estão ocorrendo em seus corpos. Uma preocupação geral é sobre a solidão que muitas vezes acomete os idosos, as dificuldades financeiras, a rigidez de personalidade, a dependência de médicos e familiares pela falta de saúde, o preconceito social e não ter controle sobre a própria vida.

Parte dessas preocupações advém do modelo de velhice constituído na infância que, segundo a autora, podem ter valoração positiva ou negativa de acordo com a vivência de cada um. Os entrevistados tendem a querer para si o modelo de velhice apregoado em seus estudos e discursos e, segundo Calderoni (2006, p.210), "parecem estar exigindo da velhice valores que nem sempre condizem com as possibilidades dos idosos e nem sempre podem ser característicos da velhice".

Apesar dessa constatação, a autora que, com a dissertação, se habilitava ao título de mestre na ciência gerontológica, acredita que as reflexões e ações oriundas do saber constituído pela teoria em interação com a prática contribuirão para uma nova forma de ver a velhice, sem preconceitos, com novos espaços e harmonia com a adversidade. Considera os gerontólogos agentes de transformação do outro, deles mesmos e da sociedade, sendo formadores e multiplicadores de opinião.

É importante ressaltar a força de um discurso, pois o assim dito tende, se repetido inúmeras vezes, a se impor como realidade não questionada. Agora felizmente, o discurso cotidiano não é mais uniformemente preconceituoso em relação à velhice e suas necessidades, a responsabilidade individual é relevante. No entanto, muito mais é a responsabilidade da comunidade formada por profissionais da área, pois podem com sua expertise, implementar ações estratégicas para melhorar a vida dos idosos.(CALDERONI, 2006, p.237)

Reforça assim a análise de Lenoir que entende que a força da Gerontologia como uma nova especialidade se dá nem tanto pelos fundamentos propriamente científicos e reconhecidos como tais pelo conjunto do campo científico, "mas à necessidade de uma nova crença coletiva que tem a ver com a transformação das relações entre as gerações e autonomização da velhice, resultante daí, incrementada por esses especialistas" (1996, p.92). Assim, o discurso da ONU após

a racionalização e justificação dos especialistas em relação a velhice, vai se tornando uma representação coletiva.

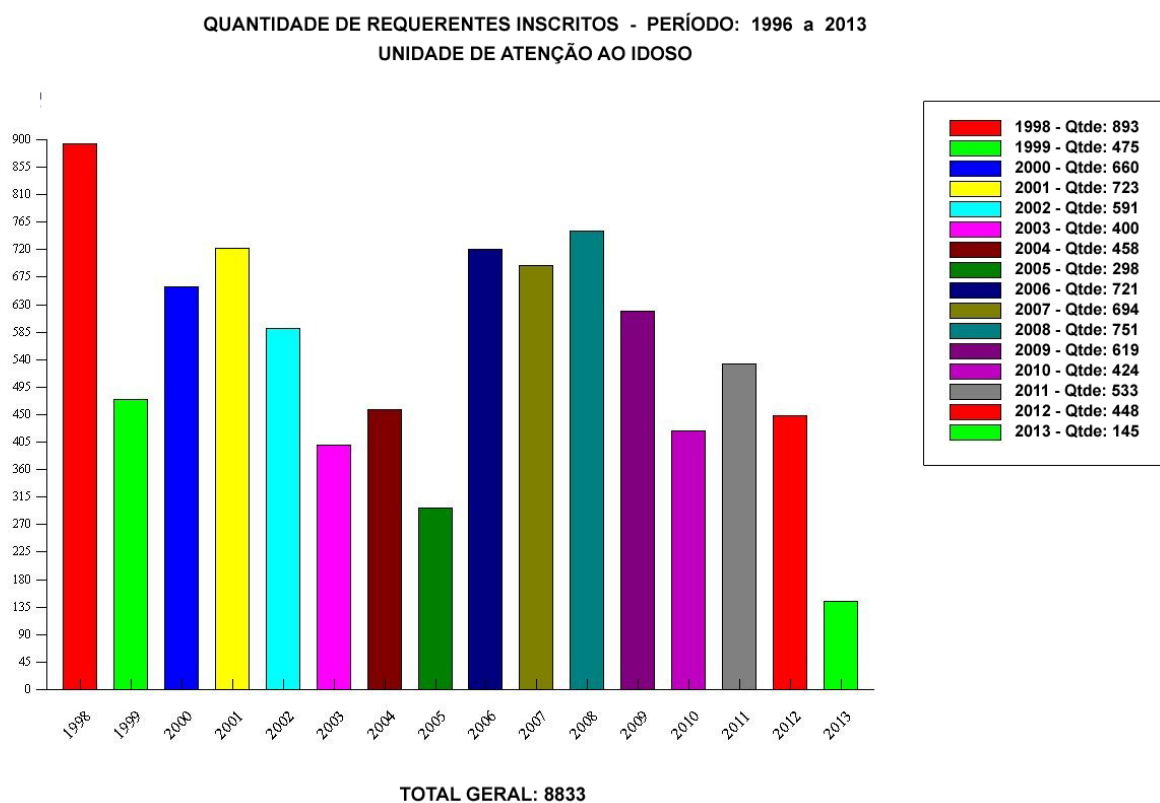
Com base nos estudos de Lenoir (1996), Souza (2007) e Capella (2007), constata-se que, para que um problema faça parte da agenda governamental, é necessário que esse problema chame a atenção dos formuladores de políticas, todavia, devido à quantidade de demandas apresentadas ao governo, somente algumas delas teria prioridade. Dessa forma, as Assembleias da ONU sobre o envelhecimento, os indicadores demográficos, tragédias como as mortes de idosos na Clínica Santa Genoveva no Rio de Janeiro⁹⁷ e o aumento da violência contra idosos em todo o Brasil, demonstraram a ineficiência governamental nessa área e colocaram a questão da velhice na pauta do governo.

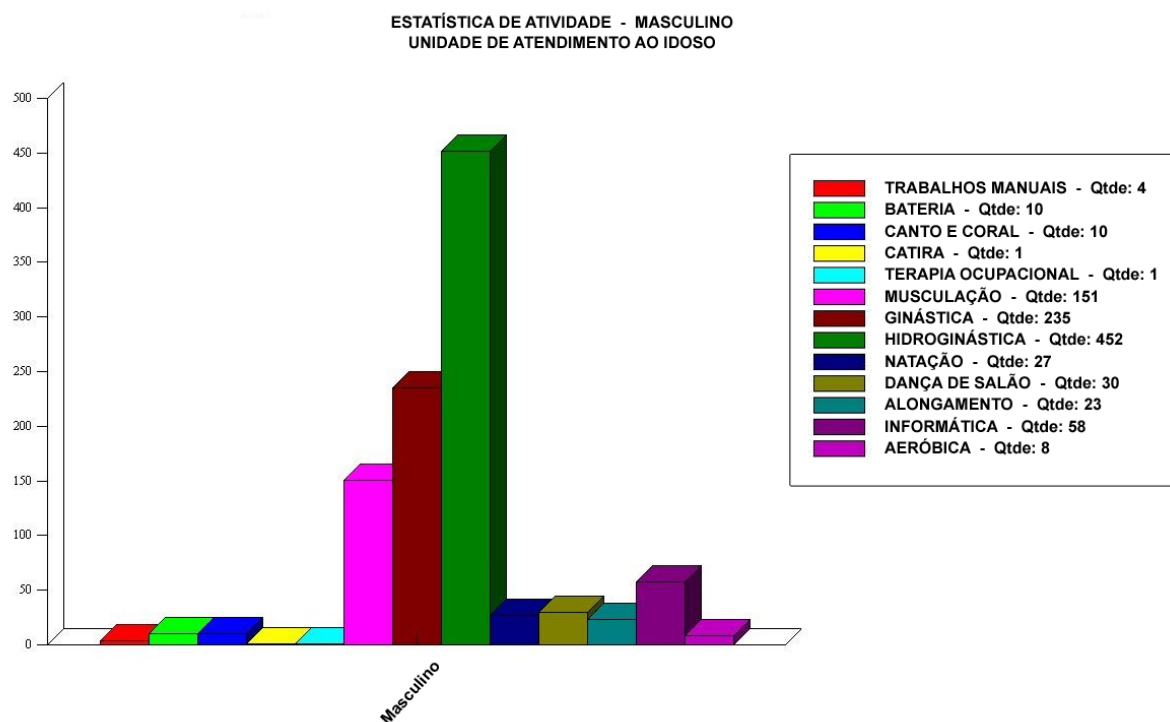
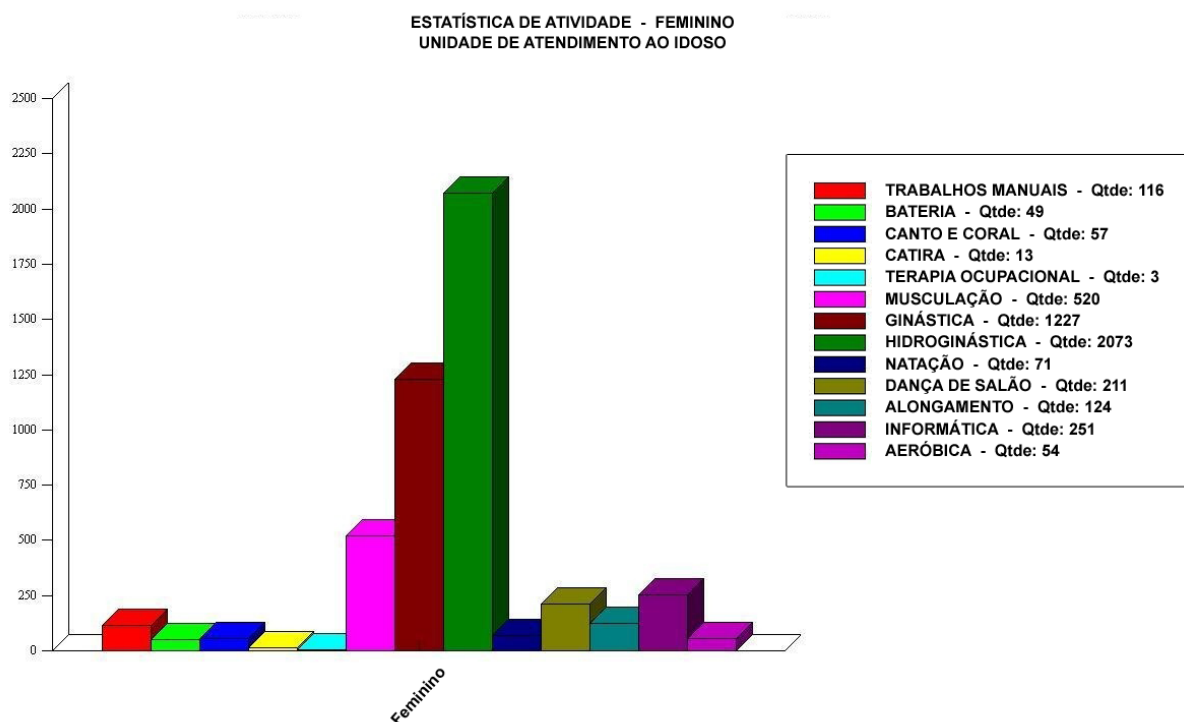
É de conhecimento geral que atos do governo refletem na sociedade, na política e na economia, desse modo vários agentes se colocam em ação para que os problemas sociais sejam solucionados gerando programas, projetos e ações que necessitam de constante avaliação e reavaliação (SOUZA, 2007, p.69/70). Os especialistas, em conjunto com acadêmicos, pesquisadores, parlamentares e assessores governamentais entre outros, geram alternativas para solução dos problemas, o que não quer dizer que todas são postas em prática, mas ampliam a consciência sobre o suposto problema. Considerando que os grupos que defendem determinadas ideias ao participarem de fóruns, debates, simpósios, buscam difundir suas crenças, expor seus argumentos, convencendo, sensibilizando os ouvintes para a sua proposta, pela persuasão (CAPELLA, 2007 p.92). Há então, uma multiplicação dessas ideias de forma que, com o passar do tempo, não se distingue de onde se originaram passando a fazer parte do pensar e agir da comunidade.

Faz parte do capítulo das ações governamentais na implementação da Política Nacional do Idoso, o estímulo à criação de incentivos e de alternativas de atendimento, como centros de convivência, centros de cuidados diurnos, casais, oficinas abrigadas de trabalho, atendimento domiciliares e outros. A Prefeitura de Uberaba-MG, por intermédio da Secretaria de Ação social criou a Unidade de Atenção ao Idoso (UAI), fundada em setembro de 1996, acreditando que a

⁹⁷ Na Clínica Santa Genoveva, no Rio de Janeiro, no período de janeiro a junho de 1996, faleceram 156 idosos, desses, 143 teriam morrido no mês de maio. Devido à revolta da população, que tomou conhecimento do fato pela imprensa, o Ministério da Saúde fechou a Clínica e seis diretores foram presos.

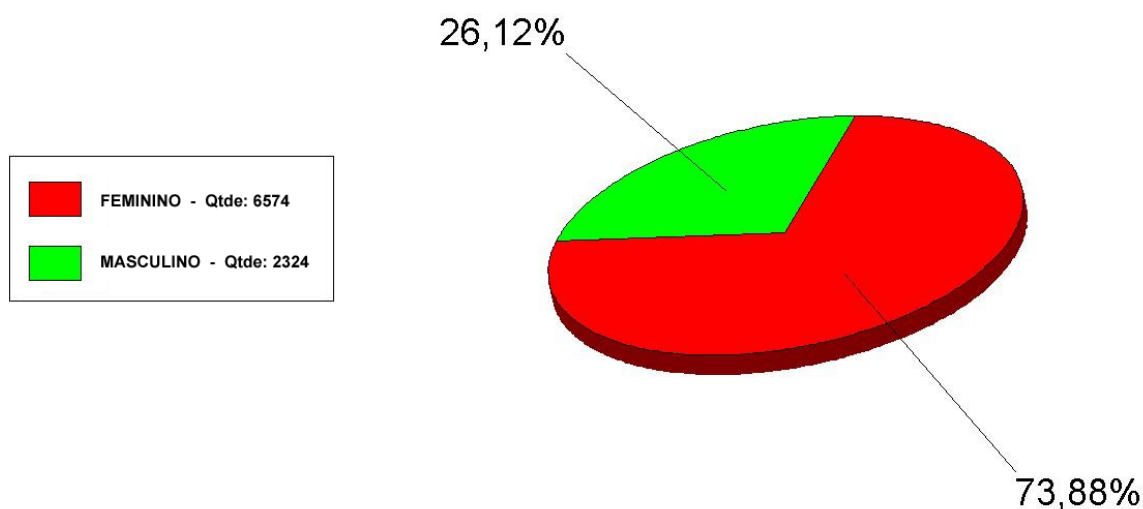
participação em programas de atividades físicas, de promoção à saúde, melhorariam a qualidade de vida, proporcionando independência e autonomia, além de manter sob controle as doenças crônicas. De 1996 a 2013 inscreveram-se na Unidade 8833 pessoas acima de 55 anos, demonstrando que a procura por atividades interessantes, tais como lazer, trabalhos manuais, atividades físicas (ginástica, hidroginástica, dança), cursos de instrumentos musicais e informática, não se restringe aos maiores de sessenta anos. Há demanda reprimida, e a solicitação que as atividades sejam abertas a pessoas acima de 50 anos e não somente 55 anos. Os gráficos demonstram a atividade na Unidade.



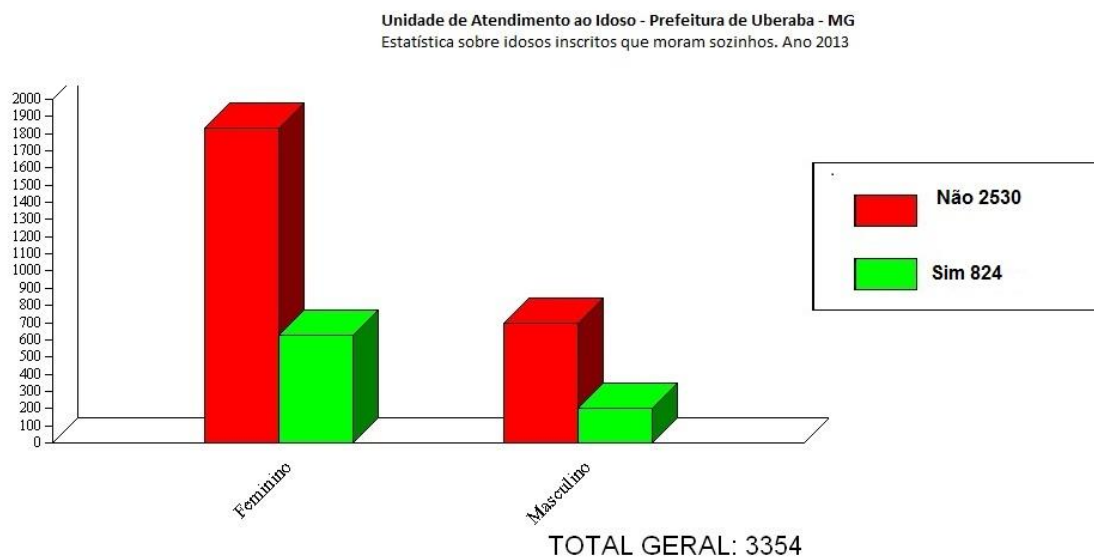


Tais dados permitem a reflexão sobre a feminização da velhice e torna visível que as mulheres usufruem mais das atividades extralarg disponíveis nesse tipo de programa. O gráfico abaixo demonstra que, na Unidade de Atenção ao Idoso, a presença feminina é majoritária e que os homens compõem somente um quarto dos participantes.

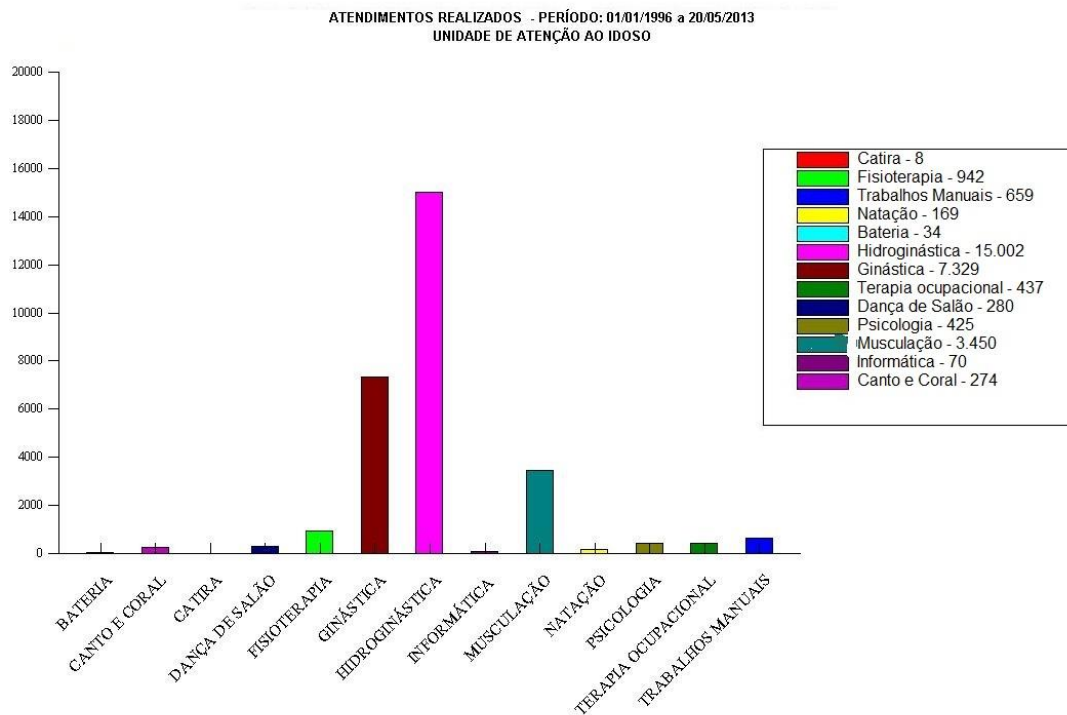
QUANTIDADE DE REQUERENTES POR SEXO
UNIDADE DE ATENÇÃO AO IDOSO



Das frequentadoras da UAI-Uberaba, 36% são casadas, 31% viúvas, 13% solteiras, 12% divorciadas, 4% separadas judicialmente, 3% têm união estável, e 1% declara como "outros" seu estado civil. Dos homens, 58% são casados, 12% viúvos, 11% divorciados, 9% solteiros, 5% separados judicialmente e 5% têm união estável. Tais informações demonstram que as mulheres permanecem viúvas em maior número do que os homens, que voltam a se casar. É possível perceber também que o número de mulheres sozinhas (60%) é maior do que o número de homens (37%), seja em virtude de viverem mais que os homens ou por terem optado em ficar sozinhas depois da viuvez ou da separação. Apesar de os números demonstrarem que, em termos de estado civil, as frequentadoras da Unidade de Atenção ao Idoso serem em maior número não casadas, elas não residem sozinhas, conforme demonstra o gráfico.



Os dados sobre o perfil do público participante indicam que as pessoas que frequentam a Unidade são funcionalmente independentes, possibilitando a participação em todas as atividades propostas.



A Unidade de Atenção ao Idoso de Uberaba está ligada à Seção de Apoio à Terceira Idade. O nome da Seção representa a definição socialmente construída da velhice, "terceira idade" é expressão usada para designar pessoas idosas sem a pecha do preconceito ao adjetivo "velho". De acordo com Debert:

A invenção da terceira idade é compreendida como fruto do processo crescente de socialização da gestão da velhice: durante muito tempo considerada como própria da esfera privada e familiar, uma questão de previdência individual ou de associações filantrópicas, ela se transformou em uma questão pública. (1996, p.1)

A terceira idade seria, na concepção dos promotores dos programas para esse segmento, um período em que é possível o exercício de atividades prazerosas sem as preocupações profissionais e familiares. Tais programas, reunindo um grupo de "velhos jovens", foram responsáveis por possibilitar que experiências de envelhecimento bem-sucedidas pudessem ser vividas coletivamente. Ainda segundo Debert

Nesses programas, o envelhecimento deixa de ser um processo contínuo de perdas; as experiências vividas e os saberes acumulados são ganhos que propiciariam aos mais velhos oportunidades de explorar novas identidades, realizar projetos abandonados em outras etapas da vida, estabelecer relações mais profícuas com o mundo dos mais jovens e dos mais velhos. (1996, p.2).

No entanto, a velhice não abriga somente experiências gratificantes, visto que com o passar dos anos, nem todos conseguem uma vida autônoma, sem dependência e de plena saúde. Vários são os graus de dificuldades por que passam as pessoas que tiveram suas vidas prolongadas, levando-se em conta a vida nas cidades, a violência urbana, o transporte público, as novas tecnologias, o urbanismo, os valores recebidos de aposentadoria, o atendimento médico-hospitalar precário tanto nos grandes centros, quanto no interior. Mas há, como afirma Debert

Uma interlocução intensa entre o discurso gerontológico, a mídia e os movimentos sociais organizados em torno da terceira idade que acabam por transformar a velhice em uma responsabilidade individual. [...] demandando de cada indivíduo, uma boa quantidade de "hedonismo calculado", encorajando a autovigilância da saúde corporal e da boa aparência. (1996, p.2/4):

Tamanha é a importância dada à questão do envelhecimento saudável que, em 2001, a Organização Mundial da Saúde (OMS) criou o Projeto "Saúde e envelhecimento: Um trabalho para discussão". Traduzido para o francês e espanhol, foi divulgado para que em oficinas realizadas no Brasil, Canadá, Países Baixos, Reino Unido e Espanha, fossem apresentadas críticas e sugestões de modo que o documento final fosse divulgado em janeiro de 2002 em Kobe, no Japão, com a presença de representantes de 21 países. Foi considerado como uma contribuição para a Segunda Assembleia das Nações Unidas sobre o Envelhecimento, realizada em abril de 2002 em Madri na Espanha.

A primeira edição traduzida para o português do documento foi publicada em 2005 com o título "Envelhecimento ativo: Uma política de saúde", como parte do Programa do Ministério da Saúde, denominado "Brasil Saudável". Na apresentação do documento, o Secretário de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde assim se pronunciou:

Até 2025, segundo a OMS, o Brasil será o sexto país do mundo em número de idosos. Ainda é grande a desinformação sobre a saúde do idoso e as particularidades e desafios do envelhecimento populacional para a saúde pública em nosso contexto social. Entre 1980 e 2000 a população com 60 anos ou mais cresceu 7,3 milhões, totalizando mais de 14,5 milhões em 2000. O aumento da expectativa média de vida também aumentou acentuadamente no país. Este aumento do número de anos de vida, no entanto, precisa ser acompanhado pela melhoria ou manutenção da saúde e qualidade de vida. (World Health Organization, 2005).

Novamente o discurso demográfico vem reforçar as preocupações com a área econômica, traduzindo-se em programa que visa a "melhoria ou manutenção da saúde e qualidade de vida", não somente pelo interesse com a vida, mas, principalmente para que essa vida não seja um peso nas relações intergeracionais, conforme nos dão a entender as palavras do Secretário:

Assim, como definido neste documento, acreditamos que a saúde deve ser vista a partir de uma perspectiva ampla, resultado de um trabalho intersetorial e transdisciplinar de promoção de modos de vida saudável em todas as idades. Cabe aos profissionais da saúde liderarem os desafios do envelhecimento saudável **para que os idosos sejam um recurso cada vez mais valioso para suas famílias, comunidades e para o país**, como afirmado na Declaração da OMS sobre Envelhecimento e Saúde, em Brasília, em 1996. (grifo meu) (World Health Organization, 2005). (Grifos meus)

O documento segue em sua introdução indicando que o envelhecimento da população levanta várias questões que considera fundamentais para os formuladores de políticas.

Como podemos ajudar pessoas a permanecerem independentes e ativas à medida que envelhecem? Como podemos encorajar a promoção da saúde e as políticas de prevenção, especialmente aquelas direcionadas aos mais velhos? **Um grande número de pessoas na Terceira Idade causará a falência de nossos sistemas de saúde e de previdência social?** Como podemos equilibrar o papel da família e o do Estado em termos de assistência àqueles que necessitam de cuidados à medida que envelhecem? Como podemos reconhecer e apoiar o papel importante que as pessoas mais velhas desempenham no cuidado aos outros? (grifos meus) (World Health Organization, 2005).(Grifos meus)

Tais preocupações nos remetem ao conto de Théó Drummond "Os velhos precisam morrer", já citado no capítulo um deste trabalho, principalmente em virtude dos trechos grifados acima e pelo motivo que o documento foi elaborado com vistas a dar subsídios a governantes em todos os níveis, entidades não-governamentais e o setor privado, e todos aqueles responsáveis pela formulação de políticas e programas ligados ao envelhecimento.

Em trinta de setembro de 2013 foi assinado o Decreto 8.114, que estabelece o Compromisso Nacional para o Envelhecimento Ativo, que será coordenado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) com a participação de 17 ministérios, além de Estados, Distrito Federal e Municípios para a valorização, promoção e defesa dos direitos das pessoas idosas. Estando prevista ainda a criação de um grupo de trabalho interministerial para monitorar e avaliar ações promovidas no âmbito do Compromisso Nacional para o Envelhecimento Ativo e promover a articulação de órgãos e entidades públicos envolvidos em sua implementação.

3.5 A necessidade de reafirmação

A segunda Assembleia Mundial das Nações Unidas ocorreu em 2002 na Espanha (Madri) e teve como objetivos para o século vinte e um, o desenvolvimento de uma política internacional para o envelhecimento. No discurso do Secretário

Geral das Nações Unidas, foi repetido o mantra do aumento demográfico, da necessidade de auxiliar os países em desenvolvimento a lidar com o aumento inesperado do número de idosos e redução de menores de 15 anos. Vários são os documentos que citam "o aumento inesperado do número de idosos", ou "o rápido envelhecimento em países em desenvolvimento". Somente para nossa subjetividade o envelhecimento é rápido, mas, para o mundo ele leva no mínimo sessenta anos. Não queremos acreditar, quando vemos no olhar do outro, que ele nos vê como velhos. O que ocorre não é o aumento inesperado do número de pessoas acima de sessenta anos, como citam alguns documentos e textos, as pessoas com mais de 60 anos não apareceram do nada. Nos últimos 50 anos do século vinte, segundo Elza Berquó (2001, p.29) a taxa de natalidade caiu de 6,1 filhos em 1960 para 2,2 em 1999, enquanto a mortalidade também caía de 14,3 em 1960 para 5,8 por mil habitantes em 1995. Modificando a taxa anual de crescimento da população no período 1960-70 de 3% ao ano para 1,3% no período de 1991 a 1996. Com a diminuição do número de nascimentos, modificou-se a pirâmide etária, levando os dirigentes governamentais ao sobressalto no sentido de que serão menos pessoas contribuindo e mais usufruindo. Destacamos alguns trechos do discurso:

- Passaram-se 20 anos desde que nossos antecessores se reuniram para aprovar o primeiro documento mundial que serviria de guia para as políticas sobre o envelhecimento.

[...] - Hoje temos razões fundamentais e imperiosas para voltar a refletir sobre a questão. O mundo está passando por uma transformação demográfica sem precedentes. Até 2050, o número de idosos aumentará em aproximadamente de 600 milhões a quase 2 bilhões. No decorrer dos próximos 50 anos haverá no mundo, pela primeira vez na História, mais pessoas acima de 60 anos que menores de 15.

- Talvez o mais importante é que o aumento do número de idosos será maior nos países em desenvolvimento. Está previsto que, nos próximos 50 anos, a população idosa do mundo em desenvolvimento será quadruplicada.

[...] Definitivamente, o envelhecimento já não é apenas um 'problema de primeiro mundo'. O que era de importância secundária no século XX tende a se converter em tema dominante no século XXI. (Kofi Annan - Assembleia Mundial da ONU 2002)

Entre as ações definidas para a aplicação do Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento-2002, foi prevista ação sustentada em todos os níveis para "atender às mudanças demográficas e mobilizar as capacidades e vigos dos

idosos" além da avaliação sistemática a fim de responder a novos desafios. Não foi desconsiderada a necessidade crítica e permanente de assistência internacional para ajudar países em desenvolvimento a aplicar políticas relativas ao envelhecimento. Foi considerado sobre as medidas apontadas no Plano Internacional, que:

Os governos têm a responsabilidade primordial de aplicar as recomendações gerais do Plano de Ação Internacional. Uma primeira medida necessária para que a aplicação do plano tenha êxito é incorporar o envelhecimento e os problemas dos idosos aos marcos nacionais de desenvolvimento e às estratégias nacionais de erradicação da pobreza.

Proceder-se-á simultaneamente à renovação dos programas, à mobilização de recursos financeiros e ao desenvolvimento de recursos humanos necessários. (ONU, 2002).

O governo brasileiro, desde a primeira Assembleia em 1982, vem editando leis, decretos e programas com o intuito de melhorar a condição de vida da pessoa idosa, conforme preconiza a ONU, no entanto, de forma fragmentada, pontual.

As recomendações para adoção de medidas constam de três orientações prioritárias: Orientação I: Pessoas Idosas e o Desenvolvimento, com oito temas. Orientação II: Promoção da Saúde e bem-estar na velhice, com seis temas. Orientação III: Criação de ambiente propício e favorável, com quatro temas.

Em 2003, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD editaram cinco mil exemplares do Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento. Nessa publicação, o então Ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, Nilmário Miranda, informa que: A Declaração Política e o Plano de Ação Mundial para o Envelhecimento constituem importante referencial para o direcionamento das ações da Secretaria Especial dos Direitos Humanos que, juntamente com a Subsecretaria de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos e o Conselho Nacional dos Direitos do Idoso têm promovido o combate à discriminação, à negligência, ao abuso e aos maus tratos à velhice. Não é o que se observa. As palavras de Elias (1994, p.76) nos ajudam a explicar:

A lente da atenção pode ser regulada num foco mais amplo ou mais restrito; pode concentrar-se naquilo que a vincula às outras, em suas relações com elas e sua dependência delas; e por fim pode enfocar as mudanças e estruturas específicas da rede de relações de que ela faz parte. [...] São sempre as mesmas pessoas observadas, mas um

ajuste da lente mostra-as como indivíduos, enquanto uma abertura maior ou menor, mostra-as como unidades sociais - famílias, nações, ou talvez empresas, associações profissionais e classes sociais.

O Ministro informa que as Secretarias e o Conselho têm promovido o combate à discriminação, à negligência, ao abuso e aos maus tratos à velhice. Se regularmos a lente num foco mais amplo, veremos que a legislação ao longo do tempo criada ou modificada, realmente vem mudando a estrutura em relação a tais temas, criando punições inclusive. No entanto, se ajustarmos a lente de modo mais restrito, veremos que as mudanças na lei não têm mudado a vida dos indivíduos de modo geral. Não se mudam preconceitos e relações por intermédio de leis. É preciso dar segmento ao proposto na legislação, investir em educação, atenção, aparelhamento da burocracia. O relatório do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso, gestão 2010-2012, demonstra que:

Até aqui as políticas têm sido pensadas muitas vezes como se as populações envelhecessem de forma homogênea, igual, o que não é verdade. Para que as políticas públicas sejam efetivas, elas devem considerar esse cenário sociocultural de modo a contemplar as demandas e peculiaridades de cada realidade, pois, envelhecer na Região Amazônica é muito diferente de envelhecer na periferia de uma cidade grande do Sudeste, em uma tribo no Pantanal, no sertão nordestino ou nos Pampas gaúchos.

Além disso, é preciso tocar o dedo na ferida e reconhecer que a discriminação, a desvalorização da pessoa idosa e sua exclusão social estão sendo tacitamente toleradas pela sociedade e pelo Estado brasileiros. A violência contra a pessoa idosa, tanto no espaço doméstico quanto institucional e aquela produzida pela ação ou falta de ação do próprio Estado estão, de certo modo, banalizadas, em um país que se recusa a envelhecer e para o qual ser velho é ser decadente, doente, sem valor. (RELATÓRIO CNDI, 2010-2012, p.12)

O documento aponta ainda que, apesar de ser necessário um redimensionamento de todas as políticas do país em relação à velhice, os governos não têm considerado o assunto como elemento estruturante do planejamento, desse modo ficando fora do orçamento. A explicação que se apresenta para isso é de que os recursos estariam diluídos nas pastas visto que o tema não possui rubricas específicas. Tal afirmativa leva ao entendimento de que "é possível que as pastas não realizem ações específicas para este segmento e, neste caso, descumprem a Lei nº 8.842/1994 e o Estatuto do Idoso". (RELATÓRIO CNDI, 2010-2012)

Isso demonstra, segundo o Relatório, que mesmo melhorando seus indicadores sociais, o envelhecimento da população não aparece nos discursos de um projeto para o desenvolvimento sustentável brasileiro. Ao contrário, "a questão do envelhecimento quase sempre aparece distorcida e restrita a uma visão apocalíptica do futuro das políticas de Seguridade Social que coloca a pessoa idosa como a vilã da história" (RELATÓRIO CNDI, 2010-2012, p12).

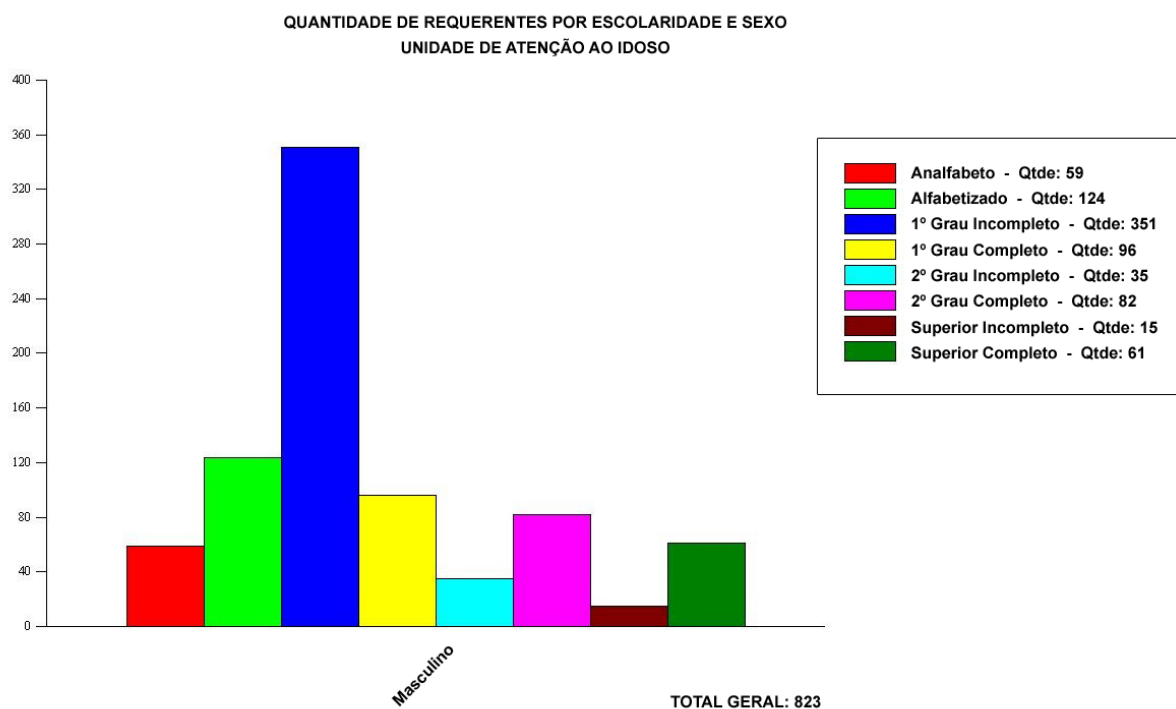
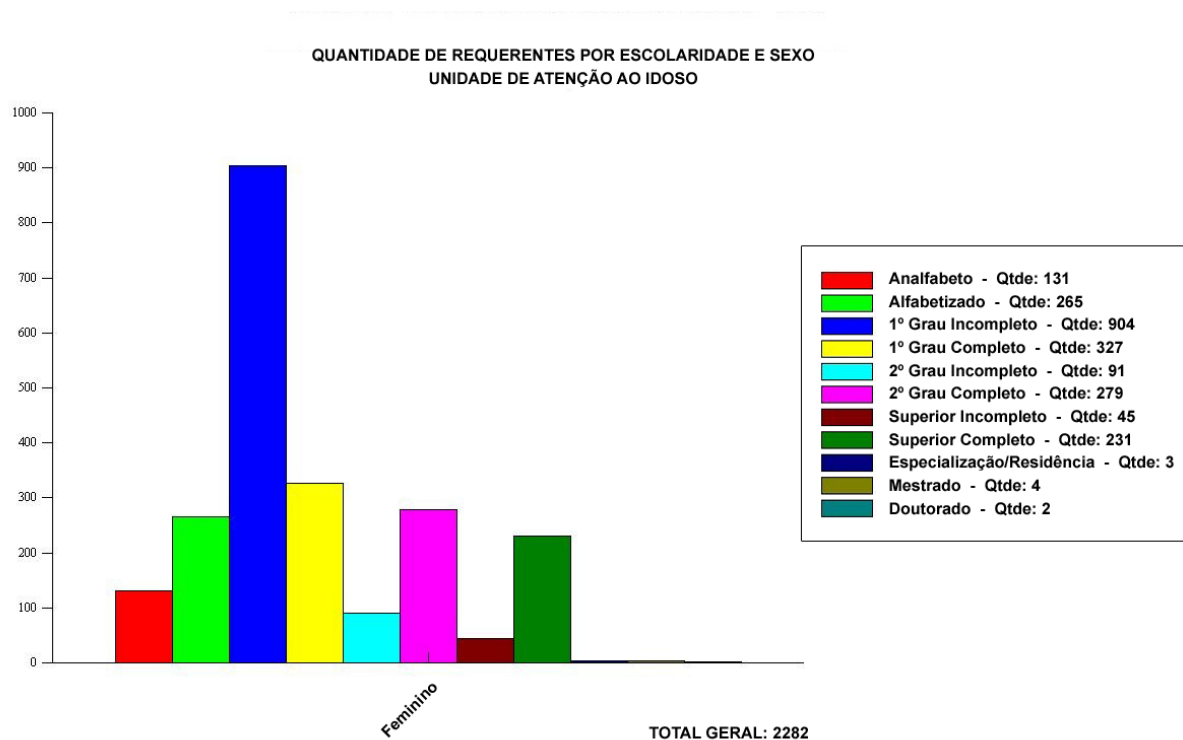
Merece destaque o reconhecimento de que:

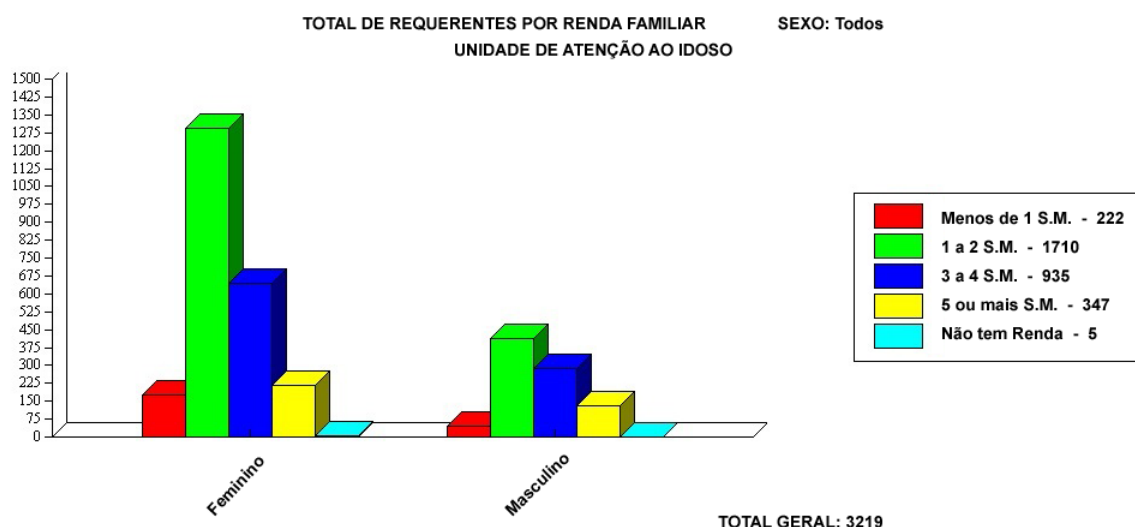
O envolvimento dos cidadãos mais velhos na defesa de seus direitos ainda é incipiente. Provavelmente, em razão do pouco acesso a informações pela geração atual de idosos, por terem sido muito prejudicados ao longo da vida pela falta de oportunidades educacionais e pela pouca chance de exercício dos direitos de cidadania e de controle social durante o período da ditadura. (RELATÓRIO CNDI, 2010-2012, p12)

Alberto Carlos Almeida, no livro "A cabeça do brasileiro"⁹⁸ informa, após ampla pesquisa, que os brasileiros acreditam que o Estado deve predominar em vários segmentos. Quanto mais dependentes de iniciativas governamentais, os brasileiros pobres e menos escolarizados acreditam que cabe ao Estado intervir mais na economia e na vida dos indivíduos, como um "grande pai protetor", demonstrando um sentimento de incapacidade e impotência. De acordo com a pesquisa, o autor analisa que, "sistematicamente mais favoráveis à ação econômica governamental, os pobres também se associam menos para defender seus próprios interesses e acabam achando que esse papel cabe ao governo, por meio de sua ação econômica". O que justificaria a constatação do Conselho em relação à participação dos idosos atuais na defesa de seus direitos, visto que boa parte deles tem dificuldades econômicas e pouca escolaridade. Os participantes da Unidade de Atenção ao Idoso de Uberaba são uma amostra da questão econômica e de

⁹⁸ Foi escrito a partir da Pesquisa Social Brasileira que entrevistou 2.363 pessoas entre 18 de julho e 5 de outubro de 2002 em 102 municípios, buscando entender os valores que são os alicerces das crenças sociais. O banco de dados da pesquisa encontra-se depositado na USP no Consórcio de Informações Sociais. Disponível em: <www.nadd.prp.usp.br/cis>.

escolaridade.





Nos anos 1990, houve um aumento da representatividade por meio das Organizações não-governamentais, destituindo de certa forma os movimentos sociais oriundos da população de baixa renda. Se as ONGs são parceiras dos governos e se há um conformismo, uma crença no papel do governo como ordenador da vida, torna-se possível entender a pouca participação desses idosos nas decisões sobre as questões que afetam suas vidas.

3.6 Estatuto do Idoso: A síntese dos direitos

Com marcações de tempo, datas, tentamos nos orientar no turbilhão da vida, fazer referências, elaborar memórias. Neste ano (2014), completam-se vinte anos da Lei 8.842/94 e dez anos que o Estatuto do Idoso (Lei 10.741) entrou em vigor⁹⁹. Entre a Lei da Política Nacional do Idoso e o Estatuto passaram-se dez anos e algumas leis e decretos foram publicados. O estatuto deveria ser o documento balizador para os idosos e a sociedade em geral, que traria em seu texto todos os ganhos até a data e atos que deveriam se efetivar¹⁰⁰. A necessidade do Estatuto se fazia presente em virtude, principalmente, do desconhecimento das leis por parte

⁹⁹ A Lei foi promulgada em 2003, mas só entrou em vigor em 2004.

¹⁰⁰ De acordo com a pesquisa Idosos do Brasil da Fundação Perseu Abramo (2006, p.247), 19% dos entrevistados nunca ouviram falar do Estatuto do Idoso e, dos 80% que tinham conhecimento, 67% só ouviram falar e 13% de fato conheciam o documento.

dos idosos e da sociedade em geral e, como é constatável, o desconhecimento leva ao não cumprimento.

Destacaram-se no movimento para estudo e aprovação do texto: Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas, Movimento dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas, Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia, Associação Nacional de Gerontologia, Conselhos de Defesa dos Direitos dos Idosos, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), CNBB (Pastoral Nacional e de Estados) e Ministério Público, entre outros.

O projeto de lei passou sete anos tramitando e sendo discutido para finalmente ser aprovado e vigorar. O primeiro projeto de nº 3561 foi apresentado em 1997 e um segundo projeto foi apresentado em 1999, sendo anexado ao primeiro para tramitação. Depois de tanto tempo em discussão, 2003 era um ano especial, pois o idoso seria o tema da Campanha da Fraternidade da Igreja Católica e estava em cartaz uma novela da Rede Globo de Televisão¹⁰¹ que abordava o tema da violência e abandono do idoso. De tal modo que os atores que representavam o casal de idosos na novela foram convidados para o lançamento do Estatuto e citados junto com o autor da novela pelo Presidente da República em seu discurso no Palácio do Planalto em primeiro de outubro de dois mil e três na cerimônia em comemoração ao Dia Internacional do Idoso¹⁰²:

[...] Meu companheiro que não está presente aqui, mas, certamente espiritualmente está, Manoel Carlos autor da novela. Minha querida Carmem e meu querido Leopoldo. Vou chamá-los com os nomes com que todo Brasil conhece vocês. [...] Quando eu vejo a novela e vejo aquela netinha da Carmem e do Leopoldo falar com ela do jeito que fala, em casa, a gente tem vontade de dar umas palmadas nela [...] (BRASIL, 2003, p.1 e 4)

No discurso do Presidente da República, confirma-se que "para que uma determinada circunstância ou evento se transforme em problema, é preciso que as pessoas se convençam de que algo precisa ser feito" (SOUZA, 2007 p.76). O

¹⁰¹ Mulheres Apaixonadas, novela com 203 capítulos, escrita por Manoel Carlos, exibida de 17fev2003 a 10out2003. Direção Geral, Ricardo Waddington.

¹⁰² Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/pdfs-2003/2o-semester/01-10-2003-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-em-comemoracao-ao-dia-internacional-do-idoso/view>>. Acesso em: 29 dez. 2013

problema da violência contra o idoso já estava posto há tempos, entretanto, antes do estatuto, as punições não eram específicas. É fato que a lei por si só não garante a extinção do que Minayo (1994, p.8) define como violência estrutural, "que seria aquela que se aplica tanto às estruturas organizadas e institucionalizadas da família como aos sistemas econômicos, culturais e políticos". Com raízes na sociedade, tais comportamentos conduziriam à "opressão de grupos, classes, nações e indivíduos, aos quais são negadas conquistas da sociedade, tornando-os mais vulneráveis que outros ao sofrimento e à morte". Exemplifica o que apurou a pesquisa da Fundação Perseu Abramo "Idosos no Brasil" (2006, p.252) que das pessoas pesquisadas 35% sofreram violências tais como: serem ofendidos, ironizados, humilhados, ficarem sem remédios, tratamento médico, ameaças aterrorizantes e violências físicas com lesão corporal. No Artigo 3º do Estatuto consta em seu parágrafo único a garantia de prioridade no atendimento preferencial imediato e individualizado junto aos órgãos públicos e privados prestadores de serviços à população, os bancos cumprem a determinação disponibilizando caixas específicos para idosos, no entanto, em muitos deles são as filas que mais demoram o atendimento. As conquistas no tocante às leis são realidade, os progressos em relação à alteridade, a imaginar o que sentiríamos se estivéssemos no lugar do outro ainda não se efetivaram.

A importância do Estatuto se dá principalmente em função das garantias de direitos e previsão de punições, porém, alguns de seus artigos - e da Lei da Política Nacional do Idoso - ainda não foram colocados em prática, outros foram colocados em prática parcialmente, ou não apresentaram nenhum benefício para o idoso, como o capítulo VII da Previdência Social, que apenas transcreveu o que já era instituído em lei. Ou seja, os aposentados continuam tendo seu poder aquisitivo reduzido em virtude dos reajustes que não mantêm o benefício no mesmo patamar em que foram concedidos. Empurrando-os para a necessidade de ter que procurar adaptar-se aos supostos benefícios de redução de tarifas, remédios da farmácia popular, e transporte coletivo gratuito, entre outros. O que parece um benefício, na verdade é um paliativo.

O Estatuto está estruturado principalmente em função do idoso doente, dependente econômica e psicologicamente, facilmente constatado pela leitura do capítulo III relativo aos alimentos, Capítulo IV relativo à saúde, Capítulo VIII da

Assistência Social, Capítulo IX da Habitação, Capítulo X do Transporte, e os capítulos do Título IV da Política de Atendimento ao Idoso. Se ele é um documento de proteção, é compreensível que isso se dê, mas fosse a política previdenciária mais justa, não teríamos tantos idosos dependentes de políticas públicas.

Outro capítulo que não se efetivou foi o referente à educação, cultura, esporte e lazer, no qual verifica-se que, dos seus seis artigos, somente o Artigo 23 que trata da participação dos idosos em atividades culturais e de lazer mediante descontos de pelo menos 50% nos ingressos para eventos artísticos, culturais, esportivos e de lazer, foi efetivado.

O Artigo 25 dá a saber que o Poder Público apoiará a criação de universidade aberta para as pessoas idosas e incentivará a publicação de livros e periódicos, de conteúdo e padrão editorial adequados ao idoso, que facilitem a leitura, considerada a natural redução da capacidade visual. No entanto, as ações no sentido de instituir a Universidade Aberta à Terceira Idade se deram por iniciativa dos profissionais especialistas em velhice, sem o apoio do Poder Público. De acordo com Neri (2008, p.210), atualmente são cerca de duzentos programas de extensão localizados em dezoito estados brasileiros, mas principalmente em São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Rio de Janeiro e Bahia.

Em Uberaba-MG, funciona a Universidade Aberta à Terceira Idade (UATI) da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, que teve início em 2009, por iniciativa da direção do curso de Fisioterapia. É destinada para pessoas com idade igual ou superior a 55 anos, alfabetizados, que se comprometam com as atividades propostas e tenham no mínimo 75% de presença. O projeto visa, de acordo com sua Coordenadora, proporcionar os meios necessários ao exercício da cidadania plena, buscando garantir às pessoas que atingiram a maturidade, o usufruto de seus direitos à saúde, à cultura, ao lazer e a uma melhor qualidade de vida.

Contou, no ano de 2013, com quarenta e três inscritos e funciona no Centro educacional da Universidade, com 2 salas para aula e uma sala para a secretaria. Os alunos e professores dos cursos de Serviço Social, Psicologia, Educação Física, Enfermagem, Terapia Ocupacional, Geografia, Nutrição, Letras, História e Matemática desenvolvem atividades/oficinas durante 4 encontros de 2h30min por turma (duas turmas por ano), uma vez por semana (quintas-feiras, das 13h03 às

17h30). Os inscritos assistem aulas, desenvolvem trabalhos e participam de aulas práticas com um momento de livre expressão de potencialidades.

Originária da França, a Universidade Aberta se desenvolveu também nos Estados Unidos e Inglaterra e logo se disseminou em vários países da Europa, Ásia, Américas e Oceania, sendo que cada localidade adaptou o programa de acordo com sua cultura. No Brasil, em algumas Universidades, há uma ênfase maior ao programa, como a UNATI que funciona na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), que oferece aproximadamente três mil vagas para 120 cursos/atividades. De acordo com seu diretor Renato Veras¹⁰³ (2012):

Nós percebemos a importância de um cuidado integral ao idoso, observando sua saúde e também com o objetivo de integrá-los em atividades lúdicas e sociais. Além disso, temos o objetivo de qualificar e formar profissionais para lidar com o idoso, com cursos de especialização, mestrado e doutorado.

O programa da Universidade Aberta à Terceira Idade da USP completou 20 anos e funciona em sete cidades de São Paulo. O sucesso da Universidade Aberta talvez esteja vinculado à quantidade de idosos nos estados, visto que, de acordo com a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD) de 2011, o Rio de Janeiro é a unidade da federação em que o número de maiores de 60 anos é mais expressivo em relação à população total – os idosos representam 14,9% dos residentes. No Rio Grande do Sul e em São Paulo, representam 14,7% e 12,9%, respectivamente, do total de residentes.

O Estatuto do Idoso por si não é garantia de direitos assegurados, nem a prova de que a sociedade incorporou a velhice como uma etapa natural da vida, assim não fosse, não haveria necessidade de punição para crimes e delitos, e todo o ali instituído já estaria em vigor.

¹⁰³ Disponível em <http://www.uff.br/uninclusao/?p=808> Acesso em 07dez2013

3.7 Reafirmando as propostas

A partir da II Assembleia Mundial do Envelhecimento em Madri (2002) ocorreram ações para a implantação do Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento. Dentre essas ações, constava a avaliação da execução do plano, o que foi realizado por intermédio das Conferências Regionais Intergovernamentais sobre Envelhecimento na América Latina e no Caribe ocorridas, a primeira em Santiago do Chile (2003), a segunda em Brasília (2007), que resultou na assinatura pelos governos da Declaração de Brasília na qual os representantes dos países reunidos se comprometem a conseguir uma sociedade para todas as idades com proteção social baseada em direitos e repetiram todas as recomendações da ONU, na forma de autodeterminação para cumpri-las. Em 2012, ocorreu a terceira Conferência Regional Intergovernamental sobre Envelhecimento na América Latina e no Caribe em São José da Costa Rica e entre as deliberações que não se configuraram diferentes das conferências anteriores, destaco:

Reconhecendo que, apesar dos esforços realizados por vários países da região para incorporar maior solidariedade aos sistemas de proteção social e ampliar a proteção dos direitos humanos das pessoas idosas, as limitações e exclusões persistem, o que afeta a qualidade e a dignidade da vida de tais pessoas;

Reafirmamos o compromisso expresso na Declaração de Brasília de não medir esforços para promover e proteger os direitos humanos e as liberdades fundamentais de todas as pessoas idosas, de trabalhar na erradicação de todas as formas de discriminação e violência e criar redes de proteção das pessoas idosas para tornar efetivos os seus direitos;

Decidimos melhorar os sistemas de proteção social para que respondam efetivamente às necessidades dos idosos. (SAN JOSE, 2012).

As diversas leis brasileiras que resultaram das proposições advindas das Assembleias da ONU, bem como os comprometimentos efetuados nas conferências e não cumpridos, fazem parte do que Georges Balandier (1982, p 5) denomina como "teatrocracia" Os poderes precisam dos efeitos que se comparam ao teatro. Encena-se. O problema social carece de uma solução impossível de ser efetivada naquele momento, daí a ambiguidade na fala, o que importa é a maneira de dizer. O discurso é grandiloquente, dramático, polissêmico, possibilita várias interpretações por diferentes plateias, reconhece a dificuldade, promete resolver. Segundo

Balandier (1982) o ator político comanda o real através do imaginário. O ator social carente de direitos e de atenção crê nas palavras do político.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

"A fina película do escrito se torna um remover de camadas, um jogo de espaços. Um mundo diferente, (o do leitor) se introduz no lugar do autor" (Michel de Certeau, 1994, p.49)

Ao final deste trabalho, a conclusão é de que pouco foi falado sobre o tema. Walter Benjamin, ao escrever sobre a obra de Proust, conta que ele deixava seus tipógrafos em desespero, pois as provas de seus livros que eram encaminhadas para revisão, voltavam com todos os espaços disponíveis preenchidos. Não com as correções, mas com material novo! Benjamin, então reflete que: "um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo que veio antes e depois" (1994, p.37). Esse é o sentimento que toma conta de quem escreve, ao reler seu texto.

Simone de Beauvoir em seu livro, "A velhice", aponta que "ao decidir sobre o destino do velho, o adulto decide seu próprio futuro" (1990, p.56). O Brasil que durante muito tempo usou o slogan de um "país jovem", hoje está às voltas com o envelhecimento desses que lutaram para construir um país moderno. Jovens e velhos precisam estar em campos opostos? Como disseram Antunes e Cavalcanti (1992) "Antes de mim vieram os velhos / Os jovens vieram depois de mim / E estamos todos aqui / No meio do caminho dessa vida / Vinda antes de nós". Vimos que ninguém quer ser velho. Ao olhar-se no espelho, quem vê? As vivências da criança, o jovem, o adulto que estão dentro de si. O idoso não vê a imagem que lhe atribuem, ele se vê de outra forma. Daí a resistência à velhice apresentada no capítulo um, e que marca toda uma geração.

Talvez seja cultural, que boa parte dos brasileiros não pense no futuro, não se previna. Afinal, éramos um país de jovens, lutando pelo desenvolvimento, pelo crescimento, pelo ideal de uma vida boa. Não pensamos numa velhice tranquila. Desse modo, os governantes entenderam ser viável a utilização dos recursos previdenciários, que ao final não retornaram à sua origem e foram esgotados num ralo financeiro. Poucos foram os que perceberam as manobras equivocadas que colocaram em risco o futuro de milhões. Os políticos, no entanto, continuaram com o

que Balandier (1982, p.5) chamou de "teatrocracia", usando dos efeitos que se comparam ao teatro. Encena-se. Há a ambiguidade na fala, o que importa é a maneira de dizer. O discurso é grandiloquente, dramático, polissêmico, de modo a convencer que seus planos, reformas serão a panaceia para resolver todos os problemas. Entretanto, a única via que encontram é a destituição de direitos, nunca o reconhecimento da culpa e a busca de soluções viáveis a longo prazo. Buscam, outrossim, fornecer remédios subsidiados, o desconto no cinema, na condução, os empréstimos consignados, como se fossem grandes benfeitores da população acima dos sessenta anos. Mas, nem todos os remédios receitados fazem parte da lista da farmácia popular, na maioria dos municípios brasileiros não há cinema, sequer teatro. O ônibus é de graça, mas os motoristas não param no ponto. Os empréstimos consignados, são motivo de fraudes, de grande endividamento e insegurança, além de serem causa de violência doméstica.

A velhice toma forma de problema social no Brasil, não só pela atenção dada por organismos internacionais que têm a ONU como principal promotora, mas, principalmente pela fragilidade em que se encontra boa parte dos idosos no país. São carentes de recursos, sem acesso a informação, a atenção à saúde ofertada é precaríssima, resultando numa situação de exclusão. É de se destacar porém, que os idosos estão ausentes das ações que visam o restaurar de seus direitos. Quem os representa? Profissionais da velhice, que atuam em campos do lazer, das instituições de abrigo, gerontólogos, assistentes sociais que articulam o que acham ser as prioridades dos idosos, que divulgam na mídia a imagem do idoso sadio, alegre, positivo, atuante. Imagem que não condiz com a realidade da maioria e que de uma certa forma camufla as reais prioridades.

Aponto como principal ponto a ser considerado, não a edição de mais leis. Mas a questão da educação constante, tanto para os velhos, quanto para os jovens. O desenvolvimento da criticidade, da consciência política, de modo a que haja entendimento dos processos políticos vinculados a direitos, e não glorificação de atos simplesmente, como da forma como se deram com as ações do governo Vargas, ou dos artigos constitucionais voltados para o social. Na escola abordam-se os temas transversais, das minorias, do meio ambiente, mas não se fala da velhice, que assim como o meio ambiente, é destino de todos. É preciso preparar para a

vida, para o reconhecimento do outro, para a cidadania e para o direito de reivindicar. Quem se organiza, avança.

Velhice

é um modo de sentir frio que me assalta
 e uma certa acidez.
 O modo de um cachorro enrodilhar-se
 quando a casa se apaga e as pessoas se deitam.
 Divido o dia em três partes:
 a primeira pra olhar retratos,
 a segunda pra olhar espelhos,
 a última e maior delas, pra chorar.
 Eu, que fui louca e lírica,
 não estou pictural.
 Peço a Deus,
 em socorro da minha fraqueza,
 abrevie esses dias e me conceda um rosto
 de velha mãe cansada, de avó boa,
 não me importo. Aspiro mesmo
 com impaciência e dor.
 Porque sempre há quem diga
 no meio da minha alegria:
 "põe o agasalho"
 "tens coragem?"
 "por que não vais de óculos?"
 Mesmo rosa sequíssima e seu perfume de pó,
 quero o que desse modo é doce,
 o que de mim diga: assim é.
 Pra eu parar de temer e posar pra um retrato,
 ganhar uma poesia em pergaminho.

(Adélia Prado, Bagagem, Ed. Record, 1976)

FONTES:

1 - PERIÓDICOS

1.1 - Jornais

Folha de S. Paulo

BERGAMO, Mônica. **A caminho do mar**. Folha de São Paulo, São Paulo, Domingo, 09 jun. 2012. Ilustrada Caderno E: E2.

_____. **No túnel com Regina**. Folha de São Paulo, São Paulo, domingo, 04 nov. 2012. Ilustrada Caderno: E2.

FOLHA DE S. PAULO. **Ministro japonês diz que idosos devem se apressar e morrer** Caderno A, p.14, seção Mundo. 23 jan. 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2013/01/1218642-ministro-japones-diz-que-idosos-devem-se-apressar-e-morrer.shtml>>

FOLHA DE S. PAULO. **Último Ato**. Caderno Ilustrada - 29jan2013.

FOLHA DE S.PAULO - **Previdência já unificada**. 19nov1966, p1

FOLHA DE S. PAULO- **Castelo decreta unificação dos Institutos de Previdência**. 19nov1966, p7

LUCENA, Patrícia. **Experiência abre oportunidade para pessoas mais velhas**. iG São Paulo. 21/02/2011. Acesso em 27 dez 2013. Disponível em: <<http://economia.ig.com.br/carreiras/experiencia-abre-oportunidade-para-pessoas-mais-velhas>> . Acesso em 27 dez 2013.

SILVA, FERNANDO. **Sem medo de envelhecer**. Folha de S. Paulo. São Paulo. Caderno Especial + 50, 24 jan. 2012

SOARES, Pedro. **Emprego para mais velhos é o que mais cresce no país**. Caderno Mercado, Folha de S. Paulo, 9 fev.2014.

Jornal Última Hora

JORNAL ÚLTIMA HORA. **Castello cria o caos na Previdência social**. JORNAL ÚLTIMA HORA, Rio de Janeiro, 21nov1966 - Caderno 1, página 3.

O Globo

VIEIRA, Lázaro. **O agora é a gente que faz**. O Globo. Educação. Rio de Janeiro, 30 ago. 2013. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/educacao/o-agora-a-gente-que-faz-diz-estagiario-de-67-anos-9750642>>. Acesso em: 31 ago.2013.

Jornal do Brasil

Castello decreta a unificação dos IAPs sem alterar regime de contribuições. - 19 de novembro de 1966 - 1º Caderno, p.11

Bem aceita a unificação da Previdência . (Jornal do Brasil, 21nov1966, 1º caderno, p.14)

1.2 - REVISTAS

Claudia

NEGREIROS, Adriana. **Fernanda Montenegro: Sábia dama do palco**. Revista Cláudia, no. 12, ano 51, p.165, dez. 2012.

Época

OSHIMA, Flávia Yuri; TELLES, Margarida, SPINACÉ, Natália. **O segredo dos centenários** - Revista Época - Ed. Globo, nº 755 - 5 nov.2012.

GREEN, Jesse. **A vida começa aos 50** - Revista Época- São Paulo: Ed Globo, nº 756 - 12 nov.2012.

1.3 - NOTÍCIAS INTERNET

Agência Saúde e <<http://sistemas.aids.gov.br/feminizacao/index.php?q=dados-sobre-eminiza%C3%A7%C3%A3o-da-epidemia-de-aids-e-outras-dst#40>>

BERTOLOTO, Rodrigo. **Motorista de 103 anos encara rodovia Anhanguera e vai sozinha ao supermercado**. UOL. Notícias. Cotidiano. São Paulo, 17 jul. 2013. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/07/17/motorista-de-103-anos-encara-rodovia-anhanguera-e-vai-sozinha-para-supermercado.htm>>. Acesso em: 17 jul. 2013.

Contratar profissionais com mais de 40 anos é uma tendência. **Portal Carreira & Sucesso**. Matéria publicada em 16 set.2009. Disponível em: <<http://www.catho.com.br/carreira-sucesso/noticias/tendencias/contratar-profissionais-com-mais-de-40-anos-e-uma-tendencia>>. Acesso em 27 dez.2013.

VELOSO, Caetano. **Aos 70, eu me imaginava um velhinho, muito pior que estou hoje**. Glamurama/UOL: 07 ago. 2012. Disponível em: <<http://glamurama.uol.com.br/caetano-veloso-ganha-selinho-de-preta-gil-no-aniversario-de-70-anos/>>. Acesso em: 15 ago. 2012.

2 - LITERATURA

DRUMMOND, Carlos. **Corpo: novos poemas**. Rio de Janeiro: Record, 1984.

DRUMMOND, Théo. **Os velhos precisam morrer**. Rio de Janeiro: Editoração, 2003.

EDMUNDO, Luiz. **O Rio de Janeiro do meu tempo**. Brasília Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.

MÁRQUEZ, Gabriel Garcia. **O amor nos tempos do cólera**. Tradução Antonio Callado. 37ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

MORAES, Vinicius de. **Poesia completa e prosa**. Editora Nova Aguilar: Rio de Janeiro, 1998.

QUINTANA, Mário. **Melhores poemas**. São Paulo: Global, 1996.

_____ **Espelho Mágico**. 1ª. ed. Ed.Globo: Rio de Janeiro, 2005.

WILDE, Oscar. **O Retrato de Dorian Gray**. Tradução João do Rio. São Paulo: Martin Claret, 2009.

ZOLA, Emile. **Germinal**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

3 - MÚSICA

ALVAIADE, Oswaldo dos Santos. **O mundo é assim**. Disponível em: <<http://www.culturabrasil.com.br/programas/galeria/duas-versoes/o-mundo-e-assim-4>>. Acesso em: 11nov.2012

ANTUNES, Arnaldo; CAVALCANTI, Péricles. **Velhos e jovens**. Intérprete: Adriana Calcanhoto. In: CALCANHOTO, Adriana. **Senhas**. Sony Music, 1992. 1 CD. Faixa 10.

MORAES, Vinícius; JOBIM, Tom. *Garota de Ipanema*. Intérprete: Tom Jobim. In: JOBIM, Tom. **Tom canta Vinícius**. Tom Music, 2000. 1 CD. Faixa 16.

RODRIGUES, Lupicínio. **Esses Moços**. Disponível em <http://www.dicionariompb.com.br/lupicinio-rodrigues/obra>. Acesso em 23jul2012.

VIEIRA, T; PALMEIRA. Couro de boi. Intérpretes: Trio Parada Dura. **Grandes modas de viola**. Disponível em: <<http://www.radio.uol.com.br/#/letras-e-musicas/trio-parada-dura/couro-de-boi/909647>>. Acesso em: 12 nov. 2012.

3.1 - DVD

BEIJO BANDIDO, Ney Matogrosso. Direção de Felipe Nepomuceno; Renato Martins. São Paulo: EMI, 2010. 1 DVD (96 min), NTSC, son., color.

4- FILMES

E se vivêssemos todos juntos
 Amor
 Late Bloomers - O Amor não tem fim
 O exótico Hotel Marigold
 Cocoon
 Antes de Partir
 Ainda Adoráveis
 Red- aposentados e perigosos
 Simplesmente complicado
 Um divã para dois
 Alguém tem que ceder

4.1 DOCUMENTÁRIO

SENHORAS

5 - ENTREVISTAS

Maria Olímpia - entrevistada em 25 de março de 2013
 Dona Onair - entrevistada em 27 de fevereiro de 2013
 Sebastiana Inácio Dias - entrevistada em 25 de março de 2013
 Conceição Castro Cota - entrevistada em 06 de dezembro de 2012
 Hélio Siviéri - entrevistado em 02 de novembro de 2012
 Sr. Ademar - entrevistado em 09 de janeiro de 2013
 Raquel - entrevistada em 07 de julho de 2012
 Beatriz Borges - entrevistada em 18 de julho de 2012
 Iolanda Rodrigues - entrevistada em 20 de junho 2012
 Sandra Abadia Gomes de Andrade - entrevistada em 19 de março
 Celeste Helena Carvalho - entrevistada em 19 de março de 2013
 Sr Jacob - entrevistado em 19 de março de 2013

6 - DOCUMENTOS TRABALHISTAS

CARONE, Edgard. **O pensamento industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

_____. **O pensamento Operário no Brasil**. Rio de Janeiro: Difel, 1979.

7 - PODER PÚBLICO FEDERAL

7.1 - Mensagens ao Congresso Nacional - Presidência da República

BERNARDES, Artur. **Mensagem ao Congresso Nacional**. Rio de Janeiro, 1923.
 Disponível em <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/arthur-bernardes/mensagens-presidenciais>> Acesso em 12jan2013.

_____. **Mensagem ao Congresso Nacional.** Rio de Janeiro, 1924. Disponível em <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/arthur-bernardes/mensagens-presidenciais>> Acesso em 12jan2013.

_____. **Mensagem ao Congresso Nacional.** Rio de Janeiro, 1925. Disponível em <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/arthur-bernardes/mensagens-presidenciais>> Acesso em 12jan2013.

_____. **Mensagem ao Congresso Nacional.** Rio de Janeiro, 1926. Disponível em <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/arthur-bernardes/mensagens-presidenciais>> Acesso em 12jan2013.

BRANCO, Humberto de Alencar Castelo. **Mensagem ao Congresso Nacional:** Brasília, Departamento de Imprensa Nacional, 1965.

_____. **Mensagem ao Congresso Nacional:** Brasília, 1966. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/castello-branco>> Acesso em 12jan2013.

_____. **Mensagem ao Congresso Nacional:** Brasília, 1967. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/castello-branco>> Acesso em 12jan2013

FIGUEIREDO, João Batista de. **Mensagem ao Congresso Nacional.** Brasília, 1980. Acesso em 13fev2013. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/jb-figueiredo/mensagens-presidenciais>>

_____. **Mensagem ao Congresso Nacional.** Brasília, 1981. Acesso em 13fev2013. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/jb-figueiredo/mensagens-presidenciais>>

_____. **Mensagem ao Congresso Nacional.** Brasília, 1982. Acesso em 13fev2013. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/jb-figueiredo/mensagens-presidenciais>>

_____. **Mensagem ao Congresso Nacional.** Brasília, 1983. Acesso em 13fev2013. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/jb-figueiredo/mensagens-presidenciais>>

_____. **Mensagem ao Congresso Nacional.** Brasília, 1984. Acesso em 13fev2013. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/jb-figueiredo/mensagens-presidenciais>>

_____. **Mensagem ao Congresso Nacional.** Brasília, 1985. Acesso em 13fev2013. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/jb-figueiredo/mensagens-presidenciais>>

GOULART, João. **Mensagem ao Congresso Nacional.** Departamento de Imprensa Nacional, Brasília, 1962.

_____. **Mensagem ao Congresso Nacional.** Departamento de Imprensa Nacional, Brasília, 1963.

_____. **Mensagem ao Congresso Nacional.** Brasília, 1964. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/joao-goulart> > Acesso em 12jan2013.

LUIS, Washington. **Mensagem ao Congresso Nacional**. Rio de Janeiro, 1927. Disponível em < <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/washington-luis>> Acesso em 12jan2013.

_____. **Mensagem ao Congresso Nacional**. Rio de Janeiro, 1928. Disponível em < <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/washington-luis>> Acesso em 12jan2013.

_____. **Mensagem ao Congresso Nacional**. Rio de Janeiro, 1929. Disponível em < <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/washington-luis>> Acesso em 12jan2013.

_____. **Mensagem ao Congresso Nacional**. Rio de Janeiro, 1930. Disponível em < <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/washington-luis>> Acesso em 12jan2013.

MÉDICI, Emilio Garrastazu. **Mensagem ao Congresso Nacional**. Brasília, 1970. Acesso em 13fev2013 Disponível em: < <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/emilio-medici/mensagens-presidenciais>

MÉDICI, Emilio Garrastazu. **Mensagem ao Congresso Nacional**. Brasília, 1971. Acesso em 13fev2013 Disponível em: < <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/emilio-medici/mensagens-presidenciais>

_____. **Mensagem ao Congresso Nacional**. Brasília, 1972. Acesso em 13fev2013 Disponível em: < <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/emilio-medici/mensagens-presidenciais>

_____. **Mensagem ao Congresso Nacional**. Brasília, 1973. Acesso em 13fev2013 Disponível em: < <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/emilio-medici/mensagens-presidenciais>.

_____. **Mensagem ao Congresso Nacional**. Brasília, 1974. Acesso em 13fev2013 Disponível em: < <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/emilio-medici/mensagens-presidenciais>

MOREIRA, Delfim. **Mensagem ao Congresso Nacional**. Rio de Janeiro, 1919. Acesso em 29set2013. Disponível em: < <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/delfim-moreira/mensagem-presidencial>>

OLIVEIRA , Juscelino Kubitschek de. **Mensagem ao Congresso Nacional**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1956.

_____. **Mensagem ao Congresso Nacional**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1957.

_____. **Mensagem ao Congresso Nacional**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1958.

_____. **Mensagem ao Congresso Nacional.** Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1959.

_____. **Mensagem ao Congresso Nacional.** Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1960.

SARNEY, José. **Mensagem ao Congresso Nacional.** Brasília, 1986. Acesso em 13fev2013. Disponível em: < <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/jose-sarney/mensagens-presidenciais-1> >

_____. **Mensagem ao Congresso Nacional.** Brasília, 1987. Acesso em 13fev2013. Disponível em: < <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/jose-sarney/mensagens-presidenciais-1> >

_____. **Mensagem ao Congresso Nacional.** Brasília, 1988. Acesso em 13fev2013. Disponível em: < <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/jose-sarney/mensagens-presidenciais-1> >

_____. **Mensagem ao Congresso Nacional.** Brasília, 1989. Acesso em 13fev2013. Disponível em: < <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/jose-sarney/mensagens-presidenciais-1> >

_____. **Mensagem ao Congresso Nacional.** Brasília, 1990. Acesso em 13fev2013. Disponível em: < <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/jose-sarney/mensagens-presidenciais-1> >

SILVA, Artur da Costa e. **Mensagem ao Congresso Nacional.** Brasília 1968. Acesso em 13fev2013. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/costa-silva/mensagens-presidenciais-1>>

_____. **Mensagem ao Congresso Nacional.** Brasília 1969. Acesso em 13fev2013. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/costa-silva/mensagens-presidenciais-1>>

VARGAS, Getúlio. **Mensagem ao Congresso Nacional.** Rio de Janeiro, 1935. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getulio-vargas>> Acesso em 12jan2013

_____. **Mensagem ao Congresso Nacional.** Rio de Janeiro, 1936. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getulio-vargas>> Acesso em 12jan2013

_____. **Mensagem ao Congresso Nacional.** Rio de Janeiro, 1937. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getulio-vargas>> Acesso em 12jan2013

_____. **Mensagem ao Congresso Nacional.** Rio de Janeiro, 1951 Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getulio-vargas>> Acesso em 12jan2013

7.2 - LEGISLAÇÃO FEDERAL

BRASIL. **DECRETO nº 17.496**, de 30 de Outubro de 1926. Aprova o regulamento para a concessão de férias aos empregados e operários de estabelecimentos comerciais, industriais e bancários e outros. Acesso em 14out2013. Disponível em < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-17496-30-outubro-1926-526647-republicacao-87458-pe.html>

BRASIL. **DECRETO nº 4.682** de 24 de Janeiro de 1923 cria em cada uma das empresas de estradas de ferro no país, uma caixa de aposentadorias e pensões para os empregados. Acesso em 23out2013. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Historicos/DPL/DPL4682.htm>

BRASIL **DECRETO-LEI nº 574**, de 28 de Julho de 1938 .Dispõe sobre tomada de "Bônus" emitidos pelo Banco do Brasil para financiamento da agricultura , criação e outras indústrias. Acesso em 24out2013. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-574-28-julho-1938-350896-publicacaooriginal-1-pe.html>>

BRASIL. **DECRETO-LEI 1834** de 04 de dezembro de 1939: Dispõe sobre a **concessão de favores à indústria de celulose e da pasta de madeira**, e dá outras providências. Acesso em 24out2013. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br>

BRASIL. **DECRETO-LEI Nº 2.478** - de 05 de agosto de 1940 - CLBR de 07/08/1940 - Cria o Serviço de Alimentação da Previdência Social (S.A.P.S.) no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Acesso em 23out1913. Disponível em:< <http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/24/1940/2478.htm>

BRASIL **.DECRETO-LEI nº 1.186**, de 3 de Abril de 1939. Cria o Instituto de Resseguros no Brasil. Acesso em 24out.2014. Disponível em < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1186-3-abril-1939-349236-norma-pe.html>>

BRASIL. **DECRETO-LEI Nº 2.611**, de 20 de setembro de 1940 - Dispõe sobre os recursos para a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil e dá outras providências. Acesso em 24out2013. Disponível em:< <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2611-20-setembro-1940-412706-norma-pe.html>>

BRASIL. **Decreto-Lei nº 3.173**, de 3 de Abril de 1941 Autoriza a cessão a empresas nacionais e a cidadãos brasileiros de parte das ações ordinárias da Companhia Siderúrgica Nacional que o Tesouro Nacional subscrever e dá outras providências. Acesso em 23set2014. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3173-3-abril-1941-413190-publicacaooriginal-1-pe.html>>

BRASIL. **Decreto-Lei nº 5.684**, de 20 de Julho de 1943 . Autoriza a criação da Companhia Nacional de Álcalis, e dá outras providências. Acesso em 23out.2013. Disponível em < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5684-20-julho-1943-415717-publicacaooriginal-1-pe.html>>

BRASIL. **Decreto-Lei nº 8031**, de 03 de outubro de 1945. Autoriza a organização da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco. Acesso em 24set2013. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del8031.htm>

BRASIL. **DECRETO-LEI Nº 8.699**, de 16 de janeiro de 1946. Autoriza a constituição da "Fábrica Nacional de Motores, S. A." e dá outras providências. Acesso em 25set2013. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8699-16-janeiro-1946-416682-normaatualizada-pe.html>>

BRASIL. **DECRETO-LEI Nº 9271**, de 22 de maio de 1946. Dispensa a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré do pagamento do débito anterior ao corrente exercício, para com a Caixa de Aposentadoria e Pensões de Serviços Públicos do Estado do Amazonas. Acesso em 25set2013. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9271-22-maio-1946-417093-normaatualizada-pe.html>>

BRASIL. **DECRETO-LEI Nº 9859**, de 13 de setembro de 1946. Autoriza o Departamento Nacional de Estradas de Ferro a contrair com o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários empréstimos destinados a custear a construção no país, de material rodante e a eletrificação de linhas da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro. Acesso em 25set2013. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9859-13-setembro-1946-417573-norma-pe.html>>

BRASIL. **Lei 3.807** de 26 de agosto de 1960 - LOPS - Lei Orgânica da Previdência Social. Acesso em 25set2013. Disponível em: < <http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1960/3807.htm>>

BRASIL. **Lei 4.214** - de 02 de março de 1963 - Estabelece o Estatuto do Trabalhador Rural. Acesso em 25set2013. Disponível em: < <http://www3.dataprev.gov.br/sislex>>

BRASIL. **Decreto Lei nº 72** - de 21 de novembro de 1966 - Unifica os Institutos de Aposentadoria. Acesso em 25set2013. Disponível em: < <http://www3.dataprev.gov.br/sislex>>

BRASIL. **Lei Complementar Nº 11**- de 25 de maio de 1971 - Institui o Programa de assistência ao Trabalhador Rural. Acesso em 28set2013. Disponível em: < <http://www3.dataprev.gov.br/sislex>>

BRASIL. **Lei nº 6.168**, de 9 de dezembro 1974, cria o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social. Acesso em 25set2013. Disponível em: < <http://www3.dataprev.gov.br/sislex>>

BRASIL. **Lei nº 6.179**, de 11 de dezembro de 1974, instituiu a renda mensal vitalícia para os maiores de 70 anos ou inválidos. Acesso em 26set2013. Disponível em: < <http://www3.dataprev.gov.br/sislex>>

BRASIL. **Lei nº 6.195**, de 19 de dezembro de 1974, estendeu a cobertura especial dos acidentes do trabalho ao trabalhador rural. Acesso em 26set2013. Disponível em: < <http://www3.dataprev.gov.br/sislex>>

BRASIL. **Lei 6.229** de 17 de julho de 1975 - Dispõe sobre o Sistema Nacional de Saúde. Acesso em 26set2013. Disponível em: < <http://www3.dataprev.gov.br/sislex>

BRASIL . **Lei 6.439** de 01 de setembro de 1977 - Institui o Sistema Nacional de Previdência Social (SINPAS) Acesso em 28set2013. Disponível em: < <http://www3.dataprev.gov.br/sislex>.

BRASIL. **Decreto 83081** de 24 de janeiro de 1979 - Regulamenta o Custeio da Previdência Social - Acesso em 03out2013. Disponível em www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/23/1979/83081.htm

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei 8212** de 24 de julho de 1991 - Dispõe sobre a organização da Seguridade Social . Acesso em 03out2013. Disponível em <http://www3.dataprev.gov.br/sislex>.

BRASIL. **Lei 8742**, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Acesso em 12out2013. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm

BRASIL. **Lei 8842**, de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Acesso em 12out2013. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8842.htm

BRASIL. **Lei 10406**, de 10 de janeiro de 2002 .**Institui o Código Civil**. Acesso em 18nov2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm

BRASIL. **Decreto 4227**, de 13 de maio de 2002. Cria o Conselho Nacional do Idoso CNDI e dá outras providências. Acesso em 12out2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4227.htm

BRASIL. **Lei 10.741**, de 1 de outubro de 2003. **Dispõe sobre o Estatuto do Idoso** e dá outras providências. Acesso em 12out2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm

BRASIL. Presidência da República. **Plano de Ação para o Enfrentamento da Violência Contra a Pessoa Idosa**. Brasília: Subsecretaria de Direitos Humanos. 2005. Acesso em 26jul2013, Disponível em: http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/cndi/SEDH_Planos_2005.pdf

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Conselho Nacional dos Direitos do Idoso. **Resolução no 15, de 21 de junho de 2008**. Dispõe a aprovação do Regimento Interno do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso. Brasília: SDH/PR, 2008.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Conselho Nacional dos Direitos do Idoso. **Resolução no 18, de 11 de junho de 2012**. Dispõe

a aprovação do Regimento Interno do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso. Brasília: DOU – Nº 158 –16/08/12 – seção 1 – p.12.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de lei no. 145 DE 2008**. Altera o Art. 35 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para elevar a idade dos dependentes para fins de Imposto de Renda da Pessoa Física. Disponível em: http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=84750>. Acesso em: jul. 2013.

7.3 - Poder Público Municipal

Atas do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso em Uberaba - MG, publicadas no Porta Voz, órgão oficial de divulgação dos atos oficiais da Prefeitura, referentes ao período de março de 2007, data da aprovação do Regimento Interno e consequente funcionamento, e junho de 2012, última publicação nesse ano.

7.4 - CONSELHOS

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DO IDOSO. Presidência da República, Secretaria de direitos humanos. **Relatório de gestão 2010-2012**. Florianópolis, 23 de novembro de 2011.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Envelhecimento e Subjetividade: desafios para uma cultura de compromisso social** / Conselho Federal de Psicologia, Brasília, DF, 2008. ISBN: 978-85-89208-10-9. Acesso em 23jul2013. Disponível em: http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2009/05/livro_envelhecimentoFINAL.pdf

7.5 - ESTATÍSTICAS

ANFIP. Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social. **Sonegação, fraude e evasão fiscal**. Ciclo de Estudos e Seminário. v.V. Brasília, 1998.

_____. Fundação ANFIP de Estudos da Seguridade Social. **Análise da Seguridade social em 2001**. Brasília: ANFIP, 2002. Acesso em 12fev2014. Disponível em:< <http://fundacaoanfip.org.br/site/2006/12/analise-da-seguridade-social-2001/>>

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Perfil dos idosos responsáveis pelos domicílios no Brasil**: 2000. Rio de Janeiro, 2002.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira.2010. Acesso em: 27nov.2013. Disponível em: <http://ibge/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicadores2010/SIS_2010.pdf>.

IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA **Censo Demográfico** de 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1866&id_pagina=1>. Acesso em: 11 jan. 2013.

IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios** : síntese de indicadores 2011 / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. - Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Relatório de Pesquisa: **O Conselho Nacional dos Direitos dos Idosos na visão de seus conselheiros**. Brasília: Ipea, 2012. Acesso em 29set2013. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2011/>

BANCO DE DADOS da Unidade de Atenção ao Idoso - Uberaba - MG

8 - ORGANISMOS INTERNACIONAIS

NAÇÕES UNIDAS - CEPAL. **Informe da Segunda Conferência regional intergovernamental sobre envelhecimento na América Latina e no Caribe**: uma sociedade para todas as idades e de proteção social baseada em direitos. Brasília, 4 a 6 de dezembro de 2007 - Acesso em 13dez2013. Disponível em: www.eclac.cl/publicaciones/xml/4/33514/lcl2891_CRE2_5_P.pdf

NAÇÕES UNIDAS - CEPAL. **Carta de São José**: sobre os direitos dos idosos de America Latina e Caribe. São José da Costa Rica 8 a 12 maio 2012 - Acesso em 13dez2013. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/pessoa-idosa/legislacao/pdf/carta-de-sao-jose>,

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Plano de Ação Internacional de Viena Sobre o Envelhecimento**. Assembleia Mundial sobre envelhecimento. Viena: 1982. Disponível em:< <http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-em-acao/a-onu-e-as-pessoas-idosas/>> Acesso em 29nov2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Princípios das Nações Unidas para as Pessoas Idosas**. Resolução, 46/91. Assembleia Geral das Nações Unidas, 16 de dezembro de 1991. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-em-acao/a-onu-e-as-pessoas-idosas/>> Acesso em 23set2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Proclamação sobre o Envelhecimento** Assembleia Geral das Nações Unidas, 16 de outubro de 1992. Disponível em: < <http://www1.umn.edu/humanrts/resolutions/47/5GA1992.html>> Acesso em 23set2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Plano de ação internacional contra o envelhecimento**, 2002/Organização das Nações Unidas; tradução de Arlene Santos. — Brasília : Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2003. — 49 p. : 21 cm. — (Série Institucional em Direitos Humanos; v. 1).

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Envelhecimento ativo**: uma política de saúde / World Health Organization; tradução Suzana Gontijo. – Brasília:, 2005. Disponível em: <
http://www.afrid.faefi.ufu.br/sites/afrid.faefi.ufu.br/files/envelhecimento_ativo.pdf>
 Acesso em 23nov2013

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sergio. Questão social, previdência e cidadania no Brasil. In: GOMES, Angela de Castro (org). **Trabalho e Previdência** - sessenta anos em debate. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 1992.

ACOSTA-ORJUELA, Guillermo Maurício. O uso da Televisão como fonte de informação sobre a velhice: fatos e implicações. In: NERI, Anita Liberalesso; DEBERT, Guita Grin(orgs). **Velhice e sociedade**. Campinas, SP: Papirus, 1999.

ALMEIDA, Alberto Carlos . **A cabeça do brasileiro**. Rio de janeiro: Record, 2007.

ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. **O batismo do trabalho**: a experiência de Lindolfo Collor. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: LTC, 2001.

_____. **História da Morte no Ocidente**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

_____. **Une histoire de la vieillesse?**. Communications, 37, 1983. p.47-54. Acesso em 02jul2013. Disponível em:
http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/comm_0588-8018_1983_num_37_1_1551.

AVRITZER, Leonardo. **Sociedade Civil, Instituições Participativas e Representação**: Da Autorização à Legitimidade da Ação. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 50, no 3, 2007, pp. 443 a 464. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/dados/v50n3/01.pdf> Acesso em 27nov2013.

BACZKO, Bronislaw. A imaginação social In: Leach, Edmund et al. **Anthropos-Homem**. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

BALANDIER, Georges. **O poder em cena**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

BARROSO, Maria José Lima de Carvalho. Controle e Participação Social In: **SEMINÁRIO NACIONAL DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA IDOSA**. 2004: Brasília, Anais do Seminário Nacional de Enfrentamento à

Violência Contra a pessoa Idosa. Brasília, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004.

BARTHES, Roland. **Aula**. São Paulo: Editora Cultrix, 2004.

BATALHA, Claudio H. M. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In: FERREIRA Jorge; DELGADO Lucilia de Almeida N. (Org.) **O Brasil Republicano**. vol. 1 - O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BEAUVOIR, Simone de. **A velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BLOCH, Marc. **Apologia da história**, ou, O ofício de Historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

BOSCHETTI, Ivanete. A "Reforma" da Previdência e a Seguridade Social Brasileira. In: MORHY, Lauro (org). **Reforma da Previdência em Questão**. Brasília: Universidade de Brasília, Laboratório de Estudos do Futuro/Gabinete do Reitor: Editora Universidade de Brasília, 2003.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: Lembranças de velhos**. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger. **O sociólogo e o historiador**. Belo Horizonte/MG: Autêntica, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BRAGA, José Carlos de Souza; PAULA, Sergio Goes de. **Saúde e Previdência** - Estudos de Política Social. São Paulo: CEBES-HUCITEC, 1981.

BREDEMEIER, Sonia Mercedes Lenhard. Conselho do Idoso como espaço público. In; Revista Serviço Social & Sociedade, nº75 Ano XXIV - **Velhice e Envelhecimento**. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

BUDGE, E.A. Wallis. **A versão babilônica sobre o dilúvio e a Epopéia de Gilgamesh**. São Paulo: Madras Editora, 2004.

CALDAS, Emmanuel Rapizo; FERNANDES, Jéssica Celina Farnezi; CASTELLO Angélica (orgs.). **Dossiê Pessoa Idosa 2013**. (Série Estudos 5) Rio de Janeiro: Instituto de Segurança Pública, 2013.

CALDERONI, Sila Zugman. **O mestre em gerontologia e a perspectiva da própria velhice**. 2006.532f. Dissertação (Mestrado em Gerontologia). Pontifícia Universitária Católica, São Paulo, 2006.

CAMARANO, Ana Amélia et al. Famílias: Espaço de Compartilhamento de recursos e vulnerabilidades. In: CAMARANO, Ana Amélia (org). **Os Novos Idosos Brasileiros: Muito Além dos 60?** Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

_____. Ana Amélia.(Org.) **Os Novos Idosos Brasileiros: Muito Além dos 60?** - Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

CAPELLA, Ana Claudia N. Perspectivas Teóricas sobre o Processo de Formulação da Políticas Públicas. In: HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, eduardo (orgs.). **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

CARDOSO, Heloisa Helena Pacheco. **Nos caminhos da História Social: os desafios das fontes orais no trabalho do historiador**. História & Perspectivas N.42 - jan/jun.2010 - Uberlândia/MG - Universidade Federal de Uberlândia.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 8 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

_____. **A escrita da História**. – Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

_____. **História de Corpos**. Projeto História - Revista do Programa de Estudos Pós-graduados de História, vol 25, Revistas PUC-SP, 2002. Acesso em 23dez2013. Disponível em:
<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10572/7863>

CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1985.

_____. O mundo como representação. In: **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

CÍCERO. **De Senectute**. Tradução José Ewaldo Scheid. Canoas, Rio Grande do Sul: Ed ULBRA, 1999

COHN, Amélia. **Previdência Social e processo político no Brasil**. São Paulo: Editora Moderna, 1980.

COHEN, Ari Seth. **Advanced Style**. Nova York, EUA: Power House Books, 2012.

_____. **Advanced Style**. Blog. Acessado em 30dez2012. Disponível em:
< <http://advancedstyle.blogspot.com.br/>>.

CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. **História do Corpo**. Vols. 1 a 3. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

CÔRTEZ, Soraya Vargas. Viabilizando a participação em Conselho de Política Pública Municipais: arcabouço institucional, organização do movimento popular e *policy communities*. In: HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, eduardo (orgs.). **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007

CUNHA, Edite da Penha; CUNHA, Eleonora S M. Políticas Públicas Sociais. In: CARVALHO, Alysso et al.(org). **Políticas Públicas**. Belo Horizonte: Editora UFMG;PROEX, 2002.

DALLARI, D. A. **Direitos Humanos e Cidadania**. 1.ed. São Paulo: Moderna, 1998.

DANTAS, Maria Leda Resende. Controle e Participação Social In: **SEMINÁRIO NACIONAL DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA IDOSA**. 2004: Brasília, Anais do Seminário Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a pessoa Idosa. Brasília, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004.

DEBERT, Guita Grin. A antropologia e o estudo dos grupos e das categorias de idade. In: Barros, Myriam Moraes Lins de. (Org.) **Velhice ou terceira idade**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

_____. **A reinvenção da velhice: Socialização e Processos de reprivatização do envelhecimento**. 1 ed. 2 reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: FAPESP, 2012.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **PTB: do Getulismo ao Reformismo**. São Paulo: Marco Zero, 1989.

DIJK, Teun A.van. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2008.

DOLL, Johannes. Educação, cultura e lazer: perspectivas da velhice bem sucedida. In: NERI, Anita Liberalesso (org). **Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na terceira idade**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, Edições Sesc SP, 2007.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

_____. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. **A solidão dos moribundos**, seguido de **Envelhecer e morrer**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

FAUSTO, Boris (dir.). O Exército e a industrialização. **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo III O Brasil Republicano – vol.10 GOMES, Ângela Maria de Castro et al. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

FERNANDES, Florestan. **Organização social dos Tupinambá**. 2ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1963.

FERREIRA, Jorge. **O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular; 1945-1964.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FISCHER, Ernst. **A necessidade da arte.** 9ed. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

FONDA, Jane. **O melhor momento: aproveitando ao máximo toda a sua vida.** São Paulo: Paralela, 2012.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. **Resumo dos cursos do Collège de France (1970 -1982).** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.,1997

_____. **A ordem do discurso.** São Paulo: Edições Loyola, 2005.

_____. **Nascimento da Biopolítica.** São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

_____. **Microfísica do Poder.** São Paulo: Graal, 2012.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata.** São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos e lutas sociais na história do Brasil.** 5. ed. São Paulo: Loyola, 2009.

GOLDENBERG, Mirian.(org). **Corpo, envelhecimento e felicidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. **Mulheres e envelhecimento na cultura brasileira.** Caderno Espaço Feminino - Uberlândia-MG - v.25 n.2 - Jul/Dez 2012 - ISSN online 1981-5082.

GOLDMANN, Lucien. **Dialética e Cultura.** 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979

GOMES, Angela Maria de Castro. **Burguesia e Trabalho: Política e Legislação Social no Brasil, 1917-1937.**

_____. **A invenção do trabalhismo.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

HADDAD, Eneida Gonçalves de Macedo. **Para que servem os idosos?** Lua Nova - Revista de Cultura e Política. Publicação de CEDEC *versão impressa* ISSN 0102-6445, vol.3, Nº 2, Outubro-dezembro/1986.

HADDAD, Eneida Gonçalves de Macedo. **A Ideologia da Velhice.** São Paulo: Cortez, 1986a

HALL, Stuart. Organização Liv Sovik. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HAVEREN, Tamara K. Novas imagens do envelhecimento e a construção social do curso da vida. In: DEBERT, Guita Grin (org.). **Cadernos Pagu, Gênero em Gerações**. Publicações do Pagu - Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, Campinas: SP, 1999.

HOBSBAWM, Eric.J. **A Era das Revoluções**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2005

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo, Cortez, 1983.

KHOURY, Yara Aun. **Narrativas orais na investigação da história social**. Projeto História, n.22.São Paulo:EDUC, 2001.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

LASCH, C. **A cultura do narcisismo**. Rio de Janeiro, Imago, 1983.

LAUTERT, Liana; SOUZA Luccas Melo de **-Trabalho voluntário: uma alternativa para a promoção da saúde de idosos** - Rev. esc. enferm. USP vol.42 no.2 São Paulo June 2008 - <Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0080-62342008000200022&script=sci_arttext > Acesso em 16dez2012.

LENOIR, Remi. Objeto sociológico e problema social, In: Merllié, Dominique et al. **Iniciação à prática sociológica**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

LE GOFF, Jacques; TRUONG, Nicolas. **Uma história do corpo na Idade Média**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MACHADO, Maria Clara Tomaz. Cultura popular: um contínuo refazer de práticas e representações. In: PATRIOTA, Rosangela;RAMOS, Alcides Freire. **História e Cultura: Espaços Plurais**. Uberlândia: Aspectus, 2002.

MASCARO, Sonia de Amorim. **O que é Velhice**. São Paulo: Brasiliense, 2004 (Coleção primeiros passos; 310).

MATOS, Maria Izilda S. de Matos. **Por uma história da mulher**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2000

MICHILES, Carlos, et al. **Cidadão Constituinte: a saga das emendas populares**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MINAYO Maria Cecília de S **Violência Social sob a Perspectiva da Saúde Pública**. Cadernos Saúde Pública, Rio de Janeiro, 1994. Acesso em 13set2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v10s1/v10sup1a02.pdf>

MOTA, Denize. **Tatuagem depois dos 50** - São Paulo: Folha de S. Paulo .Caderno Equilíbrio - 22jan2013

MOTTA, Alda Britto da. **As dimensões de gênero e classe social na análise do envelhecimento**. Cadernos Pagu (13) 1999: pp.191-221

_____. Mulheres Velhas. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs). **Nova história das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012.

MUCIDA, Ângela. **O sujeito não envelhece - Psicanálise e velhice**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006

MUNAKATA, Kazumi. **A legislação trabalhista no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1981

NERI, Anita Liberalesso. **Envelhecer num país de jovens: significados de velho e velhice segundo brasileiros não idosos**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1991.

NERI, Anita Liberalesso;DEBERT, Guita Grin(orgs).**Velhice e sociedade**. Campinas, SP: Papirus, 1999.

NERI, Anita Liberalesso. Atitudes e Crenças sobre a velhice: Análise do conteúdo de textos do Jornal *O Estado de São Paulo* Publicados entre 1995 e 2002. In: SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes; NERI, Anita Liberalesso; CACHIONI, Meire (orgs). **As múltiplas faces da velhice no Brasil**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2006.

NERI, Anita Liberalesso.(org). **Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na terceira idade**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, Edições Sesc SP, 2007.

NERI, Anita Liberalesso. **Palavras-chave em Gerontologia**. 3ª ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008.

OLIVEIRA, Jaime A. de Araújo; FLEURY, Sonia M. **(IM) previdência Social: 60 anos de História da Previdência no Brasil**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1986.

PARANHOS, Adalberto. **O roubo da fala: origens da ideologia do trabalhismo no Brasil**. São Paulo, Boitempo Editorial, 2007.

PAZ, Serafim Fortes. **Dramas, cenas e tramas**. A situação de Fóruns e Conselhos do Idoso no Rio de Janeiro. 2001. 763f. Tese de doutorado, Faculdade de Educação, Universidade estadual de Campinas, Campinas, SP.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & literatura: uma velha-nova história, Nuevo Mundo Mundos Nuevos** [Online], Debates, Publicado em 28 jan. 2006, URL: <<http://nuevomundo.revues.org/1560>> DOI: 10.4000/nuevomundo.1560> Acesso em 29 jan. 2013.

PESSOA, Fernando. **Obra Poética**. Cia. José Aguilar Editora - Rio de Janeiro, 1972.

PUGA Vera Lucia; COELHO César Castro. **Direitos dos homens e deveres das mulheres**. Caderno Espaço Feminino Uberlândia, MG| v. 22 | n. 2 | Ago./Dez. 2009

PUGA, Vera Lúcia; BORGES, Dulcina Tereza Bonati. **Mulheres artistas ou intérpretes das artes**: relações de gênero contemporâneas subversivas ou silenciadas. In: Caderno Espaço Feminino - Uberlândia-MG - v.24 n.2 - Jul/Dez 2011.

RAMOS, Alcides Freire. Os inconfidentes (1972, Joaquim Pedro de Andrade): representação e historicidade. In: PATRIOTA, Rosangela; RAMOS, Alcides Freire (orgs) . **História e Cultura**: espaços plurais. Uberlândia, Aspectus, 2002.

REIS, Léa Maria Aarão.**50/60 anos: além da Idade do Lobo-** a vitalidade da segunda juventude. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

_____. **Maturidade**: manual de sobrevivência da mulher de meia-idade. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

_____. **Cada um envelhece como quer** (e como pode). Rio de Janeiro: Campus, 2002.

_____. **Novos Velhos**: Viver e envelhecer bem. Rio de Janeiro: Record, 2011.

REIS, Daniel Aarão (ORG). **A formação das tradições** (1889-1945). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

RIBEIRO, João. **O que é positivismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.

SAMARA, Eni de Mesquita. **A família brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. **As mulheres, o poder e a família**. São Paulo: Anpuh/Marco Zero/Fapesp, 1989

_____. **Família e grupos de convívio**. São Paulo: Marco Zero/Anpuh, 1989.

_____. **Família e vida doméstica no Brasil**: do engenho aos cafezais. São Paulo: Humanitas, 1999.

_____. **Família, mulheres e povoamento**: São Paulo, século XVII. Bauru: Edusc, 2003.

SCHUTZ, Alfred. **Sobre fenomenologia e relações sociais**. Edição e organização Helmut. T. R.Wagner. Tradução Raquel Weiss. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

SOUZA, Celina. Estado da Arte da Pesquisa em Políticas Públicas. In: HOCHMAN, Gilberto;ARRETCHE, Marta;MARQUES, eduardo (orgs.). **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007

THOMPSON, E.P. **As peculiaridades do Ingleses e outros artigos**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001.

VENTURI, Gustavo; Bokany, Vilma. A velhice no Brasil: contrastes entre o vivido e o imaginado. In: NERI, Anita Liberalesso (org). **Idosos no Brasil: desafios e expectativas na terceira idade**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, Edições SESC SP, 2007.

VERAS, Renato P. **A longevidade da população**: desafios e conquistas. In: Revista Serviço Social & Sociedade, nº75 Ano XXIV - Velhice e Envelhecimento. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

VILLA, Marco Antonio. **Ditadura à brasileira - 1964-1985**: a democracia golpeada à esquerda e à direita. São Paulo: Leya, 2014.

VISCARDI, Claudia Maria Ribeiro; JESUS, Ronaldo Pereira. A experiência mutualista e a formação da classe trabalhadora no Brasil. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs). **As esquerdas no Brasil (vol 1) – A formação das tradições (1889-1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007

WHITAKER, Dulce Consuelo A. **Envelhecimento e Poder**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e Diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Envelhecimento ativo: uma política de saúde**; tradução Suzana Gontijo. – Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2005.